

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Orestes Diniz Neto**

**Conjugalidade: proposta  
de um modelo construcionista  
social para terapia de casal**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro

Dezembro de 2005



**Orestes Diniz Neto**

**Conjugalidade: proposta  
de um modelo construcionista  
social para terapia de casal**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>a</sup>. Terezinha Féres-Carneiro**  
**Orientadora**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Monique R. A. Augras**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Prof. Bernardo Jablonski**

Departamento Psicologia - PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Julia S. N. Ferro Bucher**

UNIFOR

**Prof<sup>o</sup>. Cílio Rosa Ziviani**

UFRJ

**Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade**

Coordenador Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro,        /        /200

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

## Orestes Diniz Neto

Graduou-se em Psicologia na FAFICH-UFMG (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais) em 1984. Psicólogo Clínico desde 1984. Obteve o Grau de Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FAFICH-UFMG em 1993. É professor assistente do Departamento de Psicologia da FAFICH-UFMG aprovado em concurso publico desde 1995.

### Ficha catalográfica

Diniz Neto, Orestes

Conjugalidade: proposta de um modelo construcionista social para terapia de casal / Orestes Diniz Neto ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2005.

241 f. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Terapia de casal. 3. Construcionismo social. 4. Preditores. 5. Marcadores. 6. Pós-modernidade. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Às Três Serpentes, senhoras do Sentimento, da Sabedoria e do Silêncio,  
por tudo...

## Agradecimentos

À Professora Doutora Terezinha Féres-Carneiro, pelo carinho e segurança com que me guiou no desenvolvimento desta tese.

Ao Professor Doutor Bernardo Jablonski, meu caro professor que, com alegria, ensinou-me, como ninguém, as complexidades sociohistóricas da conjugalidade.

À Professora Doutora Monique Rose Aimeé Augras que suscitou e guiou-me em reflexões metodológicas e epistemológicas sobre a complexidade deste trabalho.

Ao Professor Doutor Carlos Augusto Peixoto Junior cujas aulas e discussões tanto contribuíram para minha compreensão das questões ligadas à subjetividade na pós-modernidade.

À Professora Doutora Ana Maria Nicolaci da Costa que me sensibilizou para as questões ligadas à subjetividade e às novas tecnologias na pós-modernidade.

À Professora Doutora Ana Maria Coutinho (in memoriam) que tanto deu, quando, silenciosamente, mais necessitava.

À Marise, Marcelina e Vera, secretárias da pós-graduação que, com carinho e simpatia, apoiaram este trabalho, no exercício de suas funções.

À minha família, pelo apoio e carinho em todos os momentos.

## Resumo

Diniz Neto, Orestes; Féres-Carneiro, Terezinha (Orientadora). **Conjugalidade: proposta de um modelo construcionista social para terapia de casal.** Rio de Janeiro 2005, 241p. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é propor, em uma perspectiva sistêmica construcionista social, um modelo de terapia de casal orientado pelos padrões interacionais do casal em terapia, tomados como marcadores e preditores da formação e dissolução do laço conjugal. É apresentada uma formulação metodológica para a construção do modelo psicoterapêutico que contempla a explicitação dos aspectos epistemológicos, teóricos, morfológicos e técnicos, em relação à inserção nos campos epistêmico, doxológico, axiológico, e no de demanda social. Dentro desta proposta, são revistos estudos sobre temas relevantes para construção deste modelo terapêutico, tais como padrões da conjugalidade na pós-modernidade; características emergentes dos estudos sobre psicoterapia de casal, enfocando a eficácia e eficiência terapêutica; estudos sobre marcadores e preditores da formação e dissolução da conjugalidade; o processo de mudança em psicoterapia, com o aumento da autonomia e complexidade, como produção de novas subjetividades. O modelo apresentado ressalta, além do enfoque sistêmico na relação psicoterapêutica, a construção social da subjetividade e do significado da conjugalidade, sendo que o terapeuta é co-participante, provocando, através do seu discurso, perturbações que levem a mudanças de segunda ordem, favorecendo aspectos de criatividade na conjugalidade, dentro do espaço social de construção intersubjetiva. Algumas questões técnicas e éticas são apontadas, assim como são sugeridas novas direções de exploração.

## Palavras-chave

Terapia de Casal; Construcionismo Social; Preditores; Marcadores; Pós-modernidade.

## Abstract

Diniz Neto, Orestes; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Conjugality: proposal of a social constructionist marital therapy model.** Rio de Janeiro 2005, 241p. D.Sc. Thesis. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

The aim of this paper is to propose, in a social constructionism systemic perspective, a model of marital therapy, oriented by couple's interactional patterns in therapy, as markers and predictors of the conjugal ties formation and dissolution. It is proposed a methodological formulation, for the construction of a psychotherapeutic model that contemplates the explicitness of the epistemological, theoretical, morphological and technical aspects, concerning the insertion in the epistemic, doxological and axiological fields, and of social demand. Within this proposal, studies on subjects relevant to the construction of this therapeutic model, such as conjugality patterns in post-modernity; characteristics emerging from the studies on couple psychotherapy, focused on therapeutic efficiency and efficacy; studies on markers and predictors of the conjugality formation and dissolution; the changing process in psychotherapy like the increase of autonomy and complexity as the production of new subjectiveness are reviewed. The presented model emphasizes, besides the systemic focus on the psychotherapeutic relation, the social construction of subjectivity and the meaning of conjugality, in which the therapist is a co-participant, stimulating, through his speech, disturbances that take to 2<sup>nd</sup> level changes, favoring creative aspects in the conjugality, within the social space of intersubjective construction. Some technical and ethical issues are pointed out. New directions of exploration are proposed.

## Keywords

Marital therapy; Social Constructionism; Predictors; Markers: Post-modernity.

## Sumário

1. Introdução	10
1.1 - Propondo uma metodologia	12
1.2 - A genealogia de uma questão	18
1.3 - Um roteiro de indagações	21
1.4 - Construindo um caminho	26
2. Conjugalidade e novas formas de subjetividade	28
2.1 - Uma breve análise da conjugalidade	28
2.2 - Conjugalidade e divórcio: uma visão sistêmica	32
2.3 - Padrões da conjugalidade na pós-modernidade	34
2.4 - A conjugalidade no Brasil da pós-modernidade	39
2.5 - A construção da subjetividade na pós-modernidade	41
3. Terapia de casal: uma breve revisão	44
3.1 - Um esboço histórico conceitual da psicoterapia de casal	49
3.1.1 - Fase do aconselhamento matrimonial	50
3.1.2 - Contribuições da psicanálise	53
3.1.3 - Contribuições da terapia de família à terapia de casal	57
3.1.4 - Críticas e o desenvolvimento de novas abordagens	61
3.2 - Terapia de casal: eficácia terapêutica	91
3.5 - Implicações epistemológicas e metodológicas	98
4. A formação e dissolução da conjugalidade	104
4.1 - Estudos sobre a psicologia do casal	106
4.2 - Marcadores e preditores da formação da conjugalidade	118
4.3 - Marcadores e preditores da dissolução da conjugalidade	124
4.4 - Marcadores e preditores de ajustamento pós-divórcio	140
4.5 - Implicações para uma visão clínica	144
5. O processo de mudança	149
5.1 - Mudanças contínuas e descontínuas: estabilidade e ruptura	151
5.1.1 - O conceito de auto-organização em psicologia clínica	153
5.1.2 - A mudança terapêutica como processo de auto-organização	160
5.2 - Marcadores e preditores no processo psicoterapêutico	163
5.2.1 - Psicoterapia de casal: mudança terapêutica.	164
5.2.2 - Marcadores e preditores da mudança terapêutica	165
5.3 - A epistemologia do si-mesmo: novas possibilidades terapêuticas	173
6. Construindo um modelo para terapia de casal	179
6.1 - Construtivismo: contribuições para um enquadre	180
6.1.1 - Antecedentes	182
6.1.2 - Construtivismo ou construtivismos?	187
6.1.3 - Construtivismo radical e construcionismo social: diálogos	189



6.2 - Contribuições para um modelo de terapia de casal	196
6.3 - Algumas implicações éticas e estéticas	206
7. Considerações finais	209
8. Referências bibliográficas	213

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo a construção de um modelo de terapia de casal fundamentado na abordagem do construcionismo social. As demandas que o orientam surgiram de questões emergentes da clínica de terapia de casal colocadas na pós-modernidade, bem como da prática clínica.

O casamento, enquanto instituição, é um dos padrões mais estáveis dentro das sociedades humanas, mesmo se considerarmos as diversas variações culturais e sua existência como uma conquista condicionada pela história e pela cultura (Ferro-Bucher, 1999). O casamento pode assumir inúmeras configurações e seu significado pode mudar conforme a época, a sociedade, o ciclo de vida familiar e a cultura no qual ele está inserido. Na maioria das sociedades, discutir a possibilidade de “não se casar” seria tão estranho como discutir a possibilidade de “não crescer”, como se a única possibilidade para o crescimento pessoal fosse o casamento (McGoldrick, 1995).

Inúmeros mitos envolvem o casamento, muitos dos quais o fazem parecer uma promessa de felicidade eterna e de solução de conflitos. Talvez Fogarty (1976) tenha resumido as razões para essa visão idealizada e suas possíveis conseqüências, ao notar que as forças do sentimento de estar unido a outrem se originam do desejo humano natural de proximidade. E que quando levadas a extremos, elas conduzem a uma busca de complementação na relação com o outro. Levadas além do possível, essas forças conduzem à fusão, uma união disfuncional de duas pessoas e a uma resultante distância. Os cônjuges tentariam, neste caso, desafiar a natural condição de incompletude das pessoas e dos sistemas, como se alguém pudesse tornar-se completo fundindo-se em um par unido.

Juntamente com a transição para o papel de pais, o tornar-se casal é uma das tarefas mais complexas e difíceis do ciclo de vida familiar, embora uma visão romantizada nos convide a considerá-la como a mais fácil e feliz das tarefas (McGoldrick, 1995). Na pós-modernidade, observa-se uma crise do casamento, como instituição, e das relações conjugais, que se traduz pela insatisfação

conjugal, pelo aumento do número de divórcios e separações, entre outras manifestações, contribuindo com significativo aumento de estresse e disfunções para as famílias (McGoldrick, 1995; Féres-Carneiro, 2003; Jablonski, 2003).

A formação e o rompimento do laço conjugal parece envolver um processo complexo de interações entre os membros do casal, a família e o grupo social. Parece ser possível estudar os padrões de conjugalidade, descrevendo esses padrões de interação como marcadores de estabilidade, ruptura, satisfação ou insatisfação do laço conjugal, e utilizá-los como preditores da futura ruptura/manutenção ou satisfação/insatisfação com o casamento (Goleman, 1998; Gottman, 1998).

O estudo e o uso de marcadores, como sinais indicativos da entrada em uma certa fase de um processo psicoterapêutico ou de desenvolvimento, e de preditores, como sinalizadores de um aumento de possibilidade de um certo caminho de evolução de um quadro clínico ou de um processo psicológico, é comum nas teorias psicológicas (Gottman, 1998; Rusbult, 1980; Hoffman, 1995; Cordioli, 2002). Cabe ressaltar que não se trata de variáveis, mas de indicadores de padrões correlacionados a processos.

Os padrões de interação podem ser abordados por várias vertentes teóricas. A visão sistêmica parece especialmente útil neste caso, pois é uma abordagem na qual as relações e propriedades emergentes do sistema são o foco de interesse (McGoldrick, 1995). Em seus aspectos comportamentais afetivos e cognitivos (Papp, 1990), os padrões de interação úteis em psicoterapia podem, ainda, ser descritos através de modelos não-lineares, que parecem descrever melhor os processos de estabilidade e mudança contínua e descontínua (Hoffman, 1995) e ter capacidade preditiva superior ao simples relato individual de satisfação/insatisfação com o vínculo conjugal (Barton, 1994; Gottman, Swanson, Murray, 1999). As interações podem ainda ser descritas como construções sociais de significado, criando contextos, vínculos e pautas de interação (Pearce, 1996).

Assim, o objetivo deste trabalho é propor, na perspectiva do construcionismo social, um modelo de terapia de casal orientado pelos marcadores e preditores da formação e dissolução do laço conjugal. Para tanto, pretende-se estudar os padrões de interação conjugal em uma abordagem sistêmica centrada na autonomia e auto-organização, tanto do sistema familiar e conjugal quanto dos

sujeitos, como indicadores e preditores do rompimento ou manutenção da conjugalidade, discutindo os conceitos de funcionalidade e disfuncionalidade, dentro do viés do construcionismo social.

## 1.1

### Propondo uma metodologia

A relação conjugal tem sido objeto privilegiado de estudo e foco terapêutico na teoria e prática clínica de orientação sistêmica. Pesquisas recentes sobre a conjugalidade têm descortinado novas questões e possibilidades terapêuticas. Integrar esses estudos em um modelo psicoterapêutico, parece oferecer uma nova instrumentalização para lidar com questões da prática da clínica de terapia de casal. Uma questão, então, impõe-se; como lançar as bases deste modelo terapêutico? Tal pergunta nos remete imediatamente para a metodologia a ser adotada.

Metodologia pode ser entendida com “*examination of the possible plans to carried out*” (Polkinghorne, 1983, p. 5), ou seja, simultaneamente uma lógica e uma heurística, que, se por um lado, busca analisar os procedimentos lógicos de validação e a proposição de critérios epistemológicos de demarcação para uma prática científica, descrevendo uma lógica de prova, por outro, examina o processo de produção dos objetos científicos, correspondendo a uma lógica da construção.

A metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou técnica de medida dos fatos científicos. Para ser fiel a suas promessas uma metodologia deve abordar as ciências sob o ângulo do produto delas - como resultado em forma de conhecimento científico - mas também como processo - como gênese desse próprio conhecimento. (DeBruyne, Herman, Schoutheete, 1985, p. 29)

A metodologia deve não apenas explicitar o como da produção científica, mas, principalmente, o seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas de fecundidade nos resultados. É necessário, portanto; “...romper com numerosos esquemas rotineiros da tradição epistemológica e em particular com a representação da pesquisa como sucessão

*de etapas distintas e pré-determinadas*" (Bordieu, Chamboredon, Passeron, 1978, p.25.)

Isto é necessário para se evitar o risco de se concretizar o que DeBruyne et al. (1985) chamam de “mania de projeto”, repousando a metodologia em uma seqüência de operações e procedimentos necessários e imutáveis, de protocolos codificados e burocráticos. Tampouco se deve reduzir a uma noção de “design” entendido como um conjunto de técnicas aplicadas seqüencialmente a uma cronologia de pesquisa. Além de seus "a priori", empiristas, esses procedimentos propõem um modelo ideal de pesquisa sob a forma de uma espécie de caminho crítico, impondo uma concepção linear da pesquisa. As escolhas metodológicas não são colocadas uma após a outra, mas formam um sistema, no qual voltas constantes e interpenetrações recíprocas dos pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico, produzem um espaço de criação crítica.

Paul DeBruyne et al. (1985) elaboraram um modelo conceptual para a metodologia das pesquisas nas ciências sociais, fecundo também para o campo das psicoterapias (Diniz Neto, 1993). Propõem uma abordagem da metodologia nas ciências sociais, abandonando a descrição tradicional temporal linear, e utilizar uma descrição topológica ao redor de quatro pólos conceituais, nos quais diferentes instâncias determinam o espaço em que as pesquisas se realizam, submetidas a um jogo de forças e a determinadas exigências. São eles:

PÓLO EPISTEMOLÓGICO	PÓLO MORFOLÓGICO
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS	
PÓLO TEÓRICO	PÓLO TÉCNICO

DeBruyne et al. (1985) notam ainda que cada pólo, através de um relacionamento dinâmico, interage tanto na produção de uma dada ciência como na estruturação dos demais pólos:

Pólo epistemológico: - ao longo de toda a pesquisa, através de uma vigilância crítica, procura garantir os parâmetros da produção científica, ao assegurar continuamente uma ruptura dos objetos científicos e do senso comum, e explicitar as regras de produção do conhecimento científico e da validade das teorias, descrevendo uma lógica de descoberta e uma lógica de prova. Estão

presentes ainda processos discursivos, derivados de métodos mais gerais, como dialética, lógica hipotética dedutiva, fenomenologia, entre outros, impregnando, com sua lógica, o discurso e a abordagem do pesquisador.

Pólo teórico: é o campo da elaboração formal dos objetos científicos, do estabelecimento de hipóteses, de conceitos, de teorias, através da construção de uma linguagem específica para uma certa ciência, inspirada pelas problemáticas e contribuições teórico-práticas dos quadros de referência principais: “positivista”, “compreensivo”, “funcionalista” e “estruturalista” etc.

Pólo morfológico: envolve a diversidade de modalidades de análise, métodos de ordenação dos elementos constituintes dos objetos científicos como a tipologia, o tipo ideal, o sistema, os modelos estruturais, ao impor uma estruturação ao objeto científico, fornecendo uma certa ordem aos seus elementos. Permite o estabelecimento de um espaço no qual se constroem os objetos científicos seja como modelos ou cópias, seja como simulacros, narrativas ou descrições de problemas reais.

Pólo técnico: através de modos de investigação particulares, qualitativos e quantitativos, como estudo de caso, estudos comparativos, experimentações e simulações, controla a coleta de dados para confrontá-los com as teorias que os geraram, exigindo precisão na constatação, porém, sem garantir, por si mesmo, a sua precisão. Isto decorre de que uma dada ciência não é meramente o acúmulo de dados factuais, que teriam existência em si mesmos, mas sim um processo de construção de significados.

Esses pólos não configuraram diferentes momentos da pesquisa, mas diferentes aspectos da prática de produção científica, que está submetida ainda, através de sua inserção no ambiente social, a diversos campos que em sua interação introduzem tensões na dinâmica da pesquisa.

Os interesses próprios do pesquisador lhe sugerem orientações específicas, bem como os valores culturais inerentes à sociedade que, em conjunto, impõe ao pesquisador a escolha de suas questões e do seu campo de pesquisa, caracterizando o campo axiológico. Cabe ao pesquisador explicitar os critérios de escolha de sua questão de pesquisa, sob pena de ceder a influências ideológicas deste campo.

O conhecimento científico parte do saber não sistematizado, porém, o pesquisador deve avançar das noções do senso comum construindo o conhecimento através de uma certa metodologia que tem por orientação uma dúvida metódica. Contudo, a tradição teórica das disciplinas das ciências do homem ainda tem ligações orgânicas com o campo doxológico. Essas ligações se manifestam, por exemplo, no uso da linguagem comum, que é o suporte e o produto de práticas empíricas, que podem induzir no investigador uma certeza não demonstrada sobre aspectos da realidade que ele investiga. Torna-se necessária, então, uma constante crítica da construção de significados e do uso da linguagem na pesquisa.

O campo da demanda social decorre do fato do pesquisador, enquanto membro de uma certa sociedade, ter a sua atividade legitimada segundo critérios socialmente estabelecidos de acordo com uma ideologia dominante. A encomenda social, as pressões que se dão, tanto através dos programas de financiamento de pesquisa, quanto do reconhecimento social de uma dada prática, ameaçam a autonomia da instituição científica, dirigindo a produção do saber para certas direções, marcando toda produção científica. Explicitar as condições de demanda social da pesquisa coloca o pesquisador em posição de refletir sobre as direções das pressões sociais na produção do conhecimento.

O conhecimento científico que atingiu um certo grau de diferenciação, com suas teorias, metodologias, técnicas, e do qual o investigador usualmente partirá para a produção do conhecimento, é o campo epistêmico. As escolhas do pesquisador influenciam, ao recortar e delimitar seu ponto de partida, o desenvolvimento de sua pesquisa e os resultados que obtiver.

Diniz Neto (1993, 1997), ao aplicar o modelo de Debruyne et al. (1985) para o campo das psicoterapias, procurou compreender a dinâmica metodológica subjacente, em sua multiplicidade e heterogeneidade, descrevendo o seguinte modelo e suas implicações :

## PÓLO TEÓRICO

Teorias de:    Personalidade  
                   Desenvolvimento  
                   Psicopatologia  
                   Psicoterapia

## PÓLO EPISTEMOLÓGICO

Existencialismo  
 Positivismo  
 Naturalismo  
 Empirismo  
 Estruturalismo  
 Fenomenologia

## PSICOTERAPIAS

## PÓLO MORFOLÓGICO

Tipologias  
 Tipo ideal  
 Sistemas  
 Modelos estruturais

## PÓLO TÉCNICO

Técnicas:    verbais  
                   não verbais  
                   corporais  
                   etc.

Os diferentes pólos introduzem tensões e rupturas no campo da psicoterapia, gerando um universo de abordagens possíveis.

O pólo epistemológico fornece, ao orientar e validar filosoficamente uma abordagem psicoterapêutica, tanto um enquadre geral como respostas a perguntas referentes a conceitos fundamentais da prática científica em geral e de uma abordagem terapêutica em particular.

Dentro do campo das psicoterapias, as tendências epistemológicas citadas no quadro acima são as principais, sendo, muitas vezes, combinadas ou mal demarcadas. Este parece ser o aspecto menos discutido dos livros - textos sobre psicoterapia, revelando, muitas vezes, o desconhecimento por parte dos terapeutas das bases epistemológicas nas quais a prática de sua “escola“ de psicoterapia se assenta.

Os pressupostos epistemológicos refletem-se no pólo teórico, no qual talvez ocorra a maior querela entre as várias escolas. Embora todas pareçam discutir os mesmos temas - personalidade, desenvolvimento, psicopatologias e teorias sobre psicoterapia, freqüentemente os mesmos termos têm significados diferentes para cada escola, bem como a ênfase em modelos explicativos próprios, derivados de diferentes epistemologias.



Talvez a grande dificuldade de se estabelecer um diálogo enriquecedor entre as várias escolas se deva, principalmente, à confusão entre elementos primários e construtos teóricos. As teorias fazem referência aos construtos teóricos, muitas vezes, como se fossem dados primários, perdendo graus de objetivação e tornando difícil o consenso intersubjetivo.

Tais questões refletem-se no pólo morfológico, pois sendo a psicoterapia uma prática que se pretende científica, seus procedimentos devem se orientar dentro de métodos científicos gerais que, por sua vez, estarão organizados em quadros de análise que permitirão a construção dos objetos de sua prática. Esta riqueza permite a utilização de diversas morfologias, que devem estar em consonância teórica, epistemológica e com uma prática técnica daí decorrente.

O pólo técnico compreende a aplicação das diversas técnicas que, se por um lado, decorrem de razões teóricas, fundamentando-se em uma certa epistemologia, por outro, são resultado de uma prática social na qual o pesquisador está inscrito. Sua utilização deve obedecer a uma metodologia coerente. Mas se a análise de seus resultados fundamenta-se nas teorias que as geram, também produzem resultados que tendem a confirmar a metodologia e a epistemologia subjacentes.

Os diferentes métodos psicoterapêuticos implicam em uso de enquadramentos técnicos diferentes, que propiciarão uma gama de interações sociais, capazes de produzir resultados “anômalos” e não observados em uma outra abordagem, fundada em outro enquadramento. Essas respostas terapêuticas podem ser desconsideradas, ou consideradas espúrias e pouco significativas, por membros de outra escola que, utilizando outras técnicas de intervenção, observam outros fenômenos. Isto significa que, ao interferir em um campo psicossocial não se observa apenas “o que aí está”, mas também se produz “o que aí se vê”.

Esses vários pólos não se apresentam como aspectos isolados, mas em uma relação dinâmica e sistêmica constituindo o todo de cada abordagem em psicoterapia. É desta dinâmica que emergem várias abordagens, propostas e modelos terapêuticos, com seus aspectos comuns e específicos, envolvendo ainda questões introduzidas pelos campos axiológico, doxológico, epistêmico e de demanda social. Essas instâncias guardam ainda relações reveladoras de uma ética e uma estética implícitas, que marcam a produção do conhecimento.

Para este estudo se adotará a metodologia de pesquisa desenvolvida por DeBruyne et al. (1985) que oferece um quadro de referência que nos alerta para as diversas questões envolvidas na construção de um modelo que se pretenda científico. É necessário atentar para os diversos pólos e campos em sua interação, não só descrevendo e fundamentando as opções e escolhas feitas, marcando a história da produção do conhecimento, mas também revelando o jogo das tensões e influências entre as diferentes instâncias.

Esta é uma proposta metodológica fecunda, pois relaciona de modo dinâmico e sistêmico o jogo entre os diversos pólos, convidando o pesquisador a uma explicitação de sua inserção no campo de investigação. Por se tratar de um modelo topológico não linear é possível escolher qualquer ponto para o início de uma discussão, desde que se revele a interinfluência entre eles. Discutir, inicialmente, aspectos do campo axiológico parece oferecer um interessante ponto de partida, pois nele o pesquisador se revela imediatamente, ou pelo menos pretende fazê-lo. E este é um aspecto teórico e epistemológico relevante, pois o conhecimento pode ser visto, tal como posto pela perspectiva do construcionismo social, como uma narrativa de uma história de questões construídas e de respostas intersubjetivamente validadas.

## 1.2

### **A genealogia de uma questão**

A questão da conjugalidade e suas relações com o processo de diferenciação psicológica atravessam minha prática clínica diariamente, no encontro com um grande número de clientes, em sua busca de satisfação nos relacionamentos afetivos. Parece-me que uma das questões, postas pela pós-modernidade, é a reavaliação das relações conjugais e dos laços afetivos com novas construções possíveis dentro da subjetividade. Como membro de uma sociedade, carrego valores e, a crise de valores da sociedade pós-moderna. Tal crise marca, certamente, não só minha escolha do objeto de estudo, mas também a escolha do meu caminho pessoal e profissional ser um psicólogo e psicoterapeuta e é, ao mesmo tempo, minha resposta pessoal a esta crise.

A minha escolha da perspectiva sistêmica se deveu a aspectos epistemológicos, ligados à reflexão sobre a prática clínica e o campo teórico. A psicanálise foi, nos meus primeiros anos de atividade profissional, a minha abordagem de escolha. Muito cedo me deparei, no entanto, com limites para a sua atuação e fui seduzido pela abordagem sistêmica. Os modelos de terapia sistêmica de 1ª ordem, como a Escola de Solução de Problemas do MRI ou Escola Estratégica, predominavam na década de 80 em Belo Horizonte. Abordar a psicoterapia como um processo comunicacional foi, além de fascinante, uma libertação dos esquemas patologizantes da psicologia, devolvendo dignidade e legitimidade ao discurso do outro, contextualizando-o, por mais estranho que fosse, possibilitando não só realizar intervenções criativas orientadas e estratégicas, mas também compreender uma ampla gama de intervenções e interações, que não cabiam no quadro de referência de uma psicoterapia personalista.

O conceito central deslocava-se da pulsão para a informação. O processo terapêutico era descrito como jogos e interações. A cibernética de primeira ordem, orientada para processos homeostáticos e estratégicos, conduzia a hipotetização. No entanto, havia problemas e dificuldades. Isto podia ser percebido no vocabulário estratégico empregado como “a família está manobrando”, ou “o filho se alia à mãe”, ou ainda “a cliente é muito sedutora e pretende manter sua posição”. Essa visão levava a uma ética do controle, no qual, o jogo terapêutico poderia ser descrito, como fazia Jay Haley (1984a, 1984b), como uma batalha paradoxal pelo poder na família.

O uso de intervenções paradoxais como padrão clássico de intervenção fez-se constante, à medida que as teorias da Escola de Milão (Palazzoli, Checchin, Prata e Boscolo, 1987), tornaram-se conhecidas e disseminadas. Pensar nestes termos rompeu com os padrões de hipotetização estratégica e comunicacional, mas, por outro lado, tornou os padrões de intervenção rígidos e limitados.

Ao realizar o mestrado no início dos anos de 1990, não só como ambição pessoal, mas como busca de novos conhecimentos, entrei em contato com as idéias do Construtivismo, e das Teorias de Consistência em Psicologia Social. A tentativa de compreender o universo das psicoterapias e a similitude de eficácia dos resultados terapêuticos, então revelados pelas pesquisas da época (Smith,

Glass e Miller, 1980a, 1980b; Garsk e Lynn, 1985), levou-me a desenvolver um modelo de terapia breve de grupo, baseado na Teoria da Dissonância Cognitiva (Diniz-Neto, 1993). Minha pergunta central era: de que maneira as construções cognitivo-afetivas se organizam e como isto podia ser utilizado na psicoterapia?

Ao testar esse modelo, em um desenho experimental de estudo de grupos comparativos controlados, deparei-me com o alcance, mas também com os limites, do método experimental na pesquisa que, se oferecia respostas a certas questões, era ao custo de não permitir avaliar outras questões ligadas ao processo qualitativo da mudança terapêutica.

As terapias sistêmicas de segunda ordem estavam disseminando-se, desde a década de 1980 e ao estudá-las, encontrei ressonância com a minha experiência. Estas contribuições levaram-me a compreensão de que o que terapeuta descobre em seu cliente depende do terapeuta e das perguntas que ele faz. Ou seja, a terapia é co-construída entre cliente e terapeuta em um nexos social.

Todas estas mudanças refletem-se em mudanças tanto teóricas, metodológicas, epistemológicas, éticas como estéticas. As questões cruciais deslocaram-se de um grupo de conceitos para outro, de uma epistemologia a outra. O processo terapêutico adquirira outro sentido, da descrição de um sistema, para o de construção de um sistema. E este sistema revelava suas propriedades mais radicais; era autopoietico, mantendo-se e criando-se a si mesmo. A estética era a da complexidade. A lógica linear mostrava-se uma descrição extremamente parcial ou uma narrativa empobrecida. O processo de mudança só poderia ser descrito em uma linguagem própria e não linear, ocorrendo aos saltos em situação longe do equilíbrio.

A linguagem do que tem sido chamado de o novo paradigma da ciência, ou da complexidade, com a introdução da noção do tempo irreversível e da história dos sistemas como eixo fundamental de compreensão, introduziu os desdobramentos das teorias de auto-organização e da segunda cibernética. Esse novo quadro teórico gera uma nova compreensão de questões ligadas à estabilidade e à mudança, recolocando questões ligadas à subjetividade e à autonomia, com profundos impactos, para a teoria e prática da psicoterapia.

Neste contexto, a questão da conjugalidade se impôs como um foco, pois traduz não só uma narração da construção de um sentido historicamente

significativo, mas também uma interação que revela sua genealogia e contexto. Dentre estes pontos, parece-me centrais, na questão da conjugalidade, o processo de estabilidade e mudança, tanto em seu aspecto contínuo, quanto no descontínuo, e que, aparentemente, tem profundas implicações para a clínica sistêmica de casais.

Explorar estas questões, sob um enfoque eco-sistêmico, desenvolvendo uma compreensão sobre os padrões de formação e dissolução da conjugalidade contemporânea, não só corresponde a uma demanda real da prática clínica de casais, como também é fascinante.

### 1.3

#### Um roteiro de indagações

Algumas reflexões, relativas a cada pólo, envolvidas no processo de desenvolvimento de um modelo psicoterapêutico sistêmico orientado pelo construcionismo social se destacam pela sua relevância

É lugar comum, na perspectiva sistêmica, remeter a fundamentação epistemológica a uma discussão sobre a revolução paradigmática, que envolveria a ciência como um todo, repensando os processos de produção do conhecimento, seu valor e alcance, a partir da noção de causalidade circular; da inclusão do observador no sistema; da complexidade; dos processos de auto-organização; do tempo como criador de processos irreversíveis; e da consciência. Questões que não teriam lugar no paradigma Cartesiano-Newtoniano, e que reorientam novos olhares.

Pearce (1996) considera útil contrastar, dentro dessa discussão, as características comunicacionais do novo paradigma em relação ao paradigma Newtoniano-Cartesiano. No velho paradigma considerava-se que a linguagem referia-se a um mundo “lá fora”, ou seja, a linguagem seria representacional. A comunicação trataria de processos de transmissão de informações. Assim, a comunicação seria adequada se descreve o mundo real corretamente e se essa descrição fosse transmitida sem erros.

Pearce (1996) considera que no novo paradigma ocorre uma ruptura radical com esta visão da comunicação. Em primeiro lugar emerge a idéia de que a

linguagem constrói o “mundo”, e não simplesmente o representa. Em segundo lugar, a função da linguagem é construir “mundos sociais” humanos e não representá-los. O terceiro ponto é que a comunicação sucede o processo social primário.

Como nota Prigogine (1996, 2000; Prigogine e Stengers, 1991), os cientistas no novo paradigma concebem sua obra como um diálogo com a natureza, mesmo os interessados nas ciências naturais. Porém, parece ocorrer uma diversidade de opiniões sobre como pensar a comunicação. Dentre as diversas tendências, duas posturas parecem emergir: uma centrada na linguagem e outra nas atividades sociais como meio construtivo.

Gademer (1975), por exemplo, diz que vivemos imersos na linguagem e que não há nada fora dela ou, se há, não nos é possível conhecer. Um outro enfoque que não está em contradição com o anterior, mas constitui uma alternativa, sustenta que vivemos imersos em atividades sociais, que a linguagem está em nossos mundos, mas não é o parâmetro deles. É parte de todas as nossas atividades. Ela impregna a totalidade de nossas experiências, mas não é esta totalidade. Esse enfoque é característico do construcionismo social.

O Construcionismo Social baseia-se nos pragmatistas, sobretudo William James, John Dewey, Georg Hebert Mead. Também se apóia nos trabalhos de Wittgenstein, particularmente em seu último período, em sua ênfase nos jogos da linguagem e em sua observação de que as regras não são algo diferenciado da própria atividade. O terceiro ponto de apoio do construcionismo é a Teoria Geral dos Sistemas, incluindo Gregory Bateson com sua ênfase no pensar sistemicamente, e Ludwig Von Bertalanffy com sua ênfase em pensar sobre sistemas (Pearce, 1996).

Estas perspectivas parecem oferecer um quadro crítico para se pensar o processo social comunicacional que é o processo psicoterapêutico, ainda mais quando o foco deste é a relação conjugal, outro processo social comunicacional. Esses processos devem ser abordados como uma relação social, historicamente construída.

A construção de uma teoria psicoterapêutica deve, portanto, obedecer a condições de validação geral das ciências sociais, na qual o método de refutação empírico “Popperiano”, como critério de validade do domínio científico, mostra-

se insuficiente. Isto não invalida a condição de se precisar onde reside e como varia a força demonstrativa das teorias interpretativas que organizam a pesquisa empírica nas ciências sociais.

Uma grade conceptual de descrição do mundo histórico fortemente protocolarizada impõe graus de exigência na exemplificação empírica cuja força demonstrativa cresce à medida que se torna mais improvável a co-ocorrência das confirmações múltiplas e semanticamente conjuntas invocadas pela estrutura teórica da grade de descrição. Passeron (1995, p. 400).

Para o construcionismo social o mundo social consiste de atividades. Pearce (1996) considera que “*a substancia do mundo social são as conversações definindo-as como padrões de atividades conjuntas semelhantes a jogos*” (p. 177). Os seres humanos têm uma capacidade inata para criar seus lugares nestes jogos, participando dos padrões de interação, criando-os e sendo criado por eles. As identidades e significados ocorrem dentro destes espaços co-construídos.

Estas atividades sociais se estruturam seguindo certas regras de obrigatoriedade acerca do que devemos ou não devemos fazer. Somos participantes de um processo em curso cujos parâmetros não estão definidos e que não atuam de modo digital, mas analogicamente. Devemos, portanto, nos centrar no fazer e produzir para entender estes jogos descrevendo sua lógica deôntica. Não que existam estes jogos e regras em si mesmos, como fundamento da interação humana, mas um produzir socialmente construído que pode ser descrito como jogos e regras. Assim o método de abordagem não deve ser uma pergunta do tipo: como é possível? Mas uma genealogia: como surgiu?

Por outro lado, quando nos incorporamos a uma pauta social de um jogo, nunca nos incorporamos a um só jogo. Atos e ações consistentes com uma pauta, não o serão necessariamente com outra. Nossos atos são construídos com uma riqueza semântica e encaixados em diferentes nexos sociais. Um ato apropriado em um contexto pode não ser em outro, no qual eu estou imerso simultaneamente.

A construção de um modelo terapêutico construcionista social, voltado para conjugalidade, pode permitir a integração dos estudos sobre os padrões de interação conjugal, em sua complexidade de sistema social de significados em construção.

O desenvolvimento de uma intervenção terapêutica segue necessariamente o balizamento de um quadro de análise formalizador. O quadro sistêmico de análise reconhece em qualquer problemática uma relação de entrelaçamento, segundo uma lógica circular dos eventuais subsistemas, em uma globalidade com qualidades emergentes irredutíveis à análise das partes, e na qual o observador é participante e co-criador. No entanto, a noção de sistema desenvolveu-se passando de uma visão ancorada na primeira cibernética para outra perspectiva, a da 2ª cibernética. Sob o ângulo metodológico a definição de um sistema comporta pelo menos:

- Uma identificação dos elementos ou subsistemas que o compõem. Incluem-se as perguntas Quem define o sistema? Quem o constroem? Qual a sua genealogia?
- Inclui ainda uma especificação das características ou propriedades emergentes do sistema, que são frutos de um processo social e histórico, no qual o pesquisador necessariamente participa.
- Uma descrição das relações que regem as interações intra e inter-sistema, ou seja, aspectos comunicacionais, em retroação e reflexividade.
- Uma descrição dos estados sucessivos do sistema, ou sua genealogia e padrões de mudança, em sua possibilidade de criação do novo.
- E a relativização das descrições pela introdução da subjetividade de quem descreve o sistema, gerando um arco retroativo que rompe com qualquer pretensão a uma objetividade representacional.

O quadro sistêmico, qualquer que seja sua extensão, deve permitir vincular proposições teóricas a observações, isto é, estar aberto semanticamente e prestar-se ao teste empírico. O quadro de análise sistêmico incluirá, necessariamente, o recorte da subjetividade que descreve o sistema. Isto decorre da descrição em uma causalidade circular, na qual os observadores não só constroem o sistema observado como também são construídos por ele. Frequentemente, o estudo abordará apenas alguns aspectos de um sistema mais amplo, mas o quadro sistêmico permite uma orientação teórica que evita recorrer a um fechamento artificial ou prematuro, guiando a coleta dos dados e sua incorporação num



esquema coerente, e permitindo o uso de resultados de outras pesquisas, efetuadas no mesmo quadro, pertinentes a seu objeto.

A descrição dos sistemas humanos ocorre em termos de uma narrativa na qual os espaços descritivos de significado têm prioridade. O que está em questão não é a construção de uma descrição representacional, mas de uma genealogia de jogos e significados. A inclusão do observador no campo terapêutico, tanto do ponto de vista teórico como epistemológico, incluindo as novas perspectivas sobre auto-referência, reflexividade e complexidade, permite que, através um modelo sistêmico, se possa focalizar na subjetividade dos sujeitos, em uma multiplicidade contextual, dando lugar a uma clínica interessada na emergência do si-mesmo e das relações sociais, como uma questão entrelaçada. Desta forma, abandona-se uma perspectiva essencialista do si-mesmo, da identidade, a fim de trazer para o centro do interesse para a psicoterapia, aqueles processos através dos quais os sujeitos se constroem aos estabelecer práticas, conhecimentos, cultura, dinâmicas sociais, que retroativamente os constroem.

Essa metáfora do processo permite pensar a terapia de um ponto de vista qualitativo, incorporando dimensões éticas, estéticas e de criatividade, ao modificar a visão de um quadro técnico centrado em uma epistemologia representacional ou em uma ética do reparo.

Essa criatividade tem implicações éticas e, talvez, até políticas. As perturbações dos sistemas longe do equilíbrio em pontos de bifurcação, implicam no aparecimento de um campo de incerteza, e de generatividade, opções, escolhas e responsabilidades. Um enfoque desta natureza exige metáforas da virtualidade, daquilo que pode ser e do que não existe ainda. Assim, a construção e desconstrução dos futuros possíveis surgem nos interstícios das bifurcações, nos processos de crise, nos quais as possibilidades cognitivo-afetivas e de ação atualizam-se, sendo incorporadas nos quadros geradores de sentido e de novas práticas, produzindo novos sentidos. A interação conjugal constrói a conjugalidade no processo recursivo de significar as interações, e de ser significada.

A partir da compreensão dos sistemas humanos como geradores de significados, emerge uma nova forma de perceber a terapia. Ela só pode ser entendida como uma prática social que oferece a famílias, casais, pessoas ou

comunidades uma oportunidade para co-construir ativamente a sua narrativa e sua própria realidade existencial, criando uma ecologia possível. Pode-se entender, assim, a terapia como um processo singular e local, sem perder a globalidade de teorias e modelos. Clientes e terapeutas tornam-se produtores de qualidades emergentes nas subjetividades e mundos produzidos, ao mesmo tempo em que constroem epistemologias em ação e teorias singulares. Tal abertura gera um contexto de liberdade para criar e perceber conexões. As metáforas de alternância e co-construção de significados compartilhados substituem, assim, as até então hegemônicas de centralidade, baseadas na autoridade ou no saber do terapeuta.

As intervenções terapêuticas podem, então, buscar, não mais revelar uma realidade oculta, mas reconstruir o sentido dado de um modo eco-sistêmico. As interações conjugais podem ser entendidas em um circuito recursivo organizado em torno da apropriação do existencial, da intencionalidade, da ação, e da reflexão em um arco retroativo, no qual participa todo o sistema terapêutico. Isto modifica substancialmente o lugar do terapeuta. Já não se trata de corrigir um déficit comunicacional, ou de outro tipo, mas de restaurar a possibilidade de apropriação existencial. De colocar-se no lugar de co-autor da própria vida em contexto, e de estar habilitado para atuar. O lugar da técnica em um modelo terapêutico construcionista social não é do *know how* do reparo, mas da ética e de uma estética da co-construção ecológica.

Um modelo terapêutico pode ser visto como uma resposta à necessidade psicossocial colocada por diversas instâncias. Demandas sociais, como o aumento de famílias e casais como clientes, bem como avanços nos conhecimentos teóricos, novos questionamentos epistemológicos e avaliações das técnicas terapêuticas são as forças motivadoras desta proposta. Bem como das demandas emergentes daquilo que se convencionou chamar de crise da pós-modernidade, e do surgimento de novas formas de produção da subjetividade.

#### 1.4

#### **Construindo um caminho**

A metáfora da viagem, que orienta a construção deste texto, convida, após delinear um caminho percorrido, as instâncias, as dinâmicas e o objetivo a atingir, a, enfim, traçar um roteiro para o percurso que se inicia.

Minha proposta é deambular pelas instâncias já demarcadas, ou seja, epistemologia, metodologia, ética e estética, teoria e técnica, aprofundando questões, tecendo relações, construindo uma teia de significados que permita, a quem ousar entrar nela, jogar com os jogadores do julgo conjugal, transformando-o em jogo. Como teia, os conceitos serão ancorados nos quatro pólos descritos por DeBruyne et al. (1985), traçando suas relações, construindo, com o fio de um percurso narrativo, uma dinâmica circular. Certos conceitos destacam-se como balizadores desta proposta.

Parece apropriado partir da conjugalidade, tal como vivida no início do século XXI, com suas contradições e transformações e, sobretudo, com suas implicações para a construção de subjetividades. Outro tema relevante é realizar uma breve revisão das respostas que o campo da psicoterapia tem dado a estas demandas, abordando suas questões emergentes e eficácia. O uso de marcadores e preditores em psicoterapia, em especial, nos modelos interacionais sistêmicos e orientados pelo Construcionismo Social, é outro tópico de importância em seus desdobramentos, devido a sua relação com o estudo dos processos de mudança e estabilidade na conjugalidade.

A fecundidade da proposta sistêmica em seus desdobramentos, até o surgimento da perspectiva do Construcionismo Social, deve ser revisada, com interesse na terapia de casal. É fundamental discutir os aspectos epistemológicos do Construcionismo Social, justificando a sua escolha, descrevendo suas implicações epistêmicas, ontológicas, teóricas, técnicas, estéticas e éticas. Para assim, finalmente, construir um modelo de intervenção em terapia de casal, que seja orientado por marcadores e preditores de fases do processo terapêutico, e dos processos de formação e dissolução da conjugalidade, voltado para intervenções facilitadoras de construções auto-organizadoras das subjetividades e relações sociais, conjugais ou não, mas complexas e sinérgicas.

O resultado final, o jogo do jogo, uma teia entretecida em texto, agora apresento e convido o leitor a percorrer.

## 2

### Conjugalidade e novas formas de subjetividade

#### 2.1

##### Uma breve análise da conjugalidade

O objetivo deste capítulo é realizar um breve estudo das relações de produção da subjetividade nas relações conjugais na pós-modernidade, em função da mudança dos padrões de formação e dissolução da conjugalidade, apontando suas implicações para uma prática de psicoterapia de casal.

Na cultura ocidental do final do século XX e início do século XXI, a ideologia do casamento e diversos padrões, que envolvem a construção social das identidades masculina e feminina, passaram a ser questionados, o que gerou uma crise de identidade e de papéis no casamento e na família, possibilitando um aumento da mobilidade social. Essas transformações psicossocial e institucional do casamento se revelam em outros pontos, tais como na diminuição do número de casamentos formais, no aumento de ligações informais, e no nascimento de filhos fora de relações estáveis.

No final do século XX, uma surpreendente porcentagem de 10% das mulheres escolhia não se casar e cerca de 20% a 30% dos jovens desta geração escolheram não ter filhos. Os casamentos também estão ocorrendo mais tarde: nos Estados Unidos, cerca de 75% dos homens permaneceram ainda solteiros aos 25 anos na década de 1980, contra 55% da década de 1970 (McGoldrick, 1995). Observa-se o surgimento de alternativas ao modelo tradicional do casamento, com experiências de novos modelos de relacionamento, desde casamentos informais e abertos, até casamentos comunitários, poligâmicos, poliândricos e, ainda, uniões homossexuais, além de um grande aumento de padrões de experiências extraconjugais (Rogers 1985, Ferro-Bucher, 1999).

Neste quadro, não surpreende a ocorrência de um aumento do número de divórcios. Nos EUA, em 1962, ocorreram 413.000 divórcios, em 1983, 1.179.000, e para a década de 1990 considerava-se que mais de 50% dos casamentos terminariam em divórcio (Gottman, 1994, 1998). Atualmente, nos EUA, calcula-

se que, de cada dois casamentos, apenas um permanecerá estável (Goleman, 1998; Pinosof, 2002).

Hagestad (1988) nota que nos Estados Unidos, em 1967, apenas 10% dos casamentos terminava em divórcio, sendo a morte de um dos cônjuges o fim natural de 90% dos casamentos. No ano de 1974 esta tendência inverteu-se pela primeira vez, tendo o divórcio substituído a morte como principal causa do fim dos casamentos (Hagestad, 1988; Pinosof, 2002).

Assim, à medida que no quarto final do século XX o divórcio passou a ser a principal situação de dissolução do laço conjugal, novas formas de relacionamento familiar e conjugal, em larga escala, foram e estão sendo criadas no primeiro mundo ocidental, principalmente EUA e Europa, com reflexos em toda cultura mundial (Pinosof, 2002). No século XXI tal tendência parece permanecer (Pinosof, 2002; Gottman, Notarius, 2002; Gurman e Fraenkel, 2002), e parece estar se repetindo no Brasil.

De acordo com as pesquisas do IBGE (2003, 1996), o número de casamentos no Brasil parece estar caindo, o que revela uma mudança no perfil das famílias e das relações conjugais nas últimas décadas, apesar de, em 2003, ter ocorrido um aumento do número de casamentos da ordem de 4,7% em relação a 2002.

Em 2003, foram realizados 748.981 casamentos, representando apenas um retorno ao patamar de 1993 (745.826). As uniões legais registraram uma recuperação, em parte devido à realização de casamentos coletivos em diversas Unidades da Federação, em ações de parceria entre prefeituras e a Igreja Católica, para legalizar uniões consensuais. Apesar deste esforço, a taxa de nupcialidade legal<sup>1</sup> de 2003 foi de 5,9 %, menor que de 1993, que foi de 7,2. Mas o ano de 2003 apresentou leve recuperação em relação 2001 e 2002 (5,7 % em ambos).

Em 2003 observou-se que, entre as mulheres, a maior taxa de nupcialidade legal ocorreu no grupo etário de 20 a 24 anos (28,6‰). Para os homens, as maiores taxas apareceram no grupo de 25 a 29 anos (29,5‰). É importante notar que as taxas de nupcialidade legal feminina são, sistematicamente, mais baixas do que as masculinas a partir do grupo etário de 25 a 29 anos.

---

<sup>1</sup> A taxa de nupcialidade legal é a relação do número de casamentos realizados dividido pelo número de pessoas legalmente capazes.

A idade média ao casar, considerando-se o conjunto das uniões legais, vem aumentando sistematicamente desde o início da década de 1990. Em 1993, as idades médias foram 24 anos entre as mulheres e 27,5 anos para os homens, já em 2003, a idade média foi, respectivamente, de 27,2 anos e de 30,6 anos.

Ocorreu um significativo aumento no número de separações judiciais e divórcios de 1993 a 2003. O número de separações subiu de 87 885 para 103 529 e o de divórcios de 94. 896 para 138. 676, ou seja, de 17,8% e 44% respectivamente. Isto significa que, em 1993, para cada quatro casamentos realizados um divórcio ocorreu, enquanto que, em 2003 ocorria um divórcio para cada três casamentos realizados.

A idade dos cônjuges no momento das separações judiciais e dos divórcios também tem aumentado, sendo que a média de idade dos casais é mais alta no caso de divórcio do que no de separação judicial. Tal fato parece se dar em função da legislação vigente, instituída a partir da Constituição Federal de 1988, que exige pelo menos um ano de separação judicial ou dois anos de separação de fato para que o processo de divórcio possa ser iniciado.

No ano de 2003, 77,9% das separações judiciais e 68,7% dos divórcios foram consensuais. Nas separações judiciais e nos divórcios não-consensuais houve um padrão distinto dos requerentes da ação. Na separação judicial não-consensual, a proporção de mulheres requerentes (72%) foi, substancialmente, superior a de homens (28%). No entanto, em relação aos requerentes das ações de divórcio, as diferenças entre homens e mulheres são significativamente menores do que as encontradas nas separações judiciais (46,6% para os homens e 53,4% para as mulheres). Provavelmente, o crescimento de homens requerendo divórcio está associado ao fato de eles recasarem em maiores proporções do que as mulheres.

A proporção de casais com filhos menores de idade nas separações judiciais (61,9%) foi mais alta do que nos divórcios (45,3%). Em sua grande maioria, a responsabilidade da guarda dos filhos menores era das mães (91,4%), tanto nas separações quanto nos divórcios (89,7%), seguida pelos pais (5,1% nas separações e 6,1% nos divórcios). Somente em 3,5% das separações e 4,2% dos divórcios, ambos os pais eram responsáveis pela guarda de filhos menores (IBGE, 2003).

Resumidamente, as análises demográficas, realizadas com populações do mundo ocidental, revelam que em todos os grupos sociais a taxa de divórcio tem aumentado, estabilizando-se ao redor de um divórcio para cada dois casamentos. Quase a totalidade dos divórcios ocorre até os vinte anos de casados, sendo que a metade destes ocorre até o sétimo ano (Pinsof, 2002). No caso do Brasil, os dados demográficos sugerem uma mudança no perfil das experiências conjugais e familiares com um aumento do número de famílias reconstituídas, monoparentais, binucleares. Ao mesmo tempo, parece que a experiência conjugal tem adquirido um padrão de maior instabilidade e mobilidade. É importante notar o alto número de pedidos de separação judicial movido pelas mulheres. Tal fato parece se dever à mudança do papel feminino, ocorrida no século XX, e que permite à mulher questionar a relação conjugal e mesmo sentir-se segura para rompê-la. É significativo também o perfil amigável de maior parte das separações, revelando uma aquiescência social mais compreensiva do divórcio, embora, aparentemente, não desejado pela maioria dos homens (Férés-Carneiro, 2003, 2004).

As evidências sugerem que o divórcio tornou-se uma variante no ciclo de vida de inúmeras famílias e parece que esta tendência permanecerá nos próximos anos (Stern Peck, Manocherian, 1995; Gottman, 1998; Pinsof, 2002). Tal situação teve como consequência correlacionada o desenvolvimento de intervenções psicoterapêuticas específicas para casal (Gurman e Fraenkel, 2002), e o surgimento de importantes linhas de investigação científica da conjugalidade (Pinsof, 2002; Féres Carneiro, 1999, 2003).

Algumas perguntas impõem-se à medida que o divórcio tornou-se estatisticamente, se não culturalmente, o final dos casamentos: O que esta tendência revela? Quais suas implicações para a produção de subjetividades na pós-modernidade? O que este padrão revela sobre as possibilidades de formação de laços estáveis entre seres humanos? O que isto implica para as expectativas de permanência do casamento e para teorias sobre a conjugalidade? É possível que esta mudança indique a emergência de um novo paradigma para a conjugalidade no século XXI? E, finalmente, de uma perspectiva clínica, qual o impacto desta mudança para as teorias e práticas da terapia de casal?

Todas estas perguntas necessitam ser devidamente abordadas através de maiores pesquisas e reflexões. Porém, ainda que não possamos responder

devidamente a elas, é fundamental tê-las em mente, pois é hora de nos movermos para além da interpretação dos indicadores sociais do divórcio como marcadores de uma crise sócio-cultural. Uma vez que tal abordagem parece reduzir, equivocadamente, a solução do problema a controlar os fatores causadores da situação, como políticas para a família, leis mais rígidas, como defensores do casamento à “todo custo”, ou mesmo da proposição de técnicas terapêuticas voltadas para a manutenção do laço conjugal, desconsiderando importantes questões ligadas a produção da subjetividade na pós-modernidade (Pinsof, 2002).

Em relação ao impacto de diferentes modalidades de leis sobre a taxa de divórcio, é importante assinalar o trabalho de Marvell (1989) que, ao estudar o impacto de leis não culpabilizantes sobre o divórcio, em 38 estados dos EUA, conclui que não tiveram nenhum efeito. E, por outro lado, como nota Michael (1988) leis rígidas não impediram o aumento do número de divórcios.

É preciso abordar a família e o casal pós-divórcio como uma unidade não patológica, mas com características próprias e com necessidades específicas, como fez Goldsmiths (1982) em seus esforços de definir o que chama de família bi-nuclear. Apenas assim poderemos responder adequadamente a demanda de novas formas de relações sociais e subjetivas.

## 2.2

### **Conjugalidade e divórcio: uma visão sistêmica**

Dentro da perspectiva sistêmica, a formação da conjugalidade, núcleo básico da formação da família, pode ser compreendida como um arranjo natural, propiciador do desenvolvimento humano e da diferenciação da personalidade, tanto dos membros do casal como da prole. Ao mesmo tempo, a escolha e a formação do casal encontram-se marcadas por fatores sociais e familiares que podem ser altamente disfuncionais e paralisadores do processo de diferenciação e humanização (Bowen, 1978; Foley, 1995; Minuchim, 1992; Haley, 1984b). Portanto, não se deve pensar a crise do casamento contemporâneo como um momento de perda de uma instituição muito bem adaptada e saudável, mas como uma ruptura em padrões sociais e familiares que trazem consigo normas sociais e familiares muitas vezes disfuncionais (McGoldrick, 1995).



A pressão social, o estigma do divórcio e o fato de a mulher depender economicamente do marido, que antes mantinham os casais juntos, hoje já não são o “alicerce” do casamento. Mudanças na instituição do casamento não são novas. Na crise contemporânea, parece ocorrer uma mudança nos padrões do relacionamento entre indivíduos, com um aumento da mobilidade social, tornando possível que relações insatisfatórias possam ser resolvidas com o rompimento conjugal.

Não parece, porém, que a instituição casamento esteja agonizante, mas que estejamos, enquanto cultura, em busca de padrões mais satisfatórios e funcionais de relacionamento amoroso que propiciem condições melhores para o processo de diferenciação e desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros (Bowen, 1978; Goleman, 1998; Féres-Carneiro, 1999; Jablonski, 1999, 2003).

Portanto, não se deve pensar a “crise” da conjugalidade contemporânea como um momento de perda de uma instituição muito bem adaptada e saudável, mas como uma ruptura em padrões psicossociais que trazem consigo normas sociais e familiares disfuncionais, a serviço de uma ideologia dominante (McGoldrich, 1995).

Na modernidade, a união conjugal tinha um valor precípuo e sua manutenção deveria ser mantida a qualquer preço, conforme a expressão; “até que a morte nos separe”. As mulheres deveriam manter-se fiéis e dedicadas à criação dos filhos, obedecendo a autoridade do marido, em uma repetição de uma relação de submissão socioeconômica. A vida pública era reduto exclusivo dos homens. Os papéis eram claramente marcados e diferenciados. A desigualdade era aceita e reforçada socialmente, sem qualquer preocupação com os aspectos afetivos e sexuais da mulher.

Jablonski (1999, 2003), por exemplo, tem colocado em relevo o fato de que, mesmo hoje, em nossa cultura, o casamento provoca uma descontinuidade muito profunda na vida das mulheres. Em quase todos os aspectos – físico, mental, e mesmo nas estatísticas criminais – as mulheres solteiras são mais sadias que as casadas (Apter, 1985). Estes resultados, provavelmente, devem-se aos padrões de dominação que as sociedades e famílias tradicionais impõem às mulheres, reprimindo-as. Além disso, as mulheres demonstram se adaptar melhor e mais rapidamente à situação pós-divórcio que os homens, parecendo indicar que o

padrão do divórcio contemporâneo pode ser um evento mais estressante para os homens do que para as mulheres (Gurin, Veroff e Field, 1980). Féres-Carneiro (2003, 2004) ressaltava também o mesmo padrão de estresse masculino, notando que isto pode estar relacionado ao fato de que, na maior parte das separações, as mulheres permanecerem em casa com os filhos enquanto que os homens têm de se mudar e enfrentar as dificuldades de uma adaptação com inúmeras perdas.

Por outro lado, apesar do estereótipo de que o casamento deve ser algo que os homens devem temer e evitar, devido às perdas que ao homem seriam impostas (Jablonski, 2003), muitas pesquisas indicam o contrário, qual seja, o casamento melhora a saúde física e mental dos homens, estando relacionado, até mesmo, com a melhor possibilidade de sucesso profissional (Gurin, Veroff e Field, 1980).

Assim, as novas formas de relacionamento, que emergem na pós-modernidade, podem ser vistas como um movimento libertário contra uma estrutura psicossocial de domínio e exploração, característica das sociedades capitalistas modernas. Portanto, os movimentos sociais característicos da pós-modernidade talvez possam ser compreendidos, mais adequadamente, dentro desta perspectiva, como tentativas de resistências e escape aos processos de sujeição, exercidos via biopolíticas do poder, como assinalou Foucault (1982), o que não impede que sejam capturados e re-utilizados por outras instâncias (Hard e Negri, 2002).

## 2.3

### **Padrões da conjugalidade na pós-modernidade**

A experiência conjugal pós-moderna surge como um processo que pode ser mais bem compreendido se contextualizarmos suas raízes pré-modernas como fez Gottlieb (1993), que escreveu extensivamente, de uma perspectiva histórica, sobre a família no mundo ocidental, do período da peste negra até o início da era industrial, como um arranjo social para enfrentamento de situações profundamente adversas que se impunham:

... a maior parte dos casamentos acabava em dez ou vinte anos, não devido à deserção ou ação legal, mas devido à morte. A fragilidade da vida era algo que não se podia negar. A fragilidade do casamento era também profundamente arraigada

na consciência de todos, porque dificilmente alguém crescia com ambos os pais ou avós. Do ponto de vista dos cônjuges isto significava que por mais que fossem um pelo outro, eles sentiam igualmente a necessidade de fazer preparativos para um futuro sem o outro. O contrato de casamento era essencialmente uma preparação para a viuvez. Para casais que não se davam bem não era irreal sonhar com a libertação através da morte. (Gottlieb, 1993, p. 108.)

Casamentos eram vistos como relações permanentes, mas também como instáveis e de curta duração. Kuklo (1990) relata que no período pré-industrial, em muitas vilas na Europa, a duração média dos casamentos era de 15 anos, sendo que a maioria destes terminaram em viuvez. De fato, nos anos pré-industriais, cerca de um terço de todos os casamentos era em segundas ou terceiras núpcias. Em períodos de guerra esta proporção chegava a cinquenta por cento.

Na modernidade, com o aparecimento da sociedade industrial ocidental, importantes mudanças ocorreram no contexto econômico e sociocultural, refletindo na construção de novas formas de família. A família patriarcal deu lugar à família nuclear. Essa mudança foi marcada por um processo de reconstrução das relações familiares, no entanto a expectativa em relação à estabilidade da relação conjugal permaneceu constante. Mudanças significativas ocorreram na taxa de divórcio à medida que a expectativa de vida aumentou. Nos Estados Unidos, de 1900 a 2000, a expectativa de vida aumentou de 48 para 74 para homens brancos, e de 51 para 80 para mulheres. Outros grupos como hispânicos e negros tiveram aumentos ainda maiores, de mais de 30 anos, porém, partindo de uma expectativa inicialmente menor.

Assim, se o fim mais comum para o casamento era a morte e a população passou a viver mais era de se esperar que vivessem casamentos mais longos. No entanto, isto não ocorreu. De fato, a ocorrência do divórcio passou a ser maior, estabilizando o tempo médio de duração dos casamentos ao redor dos 20 anos.

Michael (1988), ao estudar os fatores envolvidos no aumento populacional do divórcio nos EUA de 1960 a 1980, usando uma complexa análise regressiva, refutou tanto o aumento da idade da população, bem como a localização geográfica como estando relacionadas como causas diretas ao aumento da taxa de divórcio. De fato, a variável que Michael (1988) encontrou relacionada foi a redução de fertilidade, que caiu nos EUA de 3,42 em 1961 para 1,63 em 1974 e se manteve estável desde então. De acordo com Michael (1988) e Becker (1981), ter

um filho reduz, estatisticamente, em 30% a possibilidade de ocorrência de divórcio, ter outro, mais 30%. Este dado mesmo isoladamente parece apontar para relações das novas formas de conjugalidade e os novos papéis biopsicosociais da mulher e do homem, na pós-modernidade, em contraste com o período da modernidade.

Uma pergunta se impõe: como se caracterizaria então as relações conjugais na pós-modernidade?

Inicialmente, é preciso caracterizar o que se tem chamado de pós-modernidade. Jameson (1995) nos lembra que, mais do que um período histórico, a pós-modernidade se caracteriza por uma ruptura com a visão moderna de mundo e de homem, uma resposta cultural ao capitalismo tardio, ou às novas formas de dominação nas quais a própria cultura torna-se mercadoria de consumo.

... assim na cultura pós-moderna, a própria cultura se tornou um produto e o mercado tornou o seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era ainda que minimamente e de forma tendência, uma crítica à mercadoria, um esforço de força-lá a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo. (Jameson, 1995, p. 14)

Para este autor são características fundamentais do discurso pós-moderno: uma recusa de metas-narrativas, ou de qualquer projeto metafísico; uma ruptura na temporalidade, com uma contração temporal em uma eterna referência ao discurso presente; uma crítica do representacional; um esmaecimento de fronteiras e limites.

O discurso pós-moderno assume uma tarefa ideológica fundamental, ou seja, a de coordenar as novas práticas e hábitos sociais e mentais, em novos padrões de organização e de produção econômica, que geram novas formas de subjetividade. Estas formas de subjetividade são capturadas por forças de produção, ou de agenciamentos, que constituem os novos tipos de dominação e de sujeição a serviço de novas forças de dominação político econômica, descritas como capitalismo tardio (Jameson, 1995). Tais formas de dominação são compostas por uma rede de empresas transnacionais com interesses econômicos, que rompem com a política nacionalista e imperialista dos Estados modernos, introduzindo uma lógica de produção que rompe com delimitações e fronteiras,

características desses. Cria-se, assim, nova divisão internacional do trabalho, na qual as diferenças das condições de produção são exploradas em uma perspectiva transnacional, ao romper barreiras e divisões tradicionais.

Do ponto de vista econômico, instala-se uma dinâmica vertiginosa de transações bancárias internacionais e de bolsas de valores, que transforma a versão capitalista imperialista em uma instância global de controle financeiro das imensas dívidas do 2º e do 3º mundo. Instala-se uma nova distribuição de trabalho com a passagem da produção industrial e agrícola para o 3º mundo, e concentração da área de serviços no 1º mundo. Isto cria uma crise das formas de trabalho tradicional, pela introdução de diferentes modos de produção e de distribuição do trabalho com alteração nas relações de mais valia. Surgem novas classes sociais, como os “Yuppies”, que introduzem novas formas de subjetividade (Jameson, 1995; Hard e Negri, 2002). Novas formas de relacionamento de mídias, transportes, computadores, novas formas de tecnologias de produção e de comunicação introduzem rupturas nas identidades produzindo novas formas de subjetivação (Nicolaci-da-Costa, 1998).

Jameson (1995) nos lembra que, na pós-modernidade, a relação entre os meios de produção econômico-sociais na pós-modernidade, e o cultural não é uma rua de mão única, mas uma interação contínua e recíproca, na qual são produzidas subjetividades específicas através de modos de sujeição, que, por sua vez, produzem um campo político, social e cultural, em uma atividade retroativa:

O Pós-moderno deve ser visto como a produção de pessoas pós-modernas, capazes de funcionar em um mundo socioeconômico muito peculiar, um mundo cujas estruturas, características e demandas objetivas - se dispuséssemos de uma exposição adequada delas - constituiriam a situação para a qual o pós-modernismo é a resposta, e que nos dariam algo mais decisivo do que a teoria do pós-modernismo. (Jameson, 1995, p. 18).

A organização sócio-cultural e econômica reflete-se, portanto, na construção das subjetividades e nas formas de vinculação social, afetiva e sexual, tais como as experimentadas na conjugalidade. E que parece estar se caracterizando pela ausência de um modelo único, ou melhor, pela expressão em um modelo de multiplicidade de identidades e papéis que, respondendo a múltiplos contextos, tornam-se contraditórios, ao levar a novas formas de defesa, como o

descompromisso, e uma organização psíquica difusa. Assim como Lasch (1991), que nos fala sobre um culto das relações interpessoais pouco exigentes, Vaitsman (1994) ressalta:

o que caracteriza a família e casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja, enquanto um discurso normalizador das práticas. (Vaitsman, 1994, p. 19).

Observamos, então, que as relações de casamento, ainda que norteadas pela busca de satisfação afetiva sexual, são atingidas pelas forças de sujeição, trazendo sinais de destruição e recriação, pontuadas por resistências às forças de dominação.

Casamentos que insistem em se manter convencionais, na tentativa de repetir um padrão de valores modernos, coexistem com novos estilos de conjugalidade, como manda o padrão mundial de consumo. Outros sujeitos, com suas subjetividades múltiplas, submetidas às forças de produção, levam à produção de famílias monoparentais ou bi-nucleares, e a crise do par conjugal (Mello da Silveira, 1998).

Podemos observar esses padrões em diferentes aspectos das experiências conjugais: na sexualidade, na afetividade e nas relações familiares, nas quais se experienciam novas identidades pautadas, ora nos indivíduos, ora no social. A multiplicidade de papéis, com o abandono dos considerados tradicionais, vivenciados em uma rápida sucessão, levam a uma experiência subjetiva de fragmentação. No caso da mulher, além do abandono da posição de “rainha do lar”, com a demanda para entrada no mercado de trabalho, a maternidade deixou de ser vivida como o aspecto marcante da subjetividade feminina. O papel de mãe e esposa choca-se com o de profissional, levando a uma fusão entre o público e o privado.

No caso do homem, ele perde o lugar de figura de força e poder, esmaecido, primeiro pela autoridade pública, depois pelas mulheres. Encontra-se perdido entre identidades difusas e em mudança. Já não é mais o pai moderno, com quem os filhos têm de disputar o poder, admirando-o e odiando-o, e nem o macho dominador, “o cabeça” do casal capaz de fazer o seu desejo prevalecer sobre a esposa. Perdido, aloja-se em um lugar mais distante nas relações da família.

Os papéis definidos rompem-se, esmaecendo fronteiras entre marido e mulher e filhos. Surge a família igualitária. As relações conjugais tornam-se mais instáveis, na busca dessa igualdade e da individualidade submetida a campos de multiplicidade contextual. Passam a se sustentar, quase que totalmente, na satisfação sexual e emocional que por sua vez, torna-se instável e volúvel.

Padrões de relação, antes vistos como desvios, passam a conviver com relações formalizadas, havendo uma heterogeneidade nos relacionamentos afetivo-sexuais. Não desaparecem os traços do modernismo, surgem outros que convivem com os antigos. Não se confia mais que duas pessoas são feitas uma para a outra. O casamento não é mais para toda vida. Mas qual é o *status* da experiência pós-moderna no Brasil?

## 2.4

### **A conjugalidade no Brasil da pós-modernidade**

A família no Brasil apresenta diferentes padrões de organização, ao longo de sua história, desde o modelo patriarcal característico do Brasil colonial até a família nuclear monogâmica, característica da modernidade (Candido, 1951).

Na sociedade brasileira vemos a família, nos últimos anos, sofrer rápidas e profundas mudanças estruturais, tanto na composição de seus membros como na inter-relação de seus papéis. Inúmeras pesquisas têm objetivado o estudo da família em transformação (Féres-Carneiro, 1999, 2003, 2004; Jablonski, 1999, 2003). Vemos reflexos deste momento de crise, com o aumento do número de divórcios, aumento de famílias monoparentais, surgidas, sobretudo, de separações (Grzybowski, 2002).

Observamos o surgimento de famílias reconstituídas com diferentes estruturas e configurações (Féres-Carneiro, 1999, 2003; Jablonski, 1999, 2003; Wagner, 2002), bem como o surgimento de casamentos entre homossexuais, sexo na Internet, novas tecnologias como meio de busca e expressão afetivo-sexual (Nicolaci-da-Costa, 1998). Esta situação marca a crise da identidade masculina e feminina com o surgimento de novos papéis para o homem e a mulher, em parte pelo aumento da liberdade sexual feminina e da demanda de qualidade nas relações, levando ao aparecimento de novas formas de relação a dois, como o

“ficar”. Frente a este quadro, tem ocorrido um aumento do número de homens com disfunções sexuais, perda dos referenciais de papéis parentais claramente definidos, e ainda uma sobrecarga das funções da mulher, com acúmulo do papel parental, e de provedora (Wagner, 2002).

Nesta circunstância observa-se a produção de relações insatisfatórias, que podem terminar em divórcio ou manter-se em padrões disfuncionais. Casais em ambas as circunstâncias têm procurado o contexto clínico colocando para o terapeuta de casal novas questões ligadas aos padrões de formação e manutenção da conjugalidade e de sua ruptura e conseqüências.

A crise da dissolução de vínculos conjugais está relacionada com conseqüências negativas para a saúde física e mental dos esposos (Levinger e Moles, 1979) e filhos (Emerly, 1988). Em seu estudo, Blomm, White e Archer (1978) relataram que pessoas divorciadas correm um risco seis vezes maior de serem hospitalizadas por distúrbios psicológicos e duas vezes mais de cometerem suicídio que pessoas casadas, além de apresentarem um índice maior de doenças físicas, acidentes de carro e abuso de drogas.

Mais do que uma relação entre uma tendência de portadores de uma psicopatologia para o divórcio, esses dados sugerem a forte vulnerabilidade psicológica de indivíduos durante o processo de separação (Stern Peck, Manocherian, 1995). Embora fatores emocionais disfuncionais antecedentes possam estar envolvidos, eles podem tanto contribuir para a separação, quanto para a estabilidade do laço conjugal (Laderer e Jackson, 1968; Gottman, Swanson e Murray, 1999). A insatisfação conjugal não implica, necessariamente, em divórcio, e padrões disfuncionais podem mesmo estabilizar uma relação em longos períodos de tempo, conforme observações realizadas desde a década de 1950 (Lidz, Terry e Fleck, 1958; Wynnie, 1958; Laing e Esterson, 1964; Foley, 1985; Gottman, 1998).

A conjugalidade revela ainda aspectos psicossociais relevantes que traduzem novos modos de produção da subjetividade na pós-modernidade.



## 2.5

### A construção da subjetividade na pós-modernidade

Na metade do século XX e início do século XXI, as ideologias e práticas do casamento, e todos os padrões que envolvem a construção psicossocial das identidades masculina e feminina, passaram a ser questionados, gerando uma crise de identidade e de papéis sociais na família e nos padrões de interação conjugal, como assinala Vaitsman (1994):

As formas e conteúdos do casamento e família que há cerca de duas décadas vêm se difundindo e ganhando legitimidade entre segmentos das classes médias urbanas compartilham muitos dos traços que em diferentes áreas do pensamento, da arte e da cultura conformaram-se com uma tendência pós-moderna. Na literatura, na arquitetura, na arte, no discurso filosófico. Nas práticas econômicas e políticas, assim como no casamento e na família a heterogeneidade, a pluralidade, a flexibilidade, a instabilidade e a incerteza tornaram-se a regra. (p. 18)

São diversos os fatores sócio-culturais envolvidos na mudança dos padrões do casamento contemporâneo, tais como a ampliação do estado de direito e democracia; o movimento de libertação feminino; a abertura do mercado de trabalho à mão-de-obra feminina; novos papéis e direitos; a crise pós-moderna.

Cada um destes fatores modificou e foi responsável por reflexos nos padrões psicossociais, resultando em mudanças na estrutura ideológica, sócio-cultural, econômica e psicológica. Instalou-se, assim, uma crise dos papéis sociais, antes definidos segundo uma ótica capitalista, patriarcal e falocêntrica, possibilitando uma maior mobilidade psicossocial (Ferro-Bucher, 1999). É possível pensar que se, por um lado, essa crise indica uma ruptura nos padrões psicossociais, ela também marca a transformação da relação homem-mulher, produzindo novas formas de sujeição e de subjetividades.

Esses são sinais do novo campo de construção da subjetividade a que a relação conjugal está submetida. A resposta a essa crise ocorre por uma multiplicidade de modelos, que implicam diferentes papéis, implicitamente incongruentes e conflitantes. O discurso corrente fala de relação amorosa, na qual é preciso preservar o “espaço”, garantir a “individualidade” e a “privacidade” dos parceiros. A construção de novas formas e configurações familiares, por outro lado, tem servido de campo para novas formas de subjetivação, na qual os

modelos tradicionais de famílias nucleares parecem não oferecer suporte (Falcke, Dielh e Wagner, 2002; Diehl, 2002; Ferro-Bucher, 1999; Wagner, 2002; Féres-Carneiro, 1999; 2003).

Multifacetado, com uma variedade enorme de funções, sem tempo para perceber-se, em cada mudança que acontece, o sujeito da pós-modernidade, vê-se fragmentado, mais do que nunca, cindido entre o sentir, o pensar e o agir. Esta diversidade de modelos provoca crises e sintomas, realimentando-se deles.

Mudanças na instituição do casamento não são novas. Na “crise” contemporânea, a mudança nos padrões do relacionamento homem-mulher, com um aumento da mobilidade social, possibilitaram que relações insatisfatórias fossem resolvidas com o rompimento conjugal. Porém, mesmo neste período de “crise”, casamentos satisfatórios e estáveis continuam a ocorrer e parecem possuir padrões indicativos da existência da possibilidade de construção de vínculos conjugais funcionais (McGoldrick, 1995; Gottman, 1994; Gottman e Levenson, 1992). Não parece, apenas, que a instituição casamento esteja agonizante, mas que estejamos, também, em busca de padrões mais satisfatórios de construção de relacionamentos amorosos que propiciem condições melhores para o processo de diferenciação e desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros (Bowen, 1978; Goleman, 1998).

Novas formas de construção de conjugalidades produzem e são produzidas por novas formas de subjetividades, propondo novos desafios à compreensão da clínica da Psicoterapia de Casal.

Como assinala Pinsof (2002):

Apesar do fato que a transição “morte-para-divórcio” fosse aparente nos últimos 25 anos do século XX, a linha corrente predominante das políticas sociais, leis, práticas de pesquisa, e modelos de intervenções clínicas para conjugalidade derivam do casamento como se fosse para toda a vida, seguindo o modelo tradicional de casamento ‘até-que-a-morte-nos-separe’. Como resultado elas estão desincronizadas com as novas realidades emergentes normais do laço conjugal do ocidente. Elas têm sido forçadas de alguma forma para acomodar o aumento do número de divórcios, a realidade monoparental e das famílias bi-nucleares, mas em larga medida ainda se baseiam em um normativo e tradicional casamento para toda a vida. (p. 149).

Novas formas e modelos para abordar a conjugalidade são, portanto, necessários. Esta situação convida a uma reflexão sobre a prática da psicoterapia de casal e família e seu papel na construção da subjetividade na pós-modernidade

Neste contexto, é necessário construir novas abordagens psicoterapêuticas que respondam às demandas dos sujeitos no contexto pós-moderno. Porém, não se pode buscar responder estas questões com modelos de organizações subjetivas originadas da modernidade que, presentes nas teorias personalistas e identitárias clássicas da psicoterapia, levam a discursos e teorias centradas na conceituação de identidades construídas em um “si-mesmo” auto-referente e monádico.

É necessário pensar em novas abordagens terapêuticas que respondam às questões colocadas pelas novas formas de subjetivação e que, ao mesmo tempo, permitam uma reflexão crítica sobre o lugar da produção da subjetividade na clínica de casais, contribuindo para a construção de um novo modelo de conjugalidade.

Contudo, o universo do campo de terapia de casal e família é muito rico, e novas propostas devem balizar-se dentro dessa realidade. Todavia, a prática clínica se valida a partir de seus resultados, implícita ou explicitamente, qualquer que seja o método proposto, todo modelo de Psicoterapia justifica-se pela sua eficácia. Isto é, supõe que a evolução de um dado quadro clínico é mais benéfico com o uso de seu método terapêutico que em sua ausência. Essa visão tem implicações, não só teóricas, mas também epistemológicas, tendo em vista a diversidade de modelos propostos no campo da psicoterapia de casal, e sua variedade de pressupostos. A proposição de qualquer modelo terapêutico deverá, portanto, balizar-se não apenas em razões teóricas, mas também pelos resultados das pesquisas sobre Terapia de Casal e sua eficácia terapêutica.

### 3

## Terapia de casal: uma breve revisão

O campo da terapia de casal desafia a possibilidade de uma revisão simples, pois muitas correntes, tendências, diferentes abordagens e perspectivas afloraram e conviveram em períodos históricos e gerações de psicólogos, simultaneamente. A evolução das abordagens, metodologias e teorias tampouco é linear, o que impede uma descrição simples da história do campo.

A história não é neutra, e nem o é uma revisão, o que obriga o autor a definir seus parâmetros. O objetivo desta revisão é, portanto, refletir sobre o campo doxológico da psicoterapia de casal, e não realizar uma profunda descrição histórica. Porém, a história tem consequências, pois cria o contexto no qual nossos atos adquirem significados, e sugerem direções e objetivos. Assim, a minha escolha metodológica não é abordar a história da Psicoterapia de Casal enquanto objeto, mas as revisões realizadas por eminentes profissionais e autores do campo.

Esta abordagem parece oferecer a possibilidade de explicitar como o campo da Terapia de Casal tem sido visto, por seus praticantes, ao longo dos anos, bem como apontar momentos pivotais e contribuições teóricas consideradas seminais, indicando mudanças de objetivos, metodologias e teorias envolvidas.

As revisões do campo da psicoterapia de casal apresentam algumas características notáveis que revelam “mitos” e discordâncias, dos autores que trataram o tema, sobre pontos importantes como as raízes históricas, filiações, e importância de autores seminais. É significativa, primeiramente, a existência de poucas revisões, históricas ou conceituais, sobre o desenvolvimento do campo, comparativamente a outras modalidades de atendimento clínico psicológico, o que leva Gurman e Fraenkel, (2002) a afirmar que: “*A Psicoterapia de Casal é uma área da prática psicoterapêutica que é longa em história, mas curta em tradição*” (p. 199).

E mesmo as poucas revisões do tema trazem profundas diferenças que se revelam em certos mitos. É comum os autores afirmarem desconsiderando outros autores, em uma aderência a identificações teóricas de sua época, a ascendência recente da terapia de casal, como fazem Olson (1970), Haley (1984a) entre outros

(Framo, 1996; Broderick, Schrader, 1991). A delimitação das raízes tradicionais da Terapia de Casal também é divergente, contribuindo para o mito da ascendência recente, como apontam Gurman e Fraenkel (2002). Os trabalhos de revisão parecem discordar sobre quais critérios de recorte e de importância deveriam ser considerados, na construção de uma história da Psicoterapia de Casal. Conceitualmente, portanto, diferentes origens históricas e conceituais são atribuídas à Psicoterapia de Casal, desde desdobramentos da tradição do Aconselhamento Matrimonial à Terapia Sistêmica de Famílias, passando por aplicações da Psicanálise e da abordagem da Psicologia Comportamental e Cognitiva à situação conjugal.

Outro ponto de desacordo, entre os revisores, está na avaliação dos avanços realizados e da maturidade do campo da Psicoterapia de Casal, sendo que, muitas vezes, são citados e discutidos os mesmos autores e trabalhos como referência e validação de suas conclusões. Gurman e Jacobson em sua revisão de 1995, por exemplo, declararam que a terapia de casal havia chegado à maturidade em função de sua:

...maior atenção ao significado dos valores pessoais e culturais; uma mais balanceada apreciação da interdependência de fatores interpessoais e intrapsíquicos no relacionamento do casal (...) Um aumento da ênfase nas intervenções operacionais uma abordagem mais honesta da eficácia da terapia de casal; e ligações mais sólidas com relevantes profissões e disciplinas. (p. 6.)

Johnson e Lebow (2000) questionaram essa assertiva considerando-a prematura. Gurman e Fraenkel (2002) discordam desta crítica, considerando que Johnson e Lebow (2000) apontam exatamente para sua conclusão ao citarem, neste mesmo artigo como base para sua argumentação, muitos dos mesmos trabalhos, autores e contribuições mencionados por Gurman e Jacobson (1995). Esta discordância parece estar também relacionada com o viés teórico do revisor que, ao abordar o desenvolvimento do campo, tende a ressaltar as contribuições de sua linha teórica.

Freqüentemente o campo é descrito metaforicamente, com imagens que corresponderiam a uma perspectiva de desenvolvimento e crescimento rápido. E, sua longa história é, freqüentemente, esquecida ou desconsiderada, bem como suas contribuições e importância. Olson (1970), que parece ter sido o primeiro

revisor da história do campo, escreveu ao longo dos anos, sucessivas revisões sobre os desdobramentos e descobertas. Em 1970, descreveu o campo da Terapia de Casal como sendo o mais “novo” e que “*não havia ainda desenvolvido uma sólida base teórica e que suas principais hipóteses e princípios ainda deveriam ser testados*” (Olson 1970, p. 501). Seis anos após, considerou que o campo havia “*saído de sua infância*” e mostrava “*sinais de maturidade*” (Olson e Sprenkle, 1976. p. 326). Em 1980 Olson afirmou que o campo já havia chegado à “*jovem maturidade*” (Olson, Russel, Sprenkel, 1980, p. 974). Gurman e Fraenkel (2002) consideram esta afirmativa otimista, mas não fundamentada. Este tipo de discordância parece permear as revisões sobre o campo.

É curioso que a primeira e única revisão do campo de Psicoterapia de Casal realizada após o ano 2000, publicada em revista especializada indexada ao “Psiclit”<sup>2</sup>, tenha sido no periódico “*Family Process*” (Gurman e Fraenkel, 2002). Pois, como nota Framo (1989), quando da criação da AFTA, “*American Family Therapy Academy*”, no final da década de 70, a então AAMFC “*American Association for Marriage and Family Conseling*” e atual AAMFT “*American Association for Marriage and Family Therapy*” reagiu com verdadeiro alarme, pois: “*do ponto de vista da AFTA o campo do Aconselhamento Conjugal e Terapia de Família eram duas áreas separadas cada qual com sua própria história, conceitos, e práticas*”. (Framo, 1989, p. 12).

Essa importância é apontada por Gurman e Fraenkel (2002), os autores do artigo de revisão, ao notarem que:

A ironia de que a série especial de artigos sobre terapia de casal seja publicada aqui, em vez de algum outro periódico afiliado ao tema, não pode ser minimizada. Muitos dos primeiros pioneiros da Terapia de Família explicitamente destacaram que Terapia de Casal não era o foco central no seu trabalho, ou efetivamente a colocaram em esquecimento meramente por não mencionarem o seu papel. (p. 200).

Isto é notável, ainda hoje, já que, na maior parte dos livros sobre terapia de família, o tema não é mencionado ou, quando o é, aparece apenas em uma porção reduzida do texto. Isto revela outro importante mito: o da pequena importância da Terapia de Casal na prática clínica. Esse mito parece ter duas importantes fontes.

---

<sup>2</sup> Consultado em Agosto de 2004 através do site da Capes ([www.capes.org.br](http://www.capes.org.br))

De um lado, a da tradição clínica de atendimento individual, na qual a entrada de qualquer outro membro da família na terapia, e em especial a do parceiro, era e é, na maioria dos modelos, vista como arriscada e ameaçadora aos objetivos terapêuticos. A quase totalidade dos modelos desenvolvidos para psicoterapia no século XX seguiu este padrão. E mesmo os modelos de atendimento de psicoterapia de grupo contra-indicavam a presença de membros da mesma família no grupo terapêutico, e mais ainda do parceiro conjugal. De outro lado, a tradição da Terapia Sistêmica de Famílias incluiu a família como um todo e, aparentemente, minimizou o foco no casal. Isto se revela em livros-texto sobre Terapia Sistêmica de Família como o de Nichols e Schawartz (1998), que possui aproximadamente 2% de suas páginas dedicadas à Terapia de Casal, ou o livro de Gurman e Kniskern (1981) que dedica apenas um quarto dos capítulos ao tema.

Isto não significa que autores do campo da Terapia Sistêmica de Família não reconheçam ou não apontem a importância da abordagem do casal no tratamento da família. Pois, como Nataniel Akerman (1970) apontou: “*a terapia da desordem conjugal é o núcleo da abordagem para a mudança familiar*” (p. 124). Essa relevância também é dada por outros autores como Virginia Satir, Donald Jackson, Jay Haley, Salvador Minuchim, e Murray Bowen. Isto parece indicar que se a Terapia de Família e Terapia de Casal compartilharam um mesmo conjunto de técnicas e de conceitos há sinais de mudança, na medida em que cada campo está gerando abordagens, conceitos e técnicas próprias (Fraenkel, 1997).

Mas qual a importância da demanda na prática clínica de situações de atendimento a questões que envolvem a conjugalidade ou o relacionamento a dois? Uma pesquisa realizada por Rait (1988) indicou que metade das demandas nas clínicas de Terapia de Família era ligada a questões conjugais. Esse resultado está de acordo com o estudo de Simmons e Doherty (1995), que encontrou que problemas conjugais (58%) excediam problemas de toda a família (42%), em famílias em atendimento. E em um estudo nacional, Simmons e Doherty (1995) verificaram que Terapeutas de Família tratavam duas vezes mais casais que famílias. O mesmo padrão foi encontrado no estudo de Whishman, Dixon e Jonhson (1997), demonstrando que o tratamento de problemas conjugal domina a prática do campo de Terapia de Família. Essa situação não é nova em absoluto, e nem específica da clínica de famílias. Em 1960, Gurim, Vernoff e Feld

verificaram que cerca de 40% dos clientes pesquisados, sobre os motivos de procurar psicoterapia, viam seus problemas como sendo de natureza conjugal. No Brasil não dispomos, ainda, de nenhum estudo sobre o tema.

O tamanho e a importância das demandas de atendimento referentes às questões ligadas à conjugalidade, não podem ser negados, mas como responder a elas? E mais, o que é Psicoterapia de Casal ou Terapia de casal, uma vez que diferentes autores utilizam diversas nomenclaturas para se referir a práticas de intervenção psicológica com casais? Esta é uma importante questão cuja resposta mudou de acordo tanto com a filiação teórica do praticante, quanto com o período histórico, levando a diferentes propostas de modelos de atendimento, com diversos formatos, tais como: cada membro do casal, simultaneamente atendido em sessões individuais, com terapeutas diferentes; cada membro do casal, simultaneamente atendido, em sessões individuais com o mesmo terapeuta; cada membro do casal atendido em sessões individuais, com o mesmo terapeuta consecutivamente, ou seja, à análise de um cônjuge seguia-se a análise do outro; do casal em conjunto com o mesmo terapeuta; atendimento em conjunto do casal com a família nuclear, extensa ou transgeracional (Gurman e Fraenkel, 2002).

Além disto, orientações teóricas parecem ter predominado em diferentes momentos em diferentes grupos, como psicanálise, humanismo, sistêmica, comportamental cognitiva além de e abordagens sociais. Isto revela, de um lado, a riqueza teórica e técnica do campo, e de outro, coloca um desafio extremo de descrever o desenvolvimento da área, de uma maneira que possibilite a compreensão destes desdobramentos e o estado atual do campo.

Diversos autores de revisões, quando examinados em conjunto, parecem concordar que predominam na história conceitual da Psicoterapia de Casal pelo menos quatro fases metodológicas e conceituais (Gurman e Fraenkel, 2002; Gurman e Jacobson 1995; Johnson e Lebow, 2000). Nessas fases uma certa corrente teórica parece ter predominado no campo, e um certo método para atendimento parece ter sido desenvolvido e aceito como o mais adequado.

A primeira fase começa com a abordagem do Aconselhamento Matrimonial, que se orientava por teorias psicológicas ecléticas e indiferenciadas. A segunda fase caracterizou-se com a aplicação do método e de teorias psicanalíticas ao casal. Já a terceira fase foi marcada pela introdução do enfoque sistêmico familiar.



E a quarta fase com a diversificação de modelos, abordagens e o aparecimento de esforços de articulação entre propostas.

Abordar uma revisão teórica, ainda que sumária, por esta perspectiva, parece útil, pois, além de possibilitar a compreensão dos motivos pelos quais os mitos dominantes do campo da Psicoterapia de Casal surgiram, também torna possível discernir não só os impasses teórico-metodológicos, mas também apontar direções de desenvolvimentos possíveis, indicando as principais e mais robustas descobertas do campo.

Assim, ao traçar uma breve revisão conceitual serão abordados a orientação teórica dominante ou significativamente nova, em um período, o método adotado, e autores significativos de acordo com as interpretações dos autores das revisões.

### 3.1

#### **Um esboço histórico conceitual da psicoterapia de casal**

A história da Terapia de Casal apresenta diferentes inícios, de acordo com o critério de corte adotado por diferentes revisores. Os trabalhos de pioneiros como C.C. Jung que escreveu no contexto de sua obra, já no início do século XX, sobre aspectos ligados ao relacionamento conjugal, e pesquisou aspectos ligados à transmissão transgeracional de complexos inconscientes, podem ser adotados como ponto de partida (Jung, 1977; Clarck, 1993). Porém, esta contribuição não é sequer mencionada pela maioria dos revisores. No entanto, todos apontam para as contribuições ocorridas no início do século XX, nos EUA, como significativas. Tal posição parece dever-se ao fato de que a maior parte das escolas de Terapia de Casal ter surgido, nos EUA, durante o século XX.

Gurman e Fraenkel (2002) incluem em sua revisão o período do Aconselhamento Matrimonial que, por sua natureza peculiar, oferece campo para divergências como antecedente ou mesmo membro da tradição da Psicoterapia de Casal. Seguiremos o esquema de interpretação de Gurman e Fraenkel (2002), para os quais a história do Aconselhamento Matrimonial é a primeira fase, no sentido histórico, sendo a de menor contribuição teórica e metodológica, mas que respondeu, de maneira algo ingênua, à demanda por tratamento psicológico das relações conjugais.

### 3.1.1

#### Fase do aconselhamento matrimonial

Broderick e Scharder (1991), ao traçarem a história do Aconselhamento Matrimonial, identificam quatro estágios:

A primeira fase, que vai de 1929 até 1932, e que chamam de “Estágio do Pioneirismo”, começa com a fundação de três maiores Institutos Clínicos de Aconselhamento Matrimonial de 1929 a 1932, embora já houvesse a prática pelo menos cinco anos antes. Nesta fase predominava uma abordagem a-téorica de profissionais de diferentes formações, guiados pelo “bom senso”.

Broderick e Scharder (1991) descrevem os primeiros conselheiros matrimoniais como um grupo mais ou menos ingênuo de profissionais, para os quais o Aconselhamento Matrimonial representava uma atividade auxiliar de sua principal profissão. Eram clérigos, médicos, educadores, que procuravam auxiliar, eminentemente de forma preventiva, os jovens casais a lidar com as dificuldades e ajustamentos da vida conjugal. Na maior parte das vezes, suas intervenções visavam ao esclarecimento das realidades biológicas, da vida a dois, além de fornecerem admoestações e conselhos sobre a necessidade de seguir os papéis conjugais, conforme o esperado pela sociedade.

Não havia, de fato, nenhuma pretensão de ver esta atividade como ligada à área de saúde, nem tampouco a preocupação com a formação dos profissionais para lidar com problemas conjugais mais graves ou quadros psiquiátricos. A abordagem dos conselheiros era muito focal, de curto prazo e essencialmente pedagógica. O modelo clínico envolvia o atendimento aos casais, mas em sessões em separado, e raramente ocorria atendimento conjunto ao casal (Barker, 1984).

A segunda fase, que vai de 1934 a 1945, nomearam de “Estágio do Estabelecimento” assinalado pela formação da AAMC, “*American Association of Marriage Counselors*”. A fundação de centros de treinamento e da AAMC, tornaram-se importantes fatores tanto para melhoria da formação, como da busca por melhor qualificação profissional. No entanto, o modelo de atendimento permaneceu o mesmo. A terceira fase, que iria de 1946 a 1963, foi considerada por Broderick e Scharder (1991) como o “Estágio de Consolidação”, levando ao reconhecimento oficial da profissão em 1963. A quarta fase foi de 1964 até 1981

sendo o estágio de “Formação” caracterizado pelo que L’abate e MacHenry (1983) classificam como período de “*intenso crescimento, clarificação de padrões e competências*” (p. 3).

Entretanto, Gurman e Fraenkel (2002) discordam quanto ao término deste período em 1981, propondo na classificação de sua revisão, realizada em 2002, o término deste período em 1978. Este seria marcado com o fim do termo “Aconselhamento Matrimonial”, como assinalado pela mudança da então AAMFC “*American Association for Marriage and Family Conseling*”, para AAMFT “*American Association for Marriage and Family Therapy*”.

Do ponto de vista do formato do tratamento, o modelo de atendimento individual predominou até a década de mil novecentos e sessenta. Michaelson (1963) estimava, a partir de relatos de casos de três centros de Aconselhamento Matrimonial que, nos anos quarenta, cerca de apenas 5% dos atendimentos ocorreram com a presença de ambos os cônjugues. Este número sobe para 9% na década de cinquenta até atingir 15%, nos início dos anos sessenta.

Apenas no final da década de sessenta é que a entrevista conjunta passou a ser predominante na prática clínica, aparentemente, pela influência de profissionais de outras formações que praticavam a Terapia de Casal (Gurman e Fraenkel, 2002).

O modelo de tratamento dominante do Aconselhamento Matrimonial sofria o que Olson (1970) classificou como séria ausência de princípios testados empiricamente. E sem uma teorização derivada desta fundamentação não era possível operar na clínica de modo consistente.

Broderick e Schrader (1991) notam ainda que, durante o período de domínio da abordagem do Aconselhamento Matrimonial, havia uma ausência de qualquer compromisso com qualquer filosofia clínica em particular, o que levou Manus (1966, p. 449) a declarar que “*o Aconselhamento Matrimonial era simplesmente uma técnica em busca de uma teoria*”. Assim, durante este período a situação, do ponto de vista clínico, parecia oferecer uma grande dificuldade, pois de um lado ocorria um aumento significativo de demanda por atendimento a casais, por outro, havia uma ausência de teoria psicológica que fundamentasse modelos que respondessem a estas demandas da prática clínica.

Alguns conselheiros matrimoniais buscaram a abordagem psicanalítica como resposta. Porém, esta era uma teoria que oferecia um modelo eminentemente individual, levando a conclusão de que “... *se a terapia progride fatores inconscientes são descobertos... e o caso cessa de estar no campo do aconselhamento matrimonial*” (Laidlaw, 1957, p. 56). Esta afirmativa revela o pouco espaço teórico e prático existente para a clínica do Aconselhamento Matrimonial, e também aponta para uma das questões que seriam fatores para a sua dissolução em 1978 (Gurman e Fraenkel, 2002).

Gurman e Fraenkel (2002) consideram compreensivo que o Aconselhamento Matrimonial tenha adquirido um traço psicanalítico, pois a Terapia Sistêmica de Família estava, nos anos sessenta, ainda no berço e não ganhara credibilidade social. E o grande grupo de profissionais ligados ao Aconselhamento Matrimonial, à medida que as relações conjugais tornaram-se objeto de estudo e intervenções cientificamente importantes, perdiam gradativamente prestígio e campo de atuação. Assim, após a Segunda Grande Guerra, estes profissionais procuraram ligar-se ao mais prestigioso grupo de prática clínica que, nesse período, era a Psicanálise.

Este movimento apresentou, contudo, conseqüências imprevistas, pois o campo da Terapia Sistêmica de Família, ao emergir, apesar de muitos de seus primeiros líderes e fundadores possuírem formação e treinamento formal em Psicanálise, colocou-se em uma posição radicalmente crítica quanto à abordagem psicanalítica, criticando seu modelo e sua compreensão altamente individual.

Cabe notar que o Aconselhamento Matrimonial não produziu nenhum teórico de peso nos seus primeiros anos e, ao ligar-se ao movimento psicanalítico que declinava frente à emergência de outras abordagens, desapareceu no final dos anos setenta.

O mesmo não ocorreu com o pensamento psicanalítico que, embora tenha vivido um período de retraimento teórico e na prática do campo de atendimento a casais, ressurgiu com importantes contribuições na década de oitenta (Gurman e Fraenkel, 2002).

### 3.1.2

#### Contribuições da psicanálise

As contribuições do pensamento psicanalítico à Terapia de Casal podem talvez ser divididas em três períodos, segundo as tendências metodológicas, teóricas e contribuições técnicas (Gurman e Fraenkel, 2002).

O primeiro período vai da década de 1930 até a década de 1960, sendo caracterizado por experimentações e aplicação dos princípios e técnicas psicanalíticas tradicionais à situação de tratamento do casal.

Ocorre, em um segundo período, que vai da metade da década de 1960 até a década de 1980, um arrefecimento do interesse na aplicação da psicanálise à situação conjugal. Por um lado, devido às críticas do próprio movimento psicanalítico ao uso da psicanálise em situações não tradicionais, e, por outro, devido ao interesse despertado pelo movimento de Terapia Sistêmica de Família, que elaborou fortes críticas à abordagem psicanalítica, considerando-a excessivamente personalista e voltada ao intrapsíquico.

Apenas a partir da década de 1980 observamos o aparecimento de um interesse renovado na abordagem psicanalítica, caracterizando um novo período que se estende até os dias de hoje. No entanto, importantes contribuições foram feitas pelos pioneiros em suas tentativas de responder à demanda crescente de atendimento por parte dos casais.

As intervenções psicanalíticas de casal desenvolveram-se de modo autônomo em relação ao Aconselhamento Matrimonial. É importante notar que, neste período, apenas psiquiatras eram admitidos como psicanalistas. Assim, um grupo de profissionais interessados em responder à demanda das dificuldades conjugais, incluindo problemas psiquiátricos, e insatisfeitos com os resultados do método analítico tradicional, iniciaram uma série de experimentações e modificações na técnica, de um modo algo ambivalente. Aparentemente a questão era: como fazer tratamento em casais com uma técnica desenvolvida e voltada para o indivíduo?

A seleção do parceiro na formação do casal e fatores que levavam à manutenção das relações conjugais, mesmo em situações de extremo estresse, já despertava o interesse de psicanalistas neste período. Obernoff (1931) apresentou

um trabalho sobre a Psicanálise de Casais, descrevendo a relação das neuroses na formação do sintoma do casal. Anos depois, em 1938, Obernoff apresentou um artigo sobre Psicanálise Conjugal Consecutiva na qual a análise de um dos esposos começava quando terminava a do outro. Mittelman (1948) propôs outro enfoque ao descrever o tratamento conjugal como processo de análise individual concomitante de ambos os esposos pelo mesmo analista. Essas abordagens despertaram, obviamente, críticas e restrições, pois contrariavam dramaticamente o método tradicional, no qual, qualquer contato com qualquer membro da família, deveria ser evitado, sob pena de “contaminação” da transferência Greene (1965).

Mittelman (1948) foi ainda mais longe, ao realizar a, provavelmente, primeira sessão de casal conjunta na abordagem psicanalítica, motivado pela diferença das histórias dos casais, que não combinavam em aspectos significativos (Sager, 1966). Embora essa intervenção tenha sido considerada, teoricamente, incorreta para a abordagem psicanalítica e, politicamente, incorreta para o período, revela a essência da hipótese que guiava a intervenção nos casais; era tarefa do terapeuta destacar e corrigir as percepções distorcidas de ambos os cônjuges, permitindo uma relação liberta da irracionalidade.

Assim, caberia ao analista decidir ou auxiliar na decisão do que era “mais racional”. Mesmo Mittelman (1948) sentia-se ambivalente quanto a sessões conjuntas e acreditava que este método só deveria ser usado em casos específicos, que atingiriam não mais que 20% das situações, e que os demais seriam mais beneficiados com análises em separado com diferentes analistas.

Outras cautelosas experimentações ocorreram durante o final da década de 1950 e início da década de 1960, mas, como nota Sager (1966), “*estas contribuições não evidenciavam nenhum desenvolvimento significativo da teoria*” (p. 460). De fato, envolviam propostas de diferentes formatos para terapia, como a “Terapia Colaborativa” na qual dois analistas atendiam o casal, comunicando-se sobre os processos, com o objetivo de manter o casamento (Martim, 1965). Tratamentos combinados também foram propostos com sessões conjuntas, com sessões individuais e de grupo com vários propósitos e combinações (Greene, 1965).

É importante notar que nos métodos de tratamento conjugal psicanalítico conjuntos a visão individual prevalecia, embora desafiando a aderência aos

métodos clássicos como a livre associação e a análise dos sonhos. A análise da transferência continuou como instrumento central do trabalho terapêutico, ampliada para incluir a transferência recíproca entre os cônjuges e a importância do “real” (Greene, 1965; Gurman e Fraenkel, 2002).

Durante a década de 1960 ocorreu uma mudança na abordagem psicanalítica de casal, prevalecendo a realização de sessões conjuntas, no entanto, esta transição não foi feita sem ambivalência. Watson (1963), por exemplo, recomendava, em um artigo sobre o tratamento conjunto do casal, a realização de duas ou três sessões de *anamnése* com cada um dos cônjuges antes da realização de sessões conjuntas. Tal prescrição seguia o pressuposto da necessidade do analista compreender o modo de conexão e sistema comunicativo do casal, bem como seus padrões de homeostase. Estes deveriam ser apreciados através de uma cuidadosa avaliação dos aspectos psicodinâmicos e desenvolvimentais de cada um dos cônjuges individualmente.

A abordagem psicanalítica de casal começava a emergir oferecendo hipóteses que orientaram o campo, como aponta Manus (1966); “*A mais influente hipótese é que o conflito conjugal é baseado na interação neurótica dos parceiros... um produto da psicopatologia de um ou ambos parceiros*” (p. 449).

Leslie (1964), em um artigo clássico dos anos de 1960, coloca que a técnica central de trabalho com casais era a identificação de distorções nas percepções mútuas dos parceiros, na transferência e contratransferência, e sua correção, permitindo a plena manifestação do conflito na sessão e sua direta alteração.

Mesmo com o aumento e prevalência de métodos de abordagem conjunta do casal, a visão teórica e as técnicas terapêuticas permaneceram sem maiores mudanças. A ênfase ainda era na interpretação das defesas, que agora incluíam as defesas do casal além das individuais, o uso das técnicas de associação livre realizada conjuntamente pelo casal, e análise dos sonhos, que agora incluíam além das associações individuais, as associações do cônjuge (Sager, 1967a; Gurman e Fraenkel, 2002).

Sager (1967b), um dos mais influentes terapeutas de casal do período, ilustra bem esta ambivalência ao escrever: “*Eu não estou envolvido primariamente em tratar desarmonias conjugais, que são um sintoma, mas em tratar os dois indivíduos no casamento*”. (p. 1985). Esse autor (Sager 1967a,

1967b) ainda mantinha-se ligado à perspectiva tradicional psicanalítica, com forte ênfase nos processos de transações transferenciais trianguladas e na atenção aos elementos edípicos. Mas, no mesmo ano, ele escrevia sobre os riscos do terapeuta envolver-se em diálogos com os cônjuges que, ao tentarem falar apenas com o terapeuta evitariam o diálogo com o parceiro. Sager (1967a) apontava a importância de o terapeuta evitar assumir um lugar onipotente e encaminhar a sessão para que os cônjuges, ao dialogarem, desenvolvessem suas próprias e criativas soluções.

Essa ambivalência técnica refletia uma ambivalência teórica ainda maior para os psicanalistas do período. O lugar central daquilo que tradicionalmente seria o caráter distintivo da Psicanálise, ou seja, a análise da transferência.

Skyner (1980), ao avaliar a produção do período, uma década mais tarde, influenciado pela escola das relações objetais, nota que a abordagem psicodinâmica parece ter perdido o seu caminho, na identificação das técnicas indutoras de mudança do casal, ao focar de modo inapropriado o conceito de transferência, e as técnicas interpretativas. Retrospectivamente notou que, na abordagem psicanalítica de casal, os conflitos inconscientes deveriam ser considerados presentes e totalmente desenvolvidos em padrões projetivos. E que esses poderiam ser melhor trabalhados diretamente do que através de métodos indiretos como a interpretação da transferência.

A ambivalência em relação ao núcleo central da teoria psicanalítica parecia não oferecer, no final da década de 1960, uma saída simples para o impasse teórico e técnico levando a uma diminuição temporária de interesse na abordagem psicanalítica. Essa sofreu, ainda na década de sessenta, fortes críticas das escolas de Terapia de Família, que começavam a expandir o seu movimento. Como notam Broderick e Scharder (1991), o artigo de Sager (1966) sobre uma revisão histórica do desenvolvimento da Terapia de Casal de orientação psicanalítica “*parece ser o verdadeiro zênite de seu desenvolvimento independente*” (p. 17).

A ausência de desenvolvimentos teóricos e técnicos próprios e as fortes críticas, tanto da Psicanálise mais ortodoxa como da abordagem da Terapia de Família, levaram a um período de declínio de interesse na Terapia Psicanalítica de Casais. Apenas na década de 1980, com importantes mudanças teóricas e novas



metodologias, é que surgiu um novo interesse na aplicação do enfoque psicanalítico à clínica da conjugalidade (Gurman e Fraenkel, 2002).

### 3.1.3

#### **Contribuições da terapia de família à terapia de casal**

Durante as décadas de 1950 e 1960, outro paradigma desenvolveu-se a partir de estudos, reflexões e novas descobertas que colocavam novos enfoques sobre a questão das “patologias psicológicas”. Estudos pioneiros como de Bateson, Haley, Weakland (1956), Lidz (1958), Wynne (1958), Lang e Esterson (1964) criaram, juntamente com o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e metodológicas (Bertalanffy, 1968), um novo campo de estudo e intervenção: a Terapia Sistêmica de Famílias (Foley, 1985).

Os estudos de Wynne (1958), Lidz (1958) e Lang e Esterson (1964) colocaram em relevo o envolvimento da família na esquizofrenia. Estes trabalhos parecem ter se inspirado no, hoje, clássico estudo *Toward a theory of esquizofreny* de Bateson, Jackson, Haley, Weakland (1956), no qual apresentaram pela primeira vez a teoria do duplo vínculo, e nos estudos sobre família e doença mental, que concluíram pelo envolvimento da estrutura familiar na emergência e manutenção da psicopatologia (Foley, 1995).

Todos estes autores desenvolveram, independentemente, a partir de pesquisas próprias, envolvendo a observação de famílias com membros “portadores de esquizofrenia”, conceitos teóricos, que apontaram para a possibilidade e necessidade de intervenções, não no indivíduo como membro, mas na família como campo de tratamento (Foley, 1995; Féres-Carneiro, 1996).

É curioso notar que muitos dos pioneiros da Terapia de Família, como Akerman, Jackson, Framo, Bowen, entre outros, tinham sólida formação em Psicanálise (Foley, 1995; Féres-Carneiro, 1996). No entanto, apesar de muitos autores, hoje em dia, integrarem criativamente conceitos psicodinâmicos e sistêmicos em larga medida, a história inicial da Terapia de Família Sistêmica foi marcada por uma forte e, às vezes, radical discordância de muitos dos princípios aceitos da Terapia Psicanalítica e Psicodinâmica, em especial, do foco nos

aspectos psicodinamicos individuais como principios teóricos explicativos e de intervenção.

Estas fortes críticas somadas ao interesse pela abordagem da família, e não mais do casal, juntamente com os impasses teóricos levaram a um esmaecimento da abordagem psicanalítica de casal. Não se tratou de fato de um desaparecimento pois, apesar de sua menor visibilidade em termos de publicações, ocorreram algumas significativas contribuições como as de Framo (1976, 1981), Paul (1969, 1975), e Sander (1979). O pensamento psicanalítico não morreu, mas ficou fragmentado e marginalizado pelas escolas dominantes de terapia do período.

Reverendo a história do campo da Psicoterapia, talvez o evento de maior impacto, desde o desenvolvimento da Psicanálise, seja o aparecimento do que na época, por questionar radicalmente seus pressupostos, pareceu ser o seu maior contraponto; a Terapia Sistêmica de Família.

Como nota Fraenkel (1997):

As abordagens sistêmicas desenvolveram-se em larga medida como uma reação às limitações percebidas nas terapias que atribuíam as disfunções psicológicas e sociais a apenas problemas no individual, seja este visto como de natureza biológica, psicológica, psicodinâmica ou comportamental. (p. 380).

Porém, os historiadores do período descrevem o seu surgimento como resultado, de também, uma absorção do campo da Terapia de Casal pela abordagem sistêmica de família. Broderick e Scharder (1991) referem-se a “*uma mistura ou amalgama das abordagens*” (p.15). Nichols e Schwartz (1998) referem-se à “*Terapia de Família absorvendo a Terapia de Casal*” (p. 37). E Olson et al. (1980) concluem que “*no início da década de oitenta a distinção entre Terapia de Família e Terapia de Casal havia desaparecido*” (p. 973), notando ainda que o campo havia se tornado “*unitário mas não totalmente unificado e integrado*” (p. 973). Essa situação é o reflexo da diferença conceitual e metodológica que separava ambos os campos e que marcou a evolução histórica de ambas as abordagens. Haley (1984a) revela o que pode ser visto como a dinâmica do campo, no período, quando observa que “*não houve uma única escola de Terapia de Família que se originasse do grupo das escolas de Aconselhamento Matrimonial, ou há agora.*” (p. 6).

Ou; “*Aconselhamento Matrimonial não parece ser relevante para o desenvolvimento do campo da Terapia de Família*”. (p. 5).

Essas críticas endereçam-se a duas características marcantes do campo do Aconselhamento Matrimonial, e que se tornaram fatais no desenvolvimento desta abordagem. A primeira refere-se o fato de que o Aconselhamento Matrimonial não desenvolveu abordagens próprias durante mais de quarenta anos. A segunda por ter realizado apenas assimilações de outros campos como da Terapia Psicanalítica de Casais, o que contribuiu para seu desaparecimento. Como coloca Haley (1984a), “*Conselheiros matrimoniais adotavam idéias de outras terapias. Quando a terapia individual era psicodinâmica, o Aconselhamento Matrimonial tendia a propor estas idéias*”. (p. 7).

Idéias estas que foram duramente atacadas pelo movimento de Terapia Sistêmica de Família. O foco também parecia deslocado para incluir a família como um todo e qualquer proposta de atender menos que a família parecia inadequada ou insuficiente.

Isto não quer dizer que os teóricos pioneiros da Terapia Sistêmica de Família não tivessem nenhuma contribuição ou interesse nas questões conjugais. Podemos apontar, como Gurman e Fraenkel (2002), algumas contribuições seminais, de autores como Donald Jackson, Jay Haley, Virginia Satir, e Murray Bowen, todas significativas para a prática e teoria da terapia com casais. No entanto, pode-se citar também, como de relevância, o trabalho de Salvador Minuchin, considerando o impacto de seu trabalho no desdobramento na importante área do Enfoque Biopsicossocial da Abordagem Sistêmica à Saúde (Minuchin, Rosman e Baker, 1978), que basicamente coloca que todos os problemas humanos são emergentes do sistema biopsicossocial. Isto significa que não existem problemas biomédicos que não sejam psicossociais e não existem problemas psicossociais que não sejam também biológicos (Macdaniel, Hepworth, Doherty, 1994). Estas contribuições têm profunda relevância na abordagem de problemas médicos e psicológicos envolvendo o casal e a família, e que têm sido foco de interesse nos últimos anos (Gurman e Fraenkel, 2002; Diniz Neto e Féres-Carneiro, no prelo).

Durante a metade da década de 1960, a década de 1970 e início da década de oitenta, a abordagem sistêmica de família moldou a visão de tratamento de

distúrbios psicológicos que incluíam aspectos conjugais. Todo tratamento conjugal deveria passar pela visão da família. Tratar algo menos que a família era considerado inadequado. Esta perspectiva esteve presente nas diversas escolas de Terapia de Família e moldou muito da produção do campo. Isto pode ser inferido de alguns desdobramentos.

Em primeiro lugar, o Aconselhamento Matrimonial, em que ainda pese a sua ausência de contribuições teóricas e técnicas significativas, acabou sendo absorvido teoricamente pelo movimento da Terapia de Família, o que levou ao seu fim enquanto profissão em 1979.

Por outro lado, no campo da Terapia de Casal Psicanalítica, os seus praticantes debatiam-se no dilema de manter-se fiel à teoria e técnica psicanalítica ou lançar-se na criação e desenvolvimento de teorias e técnicas para além do intrapsíquico, envolvendo o inter-relacional, caindo em uma certa imobilização. Apareceram poucos avanços teóricos nesta escola, sendo os mais notáveis as contribuições de Dicks (1967), no clássico *“Marital Tensions”* que se tornou o livro texto da abordagem da Teoria das Relações Objetais à relação conjugal. Os trabalhos de Sager (1976, 1981) sobre o “contrato conjugal”, e também a contribuição original de Framo (1965, 1996), que desenvolveu modelos de atendimento a casais em grupo, e em sessões com a família de origem, orientado pela Teoria das Relações Objetais. E ainda, as abordagens experienciais humanísticas, originadas das contribuições de Virginia Satir, também se encontraram marginalizadas até meados da década de 1980 a medida que a própria Virginia Satir afastou-se do movimento de Terapia de Família.

Assim, Gurman e Fraenkel (2002) consideram que neste período, da metade da década de 1960 a metade da década de 1980, poucos trabalhos de monta surgiram no campo da Terapia de Casal, indicando um eclipse da abordagem. Porém, o interesse no campo não desapareceu por completo. Na década de 1970 e 1980, pesquisas sobre eficácia da Psicoterapia em geral emergiram, recolocando questões sobre a validade de abordagens teóricas e métodos de tratamento, levando a um renovado interesse no campo.

Em 1986, Jacobson e Gurman publicaram o clássico *“Clinical Handbook of Marital Therapy”* anunciando, pela sua grande leitura e utilização, a quarta fase do desenvolvimento conceitual da Terapia de Casal. Esta fase conceitual do

desenvolvimento da Terapia de Casal foi marcada pelo aumento de sólidas pesquisas empíricas sobre a conjugalidade, o exame detalhado de conceitos e teorias até então propostas, o aparecimento de pesquisas empíricas experimentais sobre modelos e a criação de centros de pesquisa e treinamento de terapeutas de casal.

A combinação destes fatores levou a um contínuo refinamento e à colocação de novas questões, críticas, e desenvolvimento de abordagens e modelos durante o período.

#### **3.1.4**

#### **Criticas e o desenvolvimento de novas abordagens**

Nas diversas revisões abordadas, os autores concordam que, durante a década de 1970 e início da década de 1980 importantes desenvolvimentos críticos foram realizados em um contexto mais amplo, mas com profundas repercussões sobre o campo da terapia de casal. Pelo menos três importantes aspectos do conhecimento foram fortemente questionados, levantando importantes questões sobre a teoria e prática da Terapia de Casal. E embora cada um destes aspectos apontasse para diferentes perspectivas, todos questionaram pressupostos que até então, orientavam de forma inconsciente, muitas das produções no campo da Terapia de Casal.

O movimento feminista revelou pontos críticos do pensamento científico, ao identificar seus pressupostos falocêntricos e patriarcal. A expansão do olhar da produção científica, sobre a conjugalidade, para além dos padrões da sociedade ocidental judaico-cristã, revelou novos aspectos sobre a conjugalidade presentes nas diferentes culturas, descortinando importantes questões. E, ainda, o chamado pós-modernismo, com sua crítica sobre os aspectos fundacionais do conhecimento, apontou novas direções de inquirição envolvendo profundamente o pesquisador e o contexto da produção. Em conjunto e, cada qual a seu modo, estas linhas de questionamento imprimiram novas direções na pesquisa, no pensar sobre a conjugalidade e no tratamento de suas demandas.

A visão crítica do feminismo, com o estudo das dimensões, socialmente construídas, das diferenças entre gêneros, levou à compreensão de que as crenças

estabelecidas sobre a diferenciação de papéis na sociedade ocidental ocultavam aspectos históricos de expectativas implícitas e explícitas de pressões sociais.

Assim, as crenças sobre a construção de complementaridades dos papéis entre parceiros, em uma relação conjugal, foram desafiadas, revelando preconceitos enraizados que atravessavam não só muitas das leituras teóricas, mas também intervenções na prática clínica da Psicoterapia de Casal. Por exemplo, a crença sustentada, tanto academicamente como no imaginário popular, de que, naturalmente, os homens são mais instrumentais e as mulheres mais emocionais e, por isso, os primeiros são mais hábeis neste nível de comunicação, é compreendida na visão feminista, como mais uma prescrição social na forma de uma descrição científica do que a afirmação de um fato científico.

Esta visão de complementaridade emerge a partir das demandas de forças econômicas, sociais e políticas que surgem com o começo da revolução industrial, que assinalava o local de produção de cada gênero. Os homens trabalhando fora de casa e as mulheres fornecendo a logística através dos cuidados do lar. Assim, para sustentar as necessidades de um modelo de produção, que requeria que os homens passassem o dia fora a trabalho e, às vezes, períodos ainda maiores em viagens de trabalho, sustentou-se uma crença que descrevia os homens como possuidores de poucos dos atributos necessários para a criação da prole. E, por sua vez, as mulheres eram descritas como menos dotadas para solução de problemas e administração, como nota, entre muitos, Goldner (1985) ao afirmar que;

(...) a complementaridade conjugal deve ser entendida como não apenas um arranjo psicológico entre marido e esposa mas, também... estruturando relações íntimas no contexto mais amplo das relações sócias. (p. 31).

Além disto, Goldner (1985) colocou em relevo que esta prescrição, além de aumentar a rígida complementaridade em gerações de funcionamento de famílias e casais, acentuou, prescritivamente, produções de subjetividades cindidas ou, pelo menos, com desenvolvimento parciais. Pensadores sistêmicos, até este período, ao participarem socialmente dessa crença, negligenciaram a hierarquia de gêneros, situando-a em uma hierarquia transgeracional, em suas construções teóricas e intervenções, compactuando, assim, para manutenção deste *status quo*.

Outro foco de crítica foi o uso do conceito de circularidade nas relações do casal que supunha uma co-participação, de ambas as partes, na emergência e manutenção de situações de constrangimento, intimidação e violência nas quais, muitas vezes, as mulheres eram vítimas, deixando uma conotação de que não só ambas as partes eram responsáveis igualmente pela situação de violência, como também as mulheres responsáveis pela manutenção de sua condição de vítimas (Avis 1992).

A crítica feminista, como preconizada pelo *Akerman Violence Project* (Goldner, Penn, Sheinberg e Walker, 1990), coloca que a construção de teorias circulares, como proposta pela perspectiva sistêmica, serve também como manutenção de uma descrição socialmente construída. E ainda que na visão linear de causalidade, no caso, de que homens são os responsáveis únicos pela violência contra as mulheres, é outra visão possível e mais moralmente comprometida com a proteção das vitimas. Assim, eles apontam que nós, enquanto seres sociais, escolhemos quando e quais teorias, pelo menos no campo das ciências humanas, usaremos para abordar e ressaltar um aspecto da realidade e, ainda, qual sentido construiremos. Portanto consideram que a escolha teorica implica em uma responsabilidade moral, por convidar a uma praxis social.

Além destas críticas à concepção sistêmica do funcionamento do casal e família, as feministas notaram que a terapia é construída por estereótipos de gênero. Hare-Mustin (1978) aponta para os padrões paternalísticos da hierarquia do relacionamento do terapeuta-cliente, com o terapeuta, deliberadamente ou não, reforçando o papel estereotipado de comportamento, como nos modelos de terapias focadas na solução de problemas do casal.

Goldner (Goldner et al., 1990) nota, ainda, a posição paradoxal da mulher no campo da Terapia de Casal a qual, ao funcionar como monitor do bem-estar emocional do casal, sinaliza ao marido a necessidade de auxílio e tipicamente marca a primeira sessão. Contudo, a esposa, uma vez em terapia, alia-se ao terapeuta, para manter o casal em terapia, e simultaneamente inibe a terapia, evitando críticas ao marido, que sinaliza o uso do seu poder de veto, caso não goste do que escutar. Esta situação caracteriza-se como típica do exercício de poder e introduz a esposa em uma situação paradoxal. Papp (2000), a partir destas

críticas, desenvolveu diversas técnicas para trabalhar e romper com as crenças de gêneros limitadoras.

Da mesma forma que outras críticas à Terapia de Casal como, por exemplo, o multiculturalismo, o feminismo desafia crenças e estereótipos relacionados com a distribuição de parcerias no cuidado com os filhos e distribuição de tarefas como cuidados com a casa e o lar e o trabalho fora de casa. Goldner (1985) nota que embora exista uma vasta literatura feminista, tanto no campo da história, da psicanálise e da sociologia, a produção de obras com críticas feministas ao casal e a família emerge, curiosamente, quando as autoras feministas experimentam a transformação da maternidade em suas vidas e seus paradoxos na nossa cultura. Tipicamente o nascimento do primeiro filho, em nossa cultura, faz emergir de modo inegável as diferenças sociais e culturais dos estereótipos e papéis do homem e da mulher.

Tal situação não pode ser naturalizada e, mesmo em uma época de múltiplas experiências em formas de conjugalidade e famílias, estudos como o de Gottman (1991, 1994) têm demonstrado que o impacto da divisão de trabalho doméstico na vida do casal influencia não só o nível de bem-estar e satisfação conjugal, mas, até mesmo, o nível de longevidade (Apter, 1985; Bernard, 1982). De fato, ao desafiar as crenças e preconceitos sobre o relacionamento conjugal e parental nas famílias, o movimento feminista revelou importantes aspectos das dificuldades maritais que se referem às diferentes maneiras como os dois membros de um casal heterossexual experienciam e acessam os limites de poder e de diferentes expectativas quanto à intimidade. (Gurman e Fraenkel, 2002).

Ao mesmo tempo em que o campo da terapia de casal recebia críticas do movimento feminista, ocorria o reconhecimento da importância da diversidade das experiências dos casais, em função das diferenças sociais, econômicas, étnicas e geográficas. Apontando que, estas diferenças não poderiam ser simplesmente compreendidas como desvios dos padrões normais, isto é, socialmente dominantes (Gurman e Fraenkel, 2002).

Com exceção dos trabalhos sobre casais homossexuais e da perspectiva feminista, a maior parte dos trabalhos sobre aspectos multiculturais está expressa em obras gerais de estudos sobre famílias. Até o presente, existem poucos



trabalhos específicos sobre estas importantes questões, como os trabalhos de Black (2000), Fraenkel e Wilson (2000), Mohr (2000), Perel (2000).

Resumidamente, dois pontos principais são enfatizados nestes trabalhos. Primeiramente as normas referentes à qualidade e quantidade de intimidade, da distribuição de poder entre os cônjuges, o grau de envolvimento de outras pessoas na intimidade do casal (família, amigos, amantes) e outros aspectos nucleares da vida do casal, variam de acordo com as etnias, grupos sociais, classes econômicas, orientações sexuais entre outras afiliações e identificações psicossociais.

Em segundo lugar, dependendo do lugar de cada grupo dentro do contexto social mais amplo, a afiliação e identificação psicossocial provêm privilégios e dificuldades aos padrões de condições de vida e opressão social. É evidente que esses fatores influenciam tanto o processo do relacionamento do casal como a satisfação conjugal.

Assim, uma vez que o casal e cada um dos seus participantes estão imersos nesta teia político-econômico-social, torna-se importante levar em conta a construção de um contexto compreensivo da experiência conjugal, que será significada e marcada por estas questões. Para o contexto brasileiro, a observação de Boyd-Franklin (1993) feita para a sociedade norte americana mostra-se pertinente e pode ser aplicada:

... para as famílias afro-americanas habitantes das cidades, a realidade do dia a dia, com o racismo, a discriminação, o classicismo, a pobreza, a violência, o crime e as drogas criam forças que continuamente ameaçam a sobrevivência da família. (p. 361).

Gurman e Fraenkel (2002) notam que a emergência da perspectiva multicultural possui implicações de longo alcance, tanto para a teorização como para a prática clínica, e que tais questões encontram-se ainda muito pouco exploradas.

De forma semelhante às questões emergentes propostas pelo movimento feminista, o impacto das diferenças culturais que acompanham os níveis de opressão e privilégios, bem como de inclusão da dimensão sócio-cultural do terapeuta com suas afiliações e privilégios, marcam de forma inevitável suas

crenças e intervenções. As identificações socioculturais, étnicas, econômicas e políticas do terapeuta provêm uma base para o viés de sua leitura, construção de suas experiências e intervenções que podem estar marcadas pela reprodução de uma política de manutenção de privilégios e poder de classe, afetando todo o processo terapêutico; da formação da aliança terapêutica até a construção e realização de intervenções.

É importante assinalar que cada casal deve ser visto como uma combinação única de condições socioculturais e, assim, a perspectiva multicultural parece requerer dos terapeutas uma abordagem mais colaborativa, mais etnográfica e antropológica, na qual ele deve investigar o contexto dos valores e expectativas que caracterizam suas culturas e, conseqüentemente, o significado particular de seus problemas e do que seria um estado “adequado”.

A flexibilidade, na construção hierárquica, na terapia é um ponto crítico, principalmente, quando a raça, o nível sócio-econômico e o cultural colocam o terapeuta em uma aparente posição superior dentro do contexto do encontro terapêutico, muitas vezes assinalado, como um lugar de poder e saber. Cabe ressaltar que proficiência e hierarquia não são inerentemente atitudes antiéticas, pois podem ser utilizadas em um encontro colaborativo e respeitoso sobre as diferenças. A hierarquia deve ser vista como funcional no momento do encontro terapêutico e não transpor padrões de relacionamento socialmente marcados, construindo subjetividades restringidas.

A dimensão cultural, assim, tem ganhado destaque, desde a década de 1980, como um dos campos possíveis de desdobramentos teóricos mais significativos dentro do campo da Psicoterapia em geral e também da Psicoterapia de Casal. Desde então, o campo da Ciência e o da Psicoterapia têm recebido forte impacto das críticas pós-modernas, em especial, do Construtivismo (Watzlawick, 1994), do Construcionismo Social (Anderson e Goolishian, 1988; Gergen, 1998), das Teorias de Solução de Problemas (White e Epston, 1991) e de abordagens derivadas destas abordagens.

Demodo sucinto pode-se dizer que, o pós-modernismo critica o realismo, isto é, a crença em uma realidade objetiva, que poderia ser conhecida, sem referência ao observador, através do método científico. Propõe, como alternativa, um conceito da realidade socialmente construída, relativa ao contexto social e

histórico do conhecedor. Esta nova epistemologia resultou em inúmeras mudanças no campo da Terapia Sistêmica Familiar e, também, na Terapia de Casal. Entre elas alguns pontos se destacam. O primeiro seria a mudança do terapeuta de especialista a colaborador, na investigação do casal sobre o significado de suas dificuldades e possibilidades de solução. Ocorreu, também, uma modificação da descrição das interações como seqüências comportamentais e cibernéticas para uma compreensão de construção de significados articulados. Isto levou a uma busca da compreensão de como a linguagem do casal é usada para descrever as dificuldades do relacionamento, não só qualificando os problemas, mas também limita as possibilidades de solução. Este deslocamento colocou uma ênfase no aspecto único de cada situação clínica e do significado singular de cada experiência.

Essa nova abordagem tem auxiliado aos casais a perceber como o impacto de uma certa descrição problematiza e limita suas ações. Possibilita, portanto, que se desidentifiquem destas descrições, criando novas alternativas de experiências criativas, desafiando crenças limitadoras, derivadas das ideologias dominantes e fundacionais. Esta desconstrução de significados convida à construção de novos significados para a identidade nuclear do casal, levando à oportunidade de mudança e renovação.

Por outro lado, surgiram críticas de que esta perspectiva levaria a um trabalho muito mais com indivíduos, em sua experiência relacional, que com casais em interação (Minuchim, 1998). É possível que ao se interessar pelo modo como a experiência é construída, certos autores tenham colocado uma ênfase maior na experiência tal como o indivíduo a vive. Porém, cabe ressaltar que, dentro desta perspectiva, o Construcionismo Social busca compreender como a realidade é construída socialmente (Pearce, 1996).

De mesma forma, as terapias focadas na solução de problemas (Hudson e O'Hanlon, 1992) são baseadas nos meios pelos quais a linguagem constrói e constrange as experiências humanas, gerando problemas que limitam a experiência do casal, empobrecendo sua capacidade de gerar alternativas. Estes modelos envolvem técnicas de exploração das exceções nos padrões de experiências modelares, buscando ampliá-las e levar o casal para além dos modos

usuais de definição de problemas e solução. Desafiam, assim, a experiência no sentido de construir uma visão alternativa e preferencial de futuro para o casal.

Cabe ressaltar que, diferentemente dos modelos centrados em técnicas narrativas, que desafiam os modos como as grandes narrativas constroem e controlam a vivência do casal, os modelos de Terapia Focada na Solução de Problemas exploram o universo das interações e significações do casal no nível de suas ações cotidianas e no micro-nível de suas interações e experiências.

Estes modelos, contudo, têm sido criticados por tomar o futuro enquanto foco de mudança, e não permitir que os casais expressem e explorem suas experiências, ainda que sofridas e constrangedoras, que são parte ativa de suas histórias (Efron e Veenendaal, 1993).

Deve-se notar que embora as teorias pós-modernas tenham, como as teorias feministas e multiculturais, surgido de críticas aos valores e imposições presentes nas grandes narrativas que expressariam meios de controle e opressão, diferem destas ao considerar a inexistência de uma realidade objetiva, que estaria apenas mascarada por ideologias dominantes cuja finalidade seria manter seus interesses.

As teorias pós-modernas enfatizam a relatividade de toda e qualquer narrativa as quais trariam conseqüências sociais, políticas e econômicas. Como conseqüência, as teorias feministas e multiculturais experimentam pontos de conflito e resistência com as perspectivas pós-modernas (Hare-Mustin e Marecek, 1994).

Gurman e Fraenkel (2002) consideram que dadas as contribuições e críticas que as perspectivas pós-modernas têm gerado, muito se pode esperar nos próximos anos de seu desenvolvimento. E quaisquer que sejam os desdobramentos, com suas convergências e divergências, estas perspectivas, Feminismo, Multiculturalismo e Pós-modernismo, trouxeram uma aguda consciência sobre a diversidade de experiências de homens e mulheres de diferentes culturas. Em conjunto, essas críticas aos padrões da Terapia de Casal não só influenciaram como têm refletido os desenvolvimentos posteriores no campo (Gurman e Fraenkel, 2002).

Muitas das abordagens teóricas que orientaram o campo da Psicoterapia demonstraram a eficácia de seus modelos durante a década de 1970 e 1980 (Smith, Glass, Miller, 1980a; Garsk e Lynn, 1985). Assim, muitos autores

começaram, de modo mais confiante, a expandir seus modelos para outras situações, para além da terapia individual, gerando novos modelos de tratamento (Gurman e Fraenkel, 2002). Alguns destes modelos despertaram profundo interesse, ao mesmo tempo em que resultados de pesquisas convidavam à avaliação destes mesmos métodos, gerando importantes avanços. Os mais significativos, de acordo com as principais revisões (Gurman e Fraenkel, 2002; Johnson e Lebow 2000; Ferés-Carneiro, 1996) serão abordados apenas em suas contribuições e relevância para o campo.

Modelos foram propostos a partir do enfoque da Teoria de Aprendizagem Social proposto por Stuart (1969, 1980) e Jacobson (Jacobson e Martim, 1976), Da mesma forma que outras abordagens comportamentais em Psicoterapia, a Terapia Conjugal Comportamental, mais do que qualquer outra abordagem no campo da Terapia de Casal, busca fundamentar-se fortemente em pesquisas empíricas. Esta forte base e tradição empírica fazem da Terapia Conjugal Comportamental a, provavelmente, mais bem estudada experimentalmente prática de Terapia de Casal. Enquanto escola de Terapia tem apresentado um desenvolvimento bastante dinâmico, envolvendo diversas mudanças metodológicas e técnicas significativas.

Em uma primeira fase, podemos observar a aplicação quase ingênuas, de princípios comportamentais à situação das dificuldades conjugais. Duas estratégias terapêuticas marcam esta etapa: a mudança terapêutica do padrão de trocas, e o desenvolvimento de habilidades.

Em um primeiro momento, sob a forte influência de uma visão simplista das dificuldades conjugais, foi proposta uma simples mudança na “troca de comportamentos” entre os cônjuges que, como método de intervenção, alteraria o padrão conjugal. No processo terapêutico, a ênfase estava na identificação de mudanças desejáveis para a interação e, então, treinar estes comportamentos, em uma altamente estruturada seqüência de reconhecimento mútuo (Stuart, 1969), baseada em uma interpretação algo limitada do conceito de *quid pro quo* de Jackson (1968; Laderer e Jackson, 1968).

Esse estilo de remanejamento do contrato conjugal foi substituído, à medida que seus resultados foram pouco animadores, por uma proposta de um “contrato de boa fé”, no qual os comportamentos não seriam especificados

comportamentalmente e trocados de forma pareada, de um modo quase comercial, mas deveriam ocorrer unilaterais, e, esperava-se, simultaneamente (Weiss, Bircher e Vincent, 1974).

Atualmente os aspectos de troca são considerados como secundários no contexto da Terapia Comportamental de Casal com base na Teoria de Aprendizagem Social. Uma das razões desta mudança de ênfase reside no fato que os primeiros terapeutas comportamentais de casal não compreenderam adequadamente o conceito de “quid pro quo” de Jackson (1968; Laderer e Jackson, 1968). Interpretaram-no mais como um sistema de trocas ponto a ponto, do que como uma perspectiva mais ampla de como os parceiros definem-se a si mesmos na relação.

Na ênfase no desenvolvimento de habilidades, a Terapia Comportamental de Casais colocou ênfase no ensino de habilidades comunicacionais e para solução de problemas aos casais, que supostamente envolveriam padrões saudáveis de casamentos satisfatórios. Estas habilidades seriam ensinadas aos casais em módulos em uma seqüência relativamente estabelecida.

Curiosamente, a característica fundamental das abordagens comportamentais em terapia, incluindo a Terapia Comportamental de Casais, a análise funcional parece ter sido desconsiderada. Aparentemente o apelo de um método de tratamento de ensino/aprendizagem era tão poderoso que, freqüentemente, módulos de treinamento de habilidades eram incluídos nos modelos de Terapia Comportamental de Casais. Desta forma, usualmente falhavam em uma importante distinção funcional comportamental; entre um problema de aquisição de uma habilidade e de performance, isto é, da diferença entre a aprendizagem e o uso de uma habilidade já adquirida, mas não exercida, suficientemente, em um relacionamento (Gurman e Fraenkel, 2002).

Uma segunda fase na Terapia Comportamental de Casais foi marcada pelo desenvolvimento do modelo que Jacobson e Christesen (1996) chamaram de Terapia Comportamental de Casais Integrativa, e que foi considerada uma evolução significativa - essa e outras contribuições que indicaram uma mudança na estratégia terapêutica, de mudanças comportamentais para aumento da aceitação mútua dos cônjuges.

Este desdobramento deveu-se a vários fatores, entre eles, a necessidade de desenvolver métodos para lidar com aspectos não abordáveis pelo treinamento de habilidades e que levavam casais a permanecerem debatendo-se ao redor de questões insolúveis. Um outro fator foi à necessidade de implementar novas formas de terapia que contornassem a aparente paralisação da evolução do nível de eficácia da Terapia Comportamental de Casais (Jacobson e Adis, 1993). Esta nova fase foi marcada por um aumento na melhora dos resultados terapêuticos e pela descoberta de que “... *a nomenclatura de traços psicológicos é útil para compreender nossos clientes, tal como é útil para nos entendermos na vida do dia a dia.*” (Hamburg, 1996, p. 56).

Tal compreensão revela-se, por exemplo, no trabalho de Jacobson et al. (1996) que passou a enfocar e descrever temas recorrentes de dificuldades conjugais como, em uma linguagem comportamental, classes de resposta, do que comportamentos específicos.

A fase mais recente da Terapia Comportamental de Casais foca aspectos da auto-regulação, como, por exemplo, o trabalho de Halford (1998), que envolve estratégias de mudança do comportamento do outro cônjuge a partir de mudanças nos comportamentos conjugais de cada um dos membros do casal. A ênfase é dada em comportamentos que facilitem a mudança pela alteração da resposta ao comportamento indesejável do outro cônjuge. Esta mudança estratégica tem por objetivo alterar a seqüência comportamental e os padrões funcionais que, supostamente, manteriam a seqüência não desejada. E, além disto, poderia funcionar como um padrão de capacitação dos cônjuges para manutenção e melhora de sua relação, após o término da terapia formal, servindo para remediar a perda de benefícios em longo prazo.

Gurman e Fraenkel (2002) apontam que a aplicação de estratégias de autocontrole para mudança nas relações conjugais acrescentou uma importante dimensão ao foco da Terapia Comportamental de Casal, acrescentando múltiplos níveis de comportamento humano relevante. Curiosamente, abordagens comportamentais do autocontrole e de suas implicações para a terapia (Franks, 1969) já estavam disponíveis na década de 1960 quando aparece a primeira fase da Terapia Comportamental de Casal. Talvez tal técnica não tenha sido proposta como parte de um esforço para diferenciar a abordagem da Terapia

Comportamental de Casal de outros modelos como o psicodinâmico, o sistêmico e o humanístico.

A aplicação destas novas abordagens na Terapia Comportamental de Casal, bem como a exploração da resposta fisiológica dos cônjuges a interação (Gottman, 1998), colocaram a possibilidade de que importantes resultados no tratamento possam ser alcançados (Gurman e Fraenkel, 2002). Cabe notar, contudo, que a Terapia Comportamental de Casal tem dado pouca atenção a fatores familiares e intergeracionais no conflito conjugal sendo talvez uma importante lacuna no seu desenvolvimento teórico e na prática clínica.

A escola de Terapia de Casal Focada na Emoção é a primeira grande reaproximação entre a tradição de Terapia de Família e Casal e a abordagem humanística e experiencial de grandes autores como Carl Rogers, Fritz Pearls, seguindo uma perspectiva inicialmente desenvolvida por Virginia Satir (1964). Trata-se também de uma escola com grande base empírica (Johnson, Husley, Greenberg e Schindler, 1999), e de importância histórica (Gurman e Fraenkel, 2002).

A premissa fundamental da Terapia de Casal Focada na Emoção é que seres humanos têm uma necessidade inata para contatos emocionais consistentes, seguros e íntimos. Assim, o conflito conjugal é visto como dependente da maneira como a necessidade de ligação afetiva é expressa e satisfeita emocionalmente. Teoricamente, a Terapia de Casal Focada na Emoção fundamenta-se nas teorias de relação de objeto, no entanto, seus métodos e técnicas diferem daqueles que prezam a interpretação terapêutica.

Contrastando com as abordagens estratégica e comportamental, a Terapia de Casal Focada na Emoção vê a emoção como o organizador primário da experiência íntima, influenciando significativamente os padrões interacionais, percepções e atribuições de significado a interações. Assim, os objetivos terapêuticos são dois; explorar a visão que cada parceiro tem sobre si-mesmo e o outro, como organizada pela experiência afetiva imediata, e auxiliar os cônjuges a acessar os sentimentos não reconhecidos em si mesmo e no parceiro, criando meios para sua expressão na sessão terapêutica.

A emergência de experiências emocionais corretivas é alcançada através de técnicas da Gestalt, da Abordagem Centrada no Cliente, e de técnicas da Terapia



Sistêmica de Casal, que favoreçam a interação emocional intensa. Tais experiências ocorrem através da intervenção do terapeuta, que intervêm no sentido de favorecer a empatia mútua, diminuindo a defensividade, levando o casal a tornar-se capaz de resolver seus problemas e dificuldades.

A capacidade de solução de problemas é alcançada de modo não intencional, evitando-se o treinamento de métodos de solução de problemas, como em outros modelos como a Terapia Comportamental de Casal. Assim, espera-se que ocorra espontaneamente, a partir do desenvolvimento da capacidade de comunicação emocional, o desenvolvimento de novas formas de relacionar.

Diversas técnicas foram descritas (Johnson e Greenberg, 1995) tais como o “Ciclo de Desescalação”, no qual o terapeuta cria uma aliança com o casal, delineando núcleos do conflito, mapeando situações problemáticas recorrentes, os padrões de interação insatisfatórios, acessando e facilitando a expressão de sentimentos não reconhecidos, e re-enquadrando os problemas à luz destes sentimentos. Ou a técnica de “Mudança de Posições Interacionais”, na qual os parceiros são convidados a se identificar com as necessidades do outro, encorajando a aceitação da experiência emocional e explicitando de modo claro as necessidades emocionais de cada cônjuge. E ainda a “Consolidação e Integração”, na qual se desenvolverão novas soluções para velhos problemas, consolidando novas posições e padrões de ligação afetiva emergentes (Johnson, 1999).

A prática efetiva da Terapia de Casal Focada na Emoção exige, talvez mais do que qualquer outro modelo, uma alta habilidade do terapeuta em evocar e gerenciar sentimentos não expressos, assim como uma grande confiança entre os cônjuges. O foco central da terapia é a expressão emocional, assim, o terapeuta não se preocupa em explorar o passado, interpretar motivações desejos ou conflitos inconscientes, ou ensinar habilidades interpessoais e comunicacionais.

A Terapia de Casal Focada na Emoção tem encontrado bases empíricas para sua prática e, mais do que outra abordagem de Terapia de Casal, tem apontado o lugar relevante do si-mesmo de cada participante do relacionamento, respeitando sua fenomenologia e subjetividade, mantendo ainda uma visão do casal como sistema. Como Schwartz e Johnson (2000) notam: “... o campo da terapia de casal esta lentamente retomando aquele” pega-toca “visionário de Virginia Satir e se livrando de sua herança não emocional.” (p. 29).

Snyder (1999) desenvolveu a Terapia de Casal Orientada para o “Insight”, apresentando estudos e pesquisas sobre o seu desenvolvimento, bem como demonstrando a sua eficácia a longo prazo. Embora as raízes da abordagem Terapia de Casal Orientada para o *insight* remontem aos métodos psicodinâmicos da década de 1960, ela é, até o presente, o método com as bases empíricas mais relevantes para uma visão psicodinâmica e para a re-emergência dos métodos da abordagem psicodinâmica de casais da década de 1960a.

Contudo, a Terapia de Casal Orientada para o Insight não é uma abordagem psicanalítica ou mesmo uma abordagem puramente de relações objetais. Ela enfatiza as disposições relacionais do indivíduo e seus núcleos temáticos individuais associados, gerados nas relações íntimas, incluindo a família de origem. Dois núcleos teóricos sustentam este modelo; a Teoria dos Papéis Interpessoais (Anchin e Kiesler, 1982) e a Teoria de Esquema (Young, 1994) de orientação cognitivista. Porém, a teoria é psicodinâmica coincidindo com aspectos de modelos baseados na Teoria de Apego.

A Terapia de Casal Orientada para o *insight* reconhece os processos e conflitos interpessoais e intrapessoais como reais e significativos para a qualidade da relação conjugal. As contradições e incongruências entre indivíduos sobre suas expectativas e necessidades na relação, marcam a forma como o casal se organizará ao redor do que, Snyder (1999) se refere como, uma manutenção inadvertida dos parceiros de padrões mal-adaptativos de relacionamento.

O terapeuta tem, como técnica central, a interpretação do comportamento, sentimento e cognições dos cônjuges, tanto no contexto atual como na história de vida do casal. Assim, da mesma forma que nas primeiras abordagens de Terapia Psicanalítica de Casal e Terapia de Casal de Relações Objetais, a Terapia de Casal Orientada para o *insight* também reconhece a presença, como clinicamente significativos, de elementos colusivos.

A Terapia de Casal Orientada para o *insight* pode ser vista como um quadro de referência para a organização de intervenções e o seqüenciamento do uso de técnicas interpretativas, cognitivas, experienciais e comportamentais. A busca pelo *insight* como meio de compreensão e modificação é mediada pela interação terapêutica que, na fase de “reconstrução afetiva”, o principal momento da terapia,

buscará a compreensão de temas mal adaptados - sua origem desenvolvimental, as conexões com as primeiras experiências, os medos e dificuldades atuais.

A Terapia de Casal Orientada para o *insight* parece incorporar uma explicação formal para muitos dos princípios e práticas de diversas intervenções realizadas na prática clínica de muitos terapeutas que se descrevem a si-mesmos como orientados psicodinamicamente ou como ecléticos a, provavelmente, mais freqüente orientação de terapeutas de casal (Gurman e Fraenkel, 2002).

Da mesma forma que a Terapia de Casal Focada na Emoção, a Terapia de Casal Orientada para o Insight representa a re-introdução de questões relacionadas ao “si-mesmo” no contexto da Terapia de Casal. Essa é uma importante tendência e provavelmente representa a retomada de um tema relevante, que foi, indevidamente, relegado ao segundo plano.

Gurman e Fraenkel (2002) consideram que o interesse na abordagem psicodinâmica re-emergiu na década de oitenta, facilitado por três importantes eventos. O primeiro ocorreu na medida que pesquisadores de Terapia de Casal contribuíram significativamente para o refinamento de técnicas e na construção de manuais de tratamento que orientariam a prática terapêutica. Isto permitiu seu uso em estudos de resultados de eficácia. O segundo deve-se ao surgimento de um grande número de modelos de terapia integrativos, com elementos psicodinâmicos. E, o terceiro, ocorrido na década de 1980, é o grande número de clínicos teóricos, trabalhando independentemente, que publicou trabalhos nos quais procuram desenvolver e explorar teorias, típicas de relações objetais, e técnicas para Terapia de Casal, refinando intervenções e estratégias (Bader e Pearson, 1988; Naldelson, 1978; Sharff e Scharff, 1991; Siegel, 1992, Solomon, 1989; Willi, 1982). Outros autores, como Ruffiot (1981), Eiguier (1984), e Lamaire (1988), desenvolveram, a partir da psicanálise de grupo, modelos psicanalíticos de atendimento a casais. Estes estudos objetivam facilitar a individuação, modificar as defesas diádicas e individuais, tornando-as mais flexíveis, e aumentar as capacidades dos membros do casal de suportar e apoiar as dificuldades emocionais do parceiro (Gurman e Fraenkel, 2002).

Todos os métodos de terapia psicodinâmica de casal atribuem importância central à comunicação inconsciente e aos processos de manutenção de relações que caracterizam a conjugalidade, os quais são mal adaptados e disfuncionalmente

rígidos em casais em conflito. Embora muitos destes métodos utilizem diferentes técnicas e intervenções, todos parecem estar em débito com as contribuições de Dicks (1967) sobre as relações objetais na cena conjugal. Entre os conceitos centrais desta abordagem estão: a identificação projetiva, o *splitting*, a colusão, o *holding* e a contenção (Cathedral, 1992).

Enquanto as primeiras experiências de aplicação da Psicanálise à Terapia de casal focavam, alternadamente, os aspectos psicodinâmicos dos parceiros individuais, a moderna Terapia de Casal de Relações Objetais procura um foco balanceado na estrutura das defesas conjugais compartilhadas e nas evitações que elas perpetuam, como, por exemplo, ansiedade nas relações íntimas.

Talvez o interesse renovado na abordagem psicodinâmica na Terapia de Casal se deva à convergência de diversos fatores. De um lado a emergência de abordagens mais integrativas, que tendem a focar tantos os aspectos intrapsíquicos como os interpessoais. De outro, ao se estabilizar como uma modalidade clínica respeitável, a Terapia de Família abriu espaço para exploração de outros pontos de vista clínicos, que serviram de contraponto no estudo do processo de diferenciação e crescimento psicológico. E, sem dúvida, as pesquisas sobre eficácia terapêutica, que demonstraram uma surpreendente homogeneidade nos resultados terapêuticos, também convidaram a uma reflexão mais parcimoniosa e respeitosa com as diversas contribuições do campo da Psicoterapia (Smith, Glass e Miller, 1980; Garsk e Lynn, 1985; Miller, Hubble e Duncan, 1995). E como colocam Gurman e Fraenkel (2002), *“quaisquer que sejam as explicações para o renovado interesse na psicodinâmica do casal, no nascimento deste milênio, parece que este interesse voltou para o enriquecimento.”* (p. 227).

Com o reconhecimento da eficácia dos modelos de Terapia de Casal, na década de 1990, para distúrbios da relação conjugal, iniciou-se uma nova fase de expansão com busca de desenvolvimentos de modelos voltados a questões tradicionalmente consideradas fora do âmbito das dificuldades conjugais. Estas demandas envolvem, além de intervenções preventivas, tratamento de transtornos psiquiátricos em modelos interdisciplinares.

Embora a abordagem psiquiátrica tenha sido alvo de crítica e desdém, por muitos autores do campo da Terapia de Família, ela oferece agora um novo campo de interação transdisciplinar, com a busca de novos modelos de tratamento e

intervenção. É comumente esquecido que mesmo a abordagem Sistêmica de Família emergiu do estudo de distúrbios psiquiátricos e da tentativa de abordá-los de forma psicoterapêutica, através do que parecia ser o foco de emergência das dificuldades: a família enquanto um sistema (Foley, 1995).

Para Gurman e Fraenkel (2002), desde que terapeutas de família orientados sistemicamente se interessaram pelo tratamento de síndromes psiquiátricas a atual abordagem é o maior avanço em décadas. Este campo emergiu, naturalmente, a partir das demandas de tratamento na clínica de casal. Númeras pesquisas têm sido feitas em relação à etiologia, manutenção e tratamento dessas desordens e da conjugalidade.

Das diversas síndromes estudadas três se destacam pelo grande número de estudos e publicações: depressão, principalmente em mulheres; ansiedade, especialmente, agorafobia em mulheres; e alcoolismo, principalmente em homens. Até o presente, o método de tratamento mais estudado para estas síndromes tem sido a Terapia Comportamental de Casal, bem como métodos que envolvem treinamento de comunicação e aprendizagem de técnicas de resolução de problemas.

Outros métodos de tratamento pouco testados envolvem a compreensão de fatores e temas intergeracionais, a intervenção em crenças de diferença de gênero que levam ao constrangimento e nas relações de poder que levam a iniquidades sociais (Papp, 2000).

Os resultados mostram que a Terapia de Casal pode influir positivamente nos sintomas, na evolução do quadro clínico, na aderência a métodos de tratamento farmacológicos concomitantes e na diminuição da taxa de abandono do tratamento. Estudos também sugerem que Terapia de Casal isoladamente não é suficiente para tratamento de alcoolismo, sem medicamento, ou para tratamento de agorafobia sem técnicas de exposição ao vivo ao agente ansiogênico. Porém, é suficiente para o tratamento de depressão, quando estiver associada primariamente a dificuldades na relação conjugal.

A Terapia de Casal parece ser mais eficaz para aliviar sofrimento conjugal associado com depressão, se comparada com outras abordagens como Terapia Cognitiva Individual para depressão ou Terapia Interpessoal para Depressão (Beach, Fincham e Katz, 1998).

Estudos indicam que, no tratamento de outros transtornos, quando a Terapia de Casal é associada à abordagem psicofarmacológica pode trazer benefícios tais como a aceitação do diagnóstico, a aderência ao tratamento, possibilitando ao casal lidar com as dificuldades resultantes do transtorno. Mesmo distúrbios neurobiológicos, como por exemplo o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDA/H), parecem ser favorecidos por esta estratégia (Sena e Diniz Neto, 2005; Diniz Neto e Féres-Carneiro, no prelo).

Paradoxalmente, à medida que as taxas de divórcio aumentaram no final do século XX, ocorreu um retorno ao aspecto preventivo do desaparecido Aconselhamento Matrimonial (Broderick e Schrader, 1991; Gottman, 1998). Esta abordagem tem tido importantes resultados em modelos de prevenção envolvendo aplicação de modelos e teorias de Terapia de Casal.

Diferentes bases teóricas têm inspirado estes programas como: abordagem cognitiva, comportamental, sistêmica, experiencial, humanística e psicodinâmica (Berger e Hanna, 1999). Diferentes modelos têm sido propostos, variando de aplicações intensivas em workshops, com grupos de casais, a uma abordagem mais individualizada, com número fixo de sessões com cada casal separadamente.

Alguns métodos focam o treinamento de habilidades, supostamente, necessárias para uma relação conjugal satisfatória como: técnicas comunicacionais, de manejo de conflito ou expressão emocional. Outros tendem a focar mudanças no estilo relacional, em uma abordagem preventiva de focos de tensão e conflito (Gurman e Fraenkel, 2002).

Os modelos baseiam-se na diferenciação da atenção a casais em três níveis (Gurman e Fraenkel, 2002):

- atenção primária, na qual os casais não apresentam ainda nenhuma queixa ou dificuldade de monta.
- atenção secundária, quando já existe uma demanda com algum grau de sofrimento psicológico.
- atenção terciária, na qual o casal apresenta dificuldades reais e imediatas envolvendo sofrimento psicológico e estresse.

Para cada um desses níveis, estudos indicam resultados importantes como justificativas para sua implementação. Primeiramente, pesquisas mostram que muitos casais, apesar da eficácia da Terapia de Casal, não alcançam resultados

satisfatórios, abandonam o tratamento ou não mantêm os ganhos em longo prazo (Jacobson e Adis, 1993). Assim, parece ser adequado abordar tais casais antes que as dificuldades conjugais tornem-se excessivas, a fim de fornecer meios para prevenir o estresse conjugal.

Tem-se apontando também a importância econômica, social e médica destes programas de prevenção, uma vez que os processos de ruptura ou conflito conjugal têm, em geral, efeitos que ultrapassam o sistema conjugal, afetando a rede social, incluindo a família extensa e nuclear.

Pesquisas têm evidenciado resultados promissores na área de prevenção desde a década de 1980. Giblin, Sprenkle e Sheehan (1985), ao realizarem uma meta-análise de 85 estudos sobre os benefícios de programas de prevenção de conflitos conjugais, encontraram resultados significativos, sugerindo que estas intervenções melhorariam a satisfação conjugal em 67% dos casais, em comparação com os casais de grupos-controle. Este resultado foi criticado por Bradbury e Fincham (1990), tanto no que se refere às técnicas de meta-análise como aos estudos selecionados para estas, uma vez que foram usados apenas estudos com medidas “pré-pós” e não com acompanhamento em longo prazo.

Uma evidência mais sugestiva apareceu, porém, no estudo de Markman, Remick, Floyd, Stanley e Clements (1993) sobre o Programa de Prevenção e Melhora do Relacionamento da Universidade de Denver. Este programa ensinava técnicas de comunicação, manejo de conflitos e como lidar com núcleos de expectativas e valores diferentes no casal. E, ainda, como identificar e lidar com problemas encobertos, bem como aumentar a amizade e sensualidade na relação. Este estudo longitudinal demonstrou que casais recém-casados, sem estresse, escolhidos randomicamente e submetidos a um curso de 15 horas padrão do programa, mostravam benefícios significativos, em um acompanhamento de quatro anos, em relação aos casais que não fizeram o curso.

Áreas importantes mostram diferenças notáveis como: aumento da sensação de amor na relação conjugal, problemas de menor intensidade, maior longevidade, melhor capacidade comunicacional, satisfação sexual e com o relacionamento. Após 4 anos os casais que passaram pelo programa relatavam ainda, um menor número de ocorrências de violência doméstica do que aqueles que não passaram pelo programa.

Os programas de prevenção parecem oferecer uma importante promessa para fornecer os meios de reduzir as tensões e conflitos conjugais, em uma importante parcela da população, durante o curso de seus relacionamentos, e mesmo para lidar com situações de ruptura das relações.

Contudo, estes programas não são desenvolvidos para substituir a assistência terciária a casais, ou seja, os modelos específicos para a Terapia de Casal (Lebow, 1997; Gurman e Fraenkel, 2002). Cabe salientar que cerca de 50% dos casais à que são oferecidos estes programas os recusam, mesmo quando o custo é nulo. Isto parece indicar que, diferentes questões quanto ao estilo relacional e sistema de valores orientam os casais participantes destes estudos e programas, em relação aos casais que não participam, podendo esta característica intervir nos resultados (Bray e Joriles, 1995).

Estas questões apontam para a complexidade do campo do tratamento psicoterapêutico das questões conjugais, no qual o clínico deverá ter uma formação ampla o bastante para tratar desde casais que almejam a melhoria de uma relação ajustada e satisfatória até aqueles com sérios problemas conjugais, envolvendo questões psicológicas e psiquiátricas. Qualquer modelo terapêutico deve, portanto, permitir articulações entre todos estes aspectos.

O campo da Terapia de Casal tem assistido, na sua última fase, a importantes diálogos e relacionamentos sinérgicos entre diferentes perspectivas, levando a integração e enriquecimento de modelos (Gurman e Fraenkel, 2002). Tendências e focos anteriormente vistos como estanques passaram a serem explorados conjuntamente, criando espaços interdisciplinares e transdisciplinares. Quatro campos de diálogo parecem mais relevantes, pelo seu potencial e por possuírem, já, uma história consubstanciada.

O primeiro campo ocorre no diálogo e articulação de diferentes abordagens de Terapia de Casal nas quais diferentes escolas têm participado. O segundo trata da exploração das contribuições recíprocas entre a abordagem da Terapia de Casal e as contribuições da Terapia Breve. E, em terceiro lugar, parecem relevantes as discussões entre o campo da Terapia de Casal e o da Terapia Sexual. E, finalmente, têm ocorrido tentativas de articulação com a Teoria do Apego (Bowlby, 1989). Estas parecem ser as maiores estratégias integrativas em andamento no final do século XX e início do século XXI.



Diversos autores procuram integrar modelos ressaltando as vantagens dos aspectos mais salientes de cada abordagem, desenvolvendo uma visão mais holística da Terapia de Casal, combinando diferentes formatos de tratamento e modalidades. Os modelos propostos tendem a se agrupar epistemologicamente em dois grupos, sendo um pólo mais eclético, menos preocupado com a sua fundamentação teórica, enquanto em outro pólo outros modelos refletem uma busca de consistência epistemológica.

Dentre os mais ecléticos, alguns modelos destacam-se como a Terapia Integrada de Múltiplos Níveis desenvolvida por Feldman (1985, 1992), um exemplo característico, que procura focar os aspectos comportamentais, psicodinâmicos, sistêmicos e biológicos do relacionamento conjugal. Feldman (1992) advoga o uso adequado de sessões individuais e conjuntas, em um desenho apropriado para cada caso.

A Terapia Integrativa Centrada no Problema, desenvolvida por Pinsof (1983, 1995), é outro exemplo de combinação flexível de métodos, formatos e o uso de diferentes focos teóricos, com o objetivo de potencializar o tratamento. Pinsof (1983, 1995) utiliza um enquadre teórico que permite tanto escolher o foco adequado a um certo caso clínico como avaliar a pertinência do uso de um certo modelo, baseado em princípios teóricos diferentes e o uso de intervenções. No modelo de Pinsof (1995) o terapeuta move-se no processo combinando intervenções de diferentes abordagens, de acordo com um plano de tratamento claramente delineado, que toma a forma de uma árvore de decisões. Assim é possível escolher, com critério a cada momento, de modelos focados no presente, como o cognitivo, o comportamental ou estrutural, até modelos focados na historicidade como de relações objetais ou modelo boweniano. Aspectos biológicos são também considerados nesta abordagem, levando a intervenções biológicas e farmacológicas.

A Paleta Terapêutica é outro método integrativo desenvolvido por Fraenkel (1997), que procura, de modo similar aos modelos anteriores, oferecer um conjunto de princípios para a escolha de uma teoria em detrimento de outra, em diferentes momentos do tratamento psicoterapêutico.

Estes autores parecem seguir as observações de Martim (1976), que asseverou: *“aqueles que preferem ter de escolher entre apenas os aspectos do*

*intrapessoal ou do interpessoal limitam a si-mesmos. Esta separação é artificial e não ocorre na natureza do ser humano.”* (p. 8).

Esta observação tem levado diferentes autores a enfatizar ambos os aspectos, intrapessoal e interpessoal, combinando diferentes abordagens, como Sager (1981) que, no seu modelo de Contrato Conjugal, dirige-se tanto a aspectos verbalizados e conscientes de expectativas do laço conjugal como a aspectos não verbalizados ou contratos inconscientes, fundamentando-se na Teoria Psicanalítica, mas ainda assim, fazendo uso de seletivo de trocas comportamentais ponto a ponto.

Nichols (1988), em seu Modelo Integrativo, fundamenta-se nas teorias de desenvolvimento e das relações objetais, mas também utiliza intervenções de trocas comportamentais, de treinamento comunicacional e de solução de problemas.

A Abordagem de Sistemas Internos de Famílias de Schwartz (1995), por um lado, combina o reconhecimento da experiência intrapsíquica, baseada na história e representação internalizadas de partes do si-mesmo, e os modos como esta influencia e é influenciada pela interação em andamento.

Do outro lado, destaca pelo menos quatro modelos integrativos que, diferentemente dos modelos mais ecléticos, apresentam uma maior preocupação com a consistência teórica e epistemológica, embora eles procurem balancear tanto aspectos intrapsíquicos quanto intrapessoais.

Uma primeira abordagem deste tipo foi proposta por Bagarozzi e Giddings (1983), que procuraram apresentar uma Análise Cognitivo-Atribucional de como parceiros reforçam e punem, mutuamente, os seus comportamentos, a partir de sua adequação, ou não, aos seus modelos representacionais internos. Deste modo os cônjuges engajam-se em um padrão de escultura recíproca de seus modelos e comportamentos, mantendo uma conjunção emocional, através do processo projetivo. Para estes autores tanto as dimensões conscientes e inconscientes deveriam ser exploradas na Terapia de Casal.

Outra proposta significativa foi o Modelo Intersistêmico de Berman, Lief e Williams (1981), que combina uma Teoria de Contrato com a Teoria de Relações Objetais, a Teoria de Sistemas Multigeracional, a Teoria do Desenvolvimento Adulto, e a Teoria de Aprendizagem Social. Este modelo foca simultaneamente o

individual, o interacional em seu aspecto conjugal e o sistema intergeracional, delineando um conjunto de intervenções originárias de diferentes tradições terapêuticas. Gurman e Fraenkel (2002) consideram este modelo integrativo o mais ambicioso já proposto para a Terapia de Casal.

O Modelo de Terapia de Casal de Abordagem Combinada Psicodinâmica-Comportamental de Seagraves (1982) e a Terapia de Casal Breve Integrativa de Comportamento Profundo (Gurman, 2002) buscam modificar os modelos representacionais internos e interpessoais, tanto através de intervenções diretas comportamentais como através de meios interpretativos. Ambos os modelos vêm os diversos aspectos da personalidade dos cônjuges, como delineados e mantidos através de interações significativas. Assim os autores concordam que intervenções diretivas e comportamentais podem servir como poderosos meios de mudança intrapsíquica.

Outras abordagens integrativas têm surgido a partir de modelos bem diversos como abordagem sistêmica e psicanalítica, em especial em aplicações a família como Gatal (1983), que propõe uma aproximação entre a abordagem lacaniana e a abordagem sistêmica. Féres-Carneiro (1996) propõem tal integração como possível e desejável, enriquecendo as possibilidades de compreensão e intervenção terapêutica.

Diferentes modelos, que derivam da aplicação de diferentes abordagens, têm obtido, desde a década de 1970 e 1980, resultados comparáveis em termos de eficácia terapêutica. E, neste sentido, a pretensão de superioridade de uma abordagem sobre as demais, ainda está por se estabelecer, sendo considerada atualmente como improvável (Smith Glass e Miller, 1980; Garsk e Lynn, 1985; Miller et al. 1995; Cordioli, 2002; Pinosof e Wynne, 2002). De outro lado, diferentes perspectivas têm convidado a criação de diferentes intervenções que parecem mais se complementar que se opor. Porém, estes resultados indicam importantes questões que apontam para problemas epistemológicos básicos do campo da Psicoterapia, envolvendo o que pode ser compreendido como uma crise paradigmática, no sentido kuhniano (Diniz-Neto, 1997).

Estas tentativas de integração e cooperação devem ser entendidas como importantes contribuições para a superação de velhas rixas metodológicas e, um

passo na direção de questões paradigmáticas fundamentais do campo da Psicoterapia, em geral, e de casal, em particular.

O campo da Psicoterapia, tem se desenvolvido em diferentes direções explorando modelos e possibilidades. A Terapia Breve desenvolveu-se como tentativa de lidar com a emergência de uma demanda significativa de atendimento, sem perda da eficácia terapêutica. Diferentes abordagens exploraram as possibilidades de modelos terapêuticos breves, tendo como característica comum, um número pré-definido de sessões e intervenções, focando ao máximo as mudanças psicológicas.

Em um desenvolvimento paralelo, muitas das características da Psicoterapia Breve emergiram, também, no campo da Terapia de Casal (Gurman e Frakel, 2002). Gurman (2001) observa que, comparativamente a intervenções psicoterapêuticas individuais, os modelos de Terapia de Casal tendem a ser breves, organizados de 15 a 20 sessões, em média. Tal tendência reflete um posicionamento basicamente orientado por atitudes comuns, tais como: parcimônia clínica, orientação desenvolvimental centrada na emergência do problema em um momento específico, ênfase nas potencialidades do cliente, importância da indução de mudanças tanto fora como dentro do enquadre da terapia, foco centrado no presente.

Além dessas características, soma-se a presença do cônjuge, estabelecendo uma relação potencialmente de maior influência que a relação terapeuta-cliente, como o enfatizado na formas mais tradicionais de Psicoterapia. Para Gurman (2001) quatro fatores técnicos comuns aos diversos modelos de Terapia de Casal também estão presentes na Terapia Breve.

Em primeiro lugar, destaca-se o significado e o uso do tempo, como recurso assim como intervenção, incluindo o engajamento em uma perspectiva desenvolvimental do aparecimento e da formação do problema, intervenções precoces e uma flexibilidade no tempo do tratamento.

Em segundo lugar, a relação terapeuta-cliente (casal), em ambas as formas exigem uma postura mais ativa do terapeuta que deve intervir mais do que, usualmente o faz, em terapias individuais. Assim, nas formas de Psicoterapia, já validadas empiricamente, o terapeuta age como especialista que colabora com o

cliente em sua dificuldade, aceitando sua responsabilidade e repartindo seus conhecimentos e habilidades.

Em terceiro lugar, as técnicas de tratamento, em Terapia de Casal e Terapia Breve, tendem a incluir tanto mudanças dentro do contexto da sessão de terapia como fora. E, em quarto lugar, a abordagem focal no tratamento dos sintomas, a pedra de toque da Terapia Breve, é presente também na Terapia de Casal, sendo dirigido para os padrões que cercam os problemas e sintomas do casal.

Assim, Gurman (2001) coloca que a questão da integração entre Terapia de Casal e Terapia Breve é muito mais de reconhecimento de similitudes e aproximações do que de criar um espaço teórico comum. Isto se dá porque, em ambas as abordagens, as mesmas dimensões terapêuticas são ativadas, mesmo considerando-se a diferença do foco interacional ou sistêmico, sempre presente nas Terapias de Casal.

Identificar estas bases comuns é benéfico para ambas às abordagens, pois assim se oferece, além de um campo de confirmação e ressonância de resultados, uma possibilidade de intercâmbio na prática clínica.

A tentativa de integração entre a Terapia de Casal e Terapia Sexual tem sido objeto de controvérsia, praticamente, desde o surgimento quase simultâneo de ambas as abordagens. Esforços têm sido feitos na direção de um diálogo, e a existência do periódico *Journal of Sexual e Marital Therapy* indica esta tendência. Tal empenho é apoiado por importantes razões clínicas.

Socialmente a relação conjugal continua sendo a única instância, plenamente sancionada, na qual se espera a existência de vínculo e prática sexual. De fato, durante a fase do Aconselhamento Matrimonial, os aspectos da vida sexual do casal eram um dos focos de maior importância. Do ponto de vista clínico, é predominante na prática terapêutica com casais situações nas quais o casal experiencie dificuldades na esfera sexual, primariamente ou em consonância com outras dificuldades. Quase que inevitavelmente todos os casos envolverão pelo menos alguma discussão sobre a dimensão sexual do casal. Contudo, os campos da Terapia de Casal e Terapia Sexual são vistos ainda como separados e sem conexão. Pinsoff (1999) nota que embora a sexualidade seja referida ocasionalmente em congressos, seminários e artigos de Terapia de Casal, quase não existem referências às técnicas de tratamento de disfunções sexuais.

Esta divergência parece ter origem em uma pressuposição que predominou no campo de Terapia de Casal, qual seja, que a disfunção sexual é apenas um sintoma de uma outra dificuldade do casal, como medo de intimidade, jogos de poder, tentativas de desqualificação, ou, ainda, “*quid pro quo*”. Como resultado, o campo da Terapia de Casal não tem dado suficiente atenção à dimensão da sexualidade e das disfunções sexuais.

Outro importante fator parece ser que, majoritariamente, as técnicas de Terapia Sexual foram desenvolvidas em um foco comportamental, sendo carregadas das implicações desta abordagem. Por outro lado, grande parte dos terapeutas de casal, revela ter uma formação primariamente orientada pela abordagem psicodinâmica e sistêmica, criando uma forte barreira ao diálogo (MacCarthy, 2002).

Ao mesmo tempo em que terapeutas de casal defendem a integração e diálogo mais sistemático de modelos com a Terapia Sexual, esta parece estar em declínio. Não por razões teóricas e metodológicas ou por ausência de resultados, pois alguns são realmente impressionantes como os alcançados pelo método de Master e Jonhson (1990), mas por pressão de companhias de seguro, e ausência de reconhecimento da profissão. Como notam Gurman e Fraenkel (2002),

Se haverá uma substantiva e significativa integração do campo da Terapia Sexual e Terapia de Casal, novos líderes devem surgir com capacidade em ambos os domínios clínicos, e com um respeito equilibrado para a complementaridade, e os atributos potencialmente sinérgicos de ambos os domínios. (p. 240).

Outra tentativa de articulação tem ocorrido entre a Teoria do Apego e a Terapia de Casal. A Teoria de Apego foi desenvolvida por Bowlby (1989) a partir de questões relacionadas ao estabelecimento dos vínculos iniciais entre a criança e sua mãe, ou quem exercer o seu papel. Sua abordagem partiu de uma visão psicanalítica, mas, ao incorporar métodos e modelos da Etologia, da Psicologia Cognitiva e Teoria Comunicacional, diferenciou-se, tornando-se uma contribuição original (Bowlby, 1989).

A Teoria do Apego descreve como, a partir do relacionamento com figuras significativas ao longo do desenvolvimento, é construído o modelo de apego. E

este pode ser inferido, na maneira como o indivíduo sente-se, comporta-se e interage com pessoas significativas na sua vida atual, enfatizando:

- (a) o status primário e a função biológica dos laços emocionais íntimos entre indivíduos, cuja formação e manutenção são postulados como sendo controlados por um sistema cibernético, situado no sistema nervoso central, que utiliza modelos funcionais do si-mesmo e da figura de apego, um em relação ao outro.
- (b) a poderosa influência, no desenvolvimento de uma criança, da maneira como é tratada por seus pais, especialmente pela figura materna, e
- (c) que o conhecimento atual do desenvolvimento de uma criança requer uma teoria do desenvolvimento que possa tomar o lugar de teorias que invocam fases específicas do desenvolvimento, nas quais – sustenta-se – uma pessoa pode tornar-se fixada e/ou pode retornar. (Bowlby, 1989, p. 118).

Bowlby (1989) descreve três padrões básicos dos modelos de apego. Primeiro, o modelo de base segura, que se caracteriza por um sentimento de confiança e cuidado em relação à figura de apego, com expectativas de afeto e atenção quando necessário e pronto atendimento das necessidades. Este padrão tem um longo processo de evolução na relação mãe-filho(a) e muito mais do que uma relação passiva, é marcada pelo potencial que a criança tem, já ao nascer, de: *“estabelecer uma forma elementar de interação social e o potencial da mãe comum, sensível, para participar com sucesso da interação”* (Bowlby, 1989, p. 22).

Uma importante conclusão a que Bowlby (1989) chega é:

Podemos seguramente concluir que os bebês humanos, como de outras espécies são pré-programados para se desenvolverem de uma forma socialmente cooperativa; se isto ocorre ou não, depende do modo como são tratados. (p. 24)

O segundo padrão descrito por Bowlby (1989) é o do apego ansioso, caracterizado por uma insegurança e dificuldade de estabelecer vínculos seguros, marcado por sentimentos de ansiedade com relação ao vínculo com figuras de apego, e comportamento ambivalente, frequentemente marcado por raiva e culpa.

O terceiro modelo de apego é o evitativo, no qual o indivíduo desenvolve padrões evitativos extremos com relações de apego, que são vividas como extremamente aversivas, mas, ao mesmo tempo, desejáveis.

A Teoria do Apego considera a propensão para estabelecer laços emocionais íntimos com indivíduos especiais como uma componente básica da natureza humana, já presente no neonato em forma germinal e que continua na vida adulta e na velhice. O modelo de apego não é visto como pronto e acabado, mas em constante processo de elaboração, tanto para melhor quanto para pior, dependendo dos padrões de relação experimentados.

Nas últimas décadas, muitos estudos têm buscado identificar os fatores relacionados com a qualidade do relacionamento conjugal. E um dos mais promissores e examinados fatores tem sido o padrão de apego individual (Feyney, 1999). No entanto, a maior parte destes estudos tem relegado os aspectos da conjugalidade para segundo plano.

Diversos estudos, teóricos e de pesquisa, no entanto, apontam a importância do estilo de apego adulto para a formação e manutenção dos vínculos conjugais e também para a qualidade da relação (Mikulincer, Florian, Cowan e Cowan, 2002).

Esses estudos apóiam-se em uma relação de causalidade, na qual o modelo de apego, construído nas relações com figuras de apego significativas, é o antecedente para a formação do vínculo conjugal, emprestando estabilidade ou instabilidade e satisfação ou insatisfação. Contudo, como ressaltam Mikulincer et al. (2002) as evidências produzidas por estes estudos não permitem a inferência de uma relação causal simples. De fato, os estudos envolvendo expectativas e crenças e satisfação conjugal encontraram que sujeitos com modelos seguros de apego tendem a acreditar no amor romântico e que o sentimento de enamoramento inicial pode, em alguns casos, nunca desaparecer (Hazan e Shaver, 1987). São também mais otimistas em relação ao casamento e relações amorosas (Carnelley, Janoff-Bulman, 1992). Além disto, sujeitos com modelos de apego seguro tendem a avaliar de modo mais positivo os diversos aspectos das relações conjugais (Feeney e Noller, 1992).

Estudos sobre modelos de apego também têm consistentemente revelado que pessoas com diferentes estilos de modelos de apegos também diferem igualmente em relação a manutenção de relações conjugais de longo termo e do grau de vulnerabilidade destas ao rompimento (Kirkpatrick e Davis, 1994). Pessoas seguras tendem a continuar seus relacionamentos e a suportar melhor as



dificuldades nos relacionamentos e, conseqüentemente, exibem menores taxas de divórcio (Hill Yong e North, 1994).

Contudo, estudos que procuram comparar estilos de medidas de apego globais e orientações específicas na conjugalidade encontram uma relação significativa entre relatos de apego seguro e de satisfação conjugal mas, curiosamente, não demonstram relação entre estilo de apego global e satisfação com o relacionamento atual (Cowan e Cowan, 2001). Parece que o apego seguro em uma relação específica é mais relevante para a satisfação com esta do que o estilo global de apego dos membros do casal.

Esses resultados levaram diversos autores a propor um modelo sistêmico de relacionamento conjugal, articulando aspectos intrapsíquicos do modelo de apego (Milkulinger et al., 2002). Tal articulação parece promissora ao fornecer um quadro de referencia integrado no qual aspectos de um modelo sistêmico não só são propostos sobre uma base de evidências empíricas, mas, também, propiciam um nível de articulação entre experiências individuais em um novo nível emergente.

Articulações entre a Teoria de Apego e Psicoterapia de Casal tornam-se, assim, possíveis. Os desdobramentos desta empreitada poderão render importantes resultados nos anos vindouros.

Na história do movimento da Terapia de Casal e de seus desdobramentos recentes, alguns pontos ressaltam-se como significativos e, possivelmente, como base para futuros desenvolvimentos. Estas observações surgem simultaneamente em diversas revisões, indicando a percepção compartilhada no campo como convicções bem estabelecidas (Gurman e Fraenkel, 2002; Johnson e Lebow, 2000; Féres-Carneiro, 1996).

Em primeiro lugar, tem ocorrido a emergência de um renovado interesse do individual-no-casal, com estudos sobre a importância do papel do campo emocional, e do cognitivo, não só no estabelecimento de padrões atribucionais, mas também na construção de campos de interpretação da interação conjugal. Além disso tem se apontado para a importância da capacidade dos cônjuges de influenciar o relacionamento do casal através de sua auto-regulação. Esses pontos têm levado ao equivalente de uma nova introdução do si-mesmo no sistema (Nichols, 1987).

De modo relacionado com a percepção da importância do individual no sistema conjugal, tem ocorrido uma reconsideração sobre o impacto dos transtornos psiquiátricos na vida do casal e do indivíduo. Modelos excessivamente simplistas, que colocam, ora na dimensão psíquica individual, ora na dimensão unicamente biológica, a origem e direção da evolução destes transtornos, têm se revelado limitados. Os modelos com maior sucesso no tratamento de transtornos psiquiátricos têm focado a interação complexa de diversos fatores, tanto de ordem biológica, genética, ontológica quanto sócio-cultural e econômica.

Tais modelos têm incluído, também, fatores e efeitos de injunções sobre o indivíduo, suas relações e possibilidades de resposta, que geram sua experiência psíquica única em sua especificidade. Tratamentos multidisciplinares têm, em diversos estudos, alcançado resultados superiores a tratamento unidisciplinares (Gurman e Fraenkel, 2002).

Em terceiro lugar, as raízes históricas da Terapia de Casal revelam-se múltiplas, apesar das pretensões de afiliação a uma única abordagem por autores como Haley (1984a). Assim, para uma avaliação criteriosa do seu desenvolvimento e tendências atuais, é fundamental que se compreenda a multiplicidade de olhares e investigações que moldaram tendências e revelaram potenciais, desde o movimento preventivo, derivado do ingênuo Aconselhamento Matrimonial, até a contribuição das visões psicanalíticas, humanistas ou derivadas da psicologia social, e não somente de teorias puramente sistêmicas. O diálogo entre essas diferentes perspectivas tem se revelado fecundo. Podemos concordar com Gurman e Fraenkel (2002) quando afirmam que:

Ironicamente, apesar de sua longa história de lutas, marginalização e desmobilização profissional, a Terapia de Casal, no final do milênio, tem emergido como uma das mais vibrantes forças no domínio da Terapia de Família e Psicoterapia em geral. (p. 248).

E, em quarto lugar, o desenvolvimento da Terapia de Casal e o estudo de sua eficácia têm demonstrado que nenhum outro método de intervenção psicossocial possui um efeito clínico significativo em tantas e diferentes esferas da experiência humana. Torna-se necessário o exame crítico dos resultados destas pesquisas e das diferentes direções que apontam.

### 3.2

#### Terapia de casal: eficácia terapêutica

A discussão dos aspectos metodológicos e epistemológicos relacionados às pesquisas de eficácia psicoterapêutica parece ser relevante, não só pela necessidade de balizamento da proposta de um novo modelo de Terapia de Casal de orientação construcionista social nos estudos sobre eficácia e eficiência psicoterapêutica, mas, também, pelos importantes *insights* que estes resultados convidam, em relação ao campo da Terapia de Casal. Além disto, é necessário o conhecimento de tais resultados para justificar a escolha desta direção de pesquisa teórica na construção de um modelo terapêutico. (Kopta, Luguer, Sanders e Howard, 1999; Chambless e Ollendick, 2001).

Desde o fim do século XIX, com o estabelecimento da Psicologia como disciplina científica e do aparecimento de métodos de tratamento psicológicos para os distúrbios emocionais, em sua diversificada sintomatologia, tem surgido uma multiplicidade de escolas e sistemas psicoterápicos (Marx e Hillix, 1978). De pouco mais de dez métodos de tratamento presentes na década de vinte do século XX, assistimos a uma explosão exponencial de propostas de escolas e modelos, que dá origem a mais de 30 escolas na década de 1950, aproximadamente 180 na década de 1970, e mais de 400 no fim do século XX (Burton, 1978; Miller, Hublle e Duncan, 1995; Chambless, Ollendick, 2001). Essas diversas abordagens e modelos, alguns com diferenças pouco relevantes, outros absolutamente incompatíveis entre si, ancoram-se em pressupostos radicalmente diferentes, com bases epistêmicas diversas e diferentes visões de antropologia filosófica, daí decorrendo diferentes teorias etiológicas e psicopatológicas, propondo tratamentos e técnicas diferentes e, muitas vezes, conflitantes.

Tal situação pode ser vista como decorrente do processo de constituição da Psicologia enquanto ciência, e da psicoterapia enquanto um de seus campos de aplicação, que tem buscado construir seu objeto desenvolvendo teorias e métodos. Todavia, a construção de uma ciência não se dá de maneira meramente cumulativa e linear a partir da definição de um campo de saber, mas através de um complexo processo que, na história da ciência, pode durar gerações, como aponta Kuhn

(1975), que ao tentar descrever o processo de constituição de uma ciência, destaca várias etapas.

A princípio, com a emergência de um campo de estudos e descobertas, surge um problema ou um grupo de problemas relacionados, para os quais são propostos teorias e métodos. Criam-se escolas que disputam a prioridade de domínio do campo. Nenhuma escola ou grupo, neste período pré-paradigmático, é capaz de demonstrar a superioridade de sua abordagem ou métodos sobre as outras. Em um segundo momento, surge um paradigma, quando uma abordagem parece obter sucesso ao explicar os problemas propostos pelo novo campo de estudo, fornecendo um modelo teórico e metodológico aplicável às diversas situações de pesquisa:

Considero paradigma as realizações científicas universalmente reconhecidas que durante algum tempo fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. (Kuhn, 1975, p. 13).

Segundo Kuhn (1975), a fase paradigmática é o período da chamada ciência normal. Certos problemas, contudo, não são abordados por serem considerados pouco importantes ou mesmo sem significado. Dados contraditórios podem emergir até mesmo das pesquisas orientadas pelo paradigma. A reação inicial da comunidade de praticantes de uma dada ciência é desprezar estes dados e problemas, considerando-os como não significativos ou como passíveis de explicação apenas “mais tarde”, quando a “ciência” avançar o suficiente. O acúmulo de dados e de problemas não resolvidos e incompatíveis com o paradigma dominante pode tornar-se, com o tempo, de tal monta que não podem mais ser negados, instalando-se uma crise paradigmática.

Os fundamentos, que até então haviam guiado as pesquisas e a produção científica, são abalados. Propõem-se novas linhas de abordagem, novas propostas de solução dos problemas, exploram-se caminhos alternativos, surgem novas escolas e sistemas que disputam a prioridade de aplicação e domínio metodológico. Esta disputa ocorre até que uma nova “gestalt” parece surgir na forma de uma nova estrutura estável e modelar, que passa a dominar o campo da ciência tornando-se o novo paradigma emergente.

Apesar de a psicologia científica ter mais de um século de existência, ainda apresenta uma disputa entre escolas e sistemas que tentam impor-se como paradigma (Marx e Hillix 1978). O debate sobre validade da psicoterapia situa-se, portanto, não só no campo de discussão de critérios de escolha de tratamento, fundamentados em uma dada escola, mas também no estabelecimento de critérios de definição paradigmática. Os debates sobre a validação dos métodos de psicoterapia refletem esta disputa, lembrando-nos que a construção de métodos de avaliação também está sujeita à interpretação paradigmática, tornando complexa a questão.

Assim, desde o início do século XX, praticamente a partir do aparecimento de escolas e métodos de tratamento psicoterapêutico, iniciaram-se discussões sobre indicações e eficácia de métodos de tratamento (Marx e Hillix, 1978; Garsk e Lynn, 1985). O método de avaliação do tratamento psicoterapêutico era unicamente o método clínico de estudo de caso, que muitos psicoterapeutas consideram, ainda hoje, como o único válido para se avaliar um dado procedimento.

Eysenck, em 1952, deu início às discussões sobre a validade dos métodos terapêuticos propondo o uso de um método comparativo experimental para um teste de eficácia. Embora seus resultados tenham gerado controvérsia, levaram ao desenvolvimento do método de estudo comparativo controlado, padrão utilizado desde a década de setenta em pesquisas de eficácia. A grande quantidade de trabalhos realizados dentro desta metodologia gerou a necessidade de avaliação dos diferentes resultados alcançados.

Diversas tentativas de comparação de resultados foram realizadas desde análises qualitativas sobre os resultados de pesquisas (Wachtel, 1981; Lazarus, 1980; Marks e Gelder, 1966; Marmor, 1971; Alport, 1960; Burton, 1978; Weil, 1978; Grof, 1988), como tentativas de desenvolvimento de metodologias meta-estatísticas de avaliação dos resultados. Evidenciou-se, então, que várias formas de terapia eram efetivas, mas não muito diferentes entre si na sua eficácia.

Este resultado ficou conhecido como o veredicto “Dodô”, em uma referência ao livro de Lewis Carol “Alice no País das Maravilhas”, no qual o pássaro Dodô, após uma corrida proclama; “*Every body has won, and all must have prizes*” (Luborsky, Singer e Luborvsky, 1975, p. 1006). Este intrigante

resultado foi confirmado posteriormente por Smith, Glass e Miller (1980a) que sugeriram, como alternativa, um procedimento quantitativo para integrar os resultados de estudos sobre eficácia em psicoterapia. O procedimento incluiu uma meta-análise estatística na qual o parâmetro estatístico principal foi a magnitude de efeito, que era obtida ao se dividir a diferença média de um grupo tratado e um grupo de controle pelo desvio padrão do grupo de controle. Deste modo, obtém-se a magnitude de efeito, que é uma média padronizada da diferença e pode ser utilizada nas comparações de um grande número de estudos, que utilizam procedimentos e medidas diferentes. Tal conceituação permitia a comparação de medidas tomadas por diferentes métodos de avaliação, respeitando os critérios de mensuração de cada abordagem. Sendo as seguintes as principais conclusões:

1- As diversas formas de terapia tiveram um resultado positivo. A média da magnitude de efeito foi 0,85, chegando a 0,93 quando se eliminaram os tratamentos placebo e técnicas de aconselhamento indiferenciadas.

2- Não houve grau diferenciado de melhora quando se compararam terapias de distintas orientações teóricas, como psicanálise, comportamental, cognitivista, centrada no cliente. Nem as diversas modalidades - verbal, comportamental, ou expressiva - obtiveram resultados diferenciados. As comparações simples e não controladas sugeriram que a hipnoterapia, a dessensibilização sistemática e a terapia cognitivista eram mais efetivas. Porém, esta diferença desaparece se levarmos em conta o tipo de cliente e de medições de resultados. As várias formas de terapia, independente de orientação, foram mais efetivas com clientes depressivos, com fobias simples ou com casos análogos.

3- As intervenções breves *versus* as intervenções a longo prazo, as de grupo *versus* as individuais, terapeutas experimentados *versus* novatos, obtiveram resultados similares.

4- Os resultados positivos da psicoterapia diminuem dois anos após o tratamento; a média da magnitude de efeito cai para 0,50. Além disto, cerca de 9% dos resultados terapêuticos são negativos, resultado similar para todas as formas de terapia estudadas.

Dados os resultados sobre as pesquisas de eficácia no campo das psicoterapias, Garske e Lynn em 1985 chegaram a uma conclusão em dois níveis.

Primeiro, muitos tipos e formas de psicoterapia são modestamente efetivas. Segundo, em termos do grau e de extensão da eficácia, as psicoterapias parecem ser mais parecidas que diferentes. A sofisticação emergente neste campo de investigação poderia muito bem proporcionar dados que alterem estas conclusões no futuro. Por hora, apesar das pretensões de diversos partidários e críticos, a avaliação que acabamos de apresentar é parcimoniosa e justa. (p. 631).

Dez anos após, em uma revisão sobre o tema, Miller, Hubble e Duncan (1995), ao avaliar o campo de pesquisa sobre eficácia das psicoterapias, notam que, apesar de inúmeros desenvolvimentos em técnicas de pesquisa, o quadro geral não se alterou. Notando que inclusive formas emergentes de psicoterapia como Terapia Cognitiva e Terapia de Família e Casal também demonstraram sua eficácia.

Com o desenvolvimento e divulgação de métodos de tratamento centrados na família e no casal durante a década de 1960 e 1970, um certo número de estudos sobre sua eficácia foi realizado. Porém, apenas na década de 1980 é que foram realizados estudos meta-estatísticos, pois só então um certo número de modelos e abordagens de terapia de família e casal foram avaliados, usando o método de estudo comparativo controlado. Esses estudos meta-estatísticos avaliavam tipicamente tanto estudos de família e casal simultaneamente, uma vez que no espírito da época, supunham que abordagens de família e de casal eram as mesmas.

Estudos meta-estatísticos, como os de Hahlweg e Markaman (1988) e Hazelrigg, Cooper e Borduin (1987), demonstraram a eficácia geral destas formas de tratamento, sem contudo pesquisar outros aspectos.

Shadish, Montgomery, Wilson, Wilson, Bright e Okuwumabua (1993) aperfeiçoaram o método de comparação, procurando examinar diferenças entre métodos de diversas orientações teóricas, bem como as diferenças de resultados entre terapia individual e de casal. Utilizaram 163 estudos que haviam sido publicados, entre 1963 e 1988, sobre teste de eficácia em psicoterapia, e incluíram em sua análise teses e dissertações sobre o tema, que não foram consideradas nos estudos anteriores.

A análise desses estudos seguiu os padrões recomendados pelo “*National Research Council*” (1992), não incluindo estudos quase-experimentais, mas apenas os randomizados. Suas conclusões foram:

- clientes tratados em terapia de casal e terapia de família têm melhoras superiores aos indivíduos não tratados nos pós-testes, sendo a estimativa de magnitude de efeito similar aos das meta-análises anteriores;
- certas abordagens de tratamento parecem ter resultados superiores em algumas comparações realizadas em estudos tipo grupo experimental e de controle não ajustados, mas quando são realizadas correções na análise da regressão estas diferenças desaparecem;
- diferenças similares aparecem em estudos de comparação entre diferentes orientações teóricas de tratamento, mas também desaparecem quando se realiza uma análise da regressão;
- se todos os tratamentos são igualmente bem projetados, implementados, medidos e relatados não se encontram diferenças significativas entre as abordagens;
- houve uma consistente falha das terapias humanísticas em alcançar resultados positivos em qualquer análise:

O outro resultado é a falha consistente das terapias humanísticas de alcançar efeitos positivos significativos em qualquer análise. Estes resultados convidam a uma séria pausa para reflexão e, esperamos, encorajem novos estudos sobre suas causas”. (Shadish et al., 1993, p. 999).

Pinsolf e Wynne (1995a, 1995b) revisaram grande parte dos estudos sobre eficácia de terapia de família e casal publicados até então, encontrando seis características nos estudos bem controlados sobre eficácia terapêutica:

- ocorriam em ambiente clínico controlado, como laboratórios de pesquisa.
- focavam um problema ou uma desordem psiquiátrica específica e definível.
- envolviam pelo menos dois grupos ou condições: um experimental, que recebia o tratamento, e um grupo de controle que, em uma lista de espera, recebia um tratamento alternativo.
- os grupos eram randômicos.



- os tratamentos eram especificados e dirigidos por manuais, sendo a performance do terapeuta monitorada durante o tratamento.
- todos os clientes eram avaliados em medidas antes e depois através de avaliações padronizadas. Em experimentos mais recentes uma avaliação “follow-up” era realizada constituindo uma terceira medida.

Consideraram como critério de validação a existência de pelo menos dois estudos independentes com resultados significativos, concomitantemente com a ausência de resultados negativos em qualquer outro estudo, chegando às seguintes conclusões:

1) Terapia de família apresenta resultados melhores do que abordagem individual para: esquizofrenia, alcoolismo em adultos, adição em drogas em adultos e adolescentes, desordem de conduta em adolescentes, anorexia em adolescentes, autismo infantil, agressões e dificuldades em atenção, no transtorno de déficit de atenção/hipermotividade, processos demenciais, fatores de risco cardiovascular.

2) Terapia de Família é ainda melhor do que a ausência de tratamento nos casos anteriores e ainda para: obesidade na adolescência; anorexia na adolescência, desordens da conduta na infância, obesidade infantil, doenças crônicas na infância.

3) A abordagem de Terapia de Casal mostrou-se mais efetiva do que a abordagem individual para depressão de mulheres em casamento disfuncional e para casamentos disfuncionais.

4) Evidenciou-se, ainda, ser melhor do que a ausência de tratamento para todos os casos indicados acima e, mais, para obesidade de adultos e hipertensão de adultos (Pinsof e Wynne, 1995b, 2000).

5) Não se encontrou nenhum estudo que demonstrasse efeitos adversos da terapia de família e de casal.

6) Tampouco se evidenciaram dados suficientes para apoiar a superioridade de uma abordagem de Terapia de Família e Casal sobre outras.

7) Os dados indicavam que a abordagem de casal e de família possui um custo efetivo melhor do que o tratamento padrão em hospitais.

8) Terapia de Família e Casal não são suficientes para tratar sozinhas desordens mentais crônicas como esquizofrenia, desordens afetivas mono e bipolares, adicções, autismo e desordens severas de conduta.

9) Em todos os casos em que Terapias de Família e Casal foram utilizadas em combinação com outros tratamentos, como psicofarmacoterapia, o resultado final foi potencializado.

Tais resultados confirmaram a eficácia geral do tratamento dos modelos de terapia de família e casal. Porém, isto não significa que não haja limites e restrições a estes estudos, relativos à sua fundamentação epistemológica e metodológica.

### 3.5

#### **Implicações epistemológicas e metodológicas**

Embora os estudos sobre eficácia terapêutica tenham contribuído para demonstrar a utilidade da psicoterapia como modo de tratamento para inúmeros problemas psicológicos, de modo inequívoco, segundo o paradigma científico clássico, ainda assim suscitaram diversas críticas. Estas foram fundamentalmente dirigidas, não à necessidade de se demonstrar a eficácia das diversas psicoterapias, ou mesmo discriminá-las em relação a indicações terapêuticas específicas, uma vez que estes dois pontos foram demonstrados, mas à metodologia utilizada no estudo da eficácia.

Kiesler, em 1966, já apontava o problema do que chamou “mito da uniformidade”, que estaria presente em todos os experimentos do tipo pré/pós, considerando que esta metodologia supõe incorretamente que a psicoterapia seria aplicada uniformemente em todos os casos, como se os terapeutas fossem invariáveis e como se os casos também pudessem ser separados em padrões homogêneos. Esta falácia contaminaria, assim, os estudos meta-analíticos, qualquer que fosse sua metodologia, pois são, necessariamente, realizados sobre estudos do tipo pré/pós como o modelo de estudo comparativo controlado.

Pesquisadores responderam a estas críticas, buscando desenvolver desenhos experimentais, cada vez mais uniformes, com controle tanto dos procedimentos terapêuticos, que passaram a ser orientados por manuais e supervisionados, assim

como o controle do uso do modelo em teste, que passou a ser feito através de avaliações altamente estruturadas dos casos em atendimento, através de gravações e análise das sessões. Tal abordagem, ironicamente, aprofundou ainda mais a distância entre os estudos sobre eficácia e a prática clínica, pois os modelos em teste passaram a ser altamente diferenciados, pelo menos aparentemente. Já na prática clínica, as pesquisas conduzidas nos últimos dez anos têm, invariavelmente, apontado para uma tendência, cada vez mais integrativa e eclética, entre os psicoterapeutas (Pinsof e Wynne, 1995b, 2000). De fato, cada vez mais, têm sido desenvolvidos modelos multimodais e multidisciplinares, com resultados superiores aos dos tratamentos monomodais (Pinsof e Wynne, 2000).

Por outro lado, os testes têm sido realizados em ambientes altamente controlados e por isso muitos críticos, usualmente, questionam se tais estudos teriam utilidade na realidade da prática clínica, uma situação bastante diversa de uma clínica de pesquisa. A questão seria: são estes modelos, que demonstraram eficácia, além disto, eficientes em uma situação real? O conceito de eficiência tem sido usado de diferentes maneiras por diferentes autores. A “*American Psychology Association*”, através da força tarefa designada pela 12ª divisão de Psicologia Clínica, estabeleceu que no processo de se considerar um modelo terapêutico como empiricamente validado, pesquisas de eficiência deveriam se seguir à fase do estabelecimento da eficácia terapêutica (Kopta et al., 1999; Chambless, Ollendick, 2001). De acordo com esta definição, o teste de eficiência é aquele realizado com tratamentos de eficácia demonstrada, em um ambiente laboratorial clínico, em uma situação real, com o objetivo de testar seu uso na prática clínica cotidiana.

Neste caso, ainda prevalece o critério de uniformidade, que supõe que um tratamento mostrou-se eficaz no teste controlado, e agora cabe adaptar sua suposta uniformidade ao mundo real. Além disto, Gottman e Rushe (1993) chamaram a atenção para alguns mitos presentes em análise de estudos longitudinais quantitativos, no que se refere à mudança, chamando a atenção para a suposição de que dois pontos de medida são adequados para estudar a mudança. Entre dois pontos podem passar diversas curvas e não apenas uma linha reta. Assim, duas medidas arbitrárias no tempo refletiriam apenas as variações nestes momentos, mas não os processo em andamento. Modelos de mudança caóticos podem

facilmente mascarar a complexidade de suas funções se realizarmos poucas medidas discretas. Cabe ainda notar que modelos de mudança psicológica podem ser descritos como processos em cascata e não lineares, nas quais uma longa medida de estabilidade antecede ao processo de saltos (Prochaska, Diclements e Norcross, 1992; Hoffman, 1995). Isto implica a necessidade, mesmo no uso de métodos quantitativos, do uso de projetos de pesquisa mais sofisticados, com medidas múltiplas (Gottman e Rushe, 1993).

Outra importante questão refere-se à compreensão dos fatores envolvidos na mudança terapêutica. A homogeneidade dos resultados alcançados e a impossibilidade de demonstração clara quanto à eficácia de fatores específicos na mudança terapêutica levaram a elaboração da chamada teoria dos fatores comuns, que emprestariam de fato sua eficácia às diversas formas de terapia (Garsk e Lynn, 1985). Altshuler, em uma revisão realizada em 1989, ressaltou os seguintes fatores inespecíficos: boa relação terapeuta-cliente, a aceitação e o apoio ao paciente, oportunidade de expressar emoções, rituais terapêuticos que emprestam significado ao problema, uma explanação compreensiva do problema. Embora a teoria dos fatores comuns favorecesse uma interação mais amistosa entre as diversas abordagens, por outro lado proporcionou também uma certa paralisação, à medida que desconsiderava outros fatores presentes, como as técnicas específicas. Assim, surgiu como consequência a sensação que qualquer esforço de aprimorar modelos e técnicas seria inútil tendo um mínimo efeito sobre os resultados (Cordioli, 2002).

Portanto, é também como uma tentativa de escapar desta situação paralisadora que se deve compreender o esforço de desenvolver novos modelos terapêuticos, explorando as consequências de novas teorias. É, apenas, com a utilização combinada de estudos sobre a eficácia e eficiência terapêutica e modelos de mudança terapêutica que serão possíveis avanços significativos no campo das psicoterapias. O uso de metodologias qualitativas parece ser fundamental neste aspecto. É claro que métodos quantitativos têm muita utilidade, mas não podem ser considerados como única fonte de dados úteis sobre o processo de mudança.

Desde o início dos anos 1990, um grande número de autores tem advogado e utilizado métodos quantitativos e mistos para abordar questões ligadas ao

processo psicoterapêutico, em especial no campo da família. E uma mudança na direção das metodologias de pesquisa utilizadas parece ter ocorrido, com um aumento substancial do uso de métodos qualitativos e mistos (Jonhson e Lebow, 2000; Helmeke, Sprenkle, 2000). Falkner, Klock e Gale (2002), ao analisarem as tendências de publicações de métodos qualitativos, notam que a publicação de artigos nos periódicos “*American Journal of Family, Contemporary Family Therapy, Family Process e Journal of Marital and Family Therapy*” aumentou significativamente de 39 artigos publicados nos anos de 1980 a 1989, para 90 artigos publicados nos anos de 1990 a 1999. As áreas de maior foco têm sido o processo terapêutico, o divórcio e o relacionamento familiar. Embora este aumento seja significativo, ainda predominam trabalhos de metodologia quantitativa. Hawley, Bailey e Pennick (2000), ao analisarem as pesquisas empíricas, publicadas em revistas científicas de terapia de família de 1994 a 1998, encontraram uma predominância do uso de métodos quantitativos em cerca de 80% dos 199 artigos analisados.

Diversas conclusões e questões emergem dos estudos sobre eficácia e eficiência terapêutica. É seguro afirmar que a Psicoterapia, de modo geral, como método de tratamento para problemas de ordem psicológica, é uma alternativa de eficácia e eficiência comprovadas, para certos modelos terapêuticos.

A direção das pesquisas sobre as práticas terapêuticas, em termos de validação de eficácia e eficiência, tem sido feita ao redor de modelos terapêuticos específicos para clientes com quadros similares, em situação similar. Neste caso, é possível validar modelos, mas não escolas, teorias ou métodos terapêuticos em bloco.

É notável a ausência de diferenças significativas na maior parte dos estudos meta-estatísticos de resultado entre as diversas escolas de psicoterapia, podendo-se considerar que, a partir destes estudos, não é possível concluir sobre a adequação, maior ou menor, de uma dada escola psicoterápica ou sistemas de psicologia. Portanto, todas as afirmativas sobre superioridade geral de uma dada escola sobre as demais continuam como não comprovadas.

Embora existam anomalias, que podem inclusive se revelar profundamente significativas, como, por exemplo, a ausência de estudos que comprovem a eficácia das abordagens humanistas de obterem resultados significativos no estudo

de terapia de família e casal (Shadish et al., 1993), estas devem ser melhor investigadas. Tal resultado, se confirmado, pode indicar que as técnicas humanísticas, embora centradas no conceito de auto-organização do indivíduo, e talvez por isto mesmo, não são suficientes para lidar com os complexos processos de um grupo familiar ou de um casal, por centrarem-se excessivamente na “pessoa”. Do ponto de vista sistêmico, esse resultado poderia indicar que os modelos de terapia de família e casal humanistas podem levar o terapeuta a participar do processo de estabilização da homeostase familiar, mais do que se transformar em um agente catalisador de mudanças. É preciso lembrar que não é possível confirmar a adequação de teorias psicológicas e psicoterapêuticas gerais a partir destes estudos, mas apenas dos modelos derivados delas.

Cabe ressaltar ainda que embora as pesquisas comparativas possam revelar dados sobre a eficácia e eficiência dos métodos terapêuticos, pouco revelam sobre a maneira como são alcançados (Shadish et al. 1995). Além disto, são colocados em teste, em pacotes fechados, um conjunto de teorias e técnicas que orientam as intervenções dos terapeutas e que, na prática clínica real, tendem a variar conforme cada cliente. Cada caso é único e as relações entre os fatores envolvidos no processo também.

Outra importante questão é se métodos exclusivamente quantitativos podem descrever os processo de mudança psicológica. Grande parte do processo de mudança psicológica é de difícil quantificação e pode mesmo não ser quantificável, embora seja qualificável. A tendência emergente recente da utilização de métodos qualitativos parece ser uma resposta a esta necessidade.

Parece que estamos agora preparados para caminharmos para o próximo nível, para além do debate sobre a procedência de métodos quantitativos ou qualitativos. Parece que as respostas às questões principais do campo da psicoterapia emergirão do uso articulado de múltiplas metodologias a fim de cobrir os diversos aspectos. Existe uma grande necessidade de pesquisas, cuidadosamente planejadas, com claras descrições de suas metodologias, métodos e análises.

Para um futuro avanço no campo parece ser necessária uma inquirição rigorosa que incorpore uma diversidade de metodologias de pesquisa, combinando métodos quantitativos e qualitativos, enfocando diversos aspectos do processo

terapêutico, como a mudança psicológica, e com as formas de produção de subjetividades.

Parece que novas formas de compreensão da epistemologia da subjetividade, especialmente influenciadas pelas críticas pós-modernas ao paradigma da modernidade, podem descortinar novos caminhos para compreensão da mudança e do processo psicoterapêutico. Isto parece ainda mais relevante no que tange a terapias que envolvem situações sociais como a terapia de casal.

A ciência e a arte da Psicoterapia de casal estão na capacidade e habilidade do terapeuta de compreender a dinâmica conjugal em seus diversos níveis descritivo, social, cognitivo, afetivo e interacional.

Estudos sobre os processos de formação e dissolução da conjugalidade podem oferecer, também, importantes bases para intervenções, por delinear os processos de estabilidade e mudança. Conjugas em um modelo estas contribuições parece ser uma estratégia efetiva para implementar novas abordagens ao tratamento de casais na pós-modernidade.

## 4

### A formação e dissolução da conjugalidade

O estudo da conjugalidade produziu uma imensa literatura altamente significativa para a compreensão da dinâmica conjugal. Diversos enfoques foram adotados fornecendo teorias e contribuições às abordagens e modelos terapêuticos. Ultrapassaria em muito os objetivos deste trabalho uma revisão completa destes estudos. Assim, abordaremos, principalmente, os trabalhos que poderiam contribuir para a compreensão dos padrões de formação e dissolução da conjugalidade, como um processo sistêmico.

A formação da conjugalidade, na visão sistêmica, é um processo complexo, envolvendo diversos níveis do relacionamento e contextos que resultam na definição psicossocial de uma relação afetiva estável. Autores de estudos sobre a família, como Berger e Kellner (1964), Veiga da Silva (2001) e Grandesso (2000) abordam a conjugalidade como um processo de construção de uma realidade comum. Cada parceiro ao se engajar na relação a dois experimenta uma reconstrução de sua realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal.

Esta relação é construída a partir de trocas verbais e não verbais entre os parceiros que coordenam suas ações no universo social de significado, comprometendo-se com a construção de uma história comum, na qual as mudanças na pauta de ação de um dos cônjuges afeta o outro, convidando a ações recíprocas:

Cada definição do cônjuge sobre a realidade deve ser continuamente correlacionada com as definições do outro, que passa a estar presente em praticamente todos os horizontes da conduta cotidiana. (Veiga da Silva, 2001, p. 44).

No imaginário social, evoca-se a idéia do casal como um par associado por vínculos afetivos e sexuais de base estável, com um forte compromisso de apoio recíproco com vista a formar uma nova família incluindo, se possível, filhos.



A relação conjugal dá-se, portanto, dentro de um contexto sócio-histórico e também familiar no qual o indivíduo, ao se socializar, internaliza pautas de ação social complexas. Tais pautas dizem respeito desde a aspectos do processo de socialização primária a processos secundários.

Assim, a relação tem início como a criação de um território comum onde começam a ser compartilhadas experiências que valorizam a relação com pautas de interação significativas ao casal, mas relativizadas pela experiência de construção psicossocial de cada indivíduo.

O aspecto de formação da conjugalidade deve ser visto como contínuo e não meramente envolvendo as fases iniciais de engajamento amoroso, pois são os padrões de relacionamento que mantêm a relação ao longo do tempo, permitindo que resista a diversas circunstâncias e às mudanças previsíveis e as imprevisíveis do ciclo de vida.

A dissolução da conjugalidade é abordada na perspectiva sistêmica, por outro lado, como um processo no qual os padrões de manutenção da relação conjugal são modificados, até o momento em que a relação não pode ser mais definida, pelos cônjuges, como uma relação conjugal. Esta definição é sempre feita em relação à realidade psicossocial na qual os significados de ação e afeto são remetidos (Veiga da Silva, 2001). Assim a ruptura conjugal demonstra ser catastrófica, no sentido de que o passar do estado no qual os indivíduos são cônjuges, para o estado no qual não mais se definem assim, é abrupto e descontínuo. Porém, esta mudança envolve um longo processo que pode durar anos com diferentes fases.

Dois eixos aparecem na literatura, organizando os estudos sobre os processos da dinâmica conjugal, em relação aos processos de formação e dissolução da conjugalidade: o da satisfação/insatisfação conjugal e o da estabilidade/instabilidade conjugal. Estes construtos têm um desenvolvimento histórico longo que se fundamentam em descobertas advindas da aplicação de diferentes metodologias, perpassando diversos referenciais teóricos. E, não só têm definido a principal linha de inquirição teórica, como são respostas a uma demanda social por casamentos estáveis e satisfatórios. Além disto, têm também orientado o estudo de outros construtos relacionados, que serviriam de marcadores de sua presença e preditores de seu desenvolvimento (Gottman, 1998).

A discussão teórica destes construtos é obviamente diferente da discussão sobre a busca irrefletida de manutenção do laço conjugal a qualquer preço, ou a custo de tecnologias psicológicas, como parece se dar em algumas escolas e métodos de prevenção de divórcio (Gurman e Fraenkel, 2002; Gottman e Notarius, 2002). Em todo caso, examinar o desenvolvimento destes estudos, sobre a psicologia do casal, nos permite compreender a origem destes conceitos, bem como os diferentes vieses que têm tomado.

#### 4.1

#### **Estudos sobre a psicologia do casal**

Os estudos sobre a conjugalidade desenvolveram-se no século XX, seguindo as tendências metodológicas e teóricas que dominavam o campo da Psicologia da época e acompanhando os paradigmas de pesquisa então dominantes em diferentes grupos. A necessidade, no início do século XX, de fundamentar as intervenções terapêuticas foi o principal motivador para realização destas pesquisas, pois o uso de intervenções baseadas em pouco mais do que bom senso, tornava a prática de atendimentos a casais precária (Gurman e Fraenkel, 2002).

Podemos balizar o desenvolvimento dos estudos sobre a conjugalidade no desenvolvimento de diferentes metodologias de pesquisa, refletindo mudanças tanto na concepção teórica da conjugalidade, como no desenvolvimento de técnicas de investigação (Gottman e Notarius, 2002).

É possível discernir vários momentos na pesquisa da conjugalidade tanto pela pergunta que orientava a pesquisa, como pelo contexto teórico e a metodologia empregada nas pesquisas. Estes estudos parecem ter influenciado o desenvolvimento das abordagens de Terapia de Casal e, reciprocamente, foram também influenciados por elas (Gurman e Fraenkel, 2002).

Durante a primeira metade do século XX, predominavam na Psicologia métodos de investigação, influenciados pelo paradigma newtoniano-cartesiano, que focavam as características do indivíduo enquanto um processo monádico. Predominava uma visão individualista da psicologia, e a abordagem terapêutica da questão conjugal era o Aconselhamento Matrimonial, orientado pelos modelos,

ainda incipientes, de Psicoterapia de Casal Psicanalítica, que possuíam, retrospectivamente, muitas limitações metodológicas e teóricas.

A pressuposição era de que os fenômenos sociais, como o casamento, seriam resultado dos efeitos das características individuais combinadas. Portanto, as perguntas de pesquisas iniciais giravam ao redor de quais características de personalidade ou do indivíduo estariam relacionadas com os casamentos felizes. Os métodos de pesquisa utilizados pressupunham que o indivíduo é quem poderia dar o melhor relato de si-mesmo.

Era natural, portanto, que se utilizassem relatos obtidos dos próprios sujeitos sobre sua personalidade. Obviamente, em retrospectiva, tais métodos parecem ingênuos e pouco adequados para responder até mesmo o que propunham. É importante notar que, no início do século XX, métodos mais elaborados tanto quantitativos como qualitativos ainda estavam por se desenvolver e difundir.

A primeira pesquisa publicada sobre conjugalidade parece ter sido o livro de Terman, Butterwiser, Fergunson, Johnson e Wilson, de 1938, que se desenvolvia ao redor da pergunta: “Qual a diferença fundamental entre casais felizes e infelizes?”.

Seguindo o paradigma da época Terman et al. (1938) buscaram explicar esta diferença nos traços de personalidade que seriam as causas do sucesso ou insucesso da relação. O uso ingênuo de auto-relato sobre as suas próprias características era considerado adequado para descrição da personalidade, não sendo encontrando nenhum perfil ótimo de personalidade relacionado com a satisfação conjugal.

Nas três décadas seguintes as pesquisas concentram-se inteiramente no uso de auto-relatos e análise do funcionamento conjugal variando ao redor das questões iniciais de Terman e al. (1938), incluindo estabilidade e satisfação conjugal (Hicks e Plats, 1970). Pouco avanço foi feito nas primeiras décadas, apenas incluindo-se nas pesquisas a avaliação da personalidade de um cônjuge através do relato do outro. Contudo, parece claro que o que se avaliava, de fato, não eram traços de personalidade.

Até a década de 1950 as pesquisas sobre conjugalidade eram realizadas quase inteiramente por sociólogos, para os quais ficava cada vez mais claro que qualquer relação entre as medidas obtidas através dos relatos tornava-se

significativa se houvesse um número suficiente de relatos na pesquisa, revelando a fragilidade metodológica de tais pesquisas.

O uso do mesmo método de avaliação para medir dois diferentes construtos tende a indicar uma correlação, que pode não aparecer caso sejam utilizados diferentes métodos de avaliação para cada construto (Gottman e Notarius, 2002).

Todavia, estes estudos levaram a descoberta dos dois primeiros fenômenos replicáveis encontrados na pesquisa sobre conjugalidade: o efeito halo positivo e negativo. Isto é, em casamentos felizes os traços da personalidade, na descrição do parceiro, tendem a ser realçados e valorizados, enquanto que nos casamentos infelizes tendem a serem avaliados como prejudiciais e negativamente notados (Gottman e Notarius, 2002). Descobriu-se, portanto, que não eram os traços de personalidade que estariam relacionados com a satisfação conjugal, mas a percepção do parceiro pelo cônjuge.

Novos estudos sobre a satisfação conjugal começaram a ser realizados à medida que se desenvolveram normas e testes para as dimensões da conjugalidade. Burgess e Walin em 1953 realizaram um estudo longitudinal sobre a satisfação conjugal, descobrindo que para a maior parte dos casais, o início do casamento, logo após a lua de mel, é o período de maior felicidade e satisfação conjugal, ocorrendo a partir daí um declínio lento, firme e considerável.

Estudos transversais, por outro lado, apontavam que o relacionamento conjugal tende a se deteriorar a partir do nascimento dos filhos, atingindo o pior momento na meia vida, e começando a melhorar apenas quando os filhos deixam a casa dos pais. Hicks e Platts (1970) em sua revisão afirmam: *“Talvez a única e mais surpreendente descoberta destas pesquisas é que crianças tendem a prejudicar mais do que contribuir para a felicidade conjugal.”* (p. 569).

Embora exista muito debate sobre este ponto, a maior parte dos estudos realizados na década de 1980 e 1990 indica que a saída dos filhos inicia não um período de maior carinho e proximidade, mas um período de estresse e declínio na satisfação conjugal (Belski e Kelly, 1994).

Na década de 1950, uma importante mudança paradigmática ocorreu com a publicação do trabalho de Bateson, Jackson, Haley e Weakland (1956) sobre o duplo-vínculo, que pode ser considerado o início da perspectiva interacional, com importantes conseqüências para a pesquisa acerca da conjugalidade. A pergunta

mudou para: quais padrões de interação estão presentes em casais funcionais, e quais nos disfuncionais?

Os padrões disfuncionais poderiam agora ser observados, assim como seu impacto comunicacional, pela análise da interação do casal em seus aspectos verbais e não-verbais das mensagens enviadas e recebidas. E estes padrões teriam importantes implicações no aparecimento dos esquemas de pensamento disfuncional, desordens do pensamento, alteração da afetividade e de comportamentos.

A perspectiva interacional focava simultaneamente o comportamento, enquanto comunicação, e na cognição, exigindo métodos observacionais e foco no processo em desenvolvimento (Watzlawick et al., 1981).

O artigo inicial de Broderick (1970) na revista *Journal of Marriage and Family*, o primeiro periódico voltado para clínicos e pesquisadores da área, buscou introduzir a perspectiva sistêmica para pesquisadores sociais, marcando a mudança de foco.

Ao mesmo tempo, na Psicologia Social uma importante reviravolta também ocorria com a introdução de estudos com ênfase no aspecto interacional. A obra de Thibaut e Kelly (1959) propunha a descrição das interações sociais em termos de uma matriz de trocas de custo e benefício, uma clara referência e inspiração na teoria de jogos de Von Neuman. Estes autores propuseram que o repertório de trocas entre duas pessoas pode ser listado e associado a custos e benefícios particulares, definidos pelo relacionamento, possibilitando uma abordagem matemática da relação em andamento.

No final dos anos de 1960 e início da década de 1970, diversas sugestões, vindas de observações em situações clínicas, surgiram sobre o que seria disfuncional no comportamento interacional e na cognição social do relacionamento conjugal.

Na área conjugal, a leitura de mente foi identificada pelo grupo do MRI (Watzlawick et al., 1981), na qual se atribuía ao parceiro percepções, pensamentos, sentimentos e interpretações sem nenhuma base; ou se esperava que o parceiro agisse de uma certa forma, sem nenhuma informação explícita ao parceiro sobre o que espera. Jackson (1968), por outro lado, desenvolveu hipóteses sobre o relacionamento conjugal ao redor da hipótese do “quid pro quo”.

E cada escola de Terapia de Família e Casal e grupo de pesquisadores apresentou suas hipóteses sobre o que seria disfuncional na relação conjugal:

- Casais com escalada de discussões em conflitos (Raush et al, 1974).
- Evitar discussões de conflito no casamento ou manter discussões sobre assuntos triviais (conflito simbólico) (Raush et al, 1974).
- Uma estrutura de dominância na relação conjugal (Gottman, 1979).
- A falta de uma estrutura de dominância (Kolb e Strauss, 1974).
- O padrão de demanda/retirada ou perseguidor/distanciador (Watzlawick et al. 1981).
- Não ser capaz de modificar o comportamento do cônjuge (Jacobson e Margolin, 1979).
- Poucos recursos para situação de solução de problemas (Jacobson, 1989).
- Leitura de mente ou supor e atribuir ao cônjuge motivos ou comportamentos (Watzlawick et al., 1981).
- Não meta-comunicar (Bateson et al., 1956).
- Necessitar de complementaridade (Wynnie, 1958).
- Casamento começa feliz, mas o tempo reforça sua erosão levando à insatisfação (Jacobson e Margolin, 1979).
- Projeção dos conflitos intrapsíquicos (Scharff e Scharff, 1991).
- Neurose familiar primária (Meissner, 1978).
- Ausência de igualitarismo no casamento levando à disfuncionalidade (Schwartz, 1994).

Como veremos, muitas destas hipóteses foram refutadas em estudos controlados, algumas se revelaram fecundas e outras ainda não foram suficientemente pesquisadas (Gottman, 1998).

Na década de 1970 duas abordagens pareciam promissoras no estudo da conjugalidade, o estudo dos padrões interacionais e a cognição social sobre a própria interação. Em 1974, Raush, Barry, Hertl e Swain utilizaram ambas as perspectivas em um estudo longitudinal, através da transição para a paternidade. Usando situações de conflito improvisadas e avaliando-as, através de uma forma de análise seqüencial fundamentada na Teoria de Informação Multivariada, obtiveram um padrão de interação que sugeria um esquema cognitivo associado.

Propuseram uma meta-teoria, o Probabilismo Adaptativo, que pretendia ser uma mudança de uma visão determinista do comportamento interativo para uma probabilística. Porém, não utilizaram um método separado para estudar as matrizes de custo benefício, empregando, em vez disso, jogos interativos.

Pesquisas utilizando-se de padrões interacionais semi-estruturados, os jogos interativos, foram desenvolvidas em alguns estudos para observar as matrizes de custo benefício nas interações conjugais (Ravich, Deuth e Brown, 1966; Strauss, Tallman e Simfam 1971; Gergen, 1969). Contudo, o comportamento nestes estudos era tão constrangido que eles tendiam a não detectar os padrões da interação do casal em outras situações, sendo portanto de limitada validade (Gottman e Notarius, 2002). A ausência de correlação entre a situação nestes jogos e a interação do casal também sugeria que muitos casais com dificuldades eram muito competentes na comunicação e negociação soluções de conflito, mas que simplesmente não o faziam nas situações conjugais.

Uma das mais importantes conclusões do estudo de Raush et al. (1974) era de que, quando a interação era observada, a distinção na qual mulheres seriam mais expressivas e os homens mais instrumentais em seu estilo relacional, simplesmente não se sustentava. Mulheres eram altamente instrumentais e homens usavam de sua expressividade, as diferenças de gênero não eram tão claras. Porém, Raush et al. (1974) concluíram que durante a gravidez, de fato, as mulheres tornam-se mais coercitivas e os homens mais conciliatórios, mas tal diferença desaparecia com o nascimento do bebê.

De fato, Tannen (1990) e Aires (1976), ao tratar das diferenças de linguagem entre homens e mulheres, no local de trabalho, nunca sustentaram que a predominância do estilo instrumental para os homens e do estilo expressivo para as mulheres, ocorreria também nas famílias e interações conjugais.

Gottman e Notarius (2002) sustentam que a linguagem das mulheres durante um conflito conjugal tende, não a facilitar, reconciliar ou manter os laços conjugais mas, em vez disso, a ser forte, assertiva, persuasiva, dura e definitiva. Pesquisas indicam que as mulheres começam ao redor de 80% das discussões conjugais e normalmente não são reticentes quanto à apresentação do problema, suas conseqüências ou como gostariam de vê-lo solucionado (Ball, Cowan, e Cowan, 1995), pelo menos na cultura norte-americana.

Outra importante influência na emergência da abordagem interacional foi a Teoria Geral dos Sistemas, de Von Bertalanffy (1977), que estimulou clínicos e pesquisadores a abordar as interações sociais e familiares como um padrão geral de interação que poderia ser compreendido através da perspectiva das propriedades emergentes dos sistemas.

Os padrões disfuncionais familiares seriam, portanto, decorrentes de uma situação sistêmica e não seriam previsíveis a partir das propriedades ou qualidades de cada participantes do sistema. O que a princípio reduziria muito a utilidade de pesquisas sobre traços de personalidade na conjugalidade.

Mas o que seria um padrão disfuncional? Os teóricos responderam que seriam os padrões que impediriam o desenvolvimento saudável e que seriam: mensagens de dupla vinculação (Watzlawick et al. 1981), pseudomutualidade (Wynne et al. 1958), mistificação (Laig e Esterson, 1962), entre outros.

Olson (1970), em sua revisão sobre o campo da Terapia de Casal, observou que estes conceitos foram desenvolvidos a partir do estudo de famílias com membros esquizofrênicos e que não possuíam base empírica para serem generalizados para as situações conjugais. Contudo, estas idéias sobre o que era ou não funcional levaram a novas pesquisas sobre a conjugalidade.

Na década de 1970, setenta pesquisadores comportamentais e de crianças entraram no campo de pesquisa conjugal, equipados com métodos de pesquisas interacionais que permitiam a observação e codificação de complexas interações. Um importante passo foi o uso do método de observação interacional combinado com o uso de métodos de auto-relatos. Uma abordagem quantitativa e qualitativa da relação, e que também levou ao estudo do contexto da interação, uma idéia que jamais surgiria do estudo dos traços de personalidade independente.

Esses métodos, quando aplicados ao estudo de casais e famílias, levaram a resultados que não confirmaram as hipóteses interativas de disfuncionalidade baseadas em observações clínicas. De modo geral, as pesquisas mostraram que famílias com problemas não eram caracterizadas por um número maior de mensagens de duplo vínculo, nem tampouco por mensagens contraditórias em níveis verbais e não-verbais ou por poucas mensagens metacomunicacionais (Jacob e Lesin, 1983; Jacobson e Adis, 1993; Jacob, 1987). Ao invés disto, um grande corpo de evidências tende a suportar a idéia que famílias com problemas e



casais infelizes eram simplesmente mais negativos emocionalmente e mais tendentes a ser reciprocamente negativos que o caso de famílias e casais felizes (Gottman, 1998; Gottman e Notarius, 2002).

Os dados empíricos da pesquisa interacional sugeriram, na década de 1970 e 1980, uma profunda mudança da perspectiva original de interpretação da Teoria Geral dos Sistemas de um foco nos aspectos de mensagens e *feedback* cibernéticos da primeira ordem para a importância do afeto e da subjetividade. O terapeuta de família e casal, ao invés de ser um engenheiro cibernético, deveria ser um ser emocionado capaz de viver e interagir emocionalmente com seus clientes. Contudo, infelizmente, como apontam Gottman e Notarius (2002): “*Poucos pesquisadores e terapeutas estavam muito interessados no estudo sobre a emoção, nem eram conhecidos por pesquisar emoções.*” (p. 165).

Talvez a maior exceção seja o modelo de “Terapia Focada na Emoção” de Greenberg e Johnson (1988), porém, como veremos ao longo deste trabalho, o estudo sobre as emoções convidou à focalização de pesquisas em aspectos do relacionamento conjugal, satisfação, estabilidade, e acerca do funcionamento do sistema nervoso autônomo e endócrino revelando insuspeitadas relações. De fato, descobriu-se que o mais importante preditor de longevidade, saúde e doenças é a qualidade das relações íntimas, particularmente das amizades e relação conjugal, e que são os padrões emocionais que permitem essa predição e compreensão da correlação (Berkman e Breslow, 1983; Berkman e Syme, 1979; Friedman, Tucker, Schartz e Tomilson, 1995).

Apesar da importância da emoção no relacionamento conjugal ela tem sido negligenciada. A tendência atual de pesquisa parece focar os aspectos ligados à cognição ou os aspectos sociais como núcleo de pesquisa. Porém, a importância dos afetos não pode ser negada, pois, mesmo no mais puro estudo de processo atribucional, as pesquisas apontam para o que é interpretado como uma distorção do processo cognitivo, provocada pelo sentimento que acompanha o sofrimento conjugal, o que parece ser uma redescoberta do efeito halo que acompanha casamentos felizes ou infelizes (Gottman e Notarius, 2002).

Outro conceito do estudo de relações sociais aplicado ao estudo de casais é o de poder, embora tenha se mostrado de difícil aplicação. Broderick (1993) resume, em sua revisão, o estado de arte deste campo ao afirmar:

Literalmente centenas de estudos têm sido feitos sobre o poder na família, o que, quem controla, a custo de quem. A questão tem se mostrado complicada e elusiva. Como resultado a literatura acadêmica sobre o poder na família é volumosa, complexa e sempre contraditória. (p. 164).

Os estudos sobre poder tendem a se organizar ao redor da noção de conflito como indicativo da presença do poder e de sua disfunção, contudo, é difícil, em situações observacionais com métodos etológicos, descrever padrões de interação conflitivos e suas conseqüências.

Outras abordagens para o estudo do poder tendem a focar padrões de troca relacional com tomadas de decisão, uso de recursos da família, diálogos, coalizão, alianças na família, mas seus resultados são contraditórios (Broderick, 1993).

O estudo dos afetos, como padrão de controle e influência recíproca, é outra direção de pesquisa surgida a partir da proposta de um modelo matemático teórico feito por Rapaport (1960, 1972). A idéia básica da nova abordagem é definir o poder em termos da habilidade que o afeto de uma pessoa teria de alterar o afeto de outra pessoa. Esse desenvolvimento pode ser visto como uma reaproximação da proposta inicial de von Bertalanffy (1968) que propunha o uso de modelos matemáticos para descrição de sistemas. Este modelo utiliza-se de equações lineares, e de modo problemático, não apontava como realizar medições para sua aplicação, podendo ser considerado apenas como um estudo teórico.

Uma nova abordagem tem sido feita nos anos recentes utilizando-se de equações não lineares e dados empíricos, advindos do uso de observações e auto-relatos (Cook, Tyson, White, Rush, Gottman e Murray, 1995; Gottman, Swanson e Murray, 1999), com importantes desdobramentos em relação à compreensão de processos de satisfação e dissolução de conjugalidade (Gottman e Notarius, 2002).

A década de 1970 assistiu a uma grande onda de pesquisas e desdobramentos teóricos no campo de pesquisa da conjugalidade. As pesquisas mostravam relevantes desdobramentos na avaliação da importância do estudo dos gêneros, do estudo de padrões interacionais conjugais, do uso de técnicas observacionais com grande atenção a questões metodológicas (Sapner e Lewis, 1980).

O estudo da violência, iniciado na década de 1960 e, que tendia a ver o fenômeno como raro e relacionado apenas a pessoas mentalmente perturbadas ou

de baixa classe social, revelou a violência nas famílias e casais e mostrou que não poderia ser explicada somente em termos de fatores psicológicos individuais ou sociais.

Diferenças culturais e de raça começaram a ser estudadas. Famílias e casais minoritários (monoparentais, gays, lésbicas, transexuais) começaram a ser reconhecidos como objeto legítimo de estudo e valorizados em sua especificidade e não como anomalias (Gottman e Notarius, 2002). O fenômeno do divórcio, do abandono, do recasamento (Macklin, 1980), e de famílias de idosos (Streib e Beck, 1980) receberam atenção.

Na década de 1980, a satisfação conjugal continuava a ser um tópico de estudo com o aumento de pesquisas longitudinais e amostras maiores e mais representativas (Gottman e Notarius, 2002).

Muitos estudos, como as revisões sobre temas demonstram, começaram a aparecer revelando um corpo de pesquisas sobre:

- A queda da satisfação conjugal após o nascimento de filhos e, estudos mais detalhados sobre a comunicação conjugal (Noller e Fritzpatrick, 1990).
- O aparecimento de perspectiva feminista (Ferree, 1990).
- Dissolução conjugal e conseqüências do divórcio (Kitson e Morgan, 1990)
- As questões ligadas ao recasamento e famílias adotivas (Coleman e Gangong, 1990).
- Famílias com adolescentes (Gecas e Seff, 1990).
- Famílias no fim da vida (Brubaker, 1990).
- Violência doméstica e abuso infantil (Gelles e Conte, 1990).
- Do impacto da família na saúde e na longevidade (Kiecolt-Glaser et al. 1994)
- Sofrimento econômico (Menaghan e Parcel, 1990).

Estes estudos em conjunto permitiram a formação de teorias sobre o ciclo de vida familiar, como enquadre para compreensão dos processos envolvendo famílias e casais (Stern-Peck, Manocherian, 1995).

Assim, muitos pesquisadores engajaram-se no estudo dos padrões ligados à transição dos casais através dos ciclos de vida familiar. A pergunta fundamental

era: como os casais interagem nestes ciclos e qual o efeito desta interação sobre a conjugalidade? Muitos dos avanços e descobertas sobre estes pontos vieram do desenvolvimento de novas tecnologias e métodos de pesquisa que possibilitaram abordar os aspectos interacionais.

O estudo da interação gerou importantes desdobramentos com a introdução do uso de computadores para a análise de padrões e de *vídeo tapes*. A combinação destas tecnologias permitiu a sincronização de dados fisiológicos com a interação em andamento, a observação da interação entre esposos, e o uso de play-back tornaram possível sincronizar a percepção e cognição dos esposos sobre a interação.

Assim, a tecnologia viabilizou o estudo, de modo sincronizado, da dinâmica do jogo relacional entre comportamento, cognição, fisiologia e contexto social. As pesquisas revelaram um importante fato:

Pesquisadores descobriram que o estudo isolado do comportamento, cognição ou fisiologia sem o cuidadoso estudo de suas interdependências, iria severamente limitar sua possibilidade de mapear descobertas sobre o mundo interacional real dos casais estudados. (Gottman e Notarius, 2002, p. 168).

Avanços no estudo de casais também foram realizados com o desenvolvimento de metodologias de codificação de padrões interacionais para avaliação da interação em andamento. Foram desenvolvidos diversos sistemas de codificação em diferentes níveis de complexidade. Inicialmente foram propostos códigos de microanálise que, contudo, revelaram pouco alcance e utilidade em pesquisas sobre construtos ligados à conjugalidade (Gottman e Notarius, 2002).

Grande interesse foi dado ao desenvolvimento de sistemas de codificação global com o objetivo de melhor descrever os padrões de interação em andamento (Floyd, 1989). Sistemas de codificação foram desenvolvidos como o CRAC (*Clínican Rating of Adult Communication*) proposto por Basco Birchler, Kalal, Talbot e Slater, (1991) entre muitos outros.

Comparações realizadas entre os primeiros sistemas de codificação macroscópicos encontraram usualmente convergência moderada (Belanger Sabourin, Laughrea, Dulude e Wright, 1993), o mesmo ocorrendo nas

comparações entre codificação macroscópicas e microscópicas (Juliam, Markman e Lindahl, 1989).

Como alternativa a esta situação, Heyman, Eddy, Weiss e Vivian (1995) propuseram um método para o desenvolvimento de criar categorias mais globais a partir de uma análise fatorial. Usando *vídeo tapes* de 950 casais em interação conflitiva, analisados através de um método microanalítico, o MICS (Weiss e Tolman, 1990), os autores encontraram fatores salientes que eram: hostilidade, discussão construtiva de problemas, humor e discussão responsável. Esta análise revelou importantes diferenças com sugestões de códigos globais derivados do MICS (Weiss e Tolman, 1990).

Um método alternativo de codificação foi proposto por Gottman e Levenson (1992). Este inclui análise de expressões faciais, através do *Emotion Facial Action Coding System (EMFACS)* (Ekman e Friesen, 1978), uso de *Micro Interaction Couple System (MICS)* em uma versão de codificação mais rápida (Krokoff, Gottman e Hass, 1989), e um código de análise de expressão afetiva o *Specific Affect Coding System (SACS)* (Gottman, McCoy, Coan e Colier, 1996), delineando expressões em nível macroscópico de raiva, tristeza, medo.

A grande precisão deste método permitiu a descoberta do que até agora é o único preditor efetivo conhecido de estabilidade e satisfação conjugal entre casais pré-conjugais até 4 anos de relação: a intensidade de afeto positivo entre os noivos (Gottman, Coan, Carrere e Sawnsen, 1998).

Na década de 1990, o uso de métodos de estudo quantitativo de padrões de interação entre os membros dos casais, ao longo do tempo, tem revelado interessantes padrões na conjugalidade.

Griffin (1993) propôs um método que permite o estudo de como um evento na história do casal pode ser aplicado para estudar as avaliações subjetivas das interações de um casal. Os casais, neste experimento, tinham duas conversações, sucessivas gravadas. A primeira sobre uma memória agradável e a segunda sobre um conflito. A seguir foram convidados a assistir à interação e avaliar seus sentimentos durante os eventos, em uma escala de afetos, momento a momento. A auto-avaliação foi utilizada como foco do estudo.

Este autor descobriu que as esposas mantinham um estado negativo de afeto por mais tempo que os maridos, em particular, em relação à tarefa, o problema

conjugal em foco. O tempo de mudança do afeto negativo era determinado pela educação das esposas, pelo seu grau de satisfação conjugal, e duração prévia do afeto negativo.

Já, para os maridos, o que os faz permanecer em um estado emocional negativo é o tempo de vivência no estado negativo durante a interação. Assim, parece que as esposas são mais sensíveis a uma avaliação global do relacionamento conjugal que os maridos, sendo que estes parecem responder mais a interação em andamento.

O desenvolvimento destes métodos contribuiu para o estudo de processos conjugais relacionando estudos de corte de amostras transversais e construção de hipóteses em estudos descritivos, gerando modelos para predição no curso do relacionamento ao longo do tempo. Esses estudos fundamentam-se na percepção da relação conjugal como um processo ao longo do tempo em ciclos desenvolvimentais com transições previsíveis e contínuas e com rupturas em processos descontínuos (Hoffman, 1995).

É intuitivo supor que os padrões interacionais que caracterizam o engajamento dos casais nas diversas fases do ciclo familiar, recém-casados, novos pais, meia-idade, ninho vazio e avós, sejam marcados com as qualidades únicas que possibilitaram ao casal adaptar-se e enfrentar estas importantes tarefas existenciais (Stern-Peck, Manocherian, 1995). Pesquisadores interacionais buscaram mapear os processos críticos que marcam essas transições desenvolvimentais. Estudos têm sido feitos com o objetivo de demarcar estas transições como a formação e dissolução da conjugalidade em diferentes momentos do ciclo de vida familiar.

## 4.2

### **Marcadores e preditores da formação da conjugalidade**

A satisfação conjugal é o principal construto envolvido no estudo da construção e manutenção da conjugalidade. De fato, ao seu redor tem sido produzida grande quantidade de pesquisas significativas para a compreensão da manutenção ou dissolução da conjugalidade. Na década de 1990, surgiram

diversos estudos sobre o tema, seguindo diversas orientações teóricas e metodológicas.

A lógica da justificativa do estudo da satisfação conjugal fundamenta-se na centralidade da experiência conjugal para o bem-estar do indivíduo e para a família, sendo, ainda, significativo seu impacto na rede social (Bradbury, Fincham e Beach, 2000). Estes estudos são também importantes por fornecer subsídios para a elaboração de modelos terapêuticos mais adequados ao processo conjugal respondendo a demandas e questões com maior eficácia e eficiência (Bradbury, Fincham e Beach, 2000; Gottman e Notarius, 2002).

Além disto, as disfunções conjugais respondem por mais da metade das queixas na clínica psicológica, sendo os modelos para sua compreensão orientados mais pelo estudo das disfunções psicossociais da relação. Assim, são pouco compreendidos os aspectos ligados à satisfação conjugal relacionados a sua importância na manutenção do vínculo conjugal, na prevenção de sofrimento psicológico, de agravamento de transtornos psiquiátricos pré-existentes ao relacionamento e para o surgimento de novos distúrbios (Gurman e Fraenkel 2002).

Podemos concordar com Bradbury, Fincham e Beach (2000) ao afirmarem que:

O estudo sistemático da satisfação conjugal permanece vital e a significância social de estudar como e porque casamentos variam na sua qualidade e adequação apenas pelo complexo conjunto de fatores que devem ser considerados. (p. 965).

Os estudos da satisfação conjugal têm se dispersado em uma vasta e complexa literatura que aborda diversos focos, abordando aspectos demográficos, psicossociais, fatores psicológicos, como traços de personalidade, saúde, psicopatologia, estilos de parentalização, pesquisas desenvolvimentais e em diversas combinações destes enfoques. A conceituação de satisfação conjugal tem acompanhado também os vieses teóricos e metodológicos, do Aconselhamento Matrimonial, da Psicanálise, da Teoria Sistêmica e de enfoques psicossociais herdando suas contribuições e dificuldades. Contudo, alguns aspectos destacam-se em relação à construção de modelos de padrões de desenvolvimento da conjugalidade. No entanto, é necessário primeiramente rever o desenvolvimento

do conceito de conjugalidade e de seu uso nas pesquisas contemporâneas para, em seguida, abordar dois aspectos seminais destes estudos: as pesquisas sobre a interação do casal e das ecologias e contextos socioculturais onde os casais operam, para finalmente abordar os processos de avaliação da satisfação conjugal.

O construto da satisfação conjugal foi provavelmente um dos primeiros desenvolvidos, ainda ingenuamente, pelo movimento do Aconselhamento Matrimonial. Ancorava-se na visão de que um casamento satisfatório seria necessariamente um casamento estável. Durante as primeiras décadas do século XX, o método de estudo sobre a satisfação conjugal foi o auto-relato de cada um dos cônjuges separadamente, procurando traçar uma relação entre personalidade e satisfação conjugal ou de combinações possíveis de estilos que seriam adequados (Broderick e Schrader, 1991). Um exemplo desta abordagem é o conceito de ajustamento conjugal que foi proposto como:

uma adaptação entre marido e mulher ao ponto onde existe companheirismo, concordância sobre valores básicos, intimidade afetiva, acomodação, euforia e certamente outros valores não identificados. (Locke e Williamson, 1958, p 569).

Com a ascensão da abordagem psicanalítica, o foco teórico mudou para processos inconscientes de organização psíquica e satisfação recíproca de necessidades e desejos.

Durante a emergência do movimento de Terapia Sistêmica de Casal, o foco passou a incluir aspectos da interação conjugal como parte da descrição do que seria funcional em um casal, sempre em relação ao contexto mais amplo da família. O foco deslocou-se de traços ou particularidades do indivíduo para a comunicação enquanto foco de estudo (Watzlawick et al., 1981). Os aspectos interacionais passaram a fazer parte da descrição da estrutura emocional do casal e métodos de estudo específicos foram desenvolvidos envolvendo a observação do casal:

Estudar o que as pessoas dizem sobre elas próprias não é substituto para estudar como elas se comportam. Questionários e escalas de satisfação e insatisfação conjugal têm proporcionado muito pouco. Nos precisamos olhar o que as pessoas fazem umas com as outras. (Raush et al. 1974, p. 5).



Assim, na década de 1970 alguns modelos sobre a satisfação conjugal foram propostos com base nas poucas pesquisas realizadas até então. O modelo de Miller (1976) procurava descrever o conjunto de fatores que apareciam relacionados com a satisfação conjugal. Neste sentido apontou os antecedentes na socialização como importantes para a realização dos papéis de transição na família, e a duração da convivência com a satisfação conjugal. Esta também seria resultado de uma cadeia de fatores dentre os quais o nível sócio-econômico, o número os anos de casado, que marcaria o número de filhos e o espaço para os filhos.

A definição do que poderia ser considerado satisfatório em um relacionamento sofreu diversas tentativas de definição, algumas muito gerais, como a proposta por Gray-Little e Burcks (1983), que consideraram que a felicidade conjugal é um sentimento de satisfação subjetivo dos cônjuges em relação ao seu casamento como um todo.

Na década de 1980, a diferenciação do relacionamento conjugal como foco de estudo levou ao aparecimento de pesquisas específicas sobre a conjugalidade nos mais diversos contextos, tais como estudos epidemiológicos, socioculturais, interacionais com métodos microanalíticos, interacionais com métodos macroanalíticos, qualitativos e quantitativos (Gottman e Notarius, 2002).

Alguns importantes desdobramentos do estudo da conjugalidade emergiram das pesquisas dos últimos anos, especialmente na década de noventa, convidando a uma reavaliação do construto da satisfação conjugal (Bradbury et al., 2000). Estes estudos apontaram que:

1) Satisfação conjugal não é a ausência do sofrimento conjugal. Existe um crescente reconhecimento que satisfação conjugal não é meramente a ausência de insatisfação com o casamento que se tem, como se implica tipicamente pelo uso em inglês do termo “nondistress couple” ou “casal funcional”, em português, para descrever casais que são satisfeitos com o seu casamento.

O que leva à satisfação conjugal parece não ser simplesmente o inverso do que leva a sofrimento conjugal. Discussões na década de 1990 têm colocado em relêvo o estudo dos atributos dos casamentos que exibem um alto grau de satisfação em longo prazo, uma ênfase crescente nos padrões interacionais, o reconhecimento das dimensões ecológicas e de enquadre sociocultural. Todos apontando para o desenvolvimento de uma concepção de conjugalidade e de

satisfação conjugal que reconheçam as diferenças e as especificidades das dimensões únicas do satisfatório e do insatisfatório nos relacionamentos (Halford, Kelly, Markman, 1977; Cutrona 1996; Kaslow e Robison, 1996).

2) Satisfação conjugal não é um construto simples e relaciona-se com diversos outros. Os primeiros esforços conceituavam a satisfação conjugal como uma avaliação global unidimensional definindo-a, operacionalmente, como uma única dimensão. Esta definição considera que a insatisfação conjugal reflete uma avaliação do casamento na qual os aspectos negativos estariam salientes e os aspectos positivos ausentes. Por outro lado, satisfação conjugal implicaria em uma avaliação com aspectos negativos ausentes e positivos em destaque Fincham, Beach e Kemp-Fincham (1997) argumentam que esta é uma avaliação simplista e que avaliações negativas e positivas podem ser conceituadas e avaliadas como separadas ainda que estejam relacionadas.

3) Satisfação conjugal não é simplesmente a avaliação da relação conjugal, feita pelos cônjuges, em um dado momento, mas o perceber e o sentir, em relação, um processo ao longo do tempo. As avaliações realizadas em diversos pontos revelam uma trajetória que reflete as flutuações na qualidade percebida da relação no tempo. Esta trajetória pode ser computada para cada esposo, usando múltiplas ondas de dados, e os parâmetros de sua trajetória, especialmente sua inclinação ou taxa de mudança no tempo, podem ser examinados em relação a outros fatores. Assim, não é possível compreender totalmente a satisfação conjugal sem a referência a dois ou mais pontos. Essa perspectiva convida a pesquisas com avaliações de múltiplas medidas. Assim, os esquemas de pesquisa tornam-se mais sofisticados, pois se duas medidas supõem, a princípio, modelos lineares, múltiplas medidas necessitam de especificação dos modelos de mudança, muitas vezes não lineares (Wickrama, Lorentz, Conger e Elder, 1997).

3) Satisfação conjugal parece ser mais bem compreendida como uma atitude, mais do que como uma avaliação, em relação ao cônjuge e a relação conjugal. Estudos em relação à satisfação conjugal, entendida como atitude, revelam a idéia que a satisfação pode variar não apenas em grau, mas também em força de sua associação entre a avaliação (satisfação relatada, por exemplo) e o objeto da avaliação (o casamento ou o cônjuge).

Essa associação, ou nível de acessibilidade da atitude, pode ser estudada independentemente da valência da associação. Tais descobertas sugerem que a correlação da satisfação conjugal e o comportamento conjugal podem ser diferentes para aqueles cônjuges com atitudes mais acessíveis, quando comparados com aqueles com atitudes menos acessíveis (Fincham et al. 1997). Isto denota que dois tipos diferentes de processos podem estar relacionados à avaliação da satisfação conjugal.

Esposos com mais acessibilidade de atitude relatariam uma maior satisfação conjugal por estarem engajados em um processo *top-down*, em relação a esposos com menor acessibilidade nos quais predominaria processos *bottom-up* (Bradbury et al. 2000).

Pesquisadores na tradição cognitivo-social têm examinado a maneira pela qual os cônjuges esforçam-se para transformar cognitivamente suas respostas ao comportamento negativo do cônjuge, em outras mais benignas. Como essas transformações envolvem uma carga de esforço, podem resultar, em sua ausência, em mais reações negativas do que teriam de outra forma ocorrido. Como conseqüência, esta perspectiva sugere que certos contextos estressantes podem exercer um efeito negativo na satisfação com o relacionamento, por interferir com o esforço das transformações cognitivas e, assim, interromper padrões de interações pro-sociais (Yovetich e Rusbult, 1994).

Uma interessante observação encontrada nos modelos Cognitivos Sociais de Assimilação e Efeitos de Contraste ressalta que contextos sociais estressantes podem interferir na satisfação com a relação apenas até certo ponto, além do qual um aumento no estresse leva a um paradoxal aumento agudo na satisfação com a relação (Tesser e Beach, 1998).

Embora estes estudos não tenham sido realizados no contexto de famílias, podem sugerir importantes implicações sobre as relações, o contexto no qual estas ocorrem e a satisfação relatada com as mesmas.

### 4.3

#### Marcadores e preditores da dissolução da conjugalidade

A família é o primeiro contexto social de enquadre da conjugalidade e modelos sistêmicos têm usado tanto o ciclo familiar quanto o nexos familiar para descrevê-la e compreendê-la (McGoldrich, 1995). O divórcio é o maior rompimento no processo de vida familiar com importantes impactos para todos os envolvidos, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais e existenciais na fase de realização do divórcio (Stern-Pack e Manocherian, 1995).

O divórcio não se dá, contudo, como um processo simples e os estudos indicam ser um processo que pode durar anos. Diversos modelos descrevem este processo integrando aspectos significativos. Ahrons (1980), por exemplo, descreve um modelo de 5 fases:

Na primeira fase, *Cognição Individual*, pelo menos um dos cônjuges está considerando o divórcio e iniciando o processo de separação emocional mantendo distância através de atividades e envolvimento separados. Este período é freqüentemente caracterizado pelo stress, conflitos, amargura, acusações, desvalorização do parceiro, depressão, ansiedade e reiterada ambivalência quanto à decisão. A existência do envolvimento de um terceiro, nesta fase, pode apressar o processo ou retardá-lo, uma vez que pode tanto ser fonte de apoio emocional externo como de culpa acentuada.

No segundo estágio, a *Metacognição Familiar*, a decisão tomada ou em elaboração é revelada às famílias extensas e, dependendo do sistema de valores e características da família, esta fase pode acrescentar mais dor e sofrimento aos cônjuges. O cônjuge que toma conhecimento da decisão do outro pode sentir-se aliviado, caso esta decisão também esteja sendo elaborada por ele, ou então pode sofrer profundamente. Quanto mais súbita e inesperada for a decisão maior o impacto. Na maioria dos divórcios a decisão de separar é tomada pela esposa, com o marido tipicamente opondo-se à separação. Muitos cônjuges não estão preparados para a situação e experienciam um forte sentimento de baixa auto-estima, impotência e desespero.

No terceiro estágio, *Separação do Sistema*, ocorre a separação concreta. É o momento mais difícil para a família e dependerá muito de como os estágios

anteriores foram manejados. Diversos sintomas podem emergir em função do estresse do processo, aumentando o sofrimento e dificuldade de lidar com a transição. Apesar da raiva e apego, sempre existe um grau de ambivalência, que pode resultar em múltiplas retomadas da relação e novos rompimentos, tornando mais doloroso ainda o processo de separação. Durante este estágio, os cônjuges estão sujeitos a um tremendo tumulto emocional. Fatores psicossociais, antecedentes familiares, condições econômicas e culturais podem minimizar ou piorar a situação. Aspectos positivos podem emergir com a sensação de alívio e descoberta de novas possibilidades. As mulheres relatam tipicamente um sentimento maior de melhoria de qualidade de vida pós-divórcio que os homens.

O quarto estágio, *Reorganização do Sistema*, envolve o processo de deixar claras as novas fronteiras. O processo de separação perturba todos os membros da família. É necessário reorganizar o funcionamento da família com novas atribuições de responsabilidade e papéis. É importante o papel da rede social neste processo. A continuação dos papéis de pais pode ser um forte elemento de estresse e ser vivido com ambigüidade e tentativas de manipulação do outro cônjuge. Em um estudo de famílias divorciadas com filhos, Ahrons (1980) encontrou que 25% dos casais tornaram-se adversários furiosos, 25% sentiam-se sócios zangados, 38% eram colegas cooperativos e apenas 12% dos casais tornaram-se amigos.

No quinto estágio, *Redefinição do Sistema*, começa com uma nova autodefinição da família. Os papéis e fronteiras foram clarificados e todos os membros são incluídos e os pais vivem bem a paternidade com poucos conflitos. Quando existe um relacionamento continuado cooperativo entre os ex-cônjuges a família estabiliza-se mais rapidamente e efetivamente.

Este modelo, como outros, descreve a complexa dança que o casal e a família realizam no momento do processo de rompimento conjugal, mas poucos esclarecem sobre os processos de ruptura da conjugalidade. Estudos sobre os antecedentes dos rompimentos conjugais têm esclarecido esta questão.

Apesar da importância psicossocial da dissolução dos laços conjugais, estudos empíricos sobre seus antecedentes, até a década de 1990, foram bastante raros, sendo feitos, principalmente, sobre fatores epidemiológicos associados à instabilidade conjugal. Foram encontrados fatores como:

- idade: esposas com menos de 18 anos e maridos com menos de 20 (Norton e Glick, 1976);
- gravidez pré-conjugal: tem uma possibilidade duas vezes maior de se separar (Furstenberg, 1976);
- nível de instrução: homens menos instruídos e mulheres mais instruídas têm maior possibilidade de se divorciarem que homens mais instruídos e mulheres menos (Glick, 1984);
- salário: mulheres com maior salário têm uma probabilidade maior de se divorciar do que aquelas com salário mais baixo (Ross e Sanhill, 1975). E quanto maior for o salário da mulher em relação ao do marido, maior será o risco do divórcio (Cherlin, 1979);
- emprego: quando o emprego do marido é instável ou seu salário oscila em relação ao ano anterior, aumenta o risco do divórcio (Ross e Sanhill, 1975);
- nível sócio-econômico: as classes menos favorecidas tendem a correr um risco maior (Norton e Glick, 1976);
- raça: os negros correm um risco maior que os brancos, e nos casamentos inter-raciais os riscos são ainda maiores (Norton e Glick, 1976);
- linha de transmissão transgeracional: o divórcio parece ocorrer mais em determinadas famílias (Mueller e Pope, 1977).

Estudos que descrevem padrões do relacionamento antecedentes à dissolução do laço conjugal foram raros antes de 1980 (Newcomb e Bentler, 1981). Em um estudo sobre os efeitos de variáveis epidemiológicas sobre a separação e o divórcio, Morgan (1988) analisou dados de um estudo longitudinal de 15 anos, realizado pela *Center of Human Resource Research* (1983), com 5083 mulheres das quais 3825 estavam casadas. Foram abordados aspectos de três tipos de separação conjugal: a que levava a reconciliação; as separações de longo termo não resolvidas e a separação que levava ao divórcio. Durante o período de estudo ocorreram 297 separações. Após três anos, novos dados foram coletados e 29,6% destas separações haviam levado ao divórcio, 15,8% haviam se reconciliado, e 28,3% permaneceram separadas. As restantes não participaram da pesquisa, por diversas razões como a viuvez.

A análise estatística realizada, Logit (Swafford, 1980), indicou que variáveis diferentes pareciam relacionadas a episódios de separação, separação seguida de reconciliação e de divórcio. Apenas os fatores, o total dos ganhos familiares e os grupos raciais foram significativamente associados aos índices de divórcio e de separação de longo prazo. O menor nível educacional foi associado à reconciliação. Morgan (1988) sugere que o nível educacional mais baixo poderia aparecer associado ao divórcio por estar envolvido no processo de separação, que normalmente precede o divórcio, mas não parece estar associado à tomada de decisão do rompimento definitivo do vínculo conjugal. De fato, poderia levar à reconciliação uma vez que a mulher poderia sentir-se com poucos recursos pessoais para lidar com o divórcio ou separação prolongada.

Estudos epidemiológicos forneceram as primeiras abordagens do complexo fenômeno do rompimento conjugal, mas modelos mais adequados deveriam abordar, de modo prospectivo, preditores da evolução da relação conjugal.

Estudos sobre a conjugalidade e a experiência subjetiva dos casais foram realizados desde a década de 1980, principalmente através de entrevistas e questionários. Poucos, no entanto, realizaram testes de consistência e validade dos construtos internos ou, apresentaram modelos preditivos e testes de predição. Belsky, Sapien e Rovine (1983) e Cowan e Cowan (1989) foram os dois únicos estudos na década de 1980 que, ao estudar a transição do casal para a parentalidade, tentaram prever os resultados da satisfação conjugal.

Em relação ao rompimento conjugal, quatro estudos foram publicados na década de 1980 Bentler e Newcomb (1978), Block, Block e Morisson (1981), Constantine e Bahr (1980) e Kely e Conley (1987). Todos utilizaram questionários, mas nenhum deles utilizou testes de consistência de validade interna nos questionários ou avaliações interacionais, baseando-se apenas em fatores avaliados de cada esposo. Estes estudos obtiveram fracas ou nenhuma correlação com predições de divórcio, resultando em quadros teóricos empobrecidos. O modelo de análise foi linear, resultando em pouco valor preditivo.

Bentler e Newcomb (1978) notaram que casais, os quais permaneciam casados eram mais similares em relação à idade, interesse em artes e atratividade do que casais separados ou divorciados. Homens separados, neste estudo,

descreviam a si mesmos como mais invulneráveis, extrovertidos e envelhecidos do que aqueles que permaneciam casados. As mulheres separadas ou divorciadas, neste mesmo estudo, descreviam a si mesmas como menos conscientes de suas roupas e menos agradáveis que as casadas.

Constantine e Bahr (1980), em um estudo longitudinal de seis anos, descobriram que os homens que haviam se separado ou se divorciado, tinham maior “orientação interna”, em uma escala de “*locus* de controle”, que os indivíduos que permaneceram casados.

Block, Block e Morrison (1981) estudaram 57 famílias, com crianças de 3 anos e meio, discriminando-as em famílias intactas e divorciadas, e, após 10 anos de acompanhamento, encontraram diferenças nos estilos de escuta às crianças.

Kelly e Conley (1987), utilizando escalas de familiaridade de personalidade, em um estudo longitudinal de 35 anos de estabilidade conjugal, relataram que os homens que permaneceram casados eram mais convencionais, menos neuróticos, tinham maior controle de impulsos que aqueles divorciados. Dados similares foram encontrados para as mulheres, com a descoberta adicional de que as que permaneceram casadas possuíam um maior fechamento emocional e menor tensão em relação à sua família de origem.

Em seu conjunto, esses estudos sugerem que os casais que permaneceriam casados seriam os mais conservadores, com os esposos mais similares em interesses e menos neuróticos. Tais resultados são limitados em vários aspectos e questionáveis metodologicamente. Poderiam estar descrevendo apenas um tipo de casal específico que tende a permanecer casado, enquanto que a emergência de traços neuróticos poderia ser sinal de padrões disruptivos na relação já presentes há mais tempo. Nesses estudos uso de técnicas lineares de análise, como análise da variância, por exemplo, tem também sido questionado pois padrões mais complexos poderiam estar envolvidos.

Pesquisas têm sido realizadas com o fito de expandir a previsibilidade de modelos do relacionamento conjugal. Rogge (2003), por exemplo, desenvolveu algoritmos não lineares para explorar e prever os fatores preditores de discórdia conjugal e de divórcio, nos primeiros estágios do casamento. Usando um modelo de dois fatores, neuroticismo e hostilidade como preditores de dissolução conjugal, este autor foi capaz de prever, em uma amostra de 85 casais de



Munique, Alemanha, com 65% de precisão, quais casais permaneceriam casados e quais se separariam nos primeiros 5 anos de casados. A presença de comunicação negativa previa, por outro lado, insatisfação com o casamento nos casais restantes.

Em outro estudo, Rogge (2003) estendeu sua análise a 480 casais de recém-casados de Búfalo, (New York, EUA) e 172 casais de Los Angeles (Califórnia EUA). Medidas de agressão física e verbal foram usadas para prever o divórcio e medidas de estresse, traços de raiva e comunicação empobrecida para prever insatisfação conjugal, em 3 anos do estudo. Os casais da amostra de Búfalo foram classificados com 52% de precisão no caso de divórcio. Quando, no algoritmo, incluiu-se o grupo racial este nível subiu para 57%. Quando foram incluídas as presenças ou ausências de crianças, de modo diferenciado, no algoritmo este nível subiu para 64%.

O algoritmo resultante foi aplicado prospectivamente à amostra de casais de Los Angeles, sendo foi capaz de prever com 60%-66% de precisão o desenvolvimento da relação conjugal em três anos. Estes resultados trouxeram importantes contribuições pois:

- refinaram a compreensão de como fatores envolvidos podem ser utilizados para prever o desenvolvimento da relação conjugal nos primeiros anos de casamento;
- melhoraram os modelos de predição incluindo variáveis como grupo racial e parentalidade anterior ao casamento;
- apresentam um algoritmo com múltiplas variáveis e não linear para predição;
- e provém a primeira evidência de validação prospectiva de algoritmos preditivo com fatores psicossociais.

É importante notar que o uso de modelos não lineares pode melhorar a previsibilidade de divórcio a partir de fatores psicossociais. Mas cabe ressaltar que modelos preditivos em relação ao divórcio padecem de dificuldades metodológicas inerentes ao seu objeto. Considerando o aumento da taxa de divórcio no ocidente, que chega a mais de 50% dos casais, e que mais da metade dos divórcios ocorrem até os 4 primeiros anos de casados, é de se esperar que modelos atinjam níveis melhores de previsibilidade.

Gottman e Levenson (1992) notam o pouco conhecimento obtido por estudos epidemiológicos, que não fornecem nenhuma teoria coerente sobre como casais interagem e os seus riscos de rompimento de relações conjugais, lembrando, ainda, que a insatisfação conjugal pode ser um processo independente do rompimento do vínculo conjugal, como já fora apontado por Laederer e Jackson (1968).

Outros estudos (Levinger e Moles, 1979; Emerly, 1988; Blomm, White e Archer, 1978), forneceram muito poucos dados sobre os padrões de interação conjugal que levavam a separação, falha que decorre, em parte, por tratar a separação e o divórcio como variáveis independentes, mais do que como variáveis dependentes, preocupando-se mais com os efeitos do divórcio que seu processo antecedente.

Rusbult (1980) desenvolveu um modelo de investimento baseando-se no pressuposto de que três variáveis principais influenciariam a continuidade ou término de relações conjugais: o nível de satisfação com a relação atual, a qualidade das alternativas e os investimentos conjuntos do casal. Para este autor, a diferente combinação de níveis entre os três variáveis levaria à continuidade ou ruptura, e à satisfação ou insatisfação com a relação.

Estes estudos e teorias podem ser criticados pois tratam de eventos psicossociais como variáveis independentes, mas em uma perspectiva sistêmica podem estar circularmente relacionados. Abordagens interacionais formam propostas voltando para a análise do sistema conjugal em andamento. Elas foram sugeridas como uma abordagem útil para compreensão dos padrões de funcionamento de um casal, desde a emergência da Terapia Sistêmica de Família (Watzlawick et al. 1977). No entanto, apenas tardiamente, na década de 1980 e 1990 é que se realizaram estudos sobre os padrões de interação em andamento. As razões para tanto são compreensíveis.

Primeiro, a Psicologia, durante muitos anos identificou o seu objeto com o estudo do indivíduo e seus processos específicos como memória, inteligência, psicopatologia etc e não com interações em andamento. Em segundo lugar, as primeiras pesquisas, sobre as raízes psicopatológicas ou disfuncionalidade psicológicas como parte do sistema em andamento, resultaram pouco convincentes. Em artigo de revisão sobre o tema, Frank (1965) concluiu que não

havia relações entre a psicopatologia e os processos familiares, sendo as disfunções melhor compreendidas como perturbações causadas por problemas individuais. O problema inicial parece ter sido que as teorias e pesquisas propostas pelos teóricos sistêmicos falharam nos desenhos experimentais pela inadequação dos métodos de avaliações e da análise estatística usada para avaliar os modelos.

No entanto, novos métodos de pesquisa têm sido desenvolvidos levando a robustas descobertas e relações neste campo. De fato, se pudermos rever a história do estudo da personalidade deveremos concluir que suas descobertas só fazem sentido em um campo interacional e não no estudo isolado do indivíduo (Buelchman, Gottman e Katz, 1992). As características destes estudos têm sido:

- uma cuidadosa abordagem psicométrica, particularmente quanto à validade externa dos construtos, e com um enquadre multi-metodológico.
- uma ênfase em técnicas de observação quantitativas e qualitativas.
- exploração das formas de interação entre indivíduos em processo temporal, especificando padrões de interação.
- o uso de métodos estatísticos sofisticados e mais adequados ao objeto, caracterizado por um padrão de fluxo interativo mais do que qualidades estáticas, em especial teorias e modelos não lineares.
- uma abordagem em estudos longitudinais prospectivos e preditivos.
- uma abordagem desenvolvimental, tendo a vida familiar como enquadre.
- estudos de famílias ou casais considerados de alto risco em estudos epidemiológicos.
- uma ênfase em experimentação ou teste de campo de modelos.

Esta abordagem tem gerado, nas últimas décadas, importantes resultados embora as implicações para a terapia de casais e de família tenham sido pouco exploradas. Alguns dos estudos mais significativos representam tanto tendências metodológicas como resultados relevantes.

Gottman e Levenson (1992), por exemplo, identificaram processos de interação conjugal que puderam ser descritos em um modelo de “tipo cascata” da dissolução matrimonial, descrevendo o processo de separação em uma hipótese simples que envolve baixa satisfação conjugal, levando à consideração, por um ou

ambos os cônjuges, da possibilidade de se separar, levando à separação real, seguida de reconciliação e, levando ao divórcio. Uma importante mudança metodológica, introduzida neste estudo, foi à observação em laboratório da interação conjugal real, em uma entrevista com tarefas estruturadas, após o casal ter passado pelo menos 8 horas sem interagir. Nesta entrevista o casal deveria, em três momentos sucessivos, durante 15 minutos cada, discutir sobre; os fatos do dia; uma situação problemática do casal e uma situação agradável de concordância mútua. Após cada discussão ocorria um intervalo de 5 minutos, no qual ocorria uma gravação da interação do casal, e além disso eram realizadas medidas fisiológicas. Cada cônjuge foi convidado, dias depois, a assistir separadamente a gravação dos períodos de intervalo da entrevista, e a indicar em um dial com nove posições, que ia de muito desagradável, a muito agradável, com neutro no meio da escala, como se sentia no episódio da interação. Os valores desta medida subjetiva de satisfação/insatisfação eram acumulados sucessivamente em relação à interação em andamento, gerando padrões predominantemente positivos, ou negativos.

Isto permitiu separar os casais em dois grupos: “regulados” na qual a medida era predominantemente positiva, e “não regulados”, com o predomínio de medidas negativas. Este procedimento foi repetido, mais uma vez, quatro anos mais tarde, e também foram coletados dados da vida do casal, através de entrevistas suplementares e questionários. Os casais “não regulados” diferiam dos “regulados” por apresentarem: problemas conjugais mais severos; menor satisfação conjugal; saúde mais pobre; menor amplitude de pulsação cardíaca nos dedos durante as interações; maior número de interações negativas; expressões emocionais mais negativas em situações de conflito; menos expressões emocionais positivas nas interações; mais inflexibilidade e fuga nas discussões; maior defensividade; maior risco de dissolução conjugal.

A análise dos dados forneceu apoio à hipótese de um modelo em cascata no qual: casais que se divorciaram tendiam a ter se separado e reconciliado antes; casais que se separaram e reconciliaram relatavam ter considerado a dissolução antes, e casais que consideraram a dissolução, apresentavam menor satisfação conjugal na segunda medida e na primeira medida que os casais que permaneceram casados.

Foi testado um outro modelo linear alternativo, para avaliar a adequação do modelo em cascata, sendo realizado um teste de análise da variância entre os dados. A confirmação deste modelo alternativo significaria que não existiria cascata de eventos e que, portanto, não seria possível prever, através de marcadores, a futura dissolução conjugal. Este modelo não se ajustou aos dados, sugerindo que o modelo em cascata aproximava-se melhor da descrição da dinâmica conjugal disfuncional (Gottman, e Levenson, 1992).

A metodologia introduzida por Gottman e Levenson (1992) gerou diversos trabalhos voltados para o desenvolvimento de modelos não-lineares para o desenvolvimento do casamento, (Gottman, Swanson e Murray, 1999; Gottman e Levenson, 1999 a, 1999 b; Gottman, 1998), padrões de relacionamento conjugal (Parsupathi, Carstensen, Levenson, Gottman, 1998; Gottman e Levenson, 1999a, 1999b) e preditores de dissolução conjugal e de insatisfação conjugal (Carrere e Gottman, 1999; Gottman e Levenson, 1999a; Gottman, Murray, Swanson, Tyson, Swanson, 2004), entre outras contribuições.

Contudo, apesar destes estudos lançarem novas luzes sobre preditores e padrões de relacionamento conjugal, devemos lembrar que:

Conhecer alguns dos fatores causais da dissolução conjugal não é suficiente para construirmos um modelo da conjugalidade funcional. Descobertas recentes indicam que casamentos estáveis e satisfatórios são baseados em uma série de processos conjugais e comportamentos que são mais que simplesmente a ausência de processos disfuncionais. (Carrere e Gottman, 1999, p. 3).

É necessário, pois, descrever estes fatores em uma teoria coerente, que permita não só a previsão de possíveis riscos para o laço conjugal, mas que esclareça sua relação com os processos psicossociais, possibilitando, ainda, seu uso na avaliação das mudanças realizadas em intervenções psicoterapêuticas.

O simples uso de marcadores e preditores como variáveis a serem manipuladas em modelos terapêuticos não tem se revelado útil para melhora da eficácia terapêutica (Gottman, 1998). Gottman (1998) nota o impasse aparente destas tentativas uma vez que pouco parecem ter contribuído.

Talvez este resultado possa ser explicado pelo fato de marcadores e preditores simplesmente não serem variáveis, mas apenas indicadores de um dado padrão em andamento que não pode ser alcançado pela simples ativação dos

marcadores e preditores. Preditores e marcadores seriam assim melhor compreendidos como indicadores de processos sistêmicos de estabilidade e mudança.

Outra questão importante é que, como indica Hoffman (1995) entre outros autores sistêmicos, sistemas disfuncionais apresentam padrões de maior rigidez e conseqüentemente padrões mais previsíveis. Assim, paradoxalmente, quanto mais disfuncional for um casal mais poderíamos descrever modelos previsíveis de suas interações.

Outro ponto a se notar é que a metodologia adotada por Gottman e Levenson (1992) fundamenta-se em um escala eminentemente subjetiva. Cabia aos sujeitos relatarem como se sentiam, subjetivamente, naquela interação. Isto implica que, na realidade, o que era avaliado era ao padrão ajuste subjetivo ao episódio como expressão de uma relação como um todo. E é o padrão de avaliação subjetiva combinada que permitiria avaliar o fluxo da experiência conjugal como processo sistêmico, revelando assim atratores da relação conjugal. É importante notar que este método permitiu uma abordagem matemática e não metafórica do processo conjugal.

Em um outro estudo significativo, por abordar a experiência subjetiva em modelos preditivos, Buelcherman, Gottman e Katz (1992) procuraram explorar em um estudo longitudinal com 52 casais a construção da história oral do casal, obtida através de uma entrevista estruturada (Oral History Interview, Korkoff, 1984; Krokof e Gottman, 1989). Os aspectos analisados foram nove fatores presentes na história oral do casal:

- a) Carinho/afeição; tanto do marido quanto da esposa, que reflete o quanto o casal relata estar amando um ao outro.
- b) Negatividade quanto ao esposo; indicando quanto os esposos são vagos ou generalistas, quanto o que o atrai ao seu parceiro, a extensão na qual mostra seu afeto negativo durante a entrevista e o quanto são críticos em relação ao esposo durante a entrevista.
- c) Espansividade/fuga; de ambos os esposos, é uma dimensão que indica o quanto cada esposo expressa os seus sentimentos durante a entrevista de forma clara e intensa ou o quanto foge de seus sentimentos.

- d) Conjugalidade/individualidade; indica o quanto cada um dos esposos identifica a si como membro do casal ou como indivíduo em separado e independente.
- e) Estereotipia de gênero; indicando o quanto tradicional o casal é em suas crenças e valores. E ainda como expressam suas emoções e como se comportam em termos de papéis de gêneros.
- f) Relato de conflitos conjugais; este fator subdividia-se em:
  - a. Volatilidade; indicando a intensidade da expressão emocional do casal em ambos os sentidos positivo e negativo. Indicando a intensidade de sentimentos que o casal revela ter um pelo outro.
  - b. Caos; é a dimensão que indica quanto controle o casal relata ter controle sobre sua própria vida.
  - c. Glorificando a luta; indica o quanto o casal relata o lidar com os conflitos conjugais como sendo algo que vale a pena e do qual tem orgulho de ter feito e superado.
  - d. Desapontamento conjugal; indica quais casais desistiram de seus casamentos. Casais que se sentem abatidos ou deprimidos usualmente caem nesta categoria.

A análise das variáveis foi capaz de predizer, em um período de 3 anos de acompanhamento, quais casais separariam e quais não, com 93,6% de precisão. A totalidade dos casais que se separaram (100%) foram indicados pela função dos preditores. Apenas três casais que permaneceram estáveis foram inadequadamente identificados como casais instáveis no período. Sendo possível, no entanto, que a variação se deva ou a mudanças no sistema conjugal destes casais, ou ao tempo insuficiente para a separação se consumar.

A história oral relacionava-se também, na primeira avaliação com a capacidade e estilo de solução de problemas, o afeto do casal, e aspectos fisiológicos. Co-variava também com satisfação conjugal em ambas medidas inicial e após 3 anos.

Estes resultados são significativos. Os autores encontram evidencia na entrevista de história oral de uma dimensão básica relacionada com casais que

eram altos ou baixos em; carinho/afeição do marido em relação à esposa, sentimento de conjugalidade, negatividade, e caos expresso pelo casal.

Descobriram que nos casais divorciados os maridos apresentavam índices baixos em conjugalidade, carinho/afeição, expansividade, e altos em negatividade e desapontamento conjugal. A baixa dimensão de conjugalidade e alto desapontamento conjugal foram as dimensões associadas ao discurso da esposa. As outras variáveis associadas ao fator de divórcio foram o quão caótico o casal sente que está sua vida e, inversamente, o quanto glorifica suas lutas.

Em suma, estes resultados não só permitiram prever o desenvolvimento futuro do relacionamento conjugal a partir de como o casal descreve o seu relacionamento como também são compreensíveis teoricamente.

Os casais que se divorciaram, na avaliação pela entrevista, eram os com os mais baixos indicadores nos fatores carinho/afeição, glorificar a luta e conjugalidade, e mais altos índices nos fatores negatividade, caos, e desapontamento com o casamento. Na observação comportamental estas dimensões estão relacionadas com negatividade e ausência de positividade em situações de solução de problemas.

Do ponto de vista biológico, a negatividade está associada com estresse fisiológico, enquanto que a positividade esta associada à tranqüilidade. O primeiro este está relacionado com a mediação do padrão de experiência emocional e memórias. Buelchman, Gottman e Katz (1992) concluem que:

Nós inicialmente pensamos que poderia ser útil para o trabalho clínico uma entrevista que poderia indicar processos que seriam preditores de dissolução conjugal. Tal entrevista faria tais processos observáveis pelos clínicos. Nós concluímos agora que desenvolvemos tal entrevista. Nos agora sugerimos que clínicos procurem utilizar este tipo de entrevista. (p. 311).

Outras descobertas quanto aos padrões interacionais, presentes em relações conjugais que evoluíram para situações de divórcio, foram observadas no estudo de Gottman e Levenson (1992). No qual procuram estudar os diferentes preditores presentes nos casais que se divorciavam em períodos de até 7 e 14 anos.

Os estudos sobre divórcio indicam dois períodos mais críticos para as relações conjugais, o período médio de 7 anos, até o qual metade dos divórcios ocorre e o período no qual os filhos atingem a adolescência que coincide com a



metade do tempo de casado e com o ponto mais baixo de satisfação conjugal, conforme revelado nas pesquisas.

Gottman e Levenson (1992), neste estudo, avaliaram variáveis não interacionais e as interações de 200 casais voluntários, que responderam a um anúncio, em duas situações de conflito e de discussão dos eventos do dia a dia, após 8 horas de separação entre os cônjuges. Estas foram utilizadas para prever o divórcio nos dois períodos críticos.

Afetos negativos durante o conflito prediziam divórcio mais cedo mas não prediziam divórcio tardio. Já a ausência de afetos positiva, durante os eventos do dia a dia e durante o conflito, predizia divórcio tardio, mas não o divórcio mais cedo na vida conjugal.

A predição foi possível em um período de 14 anos de estudo com um modelo que incluía a satisfação conjugal, pensamentos de dissolução conjugal e interação afetiva em ambas as conversações, com um índice de 93% de precisão.

Estes estudos demonstraram que é possível prever o divórcio, com um grande grau de precisão, em modelos que incluem satisfação/insatisfação conjugal, pensamentos sobre os divórcio, e padrão de esposa demandando e marido esquivando, todos eles, prediziam divórcio e instabilidade conjugal.

Dois padrões interacionais distintos foram percebidos e relacionados com diferentes momentos de dissolução conjugal. Casais que na primeira avaliação revelaram níveis mais altos de criticismo, defensividade, competição, fechamento e negatividade afetiva tenderam a se separar mais cedo do que casais estáveis e casais que se divorciaram mais tarde.

Os casais que se divorciaram mais tarde se diferenciaram de casais que permaneceram estáveis em não demonstrar afetos positivos nas interações, particularmente durante a solução de conflitos.

Aparentemente, a presença de intenso conflito e insatisfação conjugal e afetos negativos tornam difícil para os conjugês permanecerem em um casamento mesmo por um curto período de tempo. Por outro lado, mesmo que não existam conflitos expressos e afetividade negativa, a simples ausência de afetos positivos é suficiente para indicar o futuro rompimento conjugal. Porém, é possível, neste caso, que o casal suporte a situação por um tempo mais longo.

Este estudo também oferece suporte para hipóteses sistêmicas do padrão de demanda e retirada, observado em casais que se separaram a curto ou longo prazo. As mulheres que começavam uma interação de solução de conflito negativamente eram aquelas casadas com maridos mais raivosos e competitivos. Por outro lado, havia um menor número de esposas demandando e maridos retirando-se, durante um conflito, quando se revelava maior nível de afeto entre os esposos na tarefa de conversação sobre o dia a dia. Este padrão parecia ser menos uma função das diferenças de gêneros durante conflitos e mais um residual de quão bem o casal conecta-se afetivamente no dia a dia, quando o conflito não é o tópico do momento.

E é interessante que a predição de divórcio pudesse ser feita ao se examinar uma conversa, trivial de um casal, de 15 minutos sobre o dia a dia após 8 horas sem se ver:

Em um primeiro exame esta conversa parecia ser bastante neutra (e de acordo com alguns dos codificadores mesmo aborrecida) para quase todos os casais. Não ficamos surpresos que o afeto nesta conversação tivesse poder preditivo para assegurar a estabilidade futura do casamento. (Buechman, Gottman e Katz 1992).

A abordagem interacional revelou ter um poder de predição muito maior, até cinco vezes, sobre variáveis não interacionais, demográficas ou do indivíduo isoladamente em estudos publicados até então.

Em um artigo posterior, Gottman e Levenson (2002a) exploraram o desenvolvimento de um modelo de dois fatores para o tempo do divórcio em uma hipótese *pos hoc*. Para tal consideraram que na literatura encontramos descrições de dois grandes períodos nos quais divórcios ocorrem: até os primeiros 7 anos de casamento e, até o início da adolescência dos filhos ou metade do curso usual do casamento.

Utilizaram em sua análise dados de um estudo longitudinal de 14 anos. A mostra analisada foi de 21 casais, de 72 estudados, que se divorciaram no período. Um dos fatores observados relacionava-se com a intensidade não regulada de afeto, tanto positivo como negativo, na relação conjugal, predizendo um casamento mais breve temporalmente. O segundo fator foi chamado de “estilo

afetivo neutro” e se caracterizava pela ausência de expressão afetiva, positiva ou negativa, e predizia um casamento mais longo, mas terminando em divórcio.

Os autores concluíram que estes dados sugeririam que diferentes abordagens terapêuticas devem ser implementadas em casais com diferentes padrões de engajamento emocional. Assim, estratégias de gerenciamento emocional e técnicas comunicacionais seriam adequadas para os casais que apresentam o primeiro padrão, e estratégias de abertura e expressão emocional para os casais que apresentam o segundo padrão.

Este estudo despertou, contudo, importantes críticas, como as de Dekay Grenno e Houck (2002) que apontaram para o que consideraram importantes dificuldades no estudo de Gottman e Levenson (2002a), ao considerarem que o tipo de análise estatística, análise da variância, inadequado para responder questões relevantes sobre as causas e o tempo do divórcio. Os pontos principais de sua crítica seriam:

Os modelos de regressão utilizados por Gottman e Levenson (2002a) são inadequados para a análise das causas do divórcio e predição da duração dos casamentos, pois se basearam apenas nos dados dos casais que se divorciaram na amostra. Outros modelos de análise seriam mais adequados. Além disto, consideraram que a distribuição do tempo de casamento não é bi-modal na população em geral ou na amostra de Gottman e Levenson (2002a). E mesmo que fosse, não implicaria em um modelo de dois fatores para o tempo de duração dos casamentos. Assim, o uso por Gottman e Levenson (2002a) da análise dos principais componentes é problemático. Uma vez que as variáveis preditoras são não correlacionadas, existe pouca variância a ser avaliada pelos componentes ou fatores. Considerando que houve uma seleção de variáveis, muitas foram omitidas, a amostra era reduzida, a presença de outros fatores externos, a análise regressiva de Gottman e Levenson (2002a) não deve ser apoiada.

Portanto, os resultados da análise de Gottman e Levenson (2002a) não poderiam servir de guia para nenhuma sugestão quanto a modelos clínicos de tratamento ou intervenção com casais. Todavia, eles consideraram a questão abordada como relevante, mas propondo outro tipo de análise e modelo; o *modelo de duração*, que seria mais adequado.

Em sua réplica às críticas de DeKay et al. (2002), Gottman e Levenson (2002b) consideraram que sua análise era apropriada, uma vez que seu objetivo era explicitamente especular sobre fatores presentes no complexo universo da conjugalidade e seu processo de rompimento:

Quando especulando alguém pode fazer uma importante contribuição simplesmente por ser interessante, e não necessariamente por estar certo. O propósito de nossa especulação era gerar discussão e afinal conseguimos nosso objetivo. (Gottman e Levenson, 2002b, p. 105).

Notam, ainda, que Modelos de Duração seriam inadequados pois, conceitualmente, não faria sentido analisar em um mesmo grupo os que se divorciaram e os que permaneceram casados, uma vez que o objetivo da especulação era traçar as características específicas dos primeiros. Consideraram importante salientar que pesquisas longitudinais, da envergadura do estudo usado como fonte de dados, são raras e que especular sobre estes resultados pode ser importante para fornecer idéias e questões para novas pesquisas. Assim, o modelo de predição para casais que se separariam a médio ou longo prazo pode e deve ser avaliado em futuras pesquisas.

#### 4.4

#### **Marcadores e preditores de ajustamento pós-divórcio**

Estudos realizados sobre os padrões de ajustamento pós-divórcio têm se concentrado sobretudo em pesquisas epidemiológicas e indicam que indivíduos que se divorciam experimentam menores níveis de bem estar psicológico e maior sofrimento emocional (Wang e Amato, 2000). Este dado não é inesperado, considerando-se o confronto com diversos estressores incluindo dificuldades financeiras, mudanças na rede social, mudanças. (Wang e Amato, 2000). Porém, é grande a variação de padrões de ajustamento pós-divórcio, com alguns casais recuperando-se rapidamente, enquanto outros permanecem em estado de aparente confusão e dor.

Não foram encontrados na literatura estudos sobre os padrões de interação como preditores ou marcadores de evolução psicossocial pós-divórcio. Os estudos

existentes têm focado sobre fatores psicossociais, descrevendo como sofrimento psicológico (Alseltine e Kessler, 1993), Auto-estima (Marks e Lambert, 1998), abuso de substâncias (Doherty, Su, Needle, 1989) entre outros influenciam. Outros fatores apontados foram estudados tais como as fontes de recursos

Muitos estudos, como por exemplo o de Shapiro (1996) têm mostrado como educação, nível de emprego e ganhos são relacionados positivamente ao ajustamento psicológico entre indivíduos divorciados. Este autor descreve como a recuperação psicológica está relacionada, não com quanto objetivamente o indivíduo ganha, mas com sua percepção subjetiva de sua capacidade econômica.

Diferenças na capacidade de manter a rede de relações sociais também é um fator significativo como fonte de suporte social. Alseltine e Kessler (1993) mostram que o tamanho da rede social é um importante preditor pós-divórcio. No entanto Milardo (1987) nota uma distinção entre parentes e amigos. Os amigos tendem a ser apoiadores, enquanto que os parentes tendem a ser mais críticos. Mas são as relações íntimas que tendem a ser as grandes facilitadoras no ajustamento pós-divórcio. Estudos mostram que o nível de bem estar é maior entre os indivíduos que estão engajados em novos relacionamentos (Garvin, Kalter e Hansell, 1993), ou se recasaram (Marks e Lambert, 1998).

O recasamento, além do apoio emocional, fornece também uma base econômica mais sólida aumentando a sensação de segurança (Shapiro, 1996). Além disto um novo relacionamento diminui a preocupação com o ex-cônjuge diminuindo os conflitos, mas dificultando em alguns casos o funcionamento parental, quando existem filhos (Kitson, 1992).

Em relação à atitude, Boolh e Amato (1991) relatam que indivíduos, que são mais conservadores em relação ao divórcio durante o casamento, tendem a maior depressão e tristeza pós-divórcio que os indivíduos que são mais liberais nas suas atitudes. Por outro lado, estes autores notam que indivíduos que são infelizes no casamento, relatando muitos problemas neste, tendem a se adaptar mais rapidamente no pós-divórcio.

A percepção de controle sobre o processo de divórcio tem também um efeito positivo na superação da situação, sugerindo que pode ser mais fácil para o parceiro que inicia o processo de divórcio. Isto é consistente com o estudo de Wallestein (1986) que descobriu que os indivíduos que iniciaram o processo de

divórcio relatam uma melhoria na qualidade de vida maior do que os indivíduos que se opuseram ao divórcio. Além disto, são também mais desapegados dos ex-conjuges (Kitson, 1982).

Estes estudos não indicam, no entanto, que iniciar o processo de divórcio seja menos estressante, mas que talvez seja o cônjuge que experimenta maior nível de estresse com o casamento e que tenha elaborado o processo de perda e separação, antes do outro parceiro, que inicie o processo. Por outro lado, ao assumir a separação estes conjuges tem de lidar com grande quantidade de culpa (Emerly, 1994). Parece que ambos os parceiros experimentam grande sofrimento mas em momentos diferentes do processo de divórcio.

Kitson (1992) relata que os cônjuges experimentam o maior sofrimento durante o período de decisão, quando o casamento está intacto, do que em todo correr do processo de divórcio, ou após.

Em relação aos gêneros existe uma divergência quanto a este fator como preditor de ajustamento pós-divórcio. Doherty, Su e Needle (1989), por exemplo, relatam que homens seriam menos afetados pelo divórcio que as mulheres, pois teriam menos perdas econômicas e seu bem-estar psicológico tende a melhorar rapidamente. As mulheres, por outro, lado tenderiam a piorar com o divórcio e desenvolver adições a álcool e drogas, como estratégias para lidar com solidão e dificuldades. Outros autores, como Wallestein (1986), relatam que os homens seriam mais afetados pelo divórcio pois normalmente são as esposas que iniciam o processo, têm um relacionamento usualmente mais pobre quanto à intimidade se comparado às mulheres e usualmente perdem a custódia dos filhos. Masheter (1991) relata que homens divorciados experimentam uma ligação mais persistente com suas ex-esposas que as mulheres divorciadas. Porém, outros estudos não relatam diferenças significativas entre os gêneros (Ross e Wu, 1995)

Os efeitos da idade também são inconsistentes com alguns pesquisadores apontando as dificuldades de indivíduos mais velhos lidarem com a situação e com mais problemas que divorciados mais novos (Fansworth e Lund, 1989). Mulheres mais velhas experimentariam mais sentimentos de raiva e ansiedade que divorciadas mais jovens, e menores chances de recasarem-se (Wallestein, 1986)

A presença de filhos parece afetar também a situação. Mães com guarda dos filhos têm dificuldades de manter jornada dupla de trabalho, com sucesso

profissional ou se casar novamente. E mesmo que se casem apresentam maior dificuldade de estabelecer relações sem estresse. (Coysh e al. 1989). A presença de filhos também afeta a rede social e mães divorciadas com filhos recebem mais desaprovação de parentes sobre seus relacionamentos que divorciadas sem filhos. Além disto, em divórcios com filhos os encontros entre os ex-conjuges são uma potencial fonte de estresse e conflito.

Para os homens divorciados perder a custódia e convívio com os filhos é o maior estressor de ajustamento pós-divórcio (Umberson e William, 1993). Consistentemente, outros estudos mostram que presença de crianças tem efeitos positivos no bem estar dos pais divorciados, fornecendo apoio emocional especialmente a mães (Amato, Rezac e Booth, 1995)

Até o momento, poucos estudos foram feitos sobre os efeitos da etnia sobre o ajustamento pós-divórcio com resultados conflitantes. Kitson (1992) relata que os afroamericanos adaptam melhor e experimentam menos preconceito com respeito a serem divorciados que americanos brancos. Neff e Schluter (1993) relatam que os efeitos do divórcio são similares entre afroamericanos, brancos mexicanos.

Alguns estudos sugerem que o ajustamento pós-divórcio melhora com o tempo (Booth e Amato, 1991; Kitson, 1992) enquanto outros estudos não encontram diferenças relacionadas ao tempo de divórcio, a menos que os indivíduos recasem (Alsentine e Kessler, 1993).

Esses estudos, no entanto, revelam problemas metodológicos quanto a sua realização, pois possuem uma amostra muito reduzida ou específica e selecionada, além de analisarem dados transversais e não longitudinais. Além disto, focalizaram aspectos isolados e não relacionados diretamente com os fatores ligados ao ajustamento pós-divórcio em si.

Um estudo que procurou contornar estes problemas foi o de Wang e Amato (2000), que utilizaram dados de 208 indivíduos que se divorciaram em um estudo longitudinal de 17 anos, fundamentando-se na Teoria de Estresse e Ajustamento (McCubbin e Patterson, 1983). Essa teoria propõe que o ajustamento ao divórcio depende de três grupos de fatores; o conjunto dos estressores presentes, os recursos dos indivíduos para lidar com situação, e as percepções e definições sobre o divórcio. Diferentemente do que a teoria previa encontrou-se poucas

evidências que estressores como perda de ganhos financeiros, perder amigos, ou se mudar, afetasse o ajustamento pós-divórcio, exceto nos casos de indivíduos desempregados ou que perderam o emprego. O ajustamento foi associado com ganhos, estar relacionando-se amorosamente com alguém, recasar-se, ter atitudes favoráveis ao divórcio, antes do divórcio e ser o parceiro que inicia o divórcio. Indivíduos mais velhos mostraram evidência de um ajustamento mais pobre que os mais novos. Não foram encontradas diferenças de gêneros ou efeito de nível de educação.

#### 4.5

#### Implicações para uma visão clínica

Os estudos interacionais trazem importantes contribuições, para a clínica de casais, ao sugerir direções e intervenções.

Em um nível mais global, o que parece ser necessário é aumentar o afeto positivo e reduzir o negativo durante e antes dos conflitos conjugais. Desta forma pode-se criar um padrão de afetos positivos estabilizadores como objetivo primário. Segundo diversas pesquisas este é o padrão básico através do qual os casais podem regular o conflito e sem ele, em uma discussão o casal entrará em um padrão de escalada de retaliações negativas (*quid pro quo*).

Assim, é possível reduzir o grau de reciprocidade de afeto negativo implementando-se mais técnicas de reparo, reduzindo os comentários severos nas discussões, reduzindo a defensividade e aumentando a calma psicológica. Já os aspectos pré-interacionais também podem e devem ser abordados reduzindo o início de discussões com comentários severos, trocando o desprezo por admiração e afeto. Quanto aos aspectos interacionais, estes podem também ser trabalhados ensinando-se ao casal como responder à raiva construtivamente, incrementando as conexões emocionais e auxiliando aos casais a entender e valorizar o significado dos objetivos e sonhos dos parceiros.

Sugerir direções de mudanças não é o mesmo que realizá-las. Neste sentido, os estudos interacionais indicam mais marcadores e preditores de casais que aparentemente se encontram em padrões mais funcionais ou não. Uma teoria da



mudança psicológica se faz necessária para compreensão da ação das intervenções terapêuticas.

A arte e a ciência da Terapia de Casal repousam na capacidade que o terapeuta tem de identificar a dinâmica do casal e ser capaz de interagir de modo produtivo. O estudo de casais pode contribuir para uma visão mais rica da dinâmica conjugal ao descrever aspectos dessa dinâmica. Os resultados de pesquisas com casais podem ser sumarizados em alguns pontos.

A conjugalidade enquanto processo psicossocial encontra-se marcada pelo ciclo de vida da família, ou seja, pela construção e experiência do contexto familiar como enquadre relacional. Tanto os aspectos sociais quanto biológicos estão relacionados com padrões de funcionamento do casal que no entanto exibem propriedades emergentes, características próprias, como sistema emergente, que são irredutíveis tanto ao social como ao biológico, porém, expressando suas tensões e influências.

Assim, o sistema conjugal como construção compartilhada interage construindo uma relação que ao mesmo tempo mantém e reflete as subjetividades dos cônjuges. Este fluxo, todavia, não é aleatório ou pelo menos possui, ao se observar o sistema como um padrão de fluxo de interação abordável por teorias dinâmicas não lineares, padrões que refletem a dinâmica conjugal em vários níveis. Tais padrões são marcadores de dinâmicas do sistema conjugal, indicando, como preditores, padrões em longo prazo de funcionamento ou ruptura do sistema conjugal.

A estabilidade destes padrões na dinâmica conjugal, indicada pela predictibilidade, sugere que são pouco influenciados por eventos usuais na história do casal. O fato de poder se prever que casais permaneceriam casados ou se divorciariam revela uma certa independência homeostática do sistema conjugal tal como teoriza a abordagem sistêmica.

Os aspectos interculturais parecem ter pouca influência na emergência destes padrões, pois parece que eles se mantêm apesar das variações culturais, indicando que outros parâmetros ou construções é que estariam operando.

Os estudos preditivos são sistêmicos pois abordam interações e padrões da dinâmica destas interações. Focam expressões de afetos em interação, revelando, na maior parte dos estudos, dificuldades de performance e não de competência

comunicacional. São avaliações que refletem múltiplos contextos influenciando a interação do casal, porém, mediadas pela interação emocional.

Os estudos sobre padrões de conjugalidades revelam padrões na interação, que são estáveis ao longo de anos, ao resultarem diferentes evoluções da relação conjugal, podendo indicar a presença de atratores de estabilidade e mudança. Resumidamente indicam tipos de interação característicos de:

Casais com satisfação conjugal:

- Concordância emocional em casais felizes.
- Menor anulamento de sentimento positivo.
- Casais felizes são mais randômicos nas suas interações.

Casais com insatisfação conjugal:

- Maior reciprocidade negativa, associada a falhas de reparos e edição na comunicação conjugal.
- Menor razão de expressão de sentimentos positivos para negativos em casais disfuncionais e casais encaminhando-se para o divórcio.
- Presença de criticismo, defensividade, desdém e evasivas em casais encaminhando-se para divórcio.
- Grande evidência de padrões de esposa demandando e marido evadindo em casais infelizes.
- Atribuições e lástimas sobre o parceiro em casais infelizes.
- Número maior de narrativas infelizes sobre o casamento e o parceiro.
- Maior estresse fisiológico em casamentos infelizes.
- Casais infelizes exibem maior rigidez nas interações.
- Casais infelizes apresentam uma menor reciprocidade negativa.

Casais estáveis:

- Maior satisfação conjugal.

Casais instáveis:

- Menor razão entre expressão de afetos positivos para negativos em casais disfuncionais e casais encaminhando-se para o divórcio.
- Presença de criticismo, defensividade, desdém e evasivas em casais encaminhando-se para divórcio em longo prazo.

A tendência a um maior enfoque em metodologias macroanalíticas aparece também em tentativas de identificar as tipologias de casais diferenciados por seus padrões interacionais e estabilidade conjugal. Em um estudo longitudinal de 4 anos, Gottman (1992) descreve dois tipos de casais instáveis; os hostis e hostis-desapegados. E três tipos de casais estáveis: os voláteis, os validadores e os evitadores.

Estes resultados são importantes, pois são indicativos de padrões de interação de atratores ou linhas de evolução que marcam sua presença na relação conjugal nos padrões de interações, mas não são visíveis no indivíduo, emergindo como uma propriedade emergente na relação conjugal e exibindo um certo grau de independência de fatores demográficos. Em outros termos, casamentos satisfatórios podem acontecer até nas piores condições demográficas e psicológicas, bem como nas circunstâncias mais favoráveis poderão ocorrer casamentos disfuncionais.

No entanto, estes estudos não são diretamente deriváveis para psicoterapia, embora possibilitem a construção de modelos de relacionamento do casal que poderiam fundamentar intervenções terapêuticas e modelos de tratamento de casais. São uma importante contribuição, pois a previsão de linhas de desenvolvimento de casais, utilizando modelos e conceitos derivados de construções eminentemente clínicas não tem possibilitado, até agora, prever as linhas de evolução do ciclo conjugal.

Estes estudos têm implicações éticas, pois ser capaz de inferir o fluxo provável não significa que tal informação deva ser passada aos clientes ou usada com força de verdade. Mas pode ser utilizada pelo terapeuta como linha de avaliação sobre o sucesso de suas intervenções, possibilitando o reconhecimento de mudança na dinâmica do casal, ajustando as intervenções, facilitando o relacionamento e o processo terapêutico.

Não foram encontrados tampouco estudos integrando estas pesquisas em modelos de intervenção sistêmicos, mas apenas como extensões de descobertas, tomando preditores e marcadores, que seriam processos sistêmicos, como variáveis (Gottman et al 2004).

Gottman et al. (2004) desenvolveram hipóteses sobre a intervenção terapêutica consistente, com a hipótese de que três aspectos da relação conjugal

precisariam mudar para criar um padrão de relacionamento estável e satisfatório. O primeiro seria aumentar o nível de sentimentos positivos no casamento e os outros dois envolveriam modos do casal regular o seu conflito, aumentando a positividade e diminuindo a negatividade. Isto se daria através da intervenção no modelo no qual a amizade conjugal incrementa o sentimento positivo de anulação, que intensifica a regulação dos conflitos, permitindo a criação de um significado simbólico compartilhado pelos cônjuges para as suas ações. Lidar adequadamente com os conflitos é parte significativa das interações conjugais satisfatórias, uma vez que mais de 69% dos conflitos permanecem na vida de um casal e não são resolvidos (Gottman e Levenson, 1999a).

Uma importante questão é a compreensão dos processos de mudança psicológica e como estes estudos sobre marcadores e preditores podem ser integrados para facilitar as intervenções terapêuticas. Intervenções diretas sobre os preditores têm se mostrado insuficientes, e clientes revelam que muitas vezes são sentidas como artificiais e estranhas a sua subjetividade (Mahoney, 1997, 1991).

Resumidamente, a construção de um modelo de Terapia de Casal, considerando a literatura, deverá incluir uma compreensão sistêmica do processo de mudança, explicitando os processos de intervenção em relação a uma teoria de dinâmica e da mudança. Esta deverá integrar as diversas questões da subjetividade dos clientes, respondendo as demandas em diversos pontos do ciclo conjugal e familiar.

Ser consistente com pesquisa empírica é, neste caso, ressaltar aspectos da subjetividade, mas respeitar a ecologia do casal, considerando sob aspecto sistêmico, o biológico, o psíquico e o social, favorecendo a emergência de processos de auto-organização tanto do casal quanto de cada um dos cônjuges. E assim, ao possibilitar o reconhecimento e manejo de estressores, focar não só as dificuldades mas também a especificidade e criatividade do casal.

Trata-se de uma empreitada longa e complexa, na qual alguns pontos podem ser delineados e algumas questões colocadas como pontos para futuras investigações. Talvez a mais controversa e difícil questão seja a mudança no contexto da psicoterapia, em especial em relação à estabilidade e preditibilidade. Algumas contribuições podem ser, no entanto, traçadas.

## 5

### O processo de mudança

A Teoria Geral dos Sistemas desenvolveu-se como modelo de abordagem geral aplicável a diversos fenômenos caracterizados como sistemas abertos (Bertalanffy, 1977). Seu propósito é tanto descrever os padrões gerais característicos universais de qualquer sistema aberto, quanto explorar e descrever as propriedades emergentes e específicas de cada sistema estudado.

Trata-se, portanto, de uma abordagem que, embora generalista, não é reducionista. De fato, aspectos descritos em certos sistemas têm sido aplicados ao estudo e à compreensão de propriedades de outros sistemas, como o caso do conceito de homeostase que, derivado dos estudos sobre fisiologia, pode ser aplicado a outros contextos e é considerado como um caso particular de *feedback* negativo.

O estudo da Teoria Geral dos Sistemas desde sua proposta inicial lançou mão de abordagens matemáticas para a descrição das propriedades emergentes de um sistema, descrevendo isomorfismos matemáticos entre diversos campos (Bertalanffy, 1977). Essas abordagens têm sido tanto metafóricas, como qualitativas e quantitativas conforme o campo de estudo, a complexidade do sistema, sua permeabilidade à observação, e possibilidade do uso de ferramentas de tratamento matemático. Isto ocorre inclusive com sistemas psicológicos, não sendo uma novidade. Nesse caso, não se trata de testar, com o uso estatístico padrão, correlações em um modelo, mas de usar a linguagem formal da matemática, como referência para metáforas e como instrumento de construção de modelos.

De fato, vários autores na Psicologia têm buscado a construção de teorias utilizando modelos matemáticos como Kurt Lewin (1978) e Lacan (1971) que utilizaram metáforas topológicas. No campo das teorias sistêmicas, autores como Watzlawick, Beavin, e Jackson (1981) descreveram uma teoria comunicacional como axiomas conjecturais, Watzlawick Weakland e Fisch (1973) abordaram o tema da mudança utilizando a teoria de grupos de Evarist Galois e Teoria dos

Tipos Lógicos de Russell e Whitehead para descrever, metaforicamente, mudanças de primeira ordem e de segunda ordem.

Assim, a Teoria Geral dos Sistemas tem sido utilizada para compreensão do funcionamento dos sistemas humanos em múltiplos níveis de análise e de foco descritivo (Bateson, 1972; Watzlawick Beavin e Jackson, 1981; Minuchin, 1992, Minuchin, Fishman, 1990; Bowen, 1978; Laderer e Jackson, 1968; Satir, 1964; Haley, 1967; Palazzoli, Boscolo Cecchin e Prata, 1987). Inicialmente era aplicada ao estudo dos padrões de estabilidade das interações, funcionais e disfuncionais, com ênfase nos laços de feedback negativo (Foley, 1995), análise da linguagem na interação (Watzlawick et al., 1981), estrutura familiar (Minuchin, Gueney, Elbert e Rosman, 1964, Minuchin, 1992), padrões de transmissão transgeracional (Bowen, 1978), o que introduziu uma mudança dos padrões explicativos psicológicos causais lineares para uma nova lógica: a da causalidade circular (Esteves de Vasconcelos, 1992, 1995).

A visão sistêmica leva à compreensão dos sistemas abertos como sistemas, que, ao mudarem, permanecem os mesmos em um processo de autoconstrução homeostática, ou destrói e reconstrói sua organização em um nível de organização superior em um processo de construção morfo genético.

Bertalanffy (1977) ao apontar as propriedades gerais de um sistema - globalidade; homeostase; equifinalidade - observou também os aspectos evolutivos e criativos dos sistemas vivos extrapolando-os para os sistemas humanos, notando que: “*a produção de condições locais de ordem superior (e improbabilidade mais alta) só é fisicamente possível se entrarem em cena forças organizacionais de alguma espécie*” (Bertalanffy, 1977, p. 207).

Este conceito tem decisivas implicações no que diz respeito à psicoterapia. Se o organismo é um sistema ativo, as terapêuticas ocupacionais e agregadas são de uma consequência evidente. O despertar de potencialidades criadoras será mais importante do que o ajustamento passivo. (Bertalanffy, 1977, p. 292).

Estas importantes observações levantaram questões fundamentais sobre os processos de mudança e estabilidade em diferentes tipos de sistemas, inclusive os sistemas psicossociais, como o conjugal.

## 5.1

### Mudanças contínuas e descontínuas: estabilidade e ruptura

Os primeiros modelos sistêmicos investigaram as propriedades de estabilidade no processo de mudança contínuo. Os processos de *feedback* negativo tornaram-se foco de estudo, esclarecendo o funcionamento ao redor de um ponto de equilíbrio como uma propriedade de auto-referência do sistema, derivada de sua retroatividade. Inúmeros trabalhos foram realizados, na década de 1960 e 1970, inspirados no que mais tarde seria chamada de primeira cibernética (Esteves, 1992).

Apenas na década de 1970 um novo paradigma para o entendimento de sistemas complexos em evolução foi proposto como explicação para os padrões de mudança descontínua. Ele tem sido chamado de “paradigma da dinâmica não-linear”, “do caos determinístico” ou da “auto-organização” (Stewart, 1990; Atlan, 1979).

Embora, inicialmente, o objeto de análise das interações conjugais e familiares tenha sido o processo homeostático, a evolução da perspectiva sistêmica mudou de foco para os processos de auto-organização, no qual, em seu aspecto contínuo e descontínuo, os processos de mudança têm sido estudados, e têm contribuído para novas perspectivas na terapia sistêmica de casal e família (Elkain, 2000; Hoffman, 1995).

Em seu nível mais básico, a dinâmica é o estudo do modo como um sistema muda no tempo, explorando os diversos efeitos das várias forças em ação, e a forma pela qual atinge um estado de estabilidade ótima. De uma perspectiva matemática, a dinâmica pode ser linear ou não-linear. No primeiro caso, refere-se a sistemas que podem ser modelados por conjuntos de duas ou mais equações que podem ser combinadas com o fim de se obter uma outra solução.

A maior parte dos estudos científicos realizados até agora, incluindo a Psicologia, foi sobre sistemas lineares, uma vez que os mesmos oferecem “fácil” solução e “aditividade” (Gottman et al. 2004; Stewart, 1990). De fato, eles são a pedra fundamental da estatística, e são usados, por exemplo, em equações de regressão múltipla (Mcguigan, 1978). Modelos lineares, contudo, não podem sempre tratar o que acontece com o mundo natural pois são, na verdade, limitados

para descrever sistemas que mudam bruscamente, e que são auto-referentes. Para tratar de tais sistemas, é necessário lançar mão de equações não-lineares (Gottman et al. 2004; Stewart, 1990; Bertalanffy, 1977).

Equações não-lineares não são aditivas e são sempre de difícil, quando possível, solução. Embora um resultado único possa ser, às vezes, obtido, freqüentemente sua solução envolve um padrão de soluções obtido através de interações repetidas que tendem a descrever quatro tipos de evolução, representáveis em um espaço topológico como atratores, que podem (Barton, 1994):

- a) convergir para um dado ponto;
- b) descrever um padrão oscilatório cíclico;
- c) descrever um ciclo quase periódico;
- d) e apresentar um ciclo caótico.

Cada tipo de atrator parece adequado para descrever diferentes fenômenos. Os atratores caóticos são de especial interesse, pois, apesar de serem irregulares e imprevisíveis, são derivados de um sistema totalmente determinístico e possibilitam modelar sistemas complexos. Tal característica deve-se a sua sensibilidade às condições iniciais e aos processos perturbatórios, significando que, não obstante apresentar o mesmo atrator, dependendo das condições iniciais e dos padrões de evolução, o sistema será totalmente diferente (Barton, 1994).

Os atratores caóticos podem modelar sistemas considerados como auto-organizados, uma vez que seguem padrões não-lineares, porém cíclicos, apresentando mudanças bruscas e imprevisíveis em pontos de instabilidade (Stewart, 1990; Prigogine e Stengers, 1991). Neste caso, auto-organização denota um processo no qual uma estrutura ou padrão emerge em um sistema aberto sem especificações deterministas e provenientes diretamente do ambiente. Quando um sistema torna-se instável, tal instabilidade dá origem a complexos padrões dinâmicos, como nos chamados “sistemas dissipativos” (Prigogine e Stengers, 1991; Prigogine, 1996).

Muito ainda deve ser realizado para desenvolver metodologias não-lineares, uma vez que a noção de causalidade linear não mais se aplica, e o estabelecimento de correlações parece irrelevante para a construção de hipóteses em sistemas complexos como os psicossociais (Levine, Fitzgerald, 1992).



Este não parece ser um obstáculo incontornável, contudo. É necessário lembrar que, neste caso, o objetivo é o de modelar um padrão de mudança em um sistema auto-organizado. As hipóteses deverão ser construídas ao redor de tal padrão. A unidade de análise deve ser a dinâmica de um padrão observável, que pode seguir três abordagens:

- se for realizável, modelar sistemas a partir de equações não-lineares;
- reconstruir um atrator não-linear de uma série de observações;
- as propriedades de sistema auto-organizador podem ser sumarizadas em um modelo e os vários aspectos do modelo testados, usando estatística padrão.

É importante notar que cada um destes métodos oferece suas vantagens e dificuldades, sendo necessária a escolha criteriosa de acordo com o problema estudado. E que, embora esta nova abordagem seja nova e excitante, oferecendo novos *insights*, ela não oferece cura para as dificuldades de fidedignidade e confiança da pesquisa psicológica.

Seguindo a geração de novas idéias e modelos, eles devem então submeter sua especulação ao teste empírico. Quando os problemas, princípios genéricos e metodologias de pesquisa são todos escolhidos cuidadosamente, contudo, o conceito de caos, dinâmica não-linear e sistemas auto-organizados podem levar os investigadores a explorar uma variedade de áreas de novos e promissores ângulos, alguns que talvez jamais tivessem sido considerados antes.” (Barton, 1994, p. 13).

Tais conceitos e metodologias têm aberto possibilidade de novas abordagens de problemas ligados a propriedades emergentes de sistemas abertos como a auto-organização.

### 5.1.1

#### **O conceito de auto-organização em psicologia clínica**

Em Psicologia Clínica, o conceito de auto-organização tem sido aplicado a modelos de Terapia de Casal e Família, Psicoterapia, Psicologia do Desenvolvimento, Psicopatologia. Além disto, diversos autores têm aplicado esses conceitos para a compreensão de descobertas à Filosofia da Ciência e Teoria dos Sistemas. Estas contribuições têm auxiliado a compreensão de processos de mudança, evolução e desenvolvimento em uma ampla gama de sistemas

biológicos e psicológicos. Embora tais contribuições possam ser extremamente enriquecedoras, é necessário notar o seu alcance e pertinência.

No desenvolvimento de uma dada ciência, é comum, e útil, o uso metafórico de descobertas, modelos e conceitos de sucesso de outros campos científicos. Tal procedimento é comum mesmo em ciências bem estabelecidas, e pode auxiliar o estabelecimento de um paradigma (Khun, 1975). Freud (Freud, 1968a; Freud, 1968b, 1968c), por exemplo, usou com frequência metáforas mecanicistas na construção dos primeiros modelos em Psicanálise (Capra, 1985).

Barton (1994) nota que o uso de metáforas de modelos de auto-organização pode, porém, tornar-se limitador, caso o uso constante do modelo passe a distorcer o seu sentido original e leve à perda da qualidade empírica distintiva do conceito, isto é, seu valor experimental.

Em Psicologia Clínica, a aplicação destes conceitos tem sido, via de regra, metafórica e qualitativa. É possível atribuir tal tendência à complexidade do campo e à inerente dificuldade de mensuração e derivação de modelos quantitativos (Maturana e Varela, 1987). No passado, psicoterapeutas eminentes tentaram especular sobre o papel do caos e sistemas não-lineares em Psicologia (Minuchin e Fishman, 1990). Nos anos recentes, contudo, diversas tentativas têm sido feitas para aplicar aspectos da dinâmica não-linear, seja em: terapia Junguiana (Abraham, Abraham e Shaw, 1990); Psicanálise (Langs, 1992); stress pós-traumático (Glover, 1992); múltipla personalidade (Putnam, 1988, 1989); esquizofrenia (Schmid, 1991); desordens psiquiátricas em geral (Sabelli e Carson-Sabelli, 1990); Terapia de Família (Elkaim, 1990, 2000; Hoffman, 1995).

Estes autores utilizam-se de conceitos da teoria de sistemas de auto-organização para modelar processos de mudança e desenvolvimento em complexos sistemas psicológicos. Parece que este ímpeto deve-se ao trabalho derivado das idéias de Maturana e Varela (1987), e Prigogine e Stengers, (1991), e dos teóricos do paradigma da auto-organização (Atlan, 1979).

Embora existam muitas vantagens na aplicação da dinâmica não-linear e do paradigma da auto-organização em expandir a descrição e análise de sistemas psicológicos, esses conceitos têm numerosos problemas, tanto na teoria como na aplicação prática. Varela (1989) coloca uma importante advertência sobre a aplicação direta de conceitos da neurociência ao campo da terapia familiar:

Circulação de conceitos entre diversas abordagens é recíproca, mas nós não podemos simplesmente e diretamente exportar ou importar tais noções (...) padrões estáveis em sistemas naturais têm clara ressonância com o estabelecimento de instituições humanas, mas as diferenças são profundas. (Varela, 1989, p. 24).

Tal dificuldade, aparentemente, deve-se não só à especificidade da derivação de cada modelo, mas também, possivelmente, à diferença de complexidade entre domínios. Como afirma Barton (1994), “*o maior problema na literatura psicológica sobre caos, dinâmica não-linear, sistemas auto-organizados, é que tal distinção é sempre ignorada*”. (p.2).

Uma das formas que tal erro implica é o uso da terminologia rigorosa da teoria da auto-organização para se referir a variáveis psicológicas que são multidimensionais e de difícil quantificação. O uso metafórico pode perder, assim, o rigor dos conceitos desenvolvidos e a riqueza da fenomenologia psicológica. É necessário, assim, tanto estar aberto para a possibilidade do uso de ferramentas teóricas novas fornecidas por outras ciências como respeitar as especificidades do campo psicológico, realizando aquilo que Prigogine e Stengers (1991) qualificam como distintivo da ciência moderna: o “diálogo experimental”, sem destruir a especificidade do psicológico.

Não é o caso de extrapolar das moléculas aos homens, mas há elementos nas mudanças que são, apesar de tudo, comuns, não porque as moléculas sejam idênticas aos homens, mas porque há certos aspectos dessas mudanças que são finalmente descritos de forma qualitativa, por intermédio de mecanismos do mesmo tipo, mesmo que muito mais complexos como no caso do homem. (Prigogine, 2000, p. 217).

No entanto, o estudo de marcadores e preditores da dinâmica conjugal tem seguido tanto métodos quantitativos quanto qualitativos, proporcionando modelos dinâmicos não lineares, respeitando a metodologia de modelagem matemática (Gottman, 1998, Gottman e Notarius 2002; Gottman et al. 2004). Esses estudos descreveram atratores da dinâmica na interação conjugal, ao abordarem padrões de recorrência na interação conjugal.

Em sistemas complexos, ocorre um número incalculável de eventos que podem ser descritos como variáveis e interações, e é impossível uma abordagem analítica destes fatores, sem cair no chamado problema dos três corpos. Mas

mesmo o mais complexo sistema auto-referente exibe padrões recursivos em sua dinâmica que podem indicar diferentes atratores de sua evolução.

Assim, a combinação infinita de qualidades e circunstâncias que envolvem a experiência única de um casal exibe em sua recursividade uma dinâmica que permite prever a evolução da relação com um alto grau de precisão (Gottman 2004).

É notável, contudo, a extrema estabilidade que sistemas conjugais mostram ao seguir padrões de evolução previsível em períodos de anos, mas já detectável no início da relação. Sem dúvida, considerando-se as diversas experiências e circunstâncias que um casal atravessará ao longo de anos de interação, não só entre os cônjuges, mas com o sistema social mais amplo, processos de estabilidade devem estar presentes e atuantes conduzindo, na maioria de casos, a um padrão previsível de interação.

Outro ponto a considerar é que os padrões de interação, ainda que analisados através de uma sofisticada técnica matemática que, na verdade, nada mais faz senão permitir ao observador captar tendências opacas à observação ingênua, fundamentam-se em trocas e experiências emocionais entre os cônjuges. Isto não significa que os outros aspectos, cognitivo, comportamental e sociocultural, não sejam importantes na interação, mas que é no campo emocional que se revela a recursividade peculiar da interação.

Os estudos sobre preditores revelam, além disto, que o fluxo de desenvolvimento de um casal, mesmo com suas mudanças bruscas e até mesmo rompimento da relação, nada mais são do que mudanças de primeira ordem. Nelas o casal segue um padrão previsível. Assim, o divórcio não pode, para os casais que exibem os padrões preditores específicos, ser considerado mais do ponto de vista sistêmico como uma mudança inesperada, mas apenas como uma mudança dentro do mesmo atrator.

Outra descoberta significativa é que a construção da experiência emocionada realiza-se também na construção de narrativas sobre o casal, emprestando contexto e significado à experiência subjetiva (Gottman e Leveson, 1992). A conjugalidade revela-se, assim, um processo emergente interdependente dos aspectos biológicos e biográficos dos cônjuges, bem como contextualizada na cultura e sociedade, respondendo a forças políticas econômicas, mas com um

certo grau de autonomia. Tal resultado não é inesperado, pois reflete a noção fundamental de um sistema, que não pode nem ser reduzido aos sistemas de sua constituição nem determinado por suas relações com sistemas hierarquicamente superiores.

Nestas circunstâncias, aquilo que se traduz na especificidade da Psicologia – a subjetividade e a questão da liberdade do sujeito – parece constituir o desafio à compreensão do processo terapêutico do casal, que pode ser posto em uma pergunta: como construir uma teoria da mudança terapêutica do casal que implique uma visão científica, com sua conseqüente busca de previsibilidade e de racionalidade, e, ao mesmo tempo, preserve a visão do sujeito autônomo e livre?

A noção de sujeito é paradoxal e controvertida. Se, por um lado, em todas as línguas, existe uma primeira pessoa do singular, “eu”, para a ciência tal objeto coloca-se como um paradoxo. As raízes deste paradoxo estão no fato de que, se eu me percebo e atuo no cotidiano com um grau de certeza, o determinismo, ao colocar seu foco sobre o meu eu, o faz desaparecer. Como coloca Morin:

Vivemos esta disjunção em função de um paradigma profundamente enraizado em nossa cultura. Paradigma que formulou bem Descartes, que por outro lado não o inventou, mas só o expressou à sua maneira. Descartes viu que havia dois mundos: um que era relevante ao conhecimento objetivo, científico - o mundo dos objetos; e outro, um mundo que compete à outra forma de conhecimento, um mundo intuitivo e reflexivo – o mundo dos sujeitos (Morin, 1996 p. 45, 46).

Na ciência clássica, o subjetivo reino do sujeito aparece como fonte de erros, sendo necessário eliminá-lo. A influência da visão da ciência clássica no domínio ou estabelecimento das Ciências Humanas e Sociais expulsou a experiência da subjetividade do campo de estudos em sua busca por uma explicação simples e objetiva.

O comportamento, a unidade S–R, substitui o sujeito. Para Morin:

Pode-se dizer inclusive que em determinado momento, e cada um à sua maneira, Levi Strauss, Althusser e Lacan liquidaram de vez com a noção de homem e a noção de sujeito, adotando o inverso da famosa máxima de Freud. Freud dizia; “Aí onde esta o isto (Das es) deve devir o eu”. (Morin, 1996a, p. 46).

Uma pergunta se faz necessária; quem, o que é o sujeito? Epifenômeno ou ilusão tem sido a resposta usual da ciência clássica. Tradicionalmente, o único campo possível para a existência de “eu” tem sido a metafísica. Entretanto, os desenvolvimentos e descobertas da ciência moderna, – em especial a aplicação da perspectiva sistêmica à biologia, – têm levado à possibilidade de se pensar, de modo renovado, estas questões, a ponto de levar Morin (1996a, 1979) e outros representantes do paradigma da auto-organização, como Atlan (1979), a acreditar na possibilidade de fundamentar a realidade do sujeito na nova lógica dos seres vivos. Alguns aspectos parecem ser relevantes para esta discussão, como a emergência da autonomia e da individualidade do sujeito.

A noção de sujeito só pode ser pensada à medida que se tornou possível discutir a noção de autonomia, ultrapassando o antigo sentido de liberdade. Von Forster assinalou o paradoxo da auto-organização:

Auto-organização significa obviamente autonomia, mas um sistema auto-organizador é um sistema que deve trabalhar para construir e reconstruir sua autonomia e que portanto dilapida energia. (Von Forster, 1960, p. 75).

Sistemas abertos para manterem-se em atividade dependem, em virtude da segunda lei da termodinâmica, da extração de energia, matéria e informação do meio ambiente, tomando e refletindo a organização do mundo exterior. É tal condição que leva Morin (1984, 1996) a falar não de auto-organização, mas de “eco-auto-organização”.

Outro conceito desenvolvido, que nos permite pensar a questão do sujeito, é a noção de “indivíduo”. A relação percebida na biologia entre o conceito de “espécie” e “indivíduo” nos introduz em uma espécie de complementaridade, pois, embora tais conceitos se excluam, referem-se uns aos outros, de modo recursivo. O indivíduo, obviamente produto de um processo e mantenedor e perpetuador deste mesmo processo de estar vivo, dá origem à sociedade que emerge da interação entre os indivíduos, gerando a linguagem e a cultura (Vigostsky, 1984, 1996). Isto significa que os indivíduos produzem ordens sociais que, por sua vez, produzem os indivíduos. Esta relação esclarece a posição paradoxal do indivíduo como objeto, pois, se, de um lado, ele existe como

produtor e sem ele nada existe, de outro, torna-se produto e, da condição de causa, torna-se efeito, desvanecendo-se.

Podemos, assim, compreender a autonomia do indivíduo de maneira relativa e complexa. A noção de sujeito implica, portanto, simultaneamente em autonomia e dependência, embora não se reduza a isto. Algo mais se interpõe na lógica do ser vivo.

Os biólogos localizaram nos genes, DNA, RNA, e nos processos da organização do ser vivo, algo equivalente à informação, ao cognitivo (Atlan, 1979; Maturana e Varela, 1987). É este algo cognitivo que ocupa lugar permanente em todos os processos de organização do ser vivo. E, se esse algo foi interpretado com o viés de uma primeira cibernética, metafórica de processos computacionais, na qual o programa (genes) parecia responder ao enigma do “estar vivo” (Monod, 1975), foi apenas como uma primeira aproximação que revelou uma realidade mais complexa (Atlan, 1979).

E se, como coloca Morin (1996a, 1996b), o ser vivo lida com informações através das quais organiza o seu mundo interno, este conceito não tem o sentido clássico, revelando um paradoxo, que, em um primeiro momento, nos remete ao nível dos computadores digitais e analógicos artificiais. No entanto, a analogia possível com computadores artificiais é limitada. Não só por não se tratar de um processo binário, mas por se produzir um processo complexo que ainda não foi esclarecido suficientemente. (Morin, 1996a).

Enquanto padrão de análise, a informação é o novo foco da ciência (Rossi, 1995), porém, não reificada ou hipostasiada, pois informação só pode ser compreendida como parte de um padrão de recorrência de um sistema complexo. A informação só existe como processo recursivo de um sistema e só faz sentido nele. Portanto, leituras que tendem a reificar a informação ou padrões de informação como unidades constitutivas básicas, sofrem do mal epistemológico do redutivismo.

Assim uma nova pergunta se coloca; quais as relações possíveis entre os processos de auto-organização e a mudança no contexto terapêutico de casais?

### 5.1.2

#### A mudança terapêutica como processo de auto-organização

Diversos teóricos da terapia de casal e familiar já utilizaram modelos derivados da teoria da auto-organização a fim de compreender processos de estabilidade e mudança em sistemas familiares (Minuchin, Fishman, 1990; Elkaim, 1990; Hoffman, 1995). Estas tentativas são importantes, embora limitadas, como nos lembra Prigogine:

Quanto à construção de modelos matemáticos é, sem dúvida, interessante para compreender bem as ações dos homens, essas ações que conduzem às retroações, devem ser prudentemente descritas e são com frequência menos facilmente matematizáveis. (Prigogine, 2000, p. 217).

Mas constituem importantes avanços, pois:

Trata-se sim de beneficiar-se do alargamento conceptual das ciências deste século para ver, com vocabulário novo problemas com frequência antigos em outros domínios. (Prigogine, 2000, p. 217).

Abordar, do ponto de vista conceitual e teórico, processos complexos em sistemas humanos, utilizando-se abordagens qualitativas, parece ser não apenas possível, mas também necessário e complementar às abordagens quantitativas.

Bateson, ao descrever padrões de mudança descontínua, em contraste com o conceito de epigênese, nota que:

Em contraste com a epigênese e a tautologia, que constituem mundos da replicação, existe todo o domínio da criatividade, arte, aprendizagem e evolução, em que os processos contínuos de mudança se alimentam do acaso. A essência da epigênese é a repetição previsível; a essência da aprendizagem e da evolução é a exploração e a mudança. (Bateson, 1972, p. 67).

Uma das características dos sistemas complexos é que eles em certas situações de tensão e stress, interrompem aparentemente suas propriedades de auto-organização, tornando-se maquinais (Bertalanffy, 1977; Hoffman, 1995).

Dell e Goolishian (1979) chamaram a atenção para a tendência dos teóricos da terapia de família em descrever o sistema familiar e conjugal cometendo o que



consideram um “erro epistemológico”, qual seja, descrever, em uma teoria sistêmica, padrões de mudança, usando imagens derivadas de sistemas cibernéticos controlados unicamente por *feedback* negativo, inadequados para descrever sistemas complexos, cometendo o que Bateson (1972) denominava “cortar a ecologia”.

Em qualquer ponto do tempo o sistema funciona de uma maneira particular, com flutuações em torno daquele ponto. Essa maneira particular de funcionar tem um raio de estabilidade dentro do qual as flutuações ficam reduzidas e o sistema permanece mais ou menos imutável. Se uma flutuação é ampliada, entretanto, ela pode exceder o raio existente de estabilidade e levar todo o sistema a um novo raio dinâmico de funcionamento. Para criar instabilidade, é necessário um passo ou impulso autocatalítico para o feedback positivo. (Dell e Goolishian, 1979, p. 10).

Hoffman (1995) chama a atenção, contudo, para o fato de que sistemas disfuncionais, como famílias ou casais que não conseguem evoluir, parecem perder a capacidade de dar saltos criativos imprevisíveis e irreversíveis, sendo compreensível, portanto, a tendência de terapeutas de família e casal em insistir em descrevê-los como sistemas homeostáticos, nos quais o sintoma estabiliza o sistema.

Atlan (1979), ao considerar a função do ruído nos sistemas auto-organizadores, nota que, em sistemas complexos dotados de memória, o ruído parece ser o produtor do novo, ao introduzir flutuações que são recuperadas retroativamente, em um nível mais alto, ao alcançando um nível crítico de desestabilização.

O acúmulo de dissonância, eventualmente, leva o sistema a uma situação crítica, a um estado de crise, enquanto a tendência homeostática intensifica os movimentos corretivos que fogem ao controle. O ponto extremo daquilo que os engenheiros cibernéticos chamam de fuga ou é um colapso do sistema que cria uma nova maneira de controlar a mesma homeostase, ou seu pulo espontâneo para uma nova integração que lidará melhor com o campo modificado. (Hoffman, 1995, p. 86).

O sistema familiar ou conjugal parece ser mais bem descrito como um fluxo que muda em padrões descontínuos, como cachoeiras, cascatas ou chamuscas que permanecem com a mesma estrutura global à medida que subestruturas, os indivíduos, passam por ela. O estudo dos ciclos de vida das famílias e casais

colocou em relevo a presença de crises previsíveis nos pontos de passagem da vida familiar, à medida que os indivíduos seguem os padrões de seus relógios biológicos, evoluem e morrem, e a família absorve e perde membros (Carter e McGoldrick, 1995). Os estudos sobre estas crises previsíveis e os processos de mudança têm revelado a existência de períodos de transição nos quais encontramos presentes padrões concomitantes e paradoxais.

Um dos problemas sobre o qual tais estudos lançaram luz foi a diferença dos padrões de mudança criativos, nos quais o paradoxo encontra-se presente, e as situações patológicas, em que o padrão paradoxal da comunicação faz-se presente, como no duplo vínculo (Bateson et al., 1956, Watzlawick et al., 1981). O que parece diferir, nas situações de duplo vínculo, é que, neste caso, apesar de estar presente um forte impulso para mudança, através da injunção paradoxal, encontra-se também presente uma injunção paradoxal que impede o reconhecimento da mudança, e assim a desqualifica (Hoffman, 1995).

Rabkin (1976), ao reavaliar o conceito de dupla mensagem, nota que, talvez, a linguagem paradoxal seja o melhor que a linguagem humana possa fazer para descrever a necessidade de mudança de um sistema. Hoffman (1995) considera que a esta luz, talvez a comunicação paradoxal seja a linguagem mais provável para criar pressão para mudança, quer seja no enquadre psicanalítico com seus paradoxos, quer seja nas situações impossíveis estabelecidas por um mestre Zen ao seu discípulo (Watzlawick et al., 1981), quer seja nos padrões de dupla comunicação na hipnose (Haley, 1967) ou ainda no uso de paradoxos terapêuticos em terapia de família (Watzlawick et al., 1981; Palazzoli, Boscolo, Chechin, Prata, 1987).

Bateson, em 1972, descreve uma situação experimental na qual golfinhos foram colocados em um esquema de reforçamento, no qual, após receberem peixe como reforço, durante três vezes, após realizarem um dado comportamento aprendido, não eram mais reforçados, até que manifestassem um novo comportamento. O golfinho, submetido a este esquema de contingência, começou a exibir comportamentos que em um ser humano seria chamado de “psicótico”.

Pouco antes da décima quinta sessão, contudo, o golfinho demonstrou-se excitado e realizou uma série elaborada de 8 comportamentos, sendo que 3 nunca haviam sido vistos em sua espécie. Bateson (1972) argumentou que o rompimento

dos padrões habituais de estímulo e resposta pode ser extremamente perturbador para uma criatura, se este rompimento constantemente lhe é injusto no contexto de um relacionamento importante. Outro fato significativo é que tal rompimento leva também ao aparecimento do novo que pode ser reconhecido. Aliás, Halley (1984, 1967) já enfatizava a importância de não só “induzir mudanças espontâneas”, mas também de notá-las.

Como nos lembra Maturana, a mudança dentro de um sistema tem um sentido amplo e “*um sistema social não pode variar sem que ocorra a mudança individual dos sistemas vivos que o compõem*”. (Maturana, 2000, p.148). Isto implica que cada mudança terapêutica em um sistema familiar ou conjugal, necessariamente, passa pela mudança da subjetividade dos sujeitos que a compõem. Desenvolver uma teoria sistêmica, dentro do construcionismo social, que nos fale de marcadores e preditores de mudança, significa aprender a reconhecer mudanças e seus padrões dentro de uma visão de homem, talvez mais consistente com a experiência de nossa complexidade. A linguagem da abordagem sistêmica parece responder a questão de tanto manter a visão da subjetividade e autonomia dos sujeitos como responder ao projeto científico de tratar sistemas complexos.

## 5.2

### **Marcadores e preditores no processo psicoterapêutico**

Sistemas sociais complexos parecem possuir propriedades isomorfas comuns com outros sistemas abertos. Padrões, como o ciclo de vida familiar, formação e dissolução da conjugalidade, podem ser abordados como padrões de estabilidade e mudança nestes sistemas. A teoria da auto-organização permite tratar tanto os aspectos de mudança contínua como os de mudança descontínua, não através de modelos determinísticos, mas de padrões de fluxo de mudança. Tais padrões podem ser compreendidos como marcadores de pontos de funcionamento estável ou instável, como atratores, ou indicativos de estados de instabilidade longe do equilíbrio, produtores de destruição da organização do sistema e produtor de aumento de complexidade.

Esses padrões podem ser descritos como atratores caóticos, quer em modelos quantitativos ou qualitativos, e compreendidos como marcadores indicadores de fases do processo terapêutico, ou preditores, ao indicar um novo padrão evolutivo estável no tempo. Em ambos os casos, são úteis à compreensão do processo terapêutico ao assinalarem a mudança e convidarem à mudança da direção da psicoterapia. Uma vez que o processo terapêutico, do ponto de vista sistêmico, é uma relação recorrente, estes marcadores e previsores nos convidam pensar o próprio sistema psicoterapêutico em seu fluxo como um processo de construção social.

### 5.2.1

#### **Psicoterapia de casal: mudança terapêutica**

Do ponto de vista sistêmico, o processo psicoterapêutico tem por objetivo não um aumento da estabilidade da família, do casal ou do indivíduo, que poderia ser, em si mesma, disfuncional como um funcionamento descrito em um atrator, mas um aumento da complexidade e flexibilidade do sistema, introduzindo, através de processos de *feedback* do sistema terapêutico, um aumento de sinergia.

Isto não implica em uma defesa do casamento a qualquer custo, valor derivado do conceito de propriedade patriarcal, mas do desenvolvimento, centrado em uma ética ecossistêmica, tanto das individualidades quanto das famílias (McGoldrick, 1995; Féres-Carneiro, 2003).

Estudos dos marcadores e preditores da formação e dissolução do laço conjugal possibilitam uma maior eficácia do manejo da direção do tratamento, e não, implicitamente, de um resultado terapêutico pré-determinado, uma vez que o próprio sistema, em sua complexidade, realizaria seus saltos evolutivos ao alcançar os pontos de bifurcação (Hoffman, 1995).

Dois grupos de indicadores têm sido utilizados para a avaliação do desenvolvimento do processo terapêutico:

- a) marcadores, sinais interpretados como indicativos da entrada em uma certa fase do desenvolvimento do processo terapêutico, ou do desenvolvimento e;

- b) preditores, sinais que podem ser interpretados como sinalizadores de um aumento de possibilidade de um certo caminho de evolução do processo psicológico.

Estudos têm sido realizados, utilizando ambos os conceitos para a compreensão de psicopatologias, de padrões evolutivos do processo psicoterapêutico em geral (Longo, Lent e Brown, 1992; Prochaska, DiClemente e Norcross, 1992, Gottman et al 2004). E sua utilidade tem sido apontada tanto na avaliação de situações de risco, indicativas da necessidade de intervenções, como na avaliação dos resultados alcançados e prognóstico. Do ponto de vista da abordagem psicoterapêutica, é de capital importância a compreensão dos sinais de evolução do laço conjugal para avaliar a direção das intervenções terapêuticas, os resultados alcançados e a partir daí realizar um prognóstico.

A questão, do ponto de vista terapêutico, não é de que maneira estabilizar relações matrimoniais para se evitar o divórcio, mas de que maneira possibilitar o processo de auto-organização em sistemas conjugais e familiares, facilitando suas mudanças na direção de um aumento de complexidade e sinergia, o que pode implicar, mesmo, em uma ruptura da relação conjugal, com um mínimo de estresse para os cônjuges e a família.

A compreensão dos complexos processos de estabilidade e mudança em sistemas humanos possibilita a descrição de padrões de funcionamento e evolução das relações, tanto como marcadores de funcionalidade/disfuncionalidade, quanto como preditores de padrões de evolução das interações, tornando possível a adoção de um procedimento terapêutico mais adequado para cada situação ou fase de mudança.

### 5.2.2

#### **Marcadores e preditores da mudança terapêutica**

O processo psicoterapêutico é de considerável complexidade. As teorias que orientam as intervenções psicoterapêuticas, no entanto, prevêm fases do processo psicoterapêutico bem como do processo de mudança. Estas poderiam ser reconhecidas por marcadores do processo terapêutico, que poderiam orientar,

inclusive, a direção do tratamento, bem como as intervenções possíveis e adequadas para uma dada fase do processo de mudança.

Freud (1968a), no início do século XX, já lançava hipóteses sobre as diferentes direções do tratamento, sugeridas pelos padrões da transferência apresentada pelo cliente e dos resultados terapêuticos possíveis. Ele notava, ainda, na descrição do processo terapêutico, diferentes momentos e fases, sugerindo conseqüentemente diferentes atitudes e técnicas, conforme o momento.

Diversos fatores têm sido estudados como marcadores e preditores do resultado terapêutico, fatores como relação terapêutica (Rogers e Keihwood, 1978; Hovarth e Symonds, 1991), características do cliente (Longo, Lent e Brown, 1992; Cordioli, 2002), características do terapeuta (Cordioli, 2002) e do par terapeuta-cliente (Cordioli, 2002). Pesquisas também têm abordado o estudo de fatores ligados às características da intervenção terapêutica e sua adequação às características da situação clínica e do cliente (DeShazer, 1986; Dowd e Seibel, 1990).

Prochaska, J. O, Di Clemente C.C., Norcross J.C. (1992), ao analisarem processos de mudança, descreveram seis fases que correspondem a diferentes estágios no processo de mudança:

- pré-ponderação: ocorre uma ausência de compromisso com o problema e uma total filtragem de informações a seu respeito;
- ponderação: o sujeito passa a considerar que o problema existe e é seu, mas o grau de compromisso com ele é pequeno. Contudo, já se expõe a informações sobre o problema;
- preparação: nesta fase, o sujeito começa a buscar ativamente informações sobre o problema, sobre como mudá-lo e os custos da mudança;
- ação: ocorre o engajamento ativo com o compromisso com a mudança;
- manutenção: a construção de uma nova realidade após a mudança, com alterações e impactos em diversos níveis, sobre o sujeito e o ambiente.

- recaída: é um processo de retorno ao padrão anterior que pode ser percebido como falha na mudança, mas que pode se revelar sendo apenas uma flutuação na nova estabilidade.

Embora objetivassem inicialmente descrever mudanças apenas em indivíduos isolados e com adesões, este modelo parece estar de acordo com a descrição de Papp (1992) do processo de mudança e das fases sucessivas que atravessam a família ou o cliente em uma terapia sistêmica.

Descrever os padrões efetivos da mudança, relacionando-os com as interações funcionais em uma relação conjugal é útil à orientação da atividade terapêutica como um todo, possibilitando uma melhor orientação quanto ao uso de intervenções práticas, visando a uma melhor eficácia terapêutica.

Estudos sobre a mudança na relação conjugal, durante processos terapêuticos, têm sido feitos, mas descrevendo a percepção do terapeuta do processo de mudança. Alguns poucos estudos tem abordado qualitativamente a percepção dos casais sobre a mudança, trazendo importantes contribuições.

Estes estudos surgiram a partir da avaliação sobre a eficácia da Terapia de Casal e do subsequente interesse em pesquisar o processo terapêutico na abordagem chamada por Greenberg e Pincus (1986) de “Nova Perspectiva do Processo.” Nesta, os eventos em cada sessão são conectados com resultados de longo e curto prazo, buscando pesquisar a relação entre os processos e os resultados, elucidando o ocorrido em cada sessão.

Embora muito esforço tenha sido feito, nos estudos sobre o processo psicoterapêutico de casais, para compreender o processo de mudança, muitas lacunas permanecem em áreas importantes como as percepções dos clientes do processo e entre eles (Hill, 1990), na interação entre os clientes durante o processo terapêutico (Pincus, 1995), e na perspectiva dos clientes. Uma das explicações para estas lacunas está na forte ênfase dada a pesquisas quantitativas em detrimento de pesquisas qualitativas, que são ideais para explorar a experiência de mudança dos clientes em terapia. Contudo, poucos estudos têm sido realizados.

Greenberg, James e Conry (1988) investigaram, utilizando a Técnica de Incidente Crítico (Flanagan, 1954), o processo de mudança em casais que se tratam com Terapia de Casal Focada na Emoção. A pesquisa foi realizada com 21 casais para quem se perguntou quais os incidentes que, em terapia, foram úteis ou

prejudiciais à mudança e como esta ocorreu. Eles descreveram cinco padrões de mudança: expressão de sentimentos que levam a mudança de na percepção interpessoal; expressão de sentimentos e necessidades; aquisição de compreensão; assumir responsabilidade pelas experiências e recepção de validação pelo terapeuta. No entanto, as entrevistas foram realizadas 4 meses após o término da Terapia, uma clara limitação da pesquisa.

Wark (1994), em outro estudo, procurou investigar o processo de mudança durante a sessão de Terapia, diferentemente de Greenberg et al. (1988) que investigou as impressões sobre mudança no processo terapêutico como um todo. Em seu intento utilizou também a Técnica de Incidente Crítico de Flanagan (1954) para acessar a experiência de mudança de 5 casais que estavam em terapia com 5 diferentes terapeutas. As entrevistas foram realizadas logo após a sessão, que era assistida ao vivo pela entrevistadora. Os clientes eram solicitados para descrever os eventos positivos e negativos da sessão de terapia, e a responder de que forma eles se relacionavam com mudança ou a sua ausência, em relação à preocupação que os trouxeram à terapia. Em geral Wark (1994) encontrou uma ausência de coerência entre as percepções dos clientes e do terapeuta.

Em outra pesquisa, Christensen, Russel, Miller e Peterson (1998) estudaram o processo de mudança dos clientes em Terapia de Casal. Consideraram que, implicitamente, Greenberg et al. (1988) e Wark (1994) tomaram a idéia de que a mudança ocorreria repentinamente na terapia. Seu foco foi, portanto, investigar se mudanças ocorrem gradualmente. Entrevistaram 24 adultos, 13 casais e dois sujeitos cujos parceiros não quiseram participar no estudo, utilizando entrevistas de final aberto, conduzidas 2 semanas após o final da terapia. Nove diferentes terapeutas atenderam estes clientes. Os participantes foram perguntados sobre o que o terapeuta fez para facilitar a mudança e o que estava acontecendo na época e o que eles pensavam que foi conseguido. Também foram indagados sobre pontos de mudança pivotal em terapia que os deixaram pensando ou sentindo diferente sobre sua situação, eles mesmos ou seu relacionamento, e importantes fatores que os auxiliaram a lidar com o que os trouxe a terapia. Utilizaram o método de comparação constante e metodologia de teoria fundamentada (Glasser e Strauss, 1967).



Codificadores que não necessariamente conduziram a entrevista analisaram as transcrições. Da mesma forma que no estudo de Greemberg et al. (1988) as sessões não foram assistidas ao vivo pelos pesquisadores. Três padrões de mudança foram notados, que co-ocorriam com a satisfação conjugal: mudança nos afetos, mudança nas cognições e mudança na comunicação. É importante notar que cada mudança iniciada em um padrão eventualmente ocorria nos três padrões.

Helmeke e Sprenkle (2000) investigaram os momentos pivotais de mudança na Terapia de Casal, mais do que outros tipos de mudança mais gerais. Os pesquisadores realizaram todos os estágios da pesquisa, da coleta de dados à sua análise, assistindo aos vídeo-tapes das sessões, conduzindo as entrevistas para codificar e analisar os dados. O estudo foi realizado com um único terapeuta uma vez que pesquisas indicam que terapeutas diferentes podem ter resultados muito díspares com o mesmo modelo (Chrits-Christopher et al., 1991). Os dados foram coletados após cada sessão e cada momento gravado foi analisando nos pontos considerados relevantes pelos clientes. Este estudo incluiu também uma segunda entrevista com o casal, com o propósito de confirmar as descobertas iniciais e receber informação adicional.

Os dados foram analisados usando-se métodos da teoria fundamentada (Strauss e Corbin, 1990). Este método leva a uma teoria que é definida como indutivamente derivada do estudo do fenômeno que ela representa. Isto é, ela é descoberta desenvolvida e confirmada provisoriamente através da coleta e análises de dados pertinentes ao fenômeno estudado. A Teoria Fundamentada provê o pesquisador com métodos qualitativos com um enquadre para gerar uma teoria pela imersão nos dados através de um processo indutivo.

Neste estudo, a Metodologia de Teoria Fundamentada foi utilizada para identificar os temas principais e padrões dos momentos de mudança pivotais, baseados nas percepções dos clientes, e guiar a postulação de hipóteses. Foram estudados 3 casais que se submeteram à terapia de casal. A terapeuta encarregada era estudante de doutorado em terapia de família e casal, com formação em modelos comportamental integrativo, comunicacional, transgeracional focado na emoção, focado na solução, e modelos narrativos, e trabalhou de modo sistêmico eclético.

Os resultados são importantes, pois indicam características do processo de mudança que podem ter importantes implicações para uma teoria da mudança bem como para o uso de intervenções.

Primeiramente, ficou claro que os momentos pivotais podem ser identificados pelos clientes. Este é um resultado importante, pois os estudos anteriores não abordavam esta possibilidade. A frequência dos momentos pivotais, para os membros dos 3 casais foi de 24 momentos pivotais em 23 sessões, sendo que as esposas tendem a identificar mais momentos que os maridos.

Nove dos momentos pivotais ocorreram nos primeiros estágios da terapia, dois na primeira e nove na segunda sessão. Os primeiros eventos emprestaram o tom da terapia e redefinindo o problema e os objetivos terapêuticos. Curiosamente, os clientes em entrevista posteriores tiveram dificuldade de se lembrar porque listaram certos eventos como pivotais. Aparentemente os momentos pivotais não mantiveram seus significados no correr da terapia. Seis momentos pivotais ocorreram na quarta e sexta sessão, e os sete restantes nas últimas quatro sessões.

Notou-se uma ausência de coerência entre os cônjuges sobre que momentos foram percebidos como individualizados. Apenas 3 dos 24 momentos pivotais foram percebidos por ambos os cônjuges. Isto sugere que em certa medida a Terapia de Casal é uma experiência individualizada. Porém, dois dos três eventos pivotais descritos simultaneamente pelos cônjuges ocorreram no estágio final da terapia, nas últimas 4 sessões, indicando talvez um aumento de coerência na experiência compartilhada pelos cônjuges, que estaria ausente no início da terapia.

Curiosamente ocorreu também uma ausência de coerência entre terapeuta e clientes na percepção de eventos pivotais na Terapia de Casal. A terapeuta identificou 10 dos 24 momentos julgados como pivotais pelos cônjuges, incluindo 2 dos três momentos compartilhados. Notável também é que a coerência entre a percepção dos terapeutas e dos clientes variou entre casais. Cabe ressaltar que esta ausência de coerência não impede a satisfação com a terapia e com o terapeuta. Todos os casais reportaram sentir que a terapeuta estava em sintonia com eles.

Os eventos relacionados como pivotais foram relacionados com mudanças no cônjuge que as percebia em 67% dos casos, sendo que em 29% dos momentos pivotais foram percebidos no relacionamento. E apenas 4% a mudança foi

relacionada com o outro cônjuge. Assim, ao notar a mudança na terapia, os clientes tendem a focar primariamente no que muda em si-mesmo, e em menor grau no que muda no relacionamento, mais do que muda no outro cônjuge. Isto indica que a experiência de mudança em terapia tende a ser altamente individualizada. Outro indicador da individualização da experiência da mudança é a tendência de um certo uso da linguagem estar associado como o fator em momentos pivotais. Algumas vezes uma frase ou expressão parece ter disparado a mudança.

Relação entre o momento pivotal e o problema apresentado é um dos resultados mais significativos. Em 79% dos momentos pivotais o conteúdo da discussão estava relacionado com o problema apresentado. A mudança podia estar relacionada com o conteúdo ou com o processo em discussão.

A mudança ocorreu em relação aos tópicos que estiveram repetidamente em discussão nas sessões anteriores a mesma. Dos 23 momentos pivotais, retirando o momento pivotal ocorrido na primeira sessão, que não poderia ter naturalmente discussão anterior, apenas 4 ocorreram quando o tópico esta sendo abordado pela primeira vez.

A associação com eventos específicos na terapia foi notada em 19 dos 24 momentos pivotais, sendo discussões sobre pontos específicos ou eventos, ou discurso sobre um tópico específico. Eventos não relacionados com o tema da mudança, mas citados por todos os cônjuges, foram às características da terapeuta e o uso de sugestões práticas.

Características não-específicas diferentes também foram citadas por cada casal sugerindo que em cada caso fatores diferentes contribuíram para a mudança. Isto pode indicar a natureza idiossincrática do processo de mudança terapêutica. A mesma situação se revela também em relação a quais características do terapeuta foram consideradas relevantes. Cada casal citou diferentes aspectos da atuação terapêutica como uso de *feedback* positivo, apoio, encorajamento, estar conectada com o casal entre muitos outros aspectos.

O uso terapêutico de sugestões práticas parece ter sido, em alguns casos, pivotal por si-mesmo. Porém, a capacidade do terapeuta sugerir algo relevante e aplicável na vida conjugal em casa e relacionado com as dificuldades enfrentadas pelo casal parece ter sido um dos fatores que criaram a possibilidade de mudança.

Mas novamente o que cada casal listou como sugestões relevantes variava de caso para caso, incluindo o uso de histórias, metáforas, exercícios formais de comunicação, tarefas de casa, e dicas sobre a relação.

Fatores únicos de cada casal também foram apontados como importantes na contribuição da mudança pivotal, tais como conversas no caminho da terapia, o fato de uma das esposas manter um diário, o sentimento de compromisso ao participar de uma terapia de casal, a comparação com outros casais na sala de espera na clínica.

Implicações clínicas são importantes, pois indicam que os momentos pivotais ocorrem e podem ser notados, mas são altamente individualizados, tem uma clara relação com o problema central apresentado. E, finalmente, muitos fatores não pivotais que variavam de casal para casal mostraram-se como pré-requisitos necessários para as mudanças pivotais.

Mais do que eventos altamente emocionados, compartilhados, ou pelo menos evidente para os participantes da terapia, eles tendem a ser percebidos como experiências altamente individualizadas, pessoais e privadas.

Os terapeutas não podem assumir que serão capazes de identificar o que é significativo para seus clientes, ou afirmar que o que é significativo para um dos cônjuges será para o outro. Eles devem então estar atentos para os significados individuais e sistemas de crenças de cada cliente, bem como a importância de certas frases ou expressões para cada cônjuge.

Estes estudos sugerem a importância de o terapeuta estar atento à teoria de mudança de cada cliente (Duncan, Hubble e Miller, 1997), e de perguntar diretamente sobre as percepções, sobre a mudança em terapia pode ser o modo mais fácil e direto de abordar a questão.

Outro ponto importante é o papel central que o problema tem no surgimento dos momentos pivotais da relação. Além disto, momentos pivotais que ocorrem no início da terapia servem para redefinir e re-enquadrar o problema. Ambas as descobertas apontam para a importância de se observar a percepção dos clientes de seus problemas, e de se manter o foco sobre o problema, enquanto a terapia avança. De fato, repassar sucessivas vezes o tópico parece facilitar novas percepções e soluções para o problema e para a emergência dos momentos pivotais na terapia.

Estes estudos apontam a importância da experiência do si-mesmo em relação ao outro no processo terapêutico. Pois ainda que as experiências de mudança possam ocorrer ou serem descritas como individualizadas elas ocorrem em um contexto de uma relação, modificando os padrões da interação e o significado dos atos compartilhados. Estas considerações nos convidam a examinar a questão da emergência do si-mesmo e a questão da mudança.

### 5.3

#### **A epistemologia do si-mesmo: novas possibilidades terapêuticas**

O que comumente se chama de crise da pós-modernidade é, na verdade, um processo de superação da visão de homem e de mundo característica do período moderno, com o aparecimento de novas propostas epistemológicas e estéticas. A proposta iluminista leva-nos a construir uma certa visão de mundo, caracterizada pelas grandes meta-narrativas. Discursos totalizadores que trazem em seu bojo pressupostos tanto de uma posição metafísica da essencialidade como de uma posição epistemológica da possibilidade de um conhecimento verdadeiro e livre de toda subjetividade, pretendendo, assim, uma posição de ordenador do pensamento e de outros discursos.

Na tentativa de construir uma psicologia científica moderna, a questão "o que é o "si-mesmo"? sempre foi central. Seu núcleo é, ao mesmo tempo, uma pergunta metafísica e epistemológica. No sentido epistemológico, o "si-mesmo" pode ser conhecido não só pelo próprio como pelos demais. Em consequência, pode ser observado, medido, avaliado, quantificado. De qualquer modo que se entenda a pergunta, ela pressupõe a existência de uma entidade pré-existente à nossa necessidade de descrevê-la. No sentido metafísico, perguntar o que é o "si-mesmo" significa perguntar sobre a essência daquilo que se interroga, implicando em algo central, inerente à condição humana e irreduzível.

Todas as abordagens tradicionais na psicologia, subjetivistas e essencialistas, concebem que o si-mesmo é delimitado. Há o "si-mesmo" e o "não si-mesmo". Cada pessoa seria um acontecimento único, no universo delimitado e integrado, e o centro de suas ações.

Esta posição convida a certas perguntas como: de que somos conscientes quando somos conscientes de nós mesmos? como saber se nossa consciência reflete o estado real de nossa mente? que é este "si-mesmo" e como podemos verdadeiramente conhecê-lo?

Perguntas como estas criaram muitos dilemas, aos quais Descartes, por exemplo, respondeu definindo uma divisão metafísica da realidade; do sujeito e do objeto, em termos de uma *res extensa* e *res cogitans*.

A Psicologia Cognitiva tem evitado a cisão cartesiana e as questões daí decorrentes, afirmando a emergência, quer do "si-mesmo", quer da consciência, como explicável pelas ações do sistema nervoso central. A metáfora é computacional. Segundo este modelo computadorizado e cognitivo do sistema psicológico, as operações mentais e do "si-mesmo" só processam informações e resultados em relação a um critério ou sintaxe intrínsecos, construídos dentro do sistema.

Sob esta acepção encontra-se muito da chamada revolução cognitiva. Estes pontos de vista apóiam-se na idéia cartesiana e lokeana de que a mente é um espaço fechado e auto-suficiente. O perigo desta crença epistemológica moderna consiste em supor que é possível reduzir todos os fenômenos psíquicos a alguma base ou modelo último, a alguma origem fundamental, e é por isso que todas têm uma explicação de base causal essencialista, remetendo a algum tipo de fundamento imanente.

A posição pós-moderna não rejeita o discurso e as teorias modernas sobre o "si-mesmo" por assumir outro fundamento, mas por relativizar todos os discursos. Ela aponta para a impossibilidade de uma fundamentação imanente, e assume a relatividade dos discursos como paradigmática. Isto abre outros caminhos que, por exemplo, nos permitem evitar a posição da existência transcendental de um "si-mesmo", tornando desnecessária uma concepção epistemológica e metafísica do si-mesmo. Nesta perspectiva nos situamos no campo pós-moderno e nas atividades da hermenêutica e interpretação.

No processo de valorização da exploração da multiplicidade dos discursos o "eu", o "ego", o "si-mesmo", os papéis sociais e as identificações deixam de ser expressões da neurofisiologia e não podem ser explicáveis por um discurso fundacional.

Muitos cientistas sociais, há mais de vinte anos, começam a explorar as conseqüências de definir o “si-mesmo” como um narrador e como um processo humano produtor de significados por meio da ação da linguagem. O “si-mesmo” pode ser, em uma perspectiva pós-moderna, considerado como uma expressão desta capacidade para o uso da linguagem e da narrativa, que são atos sociais. Na melhor das hipóteses, não somos mais do que co-autores de uma narrativa em permanente mudança, que se transforma em nosso si-mesmo. Histórias narradas, imersas no nosso passado, narradas em função de um futuro contado em múltiplos contextos.

Esta perspectiva não é nova. Freud (1968) na sua obra “Construções na análise”, de 1936, já apontava que quando a análise das defesas do “eu” e o processo de associação livre não recuperavam as necessárias lembranças edípicas da infância, é possível para o analista criar uma história próxima àquela que o paciente poderia ter recordado. Assim, Freud rechaçava a abordagem narrativa ao compará-la com a idéia delirante do psicótico, alertando-nos sobre os riscos desta possível “intervenção” por parte do analista.

Spence (1984) estendeu o conceito de criação na análise para uma abordagem narrativa e construtivista. Segundo ele, já que nunca podemos chegar à verdade real das vivências infantis, temos que nos contentar com um relato construído, que seja adequado ao cliente e às circunstâncias. Segundo esse ponto de vista, a tarefa da terapia parece consistir na construção de uma história de vida que seja consistente com as circunstâncias atuais do paciente, sem levar em conta a verdade “arqueológica” e “objetiva” desta construção.

Schafer (1978) adota uma perspectiva mais próxima de Wittgenstein e do construtivismo social. Para ele o “si-mesmo” é uma manifestação da ação humana, da ação de falar sobre o si mesmo. No entanto, diferentemente de Spence (1984) que estava interessado no conteúdo da narrativa, Shafer (1978) interessa-se pelo modo da construção e pelo discurso narrativo. Ele sustenta que estamos nos contando, aparentemente, a nós mesmos e aos outros, quem somos, incorporando estas histórias umas às outras. Desta perspectiva, o si-mesmo converte-se nas maneiras mais ou menos estáveis e emocionais de contar-nos, a nós mesmos e aos outros, sobre nossa continuidade no processo de viver, em nosso enlaçamento e os significados de nossas interações.

Para Shafer (1978), assim como para outros terapeutas pós-modernos, também o outro se manifesta narrativamente. O desafio terapêutico, nesta perspectiva, consiste em auxiliar os clientes a recontar as histórias de suas vidas de maneira que lhes permita uma compreensão de sua origem, de seu significado e de suas atuais dificuldades, de tal forma que a mudança torne-se narrativamente concebível, alcançável e crível.

Como assinala Rorty (1979), os seres humanos são geradores perpétuos de novas descrições e narrações, mais do que seres que se possam descrever de maneira precisa, objetiva e fixa. Isto faz com que a natureza do si-mesmo e a de nossas subjetividades convertam-se em fenômenos intersubjetivos. Tais fenômenos são o produto de narrarmos histórias uns aos outros e a nós mesmos, acerca de nós e dos outros, e das histórias que outros narram para nós, sobre nós e sobre eles.

A cambiante rede de narrativas é produto de intercâmbio e práticas sociais, do diálogo e da conversação. Para esta visão pós-moderna não somos mais que co-autores das identidades que construímos narrativamente. Somos sempre tanto si mesmos potenciais quanto aqueles que estão contidos nas conversações dos narradores. (Goolishian e Anderson, 1996, p. 195).

Do ponto de vista da psicoterapia de casal essas colocações afastam-nos de uma visão da terapia de família que vê os sistemas como uma arquitetura social relativamente fixa, e convida-nos a vê-los como um sistema intersubjetivo, fluido de construção de significados.

Para a abordagem narrativa, a psicoterapia é um processo conversacional. Na psicoterapia, o objetivo passa a ser a narrativa de uma nova história, de um novo presente que seja mais tolerável, coerente e contínuo, do que aqueles que as narrativas anteriores permitiam.

A mudança passa a centrar-se mais no nosso ser e devir que num passado histórico cambiante. Em psicoterapia, este é o resultado de mudar as autonarrativas do “si-mesmo”, e cuja conseqüência é uma transformação do agente e da interação, ou seja, do “si-mesmo” e do contexto. Portanto, uma questão emerge: que narrativas construir?

Uma psicoterapia, imbuída de uma tradição hermenêutica, implica na abertura a novos significados, no abandono de uma meta-narrativa paradigmática



supra-ordenadora de sentidos. Saber de antemão, seja a partir de uma teoria, seja a partir de um diagnóstico, é reduzir a compreensão a um nível tão abstrato, que passa por cima da índole intersubjetiva, única e singular da interpretação naquela interação e contexto.

Toda ação social pode ser concebida como o resultado de uma interação em um sistema de indivíduos que atuam, ajustando e conectando seu comportamento, em relação a si mesmos e aos demais, mediante um processo hermenêutico de interpretação de si mesmos, ou seja, através da construção da narrativa humana. O mesmo vale para a conjugalidade, que pode ser vista como a construção de uma relação psicossocial, na qual as interações constroem e mantêm o contexto intersubjetivo em que as subjetividades se interpolam.

A formação do contexto sócio-cultural da conjugalidade parte do potencial da dimensão biológica, mas a ultrapassa, criando um espaço de construção de significados narrados em histórias. Vivemos, uns com os outros, vidas narradas. Hoje a pressão social – o estigma do divórcio, o fato de a mulher depender economicamente do marido, etc. – que antes mantinha os casais unidos, não é mais o “alicerce” do casamento. Novas narrativas serão necessárias para a construção das novas formas de conjugalidade. E espaços de construção são demandados em especial na clínica de casais. Não cabe no contexto, dentro de uma perspectiva construcionista social, prescrever quais significados podem ou devem estar presentes em uma relação conjugal. Mas por outro lado, somos convidados a participar da co-construção, intervindo em pautas de interação, que muitas vezes se traduzem em relações disfuncionais ou inconsistentes. A ação terapêutica deve orientar-se, consistentemente com o processo de “escrita” da história do casal. Como co-participar deste contexto, como se posicionar nele, é uma questão fundamental. A compreensão da mudança da relação conjugal como um processo de construção terapêutica de significados mais ricos e consistentes com a experiência subjetiva de cada um, convida-nos a avaliar a construção e desconstrução da conjugalidade como foco.

Intervenções terapêuticas devem ser consistentes com o processo de mudança na relação conjugal, assim possibilitando espaços para novas formas de subjetividade. Temos aí, então, um bom motivo para acreditar, como Goleman (1998) que serão as forças dos sentimentos que determinarão a sobrevivência do

laço conjugal. Como psicoterapeutas de casal, esta crença deve permear nossa prática diária, não podendo deixar de estar presente na nossa intenção e na nossa compreensão. Contudo, como compreender o processo de mudança na conjugalidade e que intervenções realizar? Estas questões nos convidam a examinar os marcadores e preditores da construção e desconstrução da conjugalidade em relação, tanto com o processo de mudança como com formas de construção de subjetividades e significados.

## Construindo um modelo para terapia de casal

A atividade clínica conduz à compreensão da enorme importância que os cônjuges dão a suas relações afetivas, descrevendo-as mesmo como definidoras de grande parte de sua auto-estima e bem-estar, com um profundo impacto em suas questões pessoais, na construção de suas subjetividades e de si-mesmos.

Assim, a Psicoterapia de Casal é um entrecruzar de questões humanas que envolvem a construção da subjetividade dos participantes no encontro terapêutico, no qual o emocionar e o interagir são salientes e, em última instância, o que realmente importa.

Nessa situação, parece fundamental explorar e compreender as relações entre o emocionar, o dialogar, o interagir e a construção de significados emocionados e seu impacto na subjetividade. Estes aspectos refletem a complexidade do encontro terapêutico e do ser cônjuge, como relações sociais e espaço para construções do si-mesmo. Sinteticamente alguns pontos se ressaltam como pivotaes para uma prática da Terapia de Casal.

A conjugalidade guarda possibilidades de grande riqueza teórica ao ser pensada sistemicamente, mostrando novas facetas à medida que a complexidade de construção do observador modifica-se, revelando, desde uma análise sistêmica ancorada na primeira cibernética, uma descrição da conjugalidade como uma interação em andamento, até a abordagem do terapeuta como co-construtor social do sistema conjugal.

A conjugalidade pode, portanto, ser vista desde o ponto de padrões interacionais em andamento, com um desenvolvimento previsível possível, ou como um sistema de produção de subjetividades e sentido aberto. As diversas descrições possíveis enriquecem tanto a compreensão da conjugalidade como abrem possibilidades terapêuticas múltiplas. Nesse sentido a conjugalidade não se dá no vazio, mas em um contexto psicossocial no qual se cruzam diversas instâncias que constroem a experiência única de cada relação. No entanto, esta relação revela, mesmo na insatisfação, a emocionalidade do viver humano mais do

que qualquer outra. A compreensão e valorização do emocional na relação conjugal indicam algo da experiência do humano como aponta Maturana (1997):

É o modo de vida homídeo que torna possível a linguagem, e é o amor como a emoção que constitui o espaço de ações em que se dá o modo de viver homídeo, a emoção central na história evolutiva que nos dá origem. (p. 174).

Neste espaço de construção emocionada se dá a produção de subjetividades, que por outro lado é resultado do entrelaçamento destas. As relações humanas produzem e são produzidas pela criação contínua de atos emocionados subjetivos. Assim, a relação com um outro emocionalmente significativo é uma expressão da construção subjetiva do sujeito e, ao mesmo tempo, constrói o “si-mesmo” que se expressa em um processo recursivo, mas aberto.

Essa abertura implica que a conjugalidade realiza-se em um espaço social construído e construtor de significações emocionadas e sentido, no qual múltiplos contextos entrecruzam-se propondo, muitas vezes, pautas de ação conflitantes e antagônicas (Pearce, 1994, 2002).

O encontro psicoterapêutico é um lugar de desconstrução, reconstrução, e construção de novos atos, relatos e interações emocionadas como produto e produzindo subjetividades, incluindo o terapeuta como ator da cena terapêutica. Essa produção se realiza no campo da linguagem ou do languagear que se realiza em um espaço dialógico com foco na facilitação dos processos auto-organizadores. Mas também é de produção de compreensões e de distinções entre processos e ações, e o que convida a responsabilidade de co-construção distintiva da repetição limitante.

Cabe agora explicitar o enquadre no qual estas posições revelam seu sentido, desenvolvendo suas implicações recursivamente.

## 6.1

### **Construtivismo: contribuições para um enquadre**

O termo construtivismo, em um sentido mais amplo, descreve um conjunto de abordagens, que apontam para o conhecimento como uma construção. Serão discriminados epistemologicamente, no correr do texto, suas variantes mais

significativas e influentes no campo da Terapia de Família e Casal: o Construtivismo Radical e o Construcionismo Social (Grandesso, 2000).

A ruptura epistemológica instaurada com as críticas às pretensões da modernidade de atingir um conhecimento representacional, com a objetividade como meta metodológica e uma irrelevância do observador, revelou-se na crítica da linguagem como representação, e na crítica do conhecimento como espelho do mundo (Neubern, 2002; Pearce 1994; Von Glasersfeld, 1991, 1994; Von Forster, 1994, Watzlawick, 1981).

A percepção dessa ruptura, no pensamento moderno, pode ser considerada como tendo início na chamada crise dos fundamentos da Matemática que, retrospectivamente, indicou um limite do paradigma newtoniano-cartesiano. Este implicava, a priori, que a Matemática era a linguagem do universo, como afirmava Galileu Galilei “*a Matemática é o alfabeto com que Deus escreveu o universo*”, e a matematização a linguagem de descrição objetiva da realidade, derivando daí a busca de matematização de todas as ciências como ideal de descrição fundacional ontológica da modernidade (Davis e Hersh, 1985).

A crise dos fundamentos da Matemática instalou-se com surgimento de geometrias não-euclidianas, como as de Riemann e Lobachevsk que, para surpresa dos matemáticos de então, revelaram-se consistentes. Rompia-se, assim, a suposição da colagem entre a Matemática e o universo, entre a geometria euclidiana e o espaço tridimensional e dos fundamentos da matemática na geometria (Davis e Hersh, 1985).

De tal ruptura surgiram algumas das maiores contribuições do pensamento do fim do século XIX e início do século XX, como tentativas de elucidar a questão e restabelecer os fundamentos da Matemática. Contribuições como o Logicismo de Russel, que resultou na Teoria dos Tipos Lógicos, o Teorema de Godel, a Máquina de Turing, a Fenomenologia, o Construtivismo, entre muitos outros. Esta crise paradigmática atingiu, primeiramente, as Ciências Exatas e só após a metade do século XX, as demais ciências que, até então, permaneciam ligadas à abordagem newtoniano-cartesiana (Kuhn, 1975; Capra, 1985; Davis e Hersh, 1985).

Tais contribuições continuaram durante o século XX centrando-se na questão da linguagem, do conhecimento, e da sociologia da construção do sujeito.

É dentro desta vertente que encontramos a emergência das visões construtivistas em suas muitas vertentes (Wilbur, 2000; Grandesso, 2000).

### 6.1.1

#### Antecedentes

No limite deste trabalho pretende-se apenas delinear o contexto de surgimento da perspectiva construtivista, considerando a diversidade de recortes e de ênfase que diversos autores construtivistas fazem ao apontarem seus antecedentes. Assim, as considerações de Von Glasersfeld (1991, 1994, 1996a) Hernandez (1995) e Grandesso (2000) serão tomadas como referência de um recorte possível, uma construção de um enquadre não exaustivo.

Hilary Putnam (em Von Glasersfeld, 1994) observou: “*dos pré-socráticos até Kant, não há nenhum filósofo que não tenha sido em seus princípios elementares, irreduzíveis, um realista metafísico*”. (p. 26). Mesmo que as diferentes escolas de filosofia tenham divergido sobre o que existe ou, como saber sobre o que existe, todas estavam de acordo em vincular o conhecimento a uma realidade objetiva. Realista metafísico é, portanto, aquele sujeito que vincula a verdade à noção de correspondência à realidade independente e objetiva.

Apesar da tese kantiana de que a mente não descobre as leis da natureza, mas as impõe a si, grande parte da ciência é feita, ainda hoje, como se descobríssemos leis ocultas, lançando luz e alargando o horizonte do conhecimento humano em um espelhamento do universo (Rorty, 1997). Tal posição é compreensível uma vez que a tradição pré-kantiana era, e é, demasiado sedutora, próxima ao senso comum.

Assim, os empiristas críticos como Locke, Hume, os Mills e vários empiristas lógicos do presente século localizaram a fonte do conhecimento (como representação mental) nos eventos do mundo “real”. Portanto, o conhecimento deveria copiar os contornos deste mundo (Gergen, 1985).

Em contraste, filósofos como Espinosa, Kant, Nietzsche e vários fenomenologistas tenderam a adotar uma perspectiva endógena quanto às origens do conhecimento. Neste caso, o conhecimento depende de processos internos ao organismo, considerando que os humanos apresentariam tendências inatas a

pensar, categorizar, processar informações, e que estas (ao invés das categorias do mundo em si-mesmo) é que seriam de importância capital na configuração do conhecimento (Gergen, 1985).

Na perspectiva construtivista, de outro modo, o conhecimento não corresponde, ele apenas se encaixa. No entanto, é importante ressaltar que:

... o princípio fundamental da teoria do conhecimento construtivista radical coincide com o preceito básico do evolucionismo: da mesma forma como o meio impõe limitações aos seres vivos (estruturas orgânicas) e elimina as variantes que transgridem as possibilidades de vida dentro do espaço, assim limitado, assim também o mundo da experiência quer se trate da experiência cotidiana quer da experiência laboratorial constitui a pedra de toque para nossas idéias (estruturas cognitivas) (Von Glasersfeld, 1994, p. 28).

Isto significa que a realidade não indica qual conhecimento é o mais “apto” ou verdadeiro, mas apenas rejeita as impossibilidades. O construtivismo, portanto, desenvolve-se ancorado em uma teoria do conhecimento, na qual este não se refere a uma realidade ontológica objetiva, mas exclusivamente ao ordenamento e a organização de um mundo constituído por nossas experiências. Para o construtivismo: *“a inteligência organiza o mundo organizando-se a si-mesma”* (Piaget, 1937, p. 311).

Quanto à questão fundamental de como a cognição pode se relacionar com o mundo ontológico, situado para além da nossa experiência, a posição de Piaget, indiscutivelmente um construtivista, revela uma certa ambigüidade (Von Glasersfeld, 1994a). E, certamente, ele não é o único. Campbell (1974) afirma em sua conclusão que a epistemologia evolutiva, proposta por Karl Popper e ele mesmo, seria amplamente compatível com a defesa das metas de realismo e objetividade na ciência. No entanto, ele mesmo aponta que:

A questão passível de controvérsia é a inclusão conceitual do mundo real, definindo-se o problema do conhecimento como encaixe de dados e teoria com este mundo real (Campbell, 1974, p. 56).

Críticos como Skagestad (1978) e Von Glasersfeld (1994, 1991) sugerem no entanto que a teoria da epistemologia evolutiva caminha na direção oposta, revelando a impossibilidade de um realismo epistemológico.

As dúvidas sobre a correspondência entre conhecimento e a realidade ocorrem desde Xenofanes, um dos primeiros pré-socráticos, para quem:

Nenhum homem viu ou haverá alguém que conheça sobre os deuses e acerca de tudo o que eu digo; pois ainda que no máximo acontecesse dizer que é perfeito, ele próprio não saberia: a respeito de tudo existe uma opinião. (Em Von Glasersfeld, 1994 p. 32).

Ou então, desde Sexto Empírico que se perguntava sobre a irrespondível pergunta de se, ou em que medida, toda imagem, como de uma maçã, que nossos sentidos nos transmitem, pode corresponder à realidade objetiva. Esta pergunta, ainda hoje, constitui o cerne de toda teoria do conhecimento. A pergunta não tem resposta pois, como argumentou Sexto Empírico, poderíamos no máximo comparar nossas percepções, mas jamais nossas percepções com a maçã em si mesma (Von Glasersfeld, 1994).

Kant apresentou outro argumento ainda mais perturbador sobre a questão, ao declarar as percepções da realidade como campo de fenômenos ao considerar o tempo e o espaço como aspectos apriorísticos de nosso modo de experimentar. Estava, assim, minada toda possibilidade de confiabilidade *a priori* de nossos sentidos e de nossa racionalidade para compreensão do mundo em que vivemos (Von Glasersfeld, 1996b). Dessa maneira, colocava-se, alternativamente, outra pergunta: Como se explica que possamos buscar e, ainda, encontrar uma estrutura no nosso mundo da experiência, quando tal estrutura não pode ser derivada da realidade? Esta é a questão fundamental ao redor da qual o construtivismo, em suas várias vertentes, se articulou para dar uma resposta.

Talvez o primeiro filósofo que tenha elaborado uma proposição construtivista para o conhecimento tenha sido Vico, em 1710, ao propor que:

Assim como a verdade de Deus é o que Deus chega a conhecer ao criar e organizar, a verdade humana é o que o homem chega a conhecer ao construir, formulando-o por suas ações. Por isso a ciência é o conhecimento das origens, das formas e do modo como foram feitas as coisas. (Em Von Glasersfeld, 1994, p. 33)

Vico, ao focar o aspecto operacional do conhecimento antecipou o afirmativo construtivista do século XX, em outro contexto, ao afirmar que o “*Verum ipsum factum*”, isto é, ao sugerir que o verdadeiro e o feito são a mesma coisa.



Sintetizando o pensamento de Vico, a construção do conhecimento não se restringe pela meta de corresponder a uma realidade objetiva, que não pode ser nem experimentada e nem conhecida, mas pelas restrições nas condições provenientes do material utilizado, o qual, seja concreto ou abstrato, é decorrência sempre dos resultados de uma construção anterior. Com esta idéia de conformidade dentro de certas restrições, Vico antecipou o conceito de viabilidade, central para teoria do conhecimento construtivista.

Diversos outros autores são associados à evolução do pensamento construtivista com especial ênfase nos pragmatistas, sobretudo William James, John Dewey, e Georg Hebert Mead. Também Wittgenstein, em seu último período, em sua abordagem dos jogos da linguagem e, em perspectiva, de que as regras não são algo diferenciado da própria atividade, é apontado como crítico de concepções realistas ou racionalistas (Pearce, 1996).

Mas, apenas no final do século XIX e início do século XX é que o construtivismo expressou-se na jovem ciência da Psicologia.

Sánchez, Fernández e Loy (1995, 1993) consideram três psicólogos como precursores do Construtivismo em Psicologia: Wundt, em sua tentativa de relacionar o experimental-racional-objetivo com o psicológico-experiencial; Baldwin e sua Psicobiología Genética; e Helmholtz, que propôs as sensações como formas à *priori*, e assim defendeu a natureza das intuições kantianas como construções funcionais subjacentes, deslocando empiricamente a transcendência kantiana do sujeito, para a noção de um sujeito que se faz e intui.

O conceito de função demonstra-se também essencial ao construtivismo, e Sanches et al (1993) apontam a relação antecedente do conceito de função psicológica na obra de Wundt, William James, Bain, e Baldwin. Este último incorpora e desenvolve esse conceito, ao criticar aspectos dos conceitos de Wundt e William James. Assim, Baldwin adota a síntese wundtiana, mas critica seu idealismo centrado nos conceitos de apercepção e experiência. Afirma assim a relação mente –evolução de William James, mas critica seu dualismo e conceito de atenção. Adota o princípio de excesso motor de Bain, mas refuta o seu empirismo residual, introduzido a partir do seu conceito de “movimento espontâneo”.

Deste modo, Baldwin propõe o conceito de “Reação Circular” que se torna o centro de sua Psicologia Genética Construtiva e de sua proposta de reinterpretação da Seleção Natural como Seleção Orgânica.

Já no século XX, Martorelli (1998) aponta a teoria dos Construtos Pessoais de Kelly (1955) como primeira síntese do pensamento Construtivista, com profundas implicações tanto para psicologia social como para psicoterapia, inaugurando um novo paradigma sócio-cognitivo (Hernandez, 1995).

A abordagem piagetiana também se configura de capital importância, ao propor o sujeito como produtor ativo do conhecimento. Piaget, que foi um dos alunos de Baldwin, desenvolveu uma teoria completa da cognição e do desenvolvimento cognitivo de cunho construtivista. Ao longo de suas obras Piaget reiterou que a cognição era uma atividade adaptativa de organização do sujeito, de construção de sua estrutura (Piaget, 1937).

Von Glasersfeld (1994) aponta ainda a contribuição da cibernética no surgimento da abordagem construtivista, bem como os trabalhos seminais de Shannon e Weaver (1949) sobre a Teoria da Comunicação, desenvolvendo as teorias de auto-regulação e auto-organização nas versões da primeira e segunda cibernética (Esteves-Vasconcelos, 1993, 1995).

Pela perspectiva da cibernética, os sistemas autoregulados são sistemas fechados do ponto de vista da informação. De acordo com Shannon e Weaver (1949), dentro de sua Teoria da Informação, o significado dentro da rede de comunicação nunca é transmitido entre o emissor e receptor, mas apenas os sinais. Todavia os sinais só podem ser considerados como sinais, e não como ruído, se houver como reconhecê-los e decodificá-los e, para tanto, é preciso conhecer o significado a princípio. Assim, o conhecimento só é passível de ser transmitido se houver uma co-participação e coordenação anterior.

Pearce (1996) aponta a importância de Bateson (1972), em seu pensar criativo sobre a mente entrelaçada nas suas construções sistemicamente. E a contribuição de Von Bertalanffy (1977) em suas reflexões sobre sistemas.

O pensamento construtivista expandiu-se na segunda metade do século XX, após um longo intervalo no qual a visão realista e racionalista imperou, desdobrando-se em diferentes perspectivas (Grandesso, 2000).

### 6.1.2

#### Construtivismo ou construtivismos?

Sob o rótulo de construtivismo encontramos, mais do que uma escola, um movimento com muitos viéses, cuja principal característica é a afirmativa da interdependência entre o observador e o universo observado, e que vê o conhecimento como atividade construtiva do conhecedor.

Assim, ao propor uma teoria do conhecimento ativo, no qual a relação entre o conhecedor e objeto é não trivial, abandona-se toda pretensão de alcançar um conhecimento ontológico, propondo uma teoria do conhecimento como uma construção.

... o construtivismo lida com conhecer, não com ser... Como um construtivista eu nunca disse (nem mesmo poderia dizer) que não há um mundo ôntico, mas posso dizer que não podemos conhecê-lo. (Von Glasersfeld, 1991, p. 17).

Em sua forma mais radical o Construtivismo afirma não só a impossibilidade de conhecer o mundo, como também questionar que mesmo a afirmação de sua existência como certeza, que parece trivial para todos nós, não é possível, pois seria epistemologicamente uma afirmação ontológica (Watzlawick, 1994).

O conhecimento, assim concebido, organiza e é resultado da organização peculiar do observador. Tal posicionamento levou muitas vezes a afirmativas que confundem a dimensão ontológica e epistemológica do conceito de realidade. Como Mahoney (1991) quando afirma, em sua crítica ao Construtivismo Radical, que este “*coloca-se nas cercanias da posição clássica do idealismo ontológico, argumentando que não há nenhuma realidade (mesmo hipotética) além da experiência pessoal.*” (p. 11).

A realidade, para o construtivista, é inventada, como conhecimento criativo, que organiza e acopla o organismo, estruturalmente, ao mundo, no sentido epistêmico, mas não no ontológico. A posição do conhecimento como algo construído reforça a idéia de que jamais conheceremos a coisa em si-mesma, mas que podemos construir conhecimentos que nos organizam ao nos relacionar com o mundo. Assim, para Von Glaserfeld (1996) o construtivismo:

...não nega uma 'realidade' ontológica, meramente nega ao experimentador humano a possibilidade de obter dela uma representação verdadeira. O ser humano pode alcançar este mundo somente quando um modo de agir ou um modelo de pensar falham em alcançar uma meta desejada. (p. 30).

Essa posição tem curiosa ressonância com a posição Popperiana para o problema da indução, que propõe que nenhuma teoria pode ser provada como verdadeira, e que o máximo que se pode fazer para conhecer é refutar, dentro de critérios estabelecidos por uma comunidade de praticantes de uma dada ciência, hipóteses, propostas (Popper, 1972).

Na literatura encontramos visões alternativas do Construtivismo que se revelam na proliferação de rótulos, tais como: O Construtivismo Piagetiano (Piaget, 1937); O Construtivismo trivial que Von Glasersfeld (1994) opõe ao Construtivismo Radical (Watzlawick, 1994; Von Glasersfeld, 1994, 1996a); Construtivismo Crítico ou Psicológico (Mahoney, 1997); Construtivismo Social (Bruner, 1990, Mascolo, 1994); O Alternativismo Construtivismo de George Kelly e associados (Kelly, 1955); o Construtivismo Cultural (Wedge, 1996); Construtivismo Epistemológico e Construtivismo Hermenêutico (Chiarie e Nuzzo, 1996); O construtivismo Terapêutico (Miro, 1998); O Construcionismo Social (Gergen, 1998) e o Construcionismo Social Responsivo-Retórico (Shotter, 1997).

Todas essas versões apresentam discussões, na literatura, sobre diferenças, pertinências e, consistentemente com o pensamento pluralista pós-moderno, diálogos sobre as aproximações. Ultrapassaria muito o limite deste trabalho uma discussão pormenorizada da visão construtivista em toda a sua complexidade. Assim, destacarei alguns aspectos pertinentes ao tema, selecionando as aproximações entre o Construcionismo Social e Construtivismo Radical, que, em uma abordagem epistemológica consistente com o paradigma da complexidade, revela uma complementaridade em uma lógica disjuntiva (Morin, 1996b; Grandesso, 2000) e possui importante influência no campo da Psicoterapia de Família e Casal.

### 6.1.3

#### **Construtivismo radical e construcionismo social: diálogos**

A prática clínica de orientação sistêmica tem se caracterizado, nas últimas décadas, pela contribuição de críticas pós-modernas, do Construtivismo Radical e Construcionismo Social. Ambas as vertentes construtivistas são marcadas por pluralidades de posicionamentos e diferenças, mas, no entanto, mantêm centralidade em alguns pontos teóricos e epistemológicos consistentes com o pensamento pós-moderno.

Os proponentes da abordagem do Construcionismo Social tendem a diferenciá-la das outras vertentes construtivistas pela ênfase na construção social do conhecimento e na crítica ao centramento das outras propostas nos processos individuais de construção do conhecimento. O Construcionismo fundamenta-se em um modelo sociocultural de mente, de acordo com o proposto por Vigotsky (1996, 1984), que considerava que o funcionamento mental tem a sua origem nos processos sociais e não nos indivíduos isolados (Gergen, 1994),

Já o Construtivismo Radical assume como foco de discussão o processo de construção do indivíduo e de sua realidade como processo cognitivo ativo. Esse se fundamenta em uma visão cibernética, de primeira e segunda ordem, na biologia em especial nos estudos da cognição e nos estudos da linguagem (Von Glaserfeld, 1996a).

Uma melhor compreensão dessas propostas e sua possível complementaridade podem ser obtidas pela aproximação comparativa de ambas as abordagens em sua diferenciação de outras perspectivas fundacionais e, pela distinção entre ambas, nos seus enfoques metodológicos e epistemológicos. Embora diversos autores como Gergen (1994), Von Glasserfeld (1996b) ou Pearce (1996) apontem diferenças entre estas perspectivas, muitos pontos em comum unem ambas as abordagens. Esta parece ser uma das razões, além de seus antecedentes filosóficos comuns, para autores como Hernandez (1995), em sua revisão, afirmarem a inexistência de real diferença entre elas.

De fato, as duas as perspectivas desafiam a existência epistemológica de um conhecimento ontológico possível de um mundo real. Ambas justificam essa posição como uma decorrência lógica da construção do conhecimento, implicando

em uma crítica sobre as garantias fundacionais de uma ciência empírica. Isto não significa o descarte de métodos empíricos, pois de fato, autores tanto construtivistas como construcionistas citam estudos com métodos experimentais e os utilizam. Contudo, ressaltam o cuidado de apontar os limites interpretativos e consensuais dos resultados obtidos, reveladores, não apenas do que se estuda, mas também, de quem conhece e da rede social onde este conhecimento é produzido (Watzlawick, 1981; Von Foster 1960, 1994; Von Glasserfeld, 1991, 1994, 1996a; Gergen, 1985).

Do ponto de vista metodológico, existe uma compatibilidade entre essas abordagens na medida em que elas focam o construir do mundo como experiência e não o mundo em si-mesmo no sentido ontológico (Pakman, 1997):

Assim tanto o Construtivismo Radical quanto o Construcionismo Social, antes de dizerem como o mundo é, apontam para como o mundo pode parecer quando trabalhamos com ele. (Grandesso , 2000, p. 97).

Epistemologicamente apontam para o conhecimento como algo criado a partir das distinções do observador, e para a experiência da realidade como construção. Deste modo, desafiam a visão tradicional da mente individual como espelho da natureza ou da realidade, tornando impensável qualquer pretensão de objetividade no sentido ontológico. Desta forma, elas afirmam a inadequação de se abordar a linguagem como observação icônica do mundo, desenvolvendo uma postura pragmática (Rorty, 1979).

A noção de reflexividade e auto-referência na construção do conhecimento introduz um enlaçamento recursivo entre o conhecedor, o conhecimento e o objeto. Todos os métodos derivados da ciência clássica, que não levam em consideração seus próprios efeitos na construção tanto do conhecimento quanto do objeto de estudo, são questionados em suas pretensões (Von Glaserfeld, 1996; Gergen, 1994).

Pakman (1997) considera que o Construtivismo Radical e o Construcionismo Social compartilham de um mesmo território, pelo fato de promoverem a reflexão sobre nós mesmos, os conhecedores, como parte das observações que fazemos. No Construtivismo Radical este foco é mais intenso nas operações de construção, e no Construcionismo Social, à medida que suas raízes

derivam do pensamento crítico social, cultural e político, na necessidade constante de questionamento de nosso próprio viés.

Apesar de possuírem uma base comum, que se reflete em diversos aspectos das produções dos autores de ambos os movimentos, ainda assim existem distinções apontadas por diversos autores como Gergen (1994), Von Glaserfeld (1994), Pearce (1994), entre outros.

Por outro lado, as divergências fundamentais entre o Construtivismo Radical e o Construcionismo Social organizam-se em torno de alguns pontos. O Construtivismo Radical, ao abordar o mundo como uma construção mental, não seria compatível com uma perspectiva eminentemente social de mundo através das práticas discursivas, como proposto pelo Construcionismo Social. Isto se daria por que o Construtivismo Radical enfatizaria como o indivíduo biológico e psicológico constrói sua experiência, enquanto que o Construcionismo Social ressalta as práticas sociais de intercâmbio entre as pessoas.

Assim, para os construcionistas sociais, termos referentes ao mundo e à mente são contingentes e constituintes de uma prática discursiva, e, como parte da linguagem, sujeitos à contestação e negociação. Para os construtivistas, por outro lado, a cognição e suas operações cumprem uma função adaptativa, servindo para organizar a experiência, e sendo o cerne da própria experiência.

Portanto, os construtivistas radicais vêm as idéias, lembranças e conceitos como produções do indivíduo, decorrentes do seu operar no mundo, enquanto que os construcionistas sociais os entendem como provindas do intercâmbio social. Gergen (1994) associa o Construtivismo Radical à tradição ocidental do individualismo, na medida em que localiza no indivíduo os processos intrínsecos, enquanto afirma que o Construcionismo Social vincula as fontes de ação humana aos relacionamentos sociais, tornando a compreensão do funcionamento individual um aspecto do intercâmbio comum.

Embora o Construtivismo Radical associe-se a teorias que defendam a proposição de uma base social para a vida mental, apoiados por autores como Vygotsky (1996, 1984), o Construcionismo Social privilegia o processo microssocial compreendendo a ação humana a partir da esfera social.

Outra importante distinção pode ser feita na medida que o Construcionismo Social considera os processos psicológicos como construções históricas e

culturalmente contingentes. Enquanto que o Construtivismo Radical tende a considerar a experiência privada, o Construcionismo Social aborda o discurso sobre a experiência ressaltando as conseqüências sociais deste discurso em termos de supressão ou sustentação de diferentes formas de vida a partir deste discurso.

Mas esta distinção não possui, contudo, consenso. Neimeyer (1997) e Chiarie e Nuzzo (1996) enfatizam a distinção entre papel do indivíduo ou das convenções lingüísticas e sociais como um marcador de diferenças dentro dos construtivismos. A oposição básica entre o Construcionismo Social e Construtivismo Radical parece se dar, portanto, ao redor da construção do conhecimento centrada no indivíduo ou nas relações sociais.

Neimeyer (1997) nota que esta oposição revela mais do que uma questão de inflexão relativa, revelando questões mais fundamentais como natureza do si-mesmo e do *locus* do significado. Em sua análise, o autor nota uma diversidade de posições em relação ao si-mesmo, desde um extremo de uma individualidade idiossincrática, em uma psicologia “si-mesmo-centrada”, como em Guidano (1994), até outro extremo de dissolução de qualquer individualidade como entidade soberana e unitária, como em Sampson (1994).

Já no campo do *locus* de significado, outra tensão surge entre a predicação individual e o campo da linguagem comum, que teria implicações diretas com a prática clínica. Pois, defende Neimeyer (1997, 1994), a primeira posição, que se associa ao Construtivismo Radical, convidaria a intervenções mais reflexivas enquanto que a segunda, mais próxima ao Construcionista Social, colocaria ênfase em aspectos conversacionais.

Grandesso (2000) aponta que embora teoricamente esta distinção seja apreciável, não parece se dar na prática clínica, pois ambos os aspectos estão presentes na prática dialógica característica do Construtivismo Psicológico, em sua acepção mais ampla. É importante enfatizar que Neimeyer (1997) reconhece este ponto, ao postular uma integração progressiva de tradições que possuem uma epistemologia subjacente similar e complementar no campo da técnica terapêutica.

Cabe, no entanto, assinalar que tanto as diferenças como as similitudes no campo são indicativas de uma tensão de significados que poderia articular-se em um nível epistemologicamente integrador.



Mascolo, Pollacke e Fischer (1997) notam que o Construtivismo, enquanto movimento mais amplo, tem sido questionado, ao enfatizar que o significado é criado ativamente por meio da atividade mental auto-regulada, despertando críticas tanto de autores que se identificam com uma posição sociocultural como de autores com uma posição nativista. Os primeiros, por proporem a construção do significado como decorrente da atividade sociocultural, e os segundos por defenderem um inatismo das funções mentais. Mascolo et al (1997) consideram que estas críticas revelam uma tendência a uma dicotomia no pensamento construtivista e propõe uma abordagem que chamam de Sistemas Epigenéticos. Nestes, os indivíduos funcionariam como sistemas auto-organizados, que interagem com outros sistemas auto-organizados dentro de um sistema mais amplo de relações organismo-ambiente. Essa tentativa de solução teórica reflete a necessidade de integração das construções sociais e organização pessoal.

Uma tentativa de articulação entre as perspectivas Construcionista Radical e Construcionista Social é a sistematização proposta por Chiarie e Nuzzo (1996), que compararam os construtivismos psicológicos, sistematizando definições de diferentes autores, ao estabelecer uma distinção meta-teórica, adotando como critério a relação ente conhecimento e realidade.

Certas diferenciações não são consideradas, pelas autoras, como muito úteis, uma vez que se mostram muito amplas, como, por exemplo, o critério de participação pró-ativa, proposto por Mahoney (1991). Muitas abordagens, que os seus autores jamais se referiram a elas como construtivistas, caberiam neste critério, como a Psicanálise Heterodoxa de Adler, a Psicologia Analítica Junguiana, as Psicologias Humanistas e Existenciais, entre outras.

De fato, seriam, de acordo com Chiarie e Nuzzo (1996), poucas as abordagens que definiriam o indivíduo como explicitamente reativo. Duas razões ainda são apontadas pelas autoras como maiores dificuldades no estabelecimento de diferenciações e sistematizações em diferentes trabalhos. Primeiramente o critério de distinção escolhido pelos diferentes autores para diferenciar as abordagens, e em segundo lugar, a má compreensão de um autor em relação à abordagem de outro. Elas consideram, por outro lado, que certas dimensões parecem ser mais relevantes para a diferenciação, tais como os discriminantes de reflexividade, de Steier (1991), da afetividade inata ou construída de Armon-Jones

(citado pelas autoras), e de pertencimento de um objeto de construção ao sujeito construtor de Soffer (citado pelas autoras).

De sua análise Chiarie e Nuzzo (1996) propõem a distinção de um Construcionismo Epistemológico, que incluiria as vertentes do Construtivismo Radical, e Crítico entre outros e, um Construtivismo Hermenêutico que incluiria o Construcionismo Social em suas várias vertentes.

O primeiro grupo se caracterizaria pela ênfase no conhecimento como construção ativa do indivíduo, e o segundo definiria o conhecimento como uma construção social historicamente determinada, gerada lingüisticamente e contextualizada. Estes dois grupos constituiriam o Construcionismo Psicológico, sendo as abordagens Hermenêuticas distintas das Epistemológicas por enfatizarem o conhecimento como uma produção cognitiva e individual.

Grandesso (2000) considera que esta tentativa configura-se mais como uma busca de sistematização de diversas perspectivas, que em conjunto, Chiarie e Nuzzo (1996) chamam de Construtivismo Psicológico. Assim, embora seja importante a demarcação de distinções, essas autoras acabam contribuindo para a criação de uma maior diferenciação entre as perspectivas do que para um campo epistêmico de articulação.

Para Grandesso (2000), o Construtivismo Radical e Construcionismo Social poderiam encontrar uma articulação epistemológica mais consistente dentro do quadro de referência do pensamento pós-moderno, garantindo uma grade de interface comum, o que permitiria o uso articulado de ambas as abordagens. Este quadro coloca em relêvo as convergências epistemológicas, já explicitadas, como critério a produção do conhecimento, não mais fundamentado em uma lógica de correspondência fundacional ontológica, mas em uma concepção de produção. Assim, o critério distintivo do valor conhecimento deixa de “se corresponder ao real”, para “se me organiza para lidar com o campo de articulações que constroí”.

Outro quadro referente de importância para a compreensão desta articulação é a epistemologia da complexidade, representada por Morin (1995, 1997), que oferece outro sistema de inteligibilidade. Nesta perspectiva, a abordagem dentro de uma lógica disjuntiva entre o individual e o social implica em uma redução própria do paradigma da simplificação, um dos focos de crítica tanto do Construtivismo Radical como do Construcionismo Social.

Para Morin (1995, 1997), vivemos um espaço onde construímos conhecimentos disjuntivos que aparentemente nos levam a diferentes campos, porém, existe uma profunda lógica e raiz comum entre conhecimento, cultura e sociedade. O conhecimento do indivíduo organiza-se tanto ao redor de sua memória biológica como da cultura, para que ele possa constituir-se como autor de sua própria memória. Assim, o conhecimento é, em Morim (1998), coordenado:

... por dois sistemas polilógicos, complexos, sendo que um é biocerebral e o outro sociocultural, cada um destes complexos abrange instâncias complementares, concorrentes e antagônicas. (p. 74).

Podemos, então, considerar que na atividade cognitiva ocorre um processo dialógico entre duas polilógicas: a biológica e a sociocultural. Portanto, ambos os aspectos concorrem para a construção da linguagem, do social, da lógica, da memória e do raciocínio. Este encontro revela que o mais elementar conhecimento está inexoravelmente marcado pela confluência do encontro destas polilógicas, que Morim (1998) chama de bioantropopsicocerebral.

Desse modo, podemos compreender que todo conhecimento ou experiência individual tem sempre uma dimensão social, expressado por sujeitos que são os cruzamentos destes discursos polilógicos. Essas observações têm profundas implicações tanto para a Psicologia como a Psicoterapia. Pois, na prática clínica, somos confrontados com situações nas quais sujeitos singulares constroem suas narrativas, definem sua subjetividade nos contextos sociais peculiares de sua existência.

Isto implica que, enquanto terapeutas, interagimos com nossos clientes, dentro de um contexto social que é singular a cada encontro, estabelecendo distinções, ancoradas em nossas próprias narrativas, construindo compreensão de seus dramas particulares e das vozes canônicas que dirigem suas narrativas. Neste sentido, a prática da psicoterapia, definida como uma prática social, prioriza o indivíduo singular no contexto social em que vive.

## 6.2

### Contribuições para um modelo de terapia de casal

Quais são as implicações para a prática psicoterapêutica de um enfoque Construtivista Radical ou Construcionista Social? E para a Psicoterapia de Casal?

As reflexões sobre a constituição do sujeito e a construção do significado convidam a abordagens e técnicas que diferem muito de intervenções mecanicistas, características da aderência ao paradigma newtoniano-cartesiano e que levam a uma lógica do reparo. Essas diferenças revelam-se tanto no aspecto teórico e técnico quanto na estética e ética da prática psicoterapêutica. Desta maneira, as técnicas terapêuticas perdem o significado de meios para a mudança e revelam-se como outros meios para a relação significativa com o outro.

A técnica, assim vista, deixa de pertencer ao terapeuta e se torna provocadora de novas relações, revelando o fundamental da situação terapêutica: o encontro de subjetividades em diálogo. Duncan Hubble, Miller, Coleman (1998) falam de técnicas como invenção, privilegiando os clientes como inventores.

Rapizo (1996), por outro lado, foca as técnicas como recursos de construção e não de instrução. Esta inclusive é uma das conseqüências da perspectiva de diálogo como construção, como espaço cuja epistemologia nega a possibilidade de transferência de informação e no qual ocorrem coordenações de coordenações através do languagear (Maturana, 1997). Alguns pontos revelam este novo enquadre.

A visão Construcionista Social implica que a terapia se dá na e por meio da linguagem como articulação entre sujeitos, que, em diferentes complexidades, criam e restringem a experiência existencial, oferecendo e limitando alternativas de construção de subjetividades.

Além de o espaço psicoterapêutico possuir uma validação consensual social quanto à sua primazia como campo de resolução de problemas e criação de alternativas, ele também oferece o desafio de produção de práticas dialógicas e produção de subjetividades. Torna-se assim de extrema relevância a criatividade dos terapeutas em desenvolver alternativas de intervenções viáveis, que viabilizem a produção do novo e do alternativo, principalmente oferecendo novos

contextos e possibilidades para experiências propiciadoras de transformação de significados.

Cada cliente, neste contexto, deve ser considerado único e suas contribuições originais devem ser trazidas e consideradas relevantes para o processo. Cabe ao cliente, em sua realidade construída, o direito de decidir pela interlocução com um outro, o terapeuta, que é sujeito de uma trajetória e de uma construção de distinções que o permitem dialogar criativamente no campo terapêutico. O diálogo terapêutico ocorre dentro do contexto de uma cultura, que permeia sua prática, mas ainda permanece como produção desta mesma prática, que pode fornecer alternativas a narrativas empobrecidas e limitadas.

Assim, nesta concepção da terapia como atividade na linguagem, a conversação dialógica define-se como contexto no qual a mudança ocorre, sendo os clientes e os psicoterapeutas parceiros conversacionais, acerca de temas definidos nas narrativas familiares, culturais, e pessoais, levando a construção de novas e ricas possibilidades (Anderson e Goolishian, 1992, 1996).

O diálogo terapêutico é, contudo não usual, levando à produção de novos significados que reescrevam a experiência vivida marcando novos enquadres produtores de sentido. Trata-se de uma relação dialógica que não termina enquanto produção do sujeito social, mas que atinge níveis de criação do novo na reconstrução de narrativas. Deve-se de produzir o novo e, não, produzir de novo, alterando tanto as expectativas futuras como o enquadre do já vivido. Essa alteração se dá no nível do significado emocionado. Assim, o diálogo, além de produzir novas relações sociais, criando contextos e narrativas, propicia o surgimento de experiências de articulação subjetiva e intersubjetiva.

A produção de novas formas de subjetividades ocorre na emergência de diálogos emocionados, estabilizadores de novos nexos relacionais que produzem novos padrões de se emocionar na relação e, por conseguinte, de se produzir narrativas mais ricas e fluidas. O terapeuta, na perspectiva construcionista, não se coloca como ponto arquimediano do outro, mas faz seus recortes na narrativa do cliente, ciente de que parte de suas pré-concepções e da forma como foi perturbado por esta narrativa, que implica tanto no que se diz como o que se mostra no languagear (Maturana, 1997).

Gergen e Kaye (1992) denominaram Conversação Generativa para o entrelaçar conversacional aberto para múltiplas maneiras de pontuar a experiência, deslocando em diferentes perspectivas, favorecendo a construção de novos significados organizadores da experiência. Estabelece-se, assim, uma coordenação ativa com o processo de coordenação do cliente, em um processo que, se bem sucedido, conduzirá a novas “*gestalts*”, abrindo novos significados emocionados, co-criando narrativas organizadoras da experiência. Mas se o processo terapêutico é um diálogo, o que o distingue de outros diálogos de outras circunstâncias de conversação e interação?

O campo da psicoterapia possui uma especificidade que se construiu como distinção social e que se revela, também, no discurso sobre eficácia psicoterapêutica, e esta parece estar, pelo menos em um contexto construtivista, na produção da reflexividade no diálogo.

Por reflexividade entende-se o processo de se voltar sobre a construção realizada, comparando diferentes viéses da mesma, para construir o novo e, não, de novo. Significa gerar novos significados, na ação do sujeito, emparelhando narrativas, ao se transgredir contextos separados na narrativa, introduzindo novos viéses e, enfim, perturbando o processo de construção, para recuperar retroativamente o que foi ruído, em um novo nível, como sinal, produtor de significados (Grandesso, 2000; Neubern, 2004; Atlan, 1977).

Nesse sentido, as diversas técnicas podem ser vistas como facilitadoras de processos reflexivos, seja no dialogar, seja no interagir, em alguma situação provocadora. São inúmeras as técnicas que perturbam os processos de repetição, restringindo a ação do sujeito, alterando o contexto, metaforizando, intensificando a reflexão sobre si-mesmo, enquanto construção de experiência, seja através da reflexão sobre a linguagem, seja com mudanças nas condições em que o sujeito vivencia-se convidando e provocando-o a agir de modo novo. Mesmo explorando as conseqüências pragmáticas de um determinado viés, em uma situação, pode-se alterar dramaticamente o enquadre no qual ela se sustenta (Neubern, 2004).

Diversas técnicas propõem facilitar os processos de autoria da construção de si-mesmo no contexto terapêutico, como a conversação externalizadora de White (1991, 1993), na qual, em um contexto de psicoterapia como narrativa, os problemas são externalizados, transformados no discurso de qualidades dos

envolvidos no problema para uma metáfora concreta que afeta a experiência do cliente. Esse, como ressalta Tomm (1994), não é um enquadramento estático, mas uma espécie de redefinição do problema, um processo de reconstrução da narrativa, abrindo espaço para novas construções, desconstruindo uma narrativa paralisadora e possibilitando a co-autoria. Outras formas de construir relações, na quais a reflexividade seja a tônica, são possíveis, mas cabe apontar o questionamento como recurso por excelência para reconstrução do significado.

Muito tem sido escrito sobre o questionamento terapêutico desde que o Grupo de Milão propôs o questionamento circular (Palazzoli, Boscolo, Cecchin e Prata, 1978). Mesmo considerando que as contribuições desse grupo contextualizaram-se em um momento de transição da primeira para a segunda cibernética, como se nota em seus escritos, a entrevista circular, calcada nos princípios de circularidade, neutralidade, hipotetização e estrategização, definia-se como um instrumento técnico do terapeuta para gerar mudanças conforme a teoria terapêutica (Hoffman, 1995; Grandesso 2000). Mas em suas reflexões, o Grupo de Milão já se perguntava sobre a possibilidade da mudança ocorrer como decorrência do próprio método de questionamento, como um efeito negentrópico.

Tomm (1987a, 1987b, 1987c) propôs uma resposta a essa questão. Fundamentado no modelo comunicacional de Pearce e Cronen (1980), distinguiu diferentes formas de questionamento, de acordo com a intenção do terapeuta e com a lógica de sua inquirição. Perguntas poderiam ser feitas segundo uma lógica linear ou circular, e a intenção poderia ser descritiva - neste caso o foco é uma mudança na orientação do terapeuta como participant -, ou interventiva, no qual o objetivo é a mudança nos clientes. Assim, arranjadas, Tomm (1987a, 1987b, 1987c) diferenciou questões investigativas lineares, cujo foco é o diagnóstico, e questões estratégicas lineares, cuja intenção é induzir uma mudança na direção que o terapeuta julga ser a melhor. Segundo a lógica circular, o autor diferenciou questões circulares, que convidariam a uma mudança no hipotetizar do terapeuta como proposto pelo Grupo de Milão. E ainda questões circulares reflexivas.

Tomm (1987a, 1987b, 1987c) sugeriu que mudanças nos significados ocorrem quando perguntas circulares reflexivas proporcionam uma mudança na rede de significados, que podem ser descritos como organizados hierarquicamente

em uma rede entrelaçada, através de um “*loop* inesperado”. Isto é, da interação reflexiva e conseqüente mudança de um nível na hierarquia da rede a partir de outro nível. Tal atividade resultava em uma alteração da organização hierárquica entre níveis de significados inerentes ao sistema de crenças.

As perguntas circulares reflexivas apenas iniciariam, quando bem sucedidas, processos de reorganização na rede de significados, sendo a direção da mudança imprevisível, pois decorreria da organização autopoietica dos próprios sistemas humanos. O uso terapêutico intencional de perguntas que proporcionam diferentes direções de diálogo, propiciam intervenções terapêuticas mais consistentes com a intencionalidade do terapeuta, revelando um princípio do interagir: a estrategização. Esta revela a atividade terapêutica no aspecto de decisão de qual rumo tomar no diálogo, de acordo com suas intenções e julgamento de qual rumo seria mais promissor (Tomm, 1987a).

Em seu aspecto circular reflexivo, esse modo de questionar torna-se uma intervenção terapêutica por si mesma. Os novos significados decorrentes surgem como uma produção própria e uma apropriação da experiência pelo cliente. Este modo de dialogar convida o terapeuta a assumir o não saber como prática ética, pois a única possibilidade aberta é a de produção da reflexividade e a de facilitação dos processos autopoieticos, sem determinar qual mudança ocorrerá. No entanto, ao interpelar o sistema de crenças do cliente de forma reflexiva, o próprio terapeuta, em sua subjetividade, torna-se parte da rede de conexões, sendo, muitas vezes, a mudança referente a ele também, mudando o seu modo de hipotetizar ou seus sistemas de valores e crenças.

Outros modos de questionar foram diferenciados por Freedman e Combs (1996), dentre muitos presentes na prática clínica, como pertinentes ao contexto dialógico terapêutico: as questões desconstrutivas, as de abertura de espaço, as sobre preferências, as de desenvolvimento de histórias e as sobre significado.

As questões desconstrutivas desafiam as crenças, as práticas as atitudes que levam à construção de narrativas dominantes, convidando a olhar as histórias a partir de um novo viés, devolvendo ao cliente a autoria de sua narrativa.

As questões de abertura de espaço dirigem-se para a abertura de conversação em tópicos e que poderiam explorar episódios inéditos, que contradigam ou refutem a narrativa limitada, oferecendo uma alternativa à



narrativa limitante. Já as questões sobre preferências convidam à avaliação dos significados alternativos, surgidos nas novas narrativas em relação às histórias problemáticas. No caso das questões de desenvolvimento de histórias, estas propiciam a re-autoria da narrativa das histórias vividas, contextualizando-as em um processo, esclarecendo detalhes, enriquecendo a narrativa de modo a propiciar uma nova compreensão das histórias contadas com inserção do novo, do negligenciado. E as questões sobre significado incitam à criação de novos significados por implicarem no languagear reflexivo dos significados emergentes a partir dos episódios singulares, direções e histórias preferidas.

O questionar ancora-se na noção de que as experiências vividas são muito mais ricas que as narrativas construídas. Novos sentidos podem emergir da confrontação com eventos não historiados. E mais, o sentido de histórias vividas como os das histórias futuras são coloridas pelas histórias presentes. Assim, boas perguntas abrem e mantêm abertas possibilidades de sentido. O sentido hermenêutico, no entanto, deve orientar o questionamento reflexivo ancorando-se no diálogo e não em supostos processos considerados *a priori*.

Outros processos reflexivos podem ser explorados no contexto terapêutico, como aliás, o são desde a década de 1950. Andersen (1987) parece ter sido o primeiro a explorar as conseqüências, em um contexto pós-moderno, de convidar clientes a assistirem às discussões da equipe terapêutica sobre a atuação da família e do terapeuta, após uma sessão de terapia de família. Esta intervenção estilhou o campo hierárquico de atendimento, com importantes conseqüências, ao introduzir uma lógica reflexiva e dialógica entre a equipe de atendimento e a família. Quando o terapeuta dialoga com a família ou com os clientes, em conjunto eles constroem o contexto a partir do qual os membros da equipe elaboram suas narrativas, assim como compreensões orientadas pelos seus sistemas de significados pré-existentes. E, quando a equipe de supervisão compartilha suas reflexões, estas passam a construir o contexto a partir do qual o terapeuta e os clientes construirão seus significados, partindo do contexto anterior surgido no diálogo terapêutico. Tal processo segue até que um *loop* inesperado ocorra (Pearce e Cronen, 1980; Pearce, 2004; Tomm, 1987<sup>a</sup>, 1987<sup>b</sup>, 1987<sup>c</sup>).

Grandesso (2000) considera que este salto na significação se dá favorecido pela diferença entre duas formas de diálogo. O primeiro, o diálogo externo, ocorre

quando qualquer parte do sistema envolve-se em um padrão conversacional. O segundo, o diálogo interno, realiza-se quando o sistema de observadores ou o sistema terapeuta/clientes encontra-se ouvindo silenciosamente. Enquanto o diálogo externo exige uma seqüência relacional entre os atos da fala, adequados ao contexto da conversação, o diálogo interno permite saltos entre níveis de significado do sistema de significados do ouvinte, de uma forma mais desengajada. Segundo Andersen (1997), a mudança ocorre quando a intuição, que seria *“um estado de estar aberto às respostas que vem de dentro de mim quando sou tocado pelo que vem de fora”* (p.117), propicia uma nova forma de construir o significado. O que torna possível os observadores participarem do processo reflexivo é a participação no diálogo, não só pelo que se ouve, mas também pelo que se vê nos gestos, expressões e na construção narrativa que cada um faz, no fluir conversacional no qual os outros parecem também estar imersos. Essa construção, contudo, não se dá no vazio, mas na contextualidade dos sistemas de significados no qual o terapeuta também participa.

O uso de processos reflexivos desdobra-se em diversas técnicas e possibilidades, das quais apenas algumas foram apontadas, mas dependem da criatividade e abertura de quem as pratica. A relação terapêutica torna-se, assim, essencial na construção do campo reflexivo, com especial atenção às questões ligadas à emocionalidade.

Importantes mudanças com respeito à teoria e às implicações para prática clínica surgiram com as noções de construção e construções sociais (Andersen e Gooliashian, 1988, 1996). O reconhecimento da impossibilidade fundacional de um critério de distinção universal para a prática psicoterapêutica foi acompanhado de um contexto conversacional mais livre, flexível, e aberto à polissemia das construções dos sujeitos em diálogo.

Este novo campo mais flexível exigiu uma nova crítica da prática hermenêutica, pois as construções que emergem de uma relação não se dão em uma ausência de critérios, como se construir implicasse o pensamento de que tudo vale. O terapeuta, neste contexto, engaja-se com seus clientes, buscando flexibilizar as narrativas dos clientes introduzindo novas linhas através de conversação externalizadora, questionamentos circulares, uso de metáforas, do

círculo hermenêutico em uma prática reflexiva facilitadora de processos auto-organizadores.

Esta nova forma de abordar, liberta de hipóteses justificadoras do fechamento diagnóstico, permite aos clientes avançar para novas formas produtoras de sentido. Isto não significa a ausência de critério de compreensão, mas que este não se dá de modo monológico, no qual só o terapeuta tem a dizer, mas na compreensão co-construída da realidade vivida em suas contingências, limitações, realizações e potenciais criadores.

Apesar destas contribuições serem significativas, correm os riscos de universalização como método terapêutico, devido a sua ênfase exclusiva sobre linguagem e o social. Assim, o foco no emocional pode emergir como uma contribuição significativa, pois abre espaço para novas abordagens.

Como um dos principais aspectos dos processos de construção de sentido, em um diálogo terapêutico, não é suficiente apenas identificar as emoções, nomeando-as com um viés cultural, mas compreender sua qualificação nas histórias vividas socialmente. Além disto, como as emoções não se esgotam na linguagem (Maturana, 1997; Martins, 2004; Neubern, 2004), revelam um processo complexo que requer compreensão e abordagens indiretas que forneçam diversos indicadores sobre formas de funcionamento e organização dos sujeitos: *“Isto permite que o terapeuta construa referências sobre suas possibilidades e impossibilidades de intervenção, a serem elaboradas segundo a singularidade do processo de seus pacientes”* (Neubern, 2004, p. 165).

Grandesso (2000) ressalta a narrativa como construção dos significados, do si-mesmo e como organizadora da experiência. Mas viver é mais do que narrar, como aponta a autora. Então, o que é que se organiza nas relações e discursos? Grandesso (2000) ao discutir as proposições de Maturana (1993) considera:

que nos humanos, no domínio de nossa corporeidade, vivemos nossa existência no contexto de nossas interações e relações. Neste sentido o que distinguimos como psíquico, mental, e espiritual define-se também nos espaços das relações. (p. 225).

Nessa abordagem da lógica biológica, o que podemos dizer do “emocionar” é que, como campo de distinção do observador, são as disposições corporais dinâmicas que especificam distintos domínios de ação e diferentes padrões de relação com os outros. Assim, para Maturana (1993), ao se mudar a emoção

muda-se o domínio da ação e aquilo que podemos aceitar como resposta possível, convidando a diferentes padrões de interação. Certas pautas de ação e interação tornam-se possíveis em certo emocionar e não outras. E mais, como todo domínio cognitivo no humano, para Maturana (1997, 1993), é emocionado, tornamo-nos capazes de certas compreensões e não outras, criando narrativas ou as repetindo conforme o padrão emocional predominante.

Contudo, o domínio do emocionar ancora-se não como uma fonte fundacional de uma pauta de ação específica, como se uma ação social estivesse determinada por uma emoção, mas implica em uma coordenação consensual de condutas que revela o aspecto social do emocionar (Neubern, 2004; Grandesso, 2000).

Maturana (1997) considera que o emocionar humano se dá tanto fora como dentro da linguagem. Portanto, mudanças inesperadas nas pautas de ação ocorrem sem que sejamos capazes de inferir em nosso discurso conceitual sua expressão, revelando a multidimensionalidade do emocionar.

Podemos compreender isto à medida que a multidimensionalidade do mundo relacional humano na linguagem dá origem a distintos domínios emocionais que não poderiam existir de outra maneira. Maturana (1997) distingue, portanto, como fenótipo ontogênico possível em nossa espécie esse emocionar consensual entrelaçado na linguagem, justaposto em nossa experiência com o emocionar consensual biológico não coordenado na linguagem.

Para Maturana (1993) a conversação é um conceito tão central que afirma que o “*o viver humano se dá, de fato, no conversar*” (p. 11). As emoções transformam-se no fluir do languagear, conceito que para o autor expressa o ato de estar em linguagem. Mas não se restringem ao ato de falar em si-mesmo, pois, de modo recíproco, ao mudar as emoções muda-se o languagear. Assim, para Maturana, o “emocionar” tanto produz quanto é produzido pelo languagear, revelando padrões de acoplamento estrutural e de organização. É importante, neste contexto, lembrar que para este autor conhecer é viver, significando que o ato de distinção como base epistemológica aparece nos diversos níveis da observação do estar vivo, inclusive no emocionar. Maturana (1997) considera, ainda, o “emocionar” como parte do padrão da organização que mantém o acoplamento estrutural do organismo. Assim, os padrões de acoplamento são

emocionais e tanto são produzidos como mantidos por uma organização, em um engajamento estrutural, como no caso da conjugalidade.

Por outro lado, as emoções podem ser consideradas como ações sociais que derivam seus significados de sua colocação dentro de rituais de relacionamento, como faz o Construcionismo Social. Gergen (1994) considera que o discurso emocional adquire seu significado pela forma como participa dos relacionamentos sociais e não por sua relação com um mundo interno. Sem o significado social da emoção, para este autor, reduziríamos a pessoa a um autômato, mesmo que pessoal, não humano.

Narrativas sobre as emoções têm se revelado em investigações antropológicas e históricas como contingentes, consistentemente com a posição do Construcionismo Social (Gergen, 1985, 1994). Quanto à inteligibilidade da emoção, Gergen considera que as performances emocionais só são compreensíveis dentro de um contexto de uma interação em andamento. Uma expressão emocional não se dá fora de um contexto socializado, e sem este contexto, não é compreensível. Portanto, as performances emocionais são consideradas constituintes de cadeias mais amplas de padrões de interação.

Assim, as narrativas podem ser consideradas, pela sua importância, como organizadoras de inteligibilidade para episódios, ações e relatos que ganham sentido no fluir social de uma relação. As ações individuais, mesmo que praticadas em isolamento físico, são cheias de significados e estão incorporadas em narrativas que preenchem o diálogo do indivíduo com o social que, lhe empresta sentido. Como tais, as expressões emocionais só ganham sentido quando apreendidas em uma seqüência particular de trocas no tempo.

Para Gergen (1994), o indivíduo singular é apenas intérprete de uma expressão emocional de um dado ato, dentro de um cenário relacional mais amplo e dentro de uma história cultural. E, ao viver múltiplos contextos, nos quais o emocionar de um pode ser contraditório ao outro, cria emocionalidades e narrativas que tentam inserir-se e responder a múltiplas dimensões, criando histórias cindidas e, muitas vezes, paradoxais.

Considerando a posição de Maturana (1993, 1997), a partir da distinção biológica da nossa espécie, ou de Gergen (1994), que enfatiza a dimensão relacional, abordar o emocionar significa considerar a narrativa emocionada como

foco de sentido. Narrativa contextualizada em que o outro, mais do que personagem, é ator criando um contexto para interpretação do vivido.

Superar a fragmentação que parece marcar o campo da Psicologia, considerando a complexidade da experiência, implica em apoiar-nos em teorias que considerem as dimensões bio-psico-antropo-social conforme a proposta de Morin (1996b). Só poderemos aceitar e reconhecer a condição humana se considerarmos os indivíduos como agentes autônomos. Autonomia, no entanto implica na conjunção apontada por Von Foster (1994) e retomada por Morin (1996a) do sujeito como sistema aberto que auto-organiza, mas em relação a um contexto e ambiente.

O si-mesmo nesse contexto apresenta-se, sem cair no solipsismo nem tampouco no niilismo, bem diferente da visão reificada fundacional da modernidade (Varela, 1994), como co-produtor das condições que o geram as narrativas de onde extrai sentido (Grandesso, 2000).

### 6.3

#### **Algumas implicações éticas e estéticas**

Um quadro referencial, como o proposto pelo construcionismo social e pelo construtivismo radical, tem implicações profundas para a experiência humana, sugerindo questões éticas e estéticas. Ao discutir essas implicações, Von Foster (1984, 1994) apontou dois imperativos que parecem emergir do quadro referencial do construtivismo radical. Um imperativo ético: atue de forma a sempre a fomentar o número de opções. E um imperativo estético: se queres conhecer, aprendas a atuar.

A ação em ambos os sentidos só pode ser tomada como ação local, na qual não podemos inferir nenhuma regra universal fundacional. Isto não significa que tudo vale, mas que é preciso reconhecer as condições de validação ética e de escolha estética.

Ambos decorrem do estabelecimento da autonomia como condição humana. Não uma autonomia monológica, mas uma autonomia centrada na construção dialógica, calcada no reconhecimento de uma experiência construída. Isto significa que o conhecimento construído em uma relação implica em uma co-

construção no qual nenhum dos participantes do diálogo detém, *a priori*, a primazia do discurso. Portanto, em relação ao princípio dialógico:

Se o aceito, nem eu e nem o outro podemos ser o centro do universo Assim como no sistema heliocêntrico, é preciso que haja um terceiro que sirva de grandeza de referencia central. Essa é a relação entre o tu e o eu, e se chama identidade: realidade = comunidade. (Von Foerster 1994, p. 65).

Assim, a atuação que leva à construção de nossa realidade compartilhada é uma atuação conjunta que se dá, por sua vez, no languagear (Maturana, 1997). As escolhas são feitas, então, a partir de opções que se figuram no campo interacional como articuladas. Assim, ampliar as opções significa ganhar graus de liberdade, abrindo possibilidade de novas negociações mais fluidas e consistentes. O aspecto estético, imbricado com a ética, convida a uma estética do agir como caminho da produção de si-mesmo em uma realidade co-construída. Gergen (1985) nos incita a uma visão da ética como uma instância local, criada e vivida em microcontextos sociais que geram, na negociação, sua validade.

A posição do Construtivismo Psicológico (Chiarie e Nuzzo, 1996) tem importantes implicações para a prática clínica que, muitas vezes, são mal entendidas (Wieling, Negretti, Stoke, Kimball, Bateman e Bryan, 2001). Alguns pontos merecem reflexão. O papel do terapeuta tem sido questionado como a aceitação de múltiplas realidades e valores que levariam a uma condição de “vale tudo”. Embora a posição central do Construtivismo Psicológico seja de que não exista uma base fundacional acessível para o conhecimento humano, este se dá em uma relação permeada de contextos sociais, históricos e políticos. Assim, certas construções não são possíveis, com consistência, dentro de certos critérios. Isto ocorre, até mesmo, dentro da prática científica, a qual, ao adotar certos critérios metodológicos ou epistemológicos, torna certos objetos abordáveis ou não.

Além disto, ocorre o engano de que as crenças e valores do terapeuta, na perspectiva construtivista, devam ser abandonados, deixados fora da clínica. Efran e Clarfield (1992) nos lembram que pessoas, terapeutas e clientes têm valores pessoais e crenças, fato que é preocupante apenas quando tais noções são impostas como valor de verdade.

Neste sentido, o terapeuta, em uma abordagem construtivista, em uma expressão ética e estética, coloca-se como convidado, facilitador, ou interlocutor e não mais como especialista, supervisor ou portador de um conhecimento definitivo sobre o cliente em sua realidade. Essa posição redundante em aceitar a experiência vivida do outro como realidade construída, mas que poderia oferecer maiores opções na medida em que ambos, terapeuta e cliente, aprenderem na sua relação a construir novas realidades, com novas narrativas e significados emocionados.

Assim, ética e esteticamente, somos encaminhados a co-construir emocionalidades livres de narrativas limitantes, permitindo a emergência de novas experiências subjetivas e novas construções de si-mesmo. Talvez, a maior mudança não seja a que se dá de uma narrativa para outra, mas a desenvolvida de uma forma de se construir para outra, ou seja, de uma forma regida por discursos limitantes para outra, na qual cada um se assume como autor e ator do historiar as muitas histórias possíveis da vida.

No caso da Terapia de Casal, essa postura convida ao reconhecimento da conjugalidade como lugar também do exercício da co-construção de uma história que, em uma visão dialógica, remete a conversações mais fluidas e livres. Assim, a presença de padrões de repetição de narrativas limitantes, revela a possibilidade de mudança e, muitas vezes, a necessidade da mudança. Cabe ao casal negociar e reconstruir seu encaixe em uma narrativa que faça sentido, para que a relação conjugal torne-se lugar de produção de um si-mesmo - com opções - emocionado.



## 7

### Considerações finais

No decorrer deste estudo, diferentes contribuições foram abordadas, centradas no quadro referencial sistêmico, de modo a revelar a complexidade do estudo do campo da Psicoterapia de Casal. Tal complexidade apresenta-se na articulação de estudos psicossociais, interacionais e centrados, na produção da autonomia e do significado emergentes da produção de subjetividades e do si-mesmo, na conjugalidade.

Dificuldades teóricas, técnicas, metodológicas e epistemológicas irrompem quando são abordados conceitos aparentemente contraditórios, com diferentes lógicas: a lógica dialógica, produtora de sentido, como abordado no construtivismo psicológico; e a lógica da autonomia da complexidade, como no estudo dos preditores e marcadores, indicativos de padrões de estabilidade e ruptura.

Todavia, tal disjunção torna-se apenas aparente quando consideramos o quadro de produção marcado pela visão sistêmica. E, além disso, se operarmos dentro de uma lógica da metodologia da complexidade essa disjunção pode ser reveladora de uma complementaridade. É importante ressaltar que ambas as lógicas esbarram nos limites de produção do que é abordado pela outra.

Já o estudo da produção da subjetividade revela mudanças na relação entre a produção dinâmica do si-mesmo e da emergência de novas formas de subjetivação. Tais mudanças traduzem novos arranjos e formas de relacionamento, incluindo novas formas de subjetividade. Estas se mostram mais fluidas, com características que contribuem para a construção de formas sociais, entre elas a relação conjugal. No entanto, continua importante, na dimensão do humano, a experiência afetiva marcada pelo emocionar do amor. Assim, embora novas formas de sujeição e de produção de subjetividade surjam, elas continuam a produzir formas de conjugalidade.

Essas novas formas de relação conjugal são marcadas pela emergência de novas dinâmicas, fortemente ancoradas nas formas do emocionar, pois as forças sociais econômicas e políticas, que emprestavam legitimidade a uma forma de

conjugalidade patriarcal, falocêntrica, arranjada em uma relação de poder, transformaram-se, convidando a dispersão do viver a dois, como revelado nos índices de divórcio.

Somos marcados agora por uma pressão social que, se por um lado nos libertou de relações obrigatórias, por outro lado, cria a demanda por ancoragem em outro padrão de vinculação: o emocionar. Essa mudança tem levado, gradualmente, à emergência de demandas por satisfação e estabilidade conjugal, quer como parte do imaginário cultural, quer como demanda por satisfação de uma necessidade muito humana de se emocionar, co-construindo relações significativas com um outro.

As diversas tentativas de resposta psicoterapêutica têm levado a uma diversidade de métodos de terapia com viéses distintos. Porém, a partir dos resultados obtidos em pesquisas sobre eficácia psicoterapêutica, as quais iniciaram na década de 1970 um diálogo para o estabelecimento de padrões intersubjetivos na comunidade psicoterapêutica para avaliação de resultados, encontram-se resultados similares.

Este intrigante resultado que, por um lado, tem demonstrado a eficácia de padrões comuns aos vários modelos e, por outro, tem rejeitado a especificidade de métodos de intervenção, aponta para fatores auto-organizadores presentes no encontro terapêutico. Assim, a eficácia da Psicoterapia de Casal pode ser compreendida como uma propriedade emergente da conjugalidade, como fenômeno psicossocial, que se revela nas propriedades tanto de estabilidade como de mudança. Como tais, diversas instâncias encontram-se presentes na experiência conjugal e se revelam nas diversas linhas de pesquisa envolvendo diferentes recortes. Embora seja possível indicar aspectos significativos, a complexidade da conjugalidade a tonra irreduzível a qualquer um desses aspectos, tomados isoladamente.

A abordagem sistêmica tem oferecido importantes *insights* e um quadro referencial que tem colocado em relevo esta complexidade. É importante lembrar que esta não desenvolve uma visão monolítica, mas explora diferentes aspectos de se pensar sistemicamente. No decorrer da segunda metade do século XX, diversas linhas de pesquisa e atuação desenvolveram-se em direções, muitas vezes, contrastantes. Tal é o caso das escolas de pensamento sistêmico sobre Filosofia do

processo, Teoria Geral dos Sistemas, Cibernética, Teoria da informação, Cibernética da Segunda Ordem, Teoria do Caos, Sistemas Adaptativos Complexos que têm orientado muito do pensamento complexo reflexivo, no campo da psicoterapia e das pesquisas sobre a conjugalidade como sistema interacional em andamento.

É importante notar que diferentes abordagens não revelam, dentro de uma epistemologia construtivista, o que o mundo é, mas que construções são possíveis nele. E, além disso, colocar em relevo um aspecto não significa rejeitar o outro, mas revelar a complexidade da interação em estudo. Assim, a abordagem centrada sobre o Construtivismo e Construcionismo Social em psicoterapia não nega a existência de padrões nas interações e que estes sigam padrões de evolução no tempo. Mas apenas não considera a importância deste aspecto, até agora, como relevante para a prática terapêutica, uma vez que o foco é a co-construção e a mudança.

Neste sentido, os estudos sobre preditores podem ser considerados como uma importante contribuição, à medida que mostram a existência de padrões de interação emocional e de construção de narrativas indicativos de um padrão de co-construção, que produz subjetividades em conflito e limitadas em sua experiência existencial. Revelam ainda que conjugalidades disfuncionais tornam-se produtoras de narrativas limitadas, com padrões interacionais emocionais empobrecidos e repetitivos, que tendem a um padrão de evolução no tempo.

A abordagem sistêmica revela, assim, uma complementaridade possível nestas visões que, como terapeutas, temos. Talvez caiba aqui, mais uma vez, a observação de Bateson (1972) sobre a visão binocular, na qual a sobreposição de dois pontos de vista revela uma informação a mais, ausente em apenas uma das descrições. O campo sistêmico mostra, desse modo, sua maior complexidade: a de revelar o imbricamento do conhecer nas operações complexas do conhecedor.

Porém, o desenvolvimento de um modelo terapêutico, ainda que permita teoricamente articulações entre conceitos e teorias, necessita de uma avaliação sobre sua eficácia e eficiência terapêutica. Apenas através de um estudo controlado, sob um método comparativo controlado, no qual aspectos quantitativos e qualitativos sejam considerados, é que será possível julgar a

adequação dessas proposições como uma orientação para intervir clinicamente na conjugalidade, transformando o julgo em jogo.

Assim, este trabalho, como uma espiral, volta sobre si-mesmo, convidando a compreender que a história continua e que “... *não cessaremos de explorar/ e o resultado de toda nossa exploração/ será chegar aonde começamos/ e conhecer o lugar pela primeira vez.*” (T. S. Eliot, *Four quartets*, 1943).

## Referências bibliográficas

ABRAHAM, F.D.; ABRAHAM, R.H.; SHAW, C.D. **Visual introduction to dynamic systems theory for psychology**. Santa Cruz: Aerial Press, 1990, 450p.

ACKERMAN, N.W. Family psychotherapy today. **Family Process**, New York, v. 9, p. 123-126, 1970.

AHRONS, C.R. Redefining the divorce family: a conceptual framework. **Social Work**, Chicago, v. 25, p. 437-441, 1980.

ALPORT, G.W. The open system in personality theory. **Journal of Abnormal Psychology**. Washington, n.61, p. 301-310, 1960.

AMATO, P.R.; REZAC, S.; BOOTH, A. Helping between parents and young adult offspring: the role of parental marital quality, divorce and remarriage. **Journal of Marriage and Family**, Fort Lauderdale, v. 57, p. 363-374, 1995.

ANCHIN, J.C.; KIESLER, D.J. (Eds.). **Handbook of interpersonal psychotherapy**. New York: Pergamon Press 1982, 346 p.

ANDERSEN, T. **The reflecting team**: dialogues and metadialogues in clinical work. **Family Process**, New York, v. 26, n.4, p. 415-428, 1987.

ANDERSEN, T. **Processos reflexivos**. Rio de Janeiro: Noos/ITF, 1997, 129 p.

ANDERSON, H.; GOOLISHIAN, H. O cliente é o especialista. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 8-24, 1992.

ANDERSON, H.; GOOLISHIAN, H. Narrativa e Self. Alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: FRIED-SCHNITMAN, D. (Org.). **Novos paradigmas cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 191-203.

ANDERSON, H.; GOOLISHIAN, H. Human systems as linguistic systems: Preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. **Family Process**, New York, v. 27, p. 371-393, 1988.

APTER, T. **Why women don't have wife?** New York: Schocken, 1985, 194 p.

ARIES, E. Interaction patterns and themes in male, female, and mixed groups. **Small Group Behavior**, Colorado, v. 7, p. 7-18, 1976.

ASELTINE, R.H.; KESSELER, R.C. Marital disruption and depression in a community sample. **Journal of Health and Social Behavior**, Washington, v. 34, p. 237-251, 1993.

ATLAN, H. **Entre le cristal e la fumée**: essai sur l'organizacion du vivant. Paris: Éditions du Seuil, 1979, 268 p.

AVIS, J.M. Where are all the family therapists? Abuse and violence within families and family therapy's response. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 18, p. 223-230, 1992.

- BADER, E.; PEARSON, P.T. **In quest of the mythical mate**. New York: Brunner/Mazel, 1988, 261 p.
- BAGAROZZI, D.A.; GIDDINGS, C.W. The role of cognitive constructs and attributional processes in family therapy: Integrating intrapersonal, interpersonal, and systems dynamics. In: WOLBERG L., ARONSON, M. (Eds.). **Group and family therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1983, p. 207-219.
- BALL, F.L.; COWAN, P.; COWAN, C.P. Who's got the power? Gender differences in partners' perceptions of influence during marital problem-solving discussions. **Family Process**, New York, 1995, v. 34, p. 303-321.
- BARKER, R.L. **Treating couples in crisis**. New York: The Free Press, 1984, 289 p.
- BARTON, S. Chaos, Self-Organization and Psychology. **American Psychologist**, Washington, v. 49, n. 1 p. 5-14, 1994.
- BASCO, M.R.; BIRCHLER, G R.; KALAL, B.; TALBOTT, R.; SLATER, M.A. The clinician rating of adult communication (CRAC): A clinician's guide to the assessment of interpersonal communication skill. **Journal of Clinical Psychology**, Hoboken, v. 47, p. 368-380, 1991.
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine Books, 1972, 545 p.
- BATESON, G. **Mind and Nature**. New York: Dutton Press, 1978, 238 p.
- BATESON, G.; JACKSON, D.; HALEY, J.; WEAKLAND, J. Toward a theory of schizophrenia. **Behavioral Science**, Michigan, v.1, p. 251-264, 1956.
- BEACH, S.R.; FINCHAM, F.D.; KATZ, J. **Marital therapy in the treatment of depression**: Toward a third generation of therapy and research. **Clinical Psychology Review**, Baltimore, v. 18, p. 635-661, 1998.
- BECKER, G.S. **A treatise on the family**. Cambridge: Harvard University Press, 1981, 288 p.
- BEELS, C.C.; FERBER, A. Family therapy: A view. **Family Process**, New York, v. 8, p. 280-318, 1969.
- BELANGER, C.; SAUBORIN, S.; LAUGHREA, K.; DULUDE, D.; WRIGHT, J. Macroscopic marital interaction coding systems: Are they interchangeable? **Behavior Research and Therapy**, New York, v. 8, p. 789-795, 1993.
- BELSKY, J.; SPANIER, G.B.; ROVINE, M. Stability and change in marriage across the transition to parenthood. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, v. 45, p. 567-577, 1983.
- BELSKY, J.; KELLY, J. **The transition to parenthood**: How a first child changes a marriage. Why some couples grow closer and others apart. New York: Dell Publishing, 1994, 288 p.
- BENTLER, P.M.; NEWCOMB, M.D. Longitudinal study of marital success and failure. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 46, p. 1053-1070, 1978.
- BERGER R.; KELLNER, E. Marriage and the construction of reality. **Diógenes**, Paris, v 46, p. 1-25, 1964.

- BERGER, R.; HANNAH, M. **Handbook of preventive approaches in couple therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1999, 442 p.
- BERKMAN, L.F.; BRESLOW, L. **Health and the ways of living: The Alameda County Study**. New York: Oxford University Press, 1983, 237 p.
- BERKMAN, L.F.; SYME, S.L. Social networks, host resistance, and mortality: A nine-year follow-up study of Alameda County residents. **American Journal of Epidemiology**, Oxford, v. 109, p. 186-204, 1979.
- BERMAN, B.B.; LIEF, H.; WILLIAMS, A.M. A model of marital integration. In: SHOLEVAR G.P. (Ed.), **The handbook of marriage and marital therapy**. New York: Spectrum, 1981, p. 3-34.
- BERNARD, J.S. **The future of marriage**. New Haven: Yale University Press, 1982, 383 p.
- BERTALANFFY, L.VON. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977, 352 p. Original em Inglês, 1968.
- BLACK, L.W. Therapy with african american couples. In: PAPP P. (Ed.), **Couples on the fault line: New directions for therapists**. New York: Guilford Press, 2000, p. 205-221.
- BLOCK, J.H.; BLOCK, B.; MORRISON, A. Parental agreement-disagreement on child-rearing and gender related personality correlates in children. **Child Development**, Michigan, n.52, p.965-974, 1981.
- BLOMM, B.L.; WHITE, S.W.; ARCHER, S.J. Marital disruption as a stressor: a review and analysis. **Psychological Bulletin**, Duke, v. 6, p. 564-573, 1978.
- BOOTH, A.; AMATO, P. Divorce and psychological stress. **Journal of Health and Social Behavior**, Washington, v. 32, p. 396-407, 1991.
- BORDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **A arte do sociólogo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1978, 235 p. Original em francês, 1968.
- BOWEN, M. **Family Therapy and Clínica Practice**. New York: Jason Aronson, 1978, 565 p.
- BOWLBY, J. **Uma Base Segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, 170 p. Original em inglês, 1988.
- BOYD-FRANKLIN, N. Race, class and poverty. In: F. WALSH (Ed.), **Normal family processes** (2 nd ed.). New York: Guilford Press, p. 361-376, 1993.
- BRADBURY, T.N.; FINCHAM, F.D. Preventing marital dysfunction: Review and analysis. In: FRANK, D.; FINCHAM, F.D.; BRADBURY T.N. (Eds.), **The psychology of marriage: basic issues and applications**. New York: Guilford Press, 1990, p. 375-401.
- BRADBURY, T.N.; FINCHAN, F.D.; BEACH,S.R. Research on the nature and determinants of marital satisfaction: a decade in review. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 62, p. 964-980, 2000.
- BRAY, J.H.; JOURILES, E.N. Treatment of marital conflict and prevention of divorce. **Journal of Marital and Family Therapy**, Mineapolis, v. 21, p. 461-473, 1995.

BRODERICK, C.B. Beyond the five conceptual frameworks: A decade of development in family theory. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 33, p. 139-159, 1970.

BRODERICK, C.B. **Understanding family process**: Basics of family systems theory. Newbury Park CA: Sage Publications, 1993, 269 p.

BRODERICK, C.B.; SCHRADER, S.S. The history of professional marriage and family therapy. In: GURMAN, A.S.; KNISKERN, D.P. (Eds.), **Handbook of family therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1991, v.2, p. 3-40.

BRUBAKER, T.H. Families in later life: A burgeoning research area. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 52, p. 959-981, 1990.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 237 p. Original em Inglês, 1985.

BUEHLMAN, K.; GOTTMAN, J.M.; KATZ, L. How a couple view their past predicts their future; predicting a divorce from an oral history interview. **Journal of Family Psychology**, Washington, v. 5, p. 295-318, 1992.

BUEHLMAN, K.T.; GOTTMAN, J.M.; KATZ, L.F. How a couple views their past predicts their future: predicting divorce from an oral history interview. **Journal of Family Psychology**, Washington, v. 5 n. 3 e 4, p. 295-318, 1992.

BURGESS, E.W.; WALLIN, P. **Engagement and marriage**. Philadelphia: J.B. Lippincott, 1953, 444 p.

BURTON, B. **Teorias operacionais da personalidade**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 378 p. Original em inglês, 1978.

CAMPBELL D.T. Evolutionary epistemology. In: WATZLAWICK, P. (Org.). **The philosophy of Karl Popper**. La Salle: Open Court, 1974.

CANDIDO A. The brazilian family. In: HARTMAN A. (Org.) **Brazil: Portrait of development**; New York: The Dryden Press, 1951, p.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1985, 530 p. Original em inglês 1982.

CARNELEY, K.B.; JANOFF-BULMAN, R. Optimism about love relationships: general vs specific lessons from one's personal experiences. **Journal of Social and Personal Relationships**, Tucson, v. 9, p. 5-20, 1992.

CARRERE, S.; GOTTMAN, J.M. Predicting the future of marriages. In: HETHERINGTON, E.M. (Org.). **Coping with divorce, single parenting, and remarriage: A risk and resiliency perspective**. Mahawah: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1999, p. 3-22.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As Mudanças no ciclo familiar - Uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Orgs.). **As Mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.7-27. Original em Inglês, 1989.

CATHEDRALL, D.R. Working with projective identification in couples. **Family Process**, New York, v. 31, p. 355-367, 1992.

CENTER FOR HUMAN RESOURCE RESEARCH. **The national longitudinal surveys handbook**: 1983-1984. Columbus; Ohio State University, 1983.



CHAMBLESS D.L.; OLLENDICK, T.H. Empirically Supported Psychological Interventions; Controversies and evidence. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 52, p. 685-716, 2001.

CHERLIN, A.J. **Marriage Divorce Remarriage**. Cambridge: Harvard University Press, 1979, 142 p.

CHIARI, G.; NUZZO, M.L. Psychological constructivism: a metatheoretical differentiation. **Journal of Constructivist Psychology**, Philadelphia, v. 9, n. 3, p. 163-184, 1996.

CHRISTENSEN, L.L.; RUSSELL, C.S.; MILLER, R.B.; PETERSON, C.M. The process of change in couples therapy: A qualitative investigation. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 24, p. 177-188, 1998.

CHRITS-CHRISTOPH, P.; BARANACKIE, K.; KURCIAS, J.S.; BECK, A.T.; CARROLL, K.; PERRY, K.; LUBORSKY, L.; MCLELLAN, A.T.; WOODY, G.; THOMPSON, L.; GALLAGHER, D.; ZITRIN, C. Meta-analysis of therapist effects in psychotherapy outcome studies. **Psychotherapy Research**, Maryland, v. 1, n. 2, p. 81-91, 1991.

CLARCK, J.J. **Em busca de Jung**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993, p. . Original em inglês, 1992, 240 p.

COLEMAN, M.; GANONG, L.H. Remarriage and stepfamily research in the 1980s: Increased interest in an old family form. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 52, p. 925-940, 1990.

CONSTANTINE, J.A.; BAHR, S.J. Locus of control and marital stability: A longitudinal study. **Journal of Divorce**, Indiana, v. 4, p. 11-22, 1980.

COOK, J.; TYSON, R.; WHITE, J.; RUSHE, R.; GOTTMAN, J.; MURRAY, J. Mathematics of marital conflict: Qualitative dynamic modeling of marital interaction. **Journal of Family Psychology**, Washington, v. 9, p. 110-130, 1995.

CORDIOLI, A.V. Como Atuam as Psicoterapias. In: CORDIOLI, A.V. (Org.). **Psicoterapias Atuais**. Porto Alegre; Artes Médicas, 2002, p. 35-46.

COWAN, P.A.; COWAN, C.P. A couple perspective on the transmission of attachment patterns. In: CLULOW, C. (Ed.) **Adult attachment and couple psychotherapy: the secure base in practice and research**. London: Bruner Routledge, 2001, p. 62-82.

COWAN, P.A.; COWAN, C. Marital relationship, parenting style, and the child's development at the age of three. **Voprosy-Psikhologii**, Halle, v. 4, p. 110-118, 1989.

COYSH, W.S.; JOHNSON, J.R.; TSCHANN, J.M.; WALLERSTEIN, J.S.; KELIN, M. Parental postdivorce adjustment in sole physical custody families. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v. 10, p. 52-71, 1989.

CUTRONA, C. **Social Support in couples**. Thound Oaks: Sage, 1996, 150 p.

DAVIS, P.J.; HERSH, R. **A Experiencia Matemática**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985, 495 p. Original em Inglês, 1982.

DEBRUYNE, P.; HURMAM, J.; DESCHOUTHEETE, M. **A dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1985, 251 p. Original em francês, 1977.

DEKAY, M.L.; GRENO, C.G.; HOUCK, P.R. Searching for two factor model to marriage duration; commentary on Gottman and Levenson. **Family Process**, New York, v 41, n. 1, p. 97-104, 2002.

DELL P.; GOOLISHIAN, H. **Order Through fluctuation: An evolucionary epistemology for Human Systems**. Trabalho apresentado no Encontro Científico Annual do A.K. Rice Institute. Houston Texas, 1979.

DESHAZER, S. **Terapia familiar breve**. São Paulo: Summus, 1986, 205 p. Original em inglês, 1982

DICKS, H. V. **Marital tensions**. New York: Basic Books, 1967, 354 p.

DIEHL, A. O homem e a nova mulher- Novos padrões sexuais de conjugalidade. In: WAGNER, A. (Org.) **Família em cena**. Petrópolis: Vozes, p. 135-158, 2002.

DINIZ NETO, O. Psicoterapias: Paradigmas em colisão? **Cadernos de Psicologia do Departamento de Psicologia UFMG**. Belo Horizonte, v. 6, p. 34-52, 1997.

DINIZ NETO, O. **Um experimento sobre dissonância e consonância cognitiva afetiva em psicoterapia breve de grupo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1993, p. 352.

DINIZ NETO, O.; FÉRES-CARNEIRO, T. Vida Conjugal, Família e Trabalho. In: CAMARGOS W. (Org.) **Manual dos Transtornos de Déficit de Atenção**, no prelo.

DOHERTY, W.J.; SU, S.; NEEDLE, R. Marital Disruption and psychological well-being. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v. 10, 72-85, 1989.

DOWD, E. T.; SEIBEL, C. A cognitive theory of resistance and reactance: Implications for treatment. **Journal of Mental Health Counseling**, Alexandria, v. 12, p. 458-469, 1990.

DUNCAN, B.L.; HUBBLE, M.A.; MILLER, S.D. **Psychotherapy with "impossible" cases**: The efficient treatment of therapy veterans. New York: Norton, 1997, 222 p.

DUNCAN, B.L.; HUBBLE, M.A.; MILLER, S.D.; COLEMAN, S.T. Escaping the lost word of impossibility: honoring client's language motivation ant theories of change. In: M.F HOYT (Ed.), **The handbook of constructive therapies innovative approaches from leading practitioners**, San Francisco: Jossey-Bass, 1998, p. 293-313.

EFRAN, J.S.; CLARFELD, L.E. Construcionist Therapy: sense and nonsense. In: MCNAME, S.; GERGEN, K.J. (Eds.). **Therapy as social construction**. Thousand Oaks: Sage, 1992, p. 200-217.

EFRON, D.; VEENENDAAL, K. Suppose a miracle doesn't happen: the non-miracle option. **Journal of Systemic Therapies**, Bostton, v. 12, p. 11-18, 1993.

EKMAM, P.; FRIESEN, W.V. **Facial action coding system**. Palo Alto CA: Consulting Psychologists Press, 1978, 212 p.

ELKAIM, M. **If you love me, don't love me**: constructions of reality and change in family therapy: New York: Basic Books, 1990, 221 p.

ELKAIM, M. (Org). **Terapia Familiar em Transformação**. São Paulo: Summus Editorial, 2000, 220 p. Original em espanhol, 1999.

EMERLY, R.E. **Marriage Divorce and Children's Adjustment**. Newbury: Park Sage, 1988, 160 p.

EMERLY, R.E. **Renegotiating family relationships**: divorce, child custody, and mediation. New York; Guilford Press, 1994, 243 p.

EIGUIER, A. **La therapie psychanalytique de couple**. Paris: Dunod, 1984, 267 p.

ESTEVES-VASCONCELOS, M.J. **As bases cibernéticas da terapia familiar**. Campinas: Psy, 1995, 162 p.

ESTEVES-VASCONCELOS M.J. **As bases cibernéticas da terapia familiar sistêmica: contribuições a precisão do quadro conceitual**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992, 235.

EYSENCK, H.J. The effects of psychotherapy: An evaluation. **Journal of Consulting Psychology**. Washington, v. 16, p. 319-324, 1952.

FALCKE, D.; DIEHL, J.A.; WAGNER, A. Satisfação conjugal na atualidade. Em WAGNER, A. (Org.) **Família em cena**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 172-188.

FALKNER, R.A.; KLOCK, K.; GALE, J.E. Qualitative research in family therapy: publications trends from 1980 to 1999. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, January, v. 28, n.1, p. 69-74, 2002.

FARNSWORTH, J.P.M.A.; LUND, D.A. Predictors of loss management and well being in later life widowhood and divorce. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v. 10, p. 102-121, 1989.

FEENEY J.A.; NOLLER, P. Attachment style and romantic love: relationship dissolution. **Australian Journal of Psychology**, Sydney, v. 44 p. 69-74, 1992.

FEENEY, J.A. Adult Romantic Attachment and couple relationships. In: CASSIDY, J.; SHAVER, P.R. (Org.). **Handbook of attachment: theory, research and clinical applications**. New York: Guilford Press, p. 335-377, 1999.

FELDMAN, L. B. Integrative multi-level therapy: A comprehensive interpersonal and intrapsychiatric approach. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 11, p. 357-372, 1985.

FELDMAN, L. B. **Integrating individual and family therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1992, 210 p.

FRAENKEL, P. The nomothetic-idiographic debate in family therapy. **Family Process**, New York, v. 34, p. 113-121, 1995.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Família: Diagnóstico e Terapia**. Petrópolis: Vozes, 1996, 149 p.

FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade Um estudo sobre as diferentes dimensões da relação amorosa heterossexual e homossexual. In: FÉRES-CARNEIRO, T.

(Org.). **Casal e Família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, p. 96-117.

FÉRES-CARNEIRO, T. Construção e dissolução do laço conjugal em terapia de casal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003, p. 201-214.

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, p. 367-374, 2004.

FERREE, M. M. Beyond separate spheres: Feminism and family research. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 52, p. 866-884, 1990.

FERRO-BUCHER, J.S.N. O casal e família sob novas formas de interação. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e Família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, p. 169-193.

FINCHAN, E.D.; BEACH, S.R.; KEMP-FINCHAN, S. Marital Quality: a new theoretical perspective. In: STERNBERG, R.J.; HOJAT, M. (Eds.). **Satisfaction in close relationships**. New York: Guilfor Press, 1997, p. 275-304.

FLANAGAN, J. The critical incident technique. **Psychological Bulletin**, Duke, v. 51, p. 327-358, 1954.

FLOYD, F.J. Segmenting interactions: Coding units for assessing marital and family behaviors. **Behavioral Assessment**, Stanford, v. 11, p. 13-29, 1989.

FOGARTY, T. On the emptiness and closeness. **The Family**, Corpus Christi, n.3, v.2, p.45-53, 1976.

FOLEY, V. **Introdução à Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 185 p. Original em inglês, 1985.

FOERSTER, H. VON. Principios de autoorganizacion en un contexto socioadministrativo. In: M. PAKMAN (Ed.) **Las emillas de la cibernética**: obras escogidas de Heinz von Foerster, Barcelona: Gedisa, 1984, p.138-169.

FOERSTER, H. VON. On self organizing systems and theirs environment. In: YOUTS, M.G. E CAMEROU, S., (Orgs.). **Self Organizing Systems**. Londres: Pergamon Press, 1960, p. 36-75.

FOERSTER, H. VON. Construindo uma realidade. In: WATZLAWICK, P. (Org.). **A realidade inventada**. Campinas: Psy, 1994, p. 46-66. Original em alemão, 1981.

FOUCAULT, M. **Hermeneutique du sujet**. Paris: Seuil/Gallimard, 1982, 546 p. Original em francês.

FRAENKEL, P. Systems approaches to couple therapy. In: HALFORD W.K.; MARKMAN H.J. (EDS.), **Clinical handbook of marriage and couples interventions**. New York: John Wiley & Sons, 1997, p. 379-414.

FRAENKEL, P.; WILSON, S. Clocks, calendars, and couples: Time and the rhythms of relationships. In: PAPP P. (Ed.), **Couples on the fault line**: New directions for therapists. New York: Guilford Press, 2000, p. 63-103.

FRAMO, J.L. Rationale and techniques of intensive family therapy. In: BOSZORMENYI-NAGY, I.; FRAMO, J.L (Eds.), **Intensive family therapy**. New York: Harper & Row, 1965, p. 143-212.

FRAMO, J.L. Family of origin as a therapeutic resource for adults in marital and family therapy: You can and should go home again. **Family Process**, New York, v. 15, p. 193-210, 1976.

FRAMO, J.L. The integration of marital therapy with sessions with family of origin. In: GURMAN, A.S.; KNISKERN, D.P. (Eds.), **Handbook of family therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1981, p. 133-158.

FRAMO, J.L. How AFTA got started. **American Family Therapy Association Newsletter**, Tupelo, v. 37, p. 10-15, 1989.

FRAMO, J.L. A personal retrospective of the family therapy field: Then and now. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 22, p. 289-316, 1996.

FRANK, G.H. The role of the family in the development of psychopathology. **Psychological Bulletin**, Duke, v. 64, p. 191-205, 1965.

FRANKS, C.M. (Ed.). **Behavior therapy: Appraisal and status**. New York: McGraw-Hill, 1969, 730 p.

FREEDMAN, J.; COMBS, G. **Narrative Therapy: the social construction of preferred realities**. New York: W.W.Norton, 1996, 305 p.

FREEDMAN, J.; COMBS, G. Narrative therapy: the social construction of preferred realities. In: GILLIGAN, S.; PRICE, R. (Eds). **Therapeutic conversations**. New York: W.W. Norton, 1996, p. 291-303.

FREUD, S. El Porvir de la Terapia Psicoanalítica. In: FREUD, S. **Obras Completas**, Madri: Editora Biblioteca Nueva, 1968a, v. 1, p. 402-407. Original em alemão 1910.

FREUD, S. Una Teoria Sexual. In: FREUD, S. **Obras Completas**, Madri: Editora Biblioteca Nueva, Madri, 1968b, v. 1, p. 771-824. Original em alemão 1912.

FREUD, S., Breuer J. La histeria. In: FREUD, S. **Obras Completas**, Madri: Editora Biblioteca Nueva, 1968c, v. 1, p. 25-130. Original em alemão, 1895.

FREUD, S. Construcciones en psicoanálisis. In: FREUD, S. **Obras completas**. Madri: Editorial Nueva Madri, 1968d, v. 3, p. 573-584. Original em alemão, 1936.

FRIEDMAN, H. S.; TUCKER, J. S.; SCHWARTZ, J.; TOMILSON, E. Psychosocial and behavioral predictors of longevity: The aging and death of the "Termites". **American Psychologist**, Washington, v. 50, p. 69-78, 1995.

FURSTEMBERG, F.F.J. Premarital pregnancy and marital stability. **Journal of Social Issues**, London, n.32, p.36-43, 1976.

GADAMER, H.G. **Truth and Method**. Londres: Sheed & Ward, 1975, 551 p.

GARSKE, J.P.; LYNN, S. Hacia un esquema general de la psicoterapia: eficacia, factores comunes e integración. In: GARSKE, J.P.; LYNN, S. (Org.). **Psicoterapias contemporaneas. Modelos e mitos**. Bilbao: DDB, 1985, p. 623-647.

GARVIN, V.; KALTER, N.; HANSELL, J. Divorced women: individual differences in stressors, mediating factors and adjustment outcomes. **American Journal of Orthopsychiatry**, Arlington, v. 63, p. 232-240, 1993.

GECAS, V.; SEFF, M.A. Families and adolescents: A review of the 1980s. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 52, p. 941-958, 1990.

GELLES, R.J.; CONTE, J.R. Domestic violence and sexual abuse of children: A review of research in the 1980s. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 52, p. 1045-1058, 1990.

GERGEN K.J. The ordinary, the original and believable in psychology's construction of the person. In: BAYER, B.M. SHOTTER, J. (Eds.). **Reconstructing the psychological subject: bodies, practices and technologies**, London: Sage, 1998, p. 111-125.

GERGEN K.J. **Realities and relationships** – soundings in social construction. Cambridge: Harvard University Press, 1994, 356 p.

GERGEN K.J. The social constructionism in modern psychology. **American Psychologist**, Washington, v. 40 n. 3, p. 266-275, 1985.

GERGEN K.J. **The psychology of behavior exchange**. Reading MA: Addison-Wesley, 1969, 109 p.

GERGEN, K.J.; KAYE, J. Beyond narrative in the negotiation of therapeutic meaning. In MCNAME, E.; GERGEN, K.J. (Eds.). **Therapy as social construction**. London: Sage, 1992, p. 166-185.

GIBLIN, P.; SPRENKLE, D. H.; SHEEHAN, R. Enrichment outcome research: A meta-analysis of premarital, marital, and family interventions. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 11, p. 257-271, 1985.

GLASER, B.G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New York: Aldine Hawthorne, 1967, 271 p.

GLASERFELD, H. VON. Aspectos del constructivismo radical. In: PAKMAN, M. (Org.). **Construcciones de la experiencia humana**, Barcelona: Gedisa, 1996a, p. 23-49.

GLASERFELD, H. VON. Visão e conhecimento: distinções de segunda ordem. In: SCHNITMAN, D.F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artmed, 1996b, p. 59-74.

GLASERFELD, H. VON. **Introdução ao construtivismo radical**. In: WATZLAWICK P. (Ed.). **A realidade inventada**. Campinas: Psy, (1994), p. 17-19.

GLASERFELD, H. VON. Knowing without metaphysics: aspects of radical constructivist position. In: STEIER, F. (Ed.). **Research and reflexivity** London: Sage, 1991, p. 12-29.

GLICK, P.C. Marriage, divorce and living arrangements: prospective changes. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v.3, p.32-41, 1984.

GLOVER, H. Emotional numbing: a possible endorphin-mediated phenomenon associated with post traumatic stress disorders and others psychopathological states. **Journal of Traumatic Stress**, Charleston, n.5, p 643-675, 1992.

GOLDNER, V. Feminism and family therapy. **Family Process**, New York, v. 24, p. 31-47, 1985.

- GOLDNER, V.; PENN, P.; SHEINBERG, M.; WALKER, G. Love and violence: Gender paradoxes in volatile attachments. **Family Process**, New York, v. 29, p. 343-364, 1990.
- GOLDSMITH, J. The postdivorce family sistem. In: WALSH, F. (Eds.). **Normal Family Process**. New York: Guilford Press, 1982, p. 297-330.
- GOLEMAN, D. **A Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, 370 p.
- GOOLIASIAN, H.; ANDERSON, H. Constructivism, autopoiesis and problem determined systems. **Irish Journal of Psychology**, Dublin, v. 9, p. 130-143, 1994.
- GOOLISHIAN, H.A.; ANDERSON, H., Narrativa e si-mesmo: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: SCHNITMAN, D.F. (Org.). **Novos Paradigmas, Cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 191-200.
- GOTTLIEB, B. **The family in the western world**; from the black death to the industrial revolution. New York: Oxford University Press, 1993, 309 p.
- GOTTMAN, J.M. Psychology and the study of marital process. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, n.49, p.169-197, 1998.
- GOTTMAN, J.M. **What predicts divorce?** Hillsdale NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1994, 521 p.
- GOTTMAN, J.M. Predicting the longitudinal courses of marriage. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 17, p. 3-7, 1991.
- GOTTMAN, J.M. **Marital interaction: Experimental investigations**. New York: Academic Press, 1979, 315 p.
- GOTTMAN, J.M.; COAN, J.; CARRERE, S.; SWANSON, C. Predicting marital happiness and stability from newlywed interactions. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, v. 60, p. 5-22, 1998.
- GOTTMAN, J.M.; LEVENSON, R.W. A two factor model for predicting when a couple will divorce; exploratory analyses using 14 year longitudinal data. **Family Process**, New York, v 41, n. 1, p. 83-96, 2002a.
- GOTTMAN, J.M.; LEVENSON, R.W. Generanting Hypotheses after 14 years of marital followup; or how should one speculate? A Reply to DeKay, Greeno e Houck. **Family Process**, New York, v 41, n. 1, p. 105-110, 2002b.
- GOTTMAN, J.M.; LEVENSON, R.W. What predicts change in marital interaction over time? A study of alternative medicine. **Family Process**, New York, n.38, v.2, p.143-158, 1999a.
- GOTTMAN, J.M.; LEVENSON, R.W. Rebound from marital conflict and divorce prediction. **Family Process**, New York, n.38, v.3, p.287-292, 1999b.
- GOTTMAN, J.M.; LEVENSON, R.W. Marital process predictive of later dissolution: behavior, phisiology and health. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, n.63, v.2, p.221-233, 1992c.
- GOTTMAN, J.M.; MCCOY, K.; COAN J.; COLIER, H. The specific affect Coding System (SPAFF) for observing emotional communication in marital and

family interaction. In: GOTTMAN, J.M (Ed.). **What predicts divorce?** The Measures. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1996, p. 112-195.

GOTTMAN, J.M.; MURRAY, J.D.; SWANSON, C.C.; TYSON, R.; SWANSON, K.R. **The mathematics of marriage:** dynamic of non linear models. London: MIT Press, 2004, 403 p.

GOTTMAN, J.M.; NOTARIUS, C.I. Marital research in the 20th century and a agenda for the 21th century. **Family Process**, New York, v. 41 n. 2, p. 159-198, 2002.

GOTTMAN, J.M.; RUSHE, R.H. The analysis of change; issues fallacies and new ideas. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 61 n. 6, p. 907-910, 1993.

GOTTMAN, J.M.; SWANSON C.; MURRAY, J. The mathematics of marital conflict: Dynamic mathematical nonlinear modeling of newlywed marital interaction. **Journal of Family Psychology**, Washington, n.13, v.1, p.3-19, 1999.

GRANDESSO, M.A. **Sobre a reconstrução do significado:** Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, 422 p.

GRAY-LITTLE B.; BURKS, N. Power and satisfaction in marriage, a review and a critique. **Psychological Bulletin**, Duke, v. 93, p. 513-538, 1983.

GREENBERG, L.S.; JAMES, P.S.; CONRY, R. Perceived change processes in emotionally focused couples therapy. **Journal of Family Psychology**, Washington, v. 2, n. 1, p. 5-23, 1988.

GREENBERG, L.S.; JOHNSON, S.M. **Emotionally focused marital therapy.** New York: Guilford Press, 1988, 242 p.

GREENBERG, L.; PINSOFF, W. Process research: current trends and future prospects. In: GREENBERG, L.S.; PINSOFF, W. (Eds.), **The psychotherapeutic process:** A research handbook. New York: Guilford, 1986, p. 3-20.

GREENE, B.L. Introduction: A multioperational approach to marital problems. In: GREENE, B.L., (Ed.), **The psychotherapies of marital disharmony.** New York: The Free Press, 1965, p. 1-14.

GRIFFIN, W.A. Event history analysis of marital and family interaction: A practical introduction. **Journal of Family Psychology**, Washington, v. 6, p. 211-229, 1993.

GROF, S. **Além do Cérebro.** São Paulo: MacGraw-Hill, 1988, 327p. Original em inglês, 1985.

GRZYBOWSKI, L.S. Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, A. (Org.) **Família em cena.** Petrópolis: Vozes, 2002, p. 39-53.

GUIDANO, V. **El si-mismo em processo:** hacia una terapia cognitiva postradiconalista. Barcelona: Paidós, 1994, 237 p.

GURIN, G.; VERNOFF, J.; FIELD, S. **Americans view their health.** New York: Basic Books, 1960, 444 p.



GURMAN, A.S. Brief integrative marital therapy: A depth-behavioral approach. In: GURMAN A.S.; JACOBSON, N.S. (Eds.), **Clinical handbook of couple therapy** (3 rd ed.). New York: Guilford Press, 2002, p. 180-220.

GURMAN A.S. Brief Therapy and family/couple therapy: essencial redundance. **Clinical Psychology; Science and Praticce**, Philadelphia, v. 8, p. 51-65, 2001.

GURMAN, A.S. Integrative marital therapy: Toward the development of an interpersonal approach. In: BUDMAN S.H. (Ed.), **Forms of brief therapy**. New York: Guilford Press, 1981, p. 415-462.

GURMAN, A.S.; FRAENKEL, P. The history of couple therapy: a millennial review. **Family Process**, New York, v. 41 n. 2, p. 199-260, 2002.

GURMAN, A.S.; JACOBSON, N.S. Therapy with couples: A coming of age. In: JACOBSON N.S.; GURMAN, A.S (Eds.), **Clinical handbook of couple therapy** (2nd Ed.). New York: Guilford Press, 1995, p. 1-6.

GURMAN, A.S.; KNISKERN, D.P. (Eds.), **Handbook of family therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1981, p. 133-158.

GUTAL, M. **Du fantasma au système**. Paris: Les Éditions ESF, 1983, 126 p.

HAGESTAD, G.O. Demographic change and the life curse: some emerging trends in the family realm. **Family Relantions**, Mineapolis, v. 37, p. 405-410, 1988.

HAHWEG, K.; MARKMAN, H.J. Effectiveness of behavioral marital therapy: Empirical status of behavioral techniques in preventing and alleviating marital distress. **Journal of Consulting and Clínica Psychology**, Washington, v. 56, p. 440-447, 1988.

HALEY, J. Marriage or family therapy. **American Journal of Family Therapy**, Philadelphia, v. 12, p. 3-14, 1984.

HALEY, J. **Psicoterapia Familiar**. Belo Horizonte, Interlivros, 1984. Original em Inglês, 1976, 236 p.

HALEY, J. **Uncommon Therapy**. New York: Grune and Stratton, 1967, 284 p.

HALFORD, W.K. The ongoing evolution of behavioral couples therapy: Retrospect and prospect. **Clinical Psychology Review**, v. 18, p.613-633, 1998.

HALFORD, W.K.; KELLY, A.; MARKMAN, H.J. The concept of a heathy marriage. In: HALFORD, W.K.; MARKMAN, H.J. (Eds.). **Clinical Handbook of marriage and couple interventions**. New York: Wiley, 1997, p. 3-12.

HAMBURG, S. Review of Jacobson & Gurman's Clinical handbook of couple therapy (2 nd ed.). **Child and Family Behavior Therapy**, Germantown, v. 18, p. 55-60, 1996.

HARDT, M., NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2002, 478 p.

HARE-MUSTIN, R. T. A feminist approach to family therapy. **Family Process**, New York, v. 17, p. 181-194, 1978.

HARE-MUSTIN, R.T.; MARECEK, J. Feminism and postmodernism: Dilemmas and points of resistance. **Dulwich Centre Newsletter**, Dulwich, v. 4, p. 13-19, 1994.

HAWLEY, D.R.; BAILEY, C.E.; PENNICK, K.A. A content analysis of research in family therapy journals. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, January, v. 26, n.1, p. 9-26, 2000.

HAZAN, C.; SHAVER, P.R. Romantic love conceptualized as an attachment process. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 52, p. 511-524, 1987.

HAZELRIGG, M.D.; COOPER, H.M.; BORDUIN, C.M. Evaluating the effectiveness of family therapies: An integrative review and analysis. **Psychological Bulletin**, Duke, v. 101, p. 428-442, 1987.

HELMEKE, K.B.; SPREENKLE, D.H. Client's perceptions of pivotal moments in couples therapy: a qualitative study of change in therapy. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 26, n.4, p. 469-483, 2000.

HERNANDES, J.M. **Construcionismo Social**. Barcelona: Nueva Vista, 1995, 225 p.

HEYMAN, R.E.; EDDY, J.M.; WEISS, R. L.; VIVIAN, D. Factor analysis of the Marital Interaction Coding System (MICS). **Journal of Family Psychology** Washington, v. 9, p. 209-215, 1995.

HICKS, M.W.; PLATT, M. Marital happiness and stability: A review of the research in the sixties. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 32, p. 553-573, 1970.

HILL E.M.; YOUNG, J.P.; NORD, J.L. Childhood adversity, attachment, security and adult relationships: a preliminary study. **Ethology and Sociobiology**, New York, v. 15, p. 323-338, 1994.

HILL, C. E. Exploratory in-session process research in individual psychotherapy: A review. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 58, p. 288-294, 1990.

HOFFMAN, L. O Ciclo de Vida Familiar e a Mudança Descontínua. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M (Orgs.). **As Mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.84-96. Original em Inglês 1989.

HOVARTH, A. O.; SYMONDS, B.D. Relation Between Working Alliance and Outcome in Psychotherapy: A meta-analysis. **Journal of Consulting Psychology**, Berkeley, v. 38, n. 2 p. 139-149, 1991.

HUDSON, P.; O'HANLON, W. H. **Rewriting love stories**: Brief marital therapy. New York: W.W. Norton, 1992, 175 p.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. PNAD, Rio de Janeiro, 1996.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. PNAD, Rio de Janeiro, 2003.

JABLONSKI, B. Identidade Masculina e Paternidade: de onde vimos e para onde vamos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.), **Casal e Família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 1999, p. 55-69.

JABLONSKI, B. Afinal o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003, p. 141-168.

JACKSON, D.D. **Therapy, Communication and Change**. Palo Alto: Science and Behavior Books, 1968, 276 p.

JACOB, T. Family interaction and psychopathology: historical overview. In: JACOB, T. (Ed.). **Family interaction and Psychopathology**. New York. Plenum, 1987, p 37-59.

JACOB, T.; LESIN, S. Inconsistent communication in family interaction. **Clinical Psychology Review**, Baltimore, v. 2, n. 3, p. 295-309, 1983.

JACOBSON, N.S.; ADDIS, M.E. Research on couples and couples therapy: What do we know? Where are we going? **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 61, p. 85-93, 1993.

JACOBSON, N. S.; CHRISTENSEN, A. **Integrative behavioral couple therapy**. New York: W.W. Norton, 1996, 283 p.

JACOBSON, N. S.; GURMAN, A. S. (Eds.). **Clinical handbook of marital therapy**. New York: Guilford Press, 1986, 657 p.

JACOBSON, N. S.; GURMAN, A. S. (Eds.). **Clinical handbook of couple therapy**. New York: Guilford Press, 1995, 510 p.

JACOBSON, N. S.; MARTIN, B. Behavioral marriage therapy: Current status. **Psychological Bulletin**, Duke, v. 83, p. 540-566, 1976.

JACOBSON, N.S. The maintenance of treatment gains following social learning based marital therapy. **Behavior Therapy**, Philadelphia, v. 20, p. 325-336, 1989.

JACOBSON, N.S.; MARGOLIN, G. **Marital Therapy**. New York: Brunner Mazel, 1979, 415 p.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1995, 315 p. Original em Inglês, 1993.

JOHNSON, S. M. Emotionally focused couple therapy. In: DONOVAN J. (ed.), **Short-term couple therapy**. New York: Guilford Press, 1999, p. 13-41.

JOHNSON, S. M.; GREENBERG, L. S. The emotionally focused approach to problems in adult attachment. In: JACOBSON, N.S.; GURMAN A.S. (Eds.), **Clinical handbook of couple therapy**. New York: Guilford Press, 1995, p. 121-146.

JOHNSON, S.M.; HUNSELY, J.; GREENBERG, L.; SCHINDLER, D. Emotionally focused couples therapy: Status and challenges. **Clinical Psychology: Science and Practice**, Philadelphia, v. 6, p. 67-79, 1999.

JOHNSON, S.; LEBOW, J. The "coming of age" of couple therapy: A decade review. **Journal of Marital Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 26, p. 23-38, 2000.

JULIEN, D.; MARKMAN, H.J.; LINDAHL, K.M. A comparison of a global and a macroanalytic coding system: Implications for future trends in studying interactions. **Behavioral Assessment**, Stanford, v. 11, p. 81-100, 1989.

JUNG, C.G. **Fundamentos de Psicologia Analítica**. Petrópolis: Vozes, 1977, 239 p. Original em alemão 1935.

KASLOW, F.; ROBINSON, J.A. Long term staisfying marriages; perceptions of contributing factors. **American Journal of Family Therapy**, Philadelphia, v. 24, p. 153-170, 1996.

KELLY, G.A. **The psychology of personal constructs**. New York: Norton, 1955, 190 p.

KELLY, L.E.; CONLEY, J.J. Personality and compatibility: A prospective analysis of marital stability and marital satisfaction. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 52, p. 27-40, 1987.

KIECOLT-GLASER, J.K.; MALARKEY, W.B.; CACIOPPO, J.T.; GLASER, R. Stressful personal relationships: Immune and endocrine function. In: KIECOLT-GLASER, J.K.; GLASER, R. (Eds). **Handbook of human stress and immunity**. San Diego: Academic Press, p. 321-339, 1994.

KIESLER, D.J. Some myths of psychotherapy research and the search for a paradigm. **Psychological Bulletin**, Duke, v.65, p. 110-136, 1966.

KIRKPATICK, L.A.; DAVIS, K.E. Attachment style, gender, and relantionship stability: a longitudinal analysis. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 66, p. 502-512, 1994.

KITSON, C.G. Attachment to the spouse in divorce: a scale and its application. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 44, p. 379-393, 1982.

KITSON, C.G. **Portrait of divorce**: adjustment to marital breakdown. New York: Guilford Press, 1992, 438 p.

KITSON, G.C.; MORGAN, L.A. The multiple consequences of divorce: A decade review. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, v. 52, p. 913-924, 1990.

KOBAK, R. R.; HAZAN, C. Attachment in marriage: Effects of security and accuracy of working models. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 60, p. 861-869, 1991.

KOLB, J.M.; STRAUS, M.A. Marital Power and marital happiness in relation to problem solving. **Journal of Marriage e Family**, Mineapolis, v. 36, p. 756-766, 1974.

KOPTA, S.M.; LUGUER R.J.; SANDERS, S.M.; E HOWARD, K.I. Individual Psychotherapy Outcome and Process Research: Challenges Leading to Greater Turmoil or a Positive transition? **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 50, p. 441-469, 1999.

KROKOFF, L.J.; GOTTMAN, J.M.; HASS, S.D. Validation of a global rapid couples interaction scoring system. **Behavioral Assessment**, Stanford, v. 11, p. 65-79, 1989.

KROKOFF, L.J. **The anatomy of blue colar marriages**. Doctoral Dissertation, University of Illinois. Urbana, 234 p.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975, 172 p. Original em inglês 1962.

- KUKLO, C. Marriage in pre-industrial warsaw in the lighth of demographic studies. **Journal of Family History**, Mineapolis, v 15, n.3, p. 239-259, 1990.
- L'ABATE, L.; MACHENRY, S. (Eds.). **Handbook of marital interventions**. New York: Grune & Stratton, 1983, 404 p.
- LACAN, J. La Position de l'inconscient. In: LACAN, J. **Écrits 2**. Paris: Editions du Seuil, 1971, p. 193-217.
- LADERER, W.J.; JACKSON, D.D. **The mirages of marriage**. New York: Norton, 1968, 473 p.
- LIDLAW, R. W. The psychiatrist as marriage counselor. In: VINCENT C.E. (Ed.), **Readings in marriage counseling**. New York: Crowell, 1957, p. 52-61.
- LAING, R.; ESTERSON, A. **Sanity Madness and family**. Baltimore: Penguin, 1964, 272 p.
- LAMAIRE, J. "Du je au nous, ou dunous au je? Iny pas de sujet tout constituf". **Dialogue Recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille**, Paris, v.4, n. 102, p. 72-79, 1988.
- LANGS, R. Towards building psychoanalytically based mathematical models of psychotherapeutic paradigms. In: LEVINE, R.L.; FITZGERALD, H.E. (Orgs.). **Analysis of dynamic psychological systems**. New York: Plenum Press, 1992, v. 2, p. 371-393.
- LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração**; A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, 230 p. Original em Inglês, 1977.
- LAZARUS, A. Toward delineating some causes of change in psychotherapy. **Professional Psychology**, Washington, v. 11, p. 863-870, 1980.
- LEBOW, J. The integrative revolution in couple and family therapy. **Family Process**, New York, v. 36, p. 1-17, 1997.
- LESLIE, G. R. Conjoint therapy in marriage counseling. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, 26, p. 65-71, 1964.
- LEVINE, R.L.; FITZGERALD, H.E. **Analysis of dynamical systems**. New York: Plenum Press, 1992, 353 p.
- LEVINGER, G.; MOLES, O.C. **Divorce and separation: context, causes and consequences**. New York: Basic Books, 1979, 363 p.
- LEWIN, K. **La teoria del campo en la ciencia social**: Buenos Ayres: Paidós, 1978, 533 p. Original em Inglês 1976.
- LIDZ, T.; TERRY, D.; FLECK, S. The intrafamilial environment of schizophrenic patient: VI. The transmission of irrationality. **Archives of Neurology and Psychiatry**, Chicago, n.79, p. 305-316, 1958.
- LOCKE H.J.; WILLIANSON, R.C. Marital Adjustment: a afctor analysis study. **American Sociological Review**, New York, v. 23, p. 562-569, 1958.
- LOCKE, H.J.; WALLACE, K.M. Short Marital adjustment predictiontestes: their reliability and validity. **Marriage and Family Living**, Harvard, v. 21, p. 251-255, 1959.

- LONGO D.A.; LENT R.W.; BROWN, S.D. Social Cognitive Variables in Prediction of Client Motivation and Attrition. **Journal of Conseling Psychology**, Columbia, v. 39, n. 4, p. 447-452, 1992.
- LUBORVSKY, L.; SINGER B.; LUBORVSKY.L. Comparative Studies in Psychotherapy: A review of quantitative research. **Archives of General Psychiatry**, Boston, v. 32, p. 995-1008, 1975.
- MACDANIEL, S.H.; HEPWORTH, J.; DOHERTY, W.J. **Terapia familiar médica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, 290 p.
- MACKLIN, E. D. Nontraditional family forms: A decade of research. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, v. 42, p. 905-921, 1980.
- MAHONEY M.J. **Human Change process**: the scientific fundations of psychotherapy. New York: Basic Books, 1991, 590 p.
- MAHONEY, M.J. Evolução contínua das ciências cognitivas e Psicoterapias. In: NEIMEYER, R.A.; MAHONEY, M.J. (Org.) **Construtivismo em Psicoterapia**: Porto Alegre; Artes Médicas, 1997, p. 38-59.
- MANUS, G.I. Marriage counseling: A technique in search of a theory. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, v. 28, p. 449-453, 1966.
- MARKMAN, H.J.; RENICK, M.J.; FLOYD, F.J.; STANLEY, S.M.; CLEMENTS, M. Preventing marital distress through communication and conflict management training: A four and five year follow-up. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 62, p. 70-77, 1993.
- MARKS, I.; GELDER, M.G. Common ground between behavior therapy and psychodynamic methods. **British Journal of Medical Psychology**. London, v. 39, p. 11-23, 1966.
- MARKS, N.E.; LAMBERT, J.D. Marital Status continuity and change among yong and midlife adults. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v. 19, p. 652-686, 1998.
- MARMOR, J. Dynamic psychotherapy and behavior therapy: Are they irreconcilable? **Archives of General Psychiatry**. Boston, n.29, p. 22-28, 1971.
- MARTIN, P.A. Treatment of marital disharmony by collaborative therapy. In: GREENE B.L. (Ed.), **The psychotherapies of marital disharmony**. New York: The Free Press, 1965, p. 83-102.
- MARTIN, P.A. **A marital therapy manual**. New York: Brunner/Mazel, 1976, 206 p.
- MCCARTHY, B.W. Sexuality, sexual dysfunction, and couple therapy. In: GURMAN, A.S.; JACOBSON N.S. (Eds.), **Clinical handbook of couple therapy**. New York: Guilford Press, 2002, p. 629-652.
- MARTINS, J.M. **A lógica das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2004, 448 p.
- MARTORELL, J.L. Psicología de los Constructos Personales de George Kelly. **Cadernos de Terapia Familiar**, Lisboa, v. 37, p.67-69, 1998.
- MARVELL, T.B. Divorce rates and the fault requirement. **Laws and Society Review**, Oxford, v. 23, n. 4, p. 543-567, 1989.

- MARX, M.H.; HILLIX, W.A. **Sistemas e teorias em psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1978, 675 p. Original em inglês 1963.
- MASCOLO M.F. Toward a social constructivist psychology: the case of self-evaluative emotional development. **Journal of Constructivist Psychology**, Philadelphia, v. 7, p. 87-106, 1994.
- MASCOLO, M.F.; POLLACK, R.D.; FISHER, K.W. Keeping the constructor development: an epigenetic systems approach. **Journal of Constructivist Psychology**, Philadelphia, v. 10, p. 1-5, 1997.
- MASHETER, C. Postdivorce relationships between ex spouse: the roles of attachment and interpersonal conflict. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 53, p. 103-110, 1991.
- MASTER W.H.; JONHSON, V.E. **O relacionamento amoroso: segredos do amor e da intimidade sexual**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1990, 590 p. Original em ingles 1982.
- MATURANA H.R. **El sentido de lo humano**. Chile: Dólmen, 1993, 238 p.
- MATURANA, H.R. A ontologia do conversar. In: MAGRO, C.; GRACIANO, M.; VAZ, N. (Org.). **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1997, p. 167-182.
- MATURANA, H. Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. In: ELKAIN, M. (Org.). **Terapia Familiar em Transformação**. São Paulo: Summus, 2000, p. 114-150. Original em francês, 1999.
- MATURNANA, H.; VARELA, F. **The tree of knowledge: The biological roots of human understanding**. Boston: New Science Library, 1987, 263 p.
- MCCUBBIN, H. I.; PATTERSON, J. M. The family stress process: The Double ABCX Model of adjustment and adaptation. In: MCCUBBIN, H. I.; SUSSMAN, M.B.; PATTERSON J. M. (Eds.). **Social stress and the family: Advances and developments in family stress theory and research**. New York: Haworth Press, 1983, p. 7-37.
- MCGOLDRICK, M. A união das famílias através do casamento: o novo casal. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.184-205. Original em inglês, 1989.
- MCGUIGAN, F.J. **Psicologia experimental: Uma abordagem metodológica**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976, 436 p. Original em inglês, 1960.
- MEISSER W.W. The conceptualization of marriage and family dynamics from a psychoanalytic perspective. In: PAOLINE, T.J.; MACCRADY, B.S. (Eds.). **Marriage and Marital Therapy**. New York: Bruner Mazel, 1978, p 173-197.
- MELLO DA SILVEIRA, T.A **construção criativa na vida do casal: limites e possibilidades do casamento contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1998, 82 p.
- MENAGHAN, E.G.; PARCEL, T.L. Parental employment and family life: Research in the 1980s. **Journal of Marriage and the Family**, Mineapolis, v. 52, p. 1079-1098, 1990.

- MICHAEL, R.T. Why did the US divorce rate double within a decade? **Research in Population Economics**, Chicago, v. 3 n.6, p. 367-399, 1988.
- MICHAELSON, R. **An analysis of the changing focus of marriage counseling**. Doctoral Dissertation, University of Southern California, 1963, 237 p.
- MIKULINCER, M.; FLORIAN, V.; COWAN, P.A.; COWAN, C.P. Attachment in couple relationships: a systemic model and its implications for family dynamics. **Family Process**, New York, 2002, v. 41 n.3, p. 405-434.
- MILARDO, R.M. Changes in Social networks of women and men following divorce. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v. 8, p. 78-96, 1987.
- MILLER, B.C. A multivariate developmental model of marital satisfaction. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 38, p. 643-657, 1976.
- MILLER, S.; HUBBLE, M.; DUNCAN, B. No more bells and whistles. **Networker**, New York, n.2, p.53-63, 1995.
- MINUCHIN, S. Where is the family in narrative family therapy? **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 24, p. 397-403, 1998.
- MINUCHIN, S. **Família funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, , 1980, 238 p. Original em Inglês.
- MINUCHIN, S.; FISHMAN, H.C. **Técnicas de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, 285 p. Original em Inglês, 1983.
- MINUCHIN, S.; GUERNEY, B.; ELBERT, S.; ROSMAN, B. A method for the clinical study of family interaction. **Journal of American Orthopsychiatry**, Chicago, n.10, p.30-56, 1964.
- MINUCHIN, S.; ROMAN, B.; BAKER, L. **Psychosomatic family: anorexia nervosa in contex**. Cabridge: Harvard University Press, 1978, 352 p.
- MIRO, M.T. Construtivismo teraputico e psicoterapia entifica. In: FERREIRA, R.F.; ABREU, C.N. (Eds.): **Psicoterapia e construtivismo: considerações teóricas e práticas**, Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 97-107.
- MITTELMAN, B. The concurrent analysis of married couples. **Psychiatric Quarterly**, New York, n.17, p. 182-197, 1948.
- MOHR, R. Reflections on Golden Pond. In PAPP, P. (Ed.), **Couples on the fault line: New directions for therapists**. New York: Guilford Press, p. 312-334, 2000.
- MONOD, J. **O Acaso e necessidade**. Lisboa: Gradiva, 1975, 175 p. Original em francês, 1970.
- MORGAN, L. Outcomes of marital separation: a longitudinal test of predictors. **Journal of Marriage and Family**. Mineapolis, May, p. 493-498, 1988.
- MORIN E. A noção do Sujeito. In: SCHINITAM, D. F. (Org.). **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p 45-56. Original em espanhol, 1994.
- MORIN E. **O enigma do homem**. Rio de Janeiro: Zahar 1979, 237 p. Original em francês, 1973.
- MORIN E. **Ciência com consciência**, Lisboa: Publicações Europa América, 1984, 365 p. Original em francês, 1982.



MORIN, E. Cultura e Conhecimento. In WATZLAWICK, P.; KREIG, P. (Org.), **O olhar do observador**. Campinas: Psy, 1995, p. 71-80.

MORIN, E. Problemas de uma epistemologia complexa. Em Morin et al. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Europa América, 1996, p. 13-34.

MORIN, E. Complexidade e etica da solidariedade. In: CASTRO G.; CARVALHO, E.A.; ALMEIDA, M.C. (Eds.). **Ensaio da Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 15-24.

MORIN, E. **Mes Demons**. Paris: Seuil, 1998, 340 p.

MUELLER, C.W.; POPE, H. Transmission between generations. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, n.39, p.114-123, 1977.

NADELSON, C.C. Marital therapy from a psychoanalytic perspective. In: PAOLINO, T.; MCCRADY, B. (Eds.), **Marriage and marital therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1978, p. 89-164.

NATIONAL RESEARSH COUNCIL. **Combining Information; Statistical issues and opportunities for research**. Washington, DC: National Academy Press, 1992, 430 p.

NEFF, J.A.; SCHLUTER, T.D. Marital status and depressive symptoms; the role of race /ethnicity and sex. **Journal of Divorce and Remarriage**, Tucson, v. 20, p. 137-160, 1993.

NEIMEYER, R.A. Um convite às psicoterapias construtivistas. Em NEIMEYER, R.A.; MAHONEY, M. (Org.). **Construtivismo em psicoterapia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 5-11.

NEIMEYER R.A. Problemas e possibilidade de la psicoterapia constructivista. **Revista Argentina de Clínica Psicológica**, Buenos Ayres, v. 3, p. 125-145, 1994.

NEUBERN, M.S. **Complexidades e Psicologia Clínica: desafios epistemológicos**. Brasilia: Plano, 2004, 226 p.

NEWCOMB, M.D.; BENTLER, P.M. Marital Breakdown. Em DUCK, S.; GILMOR, R. (Orgs.). **Personal Relationship**, San Diego: Academic Press, 1981, v. 3, p. 57-94.

NICHOLS, M.P. **The self in the system**. New York: Brunner/Mazel, 1987, 309 p.

NICHOLS, M.P.; SCHWARTZ, R. C. **Family therapy: Concepts and methods**. Boston: Allyn & Bacon, 1998, 432 p.

NICHOLS, W.C. **Marital therapy: An integrated approach**. New York: Guilford Press, 1988, 282 p.

NICOLACI-DA-COSTA, A.M. **Nas malhas da rede: impactos íntimos da internet**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998, 284 p.

NOLLER, P.; FITZPATRICK, M.A. Marital communication in the 1980s. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 52, p. 832-843, 1990.

NORTON, S.; GLICK, P.C. Marital instability: past, present, and future. **Journal of Social Issues**, London, n.32, p.5-20, 1976.

OBERNDORF, C.P. Psychoanalysis of married couples. **Paper presented at the American Psychiatric Association**, 1931.

OBERNDORF, C.P. Psychoanalysis of married couples. **Psychoanalytic Review**, New York, v. 25, p. 453-475, 1938.

OLSON, D.H.; RUSSELL, R.C.; SPRENKLE, D.H. Marital and family therapy: A decade review. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 42, p. 973-992, 1980.

OLSON, D.H.; SPRENKLE, D.H. Emerging trends in treating relationships. **Journal of Marriage and Family Counseling**, Fort Lauderdale, v. 2, p. 317-329, 1976.

OLSON, D.H. Marital and family therapy: Integrative review and critique. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 32, p. 501-538, 1970.

PAKMAN, M. La psicoterapia em contextos de pobreza e dissonancia etnica: o construtivismo e o construcionismo social como metodologias para a ação. In: PAKMAN, M. **Construcciones de experiencia humana**, Barcelona: Gedisa, 1997, p. 245-262.

PALAZZOLI, M.S.; BOSCOLO, L.; CECHIN, G.; PRATA, G. **Paradoxo e contra paradoxo**. São Paulo: Cultrix, 1987, 323 p. Original em Italiano, 1978.

PAPP, P. Gender differences in depression: His or her depression. In: PAPP P. (Ed.), **Couples on the fault line: New directions for therapists**. New York: Guilford Press, 2000, p. 130-151.

PAPP, P. **O processo de mudança**. Porto Alegre; Artes Mádicas, 1992, 225 p. Original em Inglês, sem data.

PAPP, P. Couples. In: WALTERS, M.; CARTER, B.; PAPP, P.; SILVERSTEIN O. (Eds.), **The invisible web: Gender patterns in family relationships**. New York: Guilford Press, 1988, p. 200-250.

PARSUPATHI, M.; CARSTENSEN, R.; LEVENSON, W.R.; GOTTMAN, J.M. Responsive listening in long married couples: a psycholinguistic perspective. **Journal of Nonverbal Behavior**, Riverside, n.23, v.2, p.173-193, 1998.

PASSERON J.C. **O raciocínio Sociológico**. Petrópolis: Vozes, 1995, 365 p. Original em francês, 1991.

PAUL, N. The role of mourning and empathy in conjoint marital therapy. In: ZUK, G.; BOSZORMENYI-NAGY, I. (Eds.), **Family therapy and disturbed families**. Palo Alto: Science and Behavior Books, 1969, p. 186-205.

PEREL, E. A tourist's view of marriage: Cross-cultural couples--challenges, choices and implications for therapy. In: PAPP P., (Ed.), **Couples on the fault line: New directions for therapists**. New York: Guilford Press, 2000, p. 178-204.

PEARCE W.B.; CRONEN, V.E. **Communication action and meaning: the creation of social realities**: New York: Praeger, 1980, 340 p.

PEARCE, W.B. Novos modelos e metáforas comunicacionais: a passagem da teoria à prática, do objetivismo ao construcionismo social e da representação a reflexividade. In: SCHNITMAN, D.F. (Org.). **Novos Paradigmas, Cultura e**

**subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 172-184. Original em espanhol, 1994.

PEARCE, W.B. **Systems: Schools of thought and traditions of practice.** San Francisco: The Fielding Graduate Institute, Public Dialogue Consortium, 2002, 50 p.

PIAGET, J. **La construction du réel chez l'enfant.** Neuchatel: Delachaux et Nestlé, 1937, 398 p.

PINSOF, W.M. The death of "till death us do part": the transformation of pair-bonding in the 20th century. **Family Process**, New York, v. 41 n.2, p. 135-157, 2002.

PINSOF, W.M. **Building love and transforming conflict in couples therapy.** Workshop presented at the Annual Conference of the American Association for Marital and Family Therapy, Chicago, October, 1999.

PINSOF, W.M. **Integrative problem-centered therapy.** New York: Basic Books, 1995, 284 p.

PINSOF, W. M. A conceptual framework and methodological criteria for family therapy process research. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 57, p. 53-59, 1989.

PINSOF, W.M. Integrative problem-centered therapy: Toward the synthesis of family and individual psychotherapies. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 9, p. 19-35, 1983.

PINSOF, W.M.; WYNNE, L.C. Toward progress research: closing the gap between family practice and research. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 26, n. 1 p. 1-7, 2000.

PINSOF, W.M.; WYNNE, L.C.(Orgs.) Special issue: The effectiveness of marital and family therapy. **Journal of Marital and Family therapy**, Fort Lauderdale, v. 21 n. 4, p. 562-584, 1995a.

PINSOF, W.M.; WYNNE, L.C. The efficacy of marital and family therapy : a overview, conclusions and recommendations. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 21 n. 4. p. 585-613, 1995b.

POKINGHORNE, D. **Methodology for Human Science.** Albany: State of New York Press, 1983, 349 p.

POPPER, K. **Objective Knowledge.** London: Oxford Press, 1972, 380 p.

PRIGOGINE, I. O Fim da Ciência? In: SCHNITMAN, D. F., (Org.). **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 25-41. Original em espanhol, 1994.

PRIGOGINE, I. Ressonâncias e Campos de Saber. In: ELKAIN, M. (Org.). **Terapia Familiar em Transformação.** São Paulo: Summus, 2000, p. 210-217. Original em Francês, 1999.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança. A metamorfose da ciência.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1991, 247 p. Original em francês, 1979.

PROCHASKA J. O.; DICLEMENTS, C.; NORCROSSJ. C. In search of how people change. **American Psychologist**, Washington, v. 47, n.9, p. 1102-1114, 1992.

PUTNAM, F. The switch process in multiple personality disorder and other state-change disorders. **Dissociation**, Smyrna, v.1, p. 23-32, 1988.

PUTNAM, F. **Diagnosis and treatment of multiple personality disorder**. New York: Guilford Press, 1989, 351 p.

RABKIN, R. A Critique of the clinical of double bind. In: SLUZKI, E.C.; RANSON, D.C. (Orgs.). **Double bind: the foundation of communicational approach to the family**. New York: Grune Stratton, 1976, p 245-278.

RAIT, D. Survey results. **The Family Therapy Networker**, Washington, v. 12, n. 1, p. 52-56, 1988.

RAPIZO, R. **Terapia Sistemica de Familia da instrução a construção**. Rio de Janeiro: Noos, 1996, 296p.

RAPOPORT, A. **Fights, games, and debates**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1960, 400 p.

RAPOPORT, A. The uses of mathematical isomorphism in general systems theory. In: KLIR G.J (Ed.), **Trends in general systems theory**. New York: Wiley Interscience, 1972, p. 42-77.

RAUSH, H.L.; BARRY, W.A.; HERTL, R.K.; SWAIN, M.A. **Communication, conflict, and marriage**. San Francisco: Jossey-Bass, 1974, 250 p.

RAVICH, R.; DEUTCH, H.; BROWN, B. An experimental study of marital discord and decision making. In: COHEN I.M (Ed.), **Family structure, dynamics and theory**. Washington DC: **American Psychiatric Association**, New York, 1966, p. 105-135.

ROGERS C.G. **Novas formas de amor**. Rio de Janeiro: Ática, 1985, 185 p. Original em Inglês, 1978.

ROGERS, C.; WOOD, J.K. Teoria centrada no cliente; CARL ROGERS. In: BURTON, A. (Org.). **Teorias operacionais da personalidade**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1978, p. 192-233. Original em inglês, 1974.

ROGGE, R.D. JR. An examination of the predictors fo discord and divorce in the early stages of marriage. **Dissertaction Abstracts International Section: section B: Sciences and Engineering**, An Arbor, v. 64 n. 1-b, p. 429, 2003.

RORTY, R. **Objetivismo, relativismo, e Verdade: escritos filosóficos I**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997, 226 p.

RORTY, R. **Philosophy and the mirror of nature**. Princeton: Princenton University Press, 1979, 401 p.

ROSS, C.E.; WU, C. The links between education and heath. **American Sociological Review**, New York, v. 60, p. 719-745, 1995.

ROSS, H.L.; SANHILL, I.V. **Time of Transition: The Growth of Family Headed by Women**. Washington: Urban Press, 1975, 189 p.

- ROSSI, E.L. **Psicobiologia da Cura Mente Corpo**. Campinas: Psy, 1995, p. Original em inglês, 1993, 348 p.
- RUFFIOT, A. **La Thérapie familiale psychanalytique**. Paris: Dunod, 1981, 221 p.
- RUSBULT, C.E. Commitment and satisfaction in close relationship: an interdependence analysis. **Journal of Social and Personal Relationship**, Tempe, n.10, p.175-203, 1980.
- SABELLI, H.C.; CARSON-SABELLI, I. The Thermodynamics of bipolarity: bifurcation model of bipolar illness and bipolar character and its psychotherapeutic applications. **Psychiatry**, New York, v. 53, p. 346-368, 1990.
- SAGER, C.J. Couples therapy and marriage contracts. In: GURMAN A.S.; KNISKERN, D.P. (Eds.), **Handbook of family therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1981, p. 85-130.
- SAGER, C.J. **Marriage contracts and couple therapy**. New York: Brunner/Mazel, 1976, 265 p.
- SAGER, C.J. The conjoint session in marriage therapy. **American Journal of Psychoanalysis**, New York, v. 27, p. 139-146, 1967a.
- SAGER, C.J. Transference in conjoint treatment of married couples. **Archives of General Psychiatry**, Chicago, v. 16, p. 185-193, 1967b.
- SAGER, C.J. The development of marriage therapy: An historical review. **American Journal of Orthopsychiatry**, Arlington, v. 36, p. 458-467, 1966.
- SAMPSON, E. The deconstruction of the self. In: SHOTTER, J.; GERGEN, K.J. (Eds.) **Texts of identity**, London: Sage, 1994, p. 1-19.
- SÁNCHEZ, J.C.; FERNÁNDEZ, T.R.; LOY, I. De la “Apercepción” wundtiana a la “Reacción Circular” de Baldwin. Notas para una História del Concepto de Función. **Revista de Historia de la Psicología**, Barcelona, v.14, n. 3-4, 1993, p. 307-315,
- SÁNCHEZ, J.C.; FERNÁNDEZ, T.R.; LOY, I. Génesis de la Intuición, Helmholtz y la Naturalización del Sujeto Trascendental Kantiano. **Revista de Historia de la Psicología**, Barcelona. VIII Symposium de la Sociedad Española de Hª de la Psicología, v. 16, n. 3-4, 1995, p. 375-382.
- SANDER, F.M. **Individual and family therapy: Toward an integration**. New York: Jason Aronson, 1979, 325 p.
- SANDERS, G. Men together: Working with gay couples in contemporary times. In: PAPP P. (Ed.), **Couples on the fault line: New directions for therapists**. New York: Guilford Press, 2000, p. 222-256.
- SATIR, V. **Conjoint family therapy**. Palo Alto: Science and Behavior Books, 1964, 196 p.
- SCHAFFER, R. **Language and insight**, New Haven: Yale University Press, 1978, 208 p.
- SCHARFF D.E.; SCHARFF, S.S. **Object Relation Couple Therapy**. Northvale: Aronsosn, 1991, 314 p.

- SCHIMD, G.B. Chaos theory and schizophrenia: elementary aspects. **Psychopathology**, Basel, 1991, v. 24, p. 185-198.
- SCHWARTZ, R.C. **Internal family systems therapy**. New York: Guilford Press, 1995, 248 p.
- SCWARTZ, P. **Peer Marriage**. New York: Free Press, 1994, 205 p.
- SCHWARTZ, R.C.; JOHNSON, S. M. Commentary: Does couple and family therapy have emotional intelligence? **Family Process**, New York, v. 39, p. 29-33, 2000.
- SEGRAVES, R.T. **Marital therapy: A combined psychodynamic behavioral approach**. New York: Plenum Press, 1982, 300 p.
- SENA, S.S.; DINIZ NETO, O. **Distraído e a 1000 por hora: perguntas e respostas sobre TDA/H**. Belo Horizonte: Anomelivros, 2005, 173 p.
- SHADISH W.R.; MONTGOMERY L.M.; WILSON, P.; WILSON, M.R.; BRIGHT I.; OKUWUMABUA T. Effects of Family and Marital Psychotherapies: A Meta-Analysis. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v.61, n.6, p.992-1002, 1993.
- SHADISH, W.R.; RAGSDALE, R.; GLASER, R.R.; MONTGOMERY, L.M. The efficacy and effectiveness of marital and family therapy: A perspective from meta-analysis. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 21, p. 345-360, 1995.
- SHANNON, C.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana. University of Illinois, 1949, 117 p.
- SHAPIRO, A.D. Explaining psychological distress in a sample of remarried and divorced persons. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v. 17, p. 186-203, 1996.
- SHOTTER, J. The social construcion of our inner selves. **Journal of Cosntructivist Psychology**, Philadelphia, v. 10, p. 7-24, 1997.
- SIEGEL, J. **Repairing intimacy: An object relations approach to couples therapy**. Northvale NJ: Jason Aronson, 1992, 274 p.
- SIMMONS, D.S.; DOHERTY, W.J. Defining who we are and what we do: Clinical practice patterns of marriage and family therapists in Minnesota. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 21, p. 3-16, 1995.
- SKAGESTAD, P. Taking evolution serously: critical comments D.T. Campbell's evolutionary epistemology. **The Monist**, Bufallo, v. 61, p. 611-624, 1978.
- SKYNNER, A.C. Recent developments in marital therapy. **Journal of Family Therapy**, Oxford, v. 2, p. 271-296, 1980.
- SMITH, M.L.; GLASS, G.V.; MILLER, T.I. **The benefits of psychotherapy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980, 269 p.
- SMITH, M.L.; GLASS, G.V.; MILLER, T.I. Meta-analysis of psychotherapy outcome studies. **American Psychology**, Washington, v.132, p. 752-760, 1980.
- SNYDER, D. K. Affective reconstruction in the context of a pluralistic approach to couple therapy. **Clinical Psychology: Science and Practice**, Philadelphia, v. 6, p. 348-365, 1999.

- SOLOMON, M.F. **Narcissism and intimacy**. New York: W.W. Norton, 1989, 217 p.
- SPANIER, G.B.; LEWIS, R.A. Marital quality: A review of the seventies. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 42, p. 825-839, 1980.
- SPENCE, D. **Narrative truth and historical truth**: meanings and interpretations in psychoanalysis. New York: Norton, 1984, 320 p.
- STEIER, F. Introduction: research as self-reflexivity, self reflexivity as social process. In: STEIER F. (Eds.) **Research and reflexivity**, London : Sage, 1991, p. 163-185.
- STERN PECK, J.; MANOCHERIAN, J. O divórcio no ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.291-320. Original em inglês, 1989.
- STEWART, I. **Será que Deus joga dados? A nova matemática do caos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. Original em Inglês, 1989, 336 p.
- STRAUS, M.; TALLMAN, I. SIMFAM: a technique for observational measurement and experimental study of families. In: ALDOUS, J.; CONDON, T.; HILL, R.; STRAUS, M.; TALLMAN I. (Eds.), **Family problem solving**. Hinesdale IL: Dryden, 1971, p. 379-438.
- STREIB, G.F.; BECK, R.W. Older families: A decade review. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 42, p. 937-956, 1980.
- STUART, R.B. **Helping couples change**: A social learning approach to marital therapy. New York: Guilford Press, 1980, 442 p.
- STUART, R.B. Operant-interpersonal treatment of marital discord. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 33, p. 675-682, 1969.
- STRAUSS, A., CORBIN, J. **Basics of qualitative research**: Grounded theory procedures and techniques. Newbury Park: Sage, 1990, 270 p.
- SWAFFORD, M. Three parametric thecniques for contingency table analysis: a non technical commentary. **American Sociological Review**, New York, v. 45, p. 664-690, 1980.
- TANNEN, D. **You just don't understand**. New York: William Morrow & Co. 1990, 330 p.
- TERMAN, L.M.; BUTTERWEISER, P.; FERGUSON, L. W.; JOHNSON, W.B.; WILSON, D. P. **Psychological factors in marital happiness**. Stanford CA: Stanford University Press, 1938, 474 p.
- TESSER, A.; BEACH, S.R.H. Life events, relationships quality and depression: An investigation of judgment discontinuity in vivo. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 74, p. 36-52, 1998.
- THIBAUT, J.W.; KELLEY, H.H. **The social psychology of groups**. New York: John Wiley & Sons, 1959, 313 p.
- TOMM, K. Interventive interviewing Part I. Strateging as a fourth guideline for the therapist. **Family Process**, New York, v. 26, p. 3-13, 1987a.

TOMM, K. Interventive interviewing Part II. Reflexive questioning as a means to enable self-healing. **Family Process**, New York, v. 26, p. 167-183, 1987b.

TOMM, K. Interventive interviewing Part III. Intending to ask lineal, circular, strategic or reflexive. **Family Process**, New York, v. 26, p. 3-13, 1987c.

TOMM, K. Externalizacion del problema e internalizacion de la posicion como agente. In M WHITE. **Guias para una terapia familiar sistematica**. Barcelona: Gedisa, 1994, p. 9-17.

UMBERSON, D.; WILLIAMS, C.L. Divorced fathers: preant role strain and psychological distress. **Journal of Family Issues**, Mineapolis, v. 14, n. 3, p. 378-400, 1993.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento, e família em circunstancias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, 266 p.

VARELA, F. O círculo criativo - um esboço histórico natural da reflexividade. In: WATZLAWICK, P. (Org.). **A realidade inventada**. Campinas: Psy, 1994. Original em alemão, 1981, p. 302-316.

VEIGA DA SILVA, C.E. Sem nós o que resta sou eu: os caminhos para a separação conjugal. Tese de Doutorado. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2001, 205p.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984, 160 p. Original em russo, 1935.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 287 p. Original em russo, 1933.

WACHTEL, P.L. **Psychoanalysis and behavior therapy**: Toward an integration. New York: Plenum, 1981, 315 p.

WAGNER, A. Possibilidades e potencialidade da família – A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org.) **Família em cena**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 23-38.

WALLESTEIN, J.S. Women after divorce: preliminary report from a ten year follow-up. **The American Journal of Orthopsychiatry**, Arlington, v. 56, p. 65-77, 1986.

WANG B.; AMATO, P.R. Predictors of Divorce adjustment: stressors, resources and definitions. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 62, n. 3, p. 655-668, 2000.

WARK, L. Therapeutic change in couples' therapy: critical change incidents perceived by therapists and clients. **Contemporary Family Therapy**, New York, v.16, p. 39-52, 1994.

WATSON, A.S. The conjoint psychotherapy of married partners. **American Journal of Orthopsychiatry**, Arlington, v. 33, p. 912-922, 1963.

WATZLAWICK, P. **É a realidade Real?** Lisboa: Antropos, 1984, 233 p. Original em Inglês, sem data,

WATZLAWICK, P. Prefácio. In: WATZLAWICK P. (Ed.) **A realidade inventada**. Campinas: Psy, 1994, p. 17-19.



- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.; JACKSON, D. **Pragmática da Comunicação Humana**. São Paulo: Cultrix, 1981, 263 p. Original em inglês, 1967.
- WATZLAWICK, P.; WEAKALND, J.H.; FISH, R. **Mudança**. São Paulo: Cultrix 1977, 167 p. Original em ingles 1973.
- WEDGE, M. **In the therapist's mirror: reality in making**. New York: W.W. Norton, 1996, 172 p.
- WEIL, P. **Fronteiras da Evolução e da Morte**. Petrópolis: Vozes, 1978, 165 p.
- WEISS, R. L.; TOLMAN, A. O. The marital interaction coding system--Global (MICS-G): A global comparison to the MICS. **Behavioral Assessment**, Stanford, v. 12, p. 271-294, 1990.
- WEISS, R. L.; BIRCHLER, G.R.; VINCENT, J.P. Contractual models for negotiation training in dyads. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 36, p. 321-330, 1974.
- WHISMAN, M.A.; SNYDER, D.K. Evaluating and improving the efficacy of conjoint couple therapy. In: HALFORD W.K.; MARKMAN H.J (Eds.), **Handbook of marriage and couples intervention**. New York: John Wiley & Sons, 1997, p. 679-693.
- WHITE, M.; EPSTON, D. **Narrative means to therapeutic ends**. New York: W.W. Norton, 1991, 229 p.
- WHITE M. Desconstruccion and therapy. **Dulwich Centre Newsletter**, Dublin, v. 3, p. 21-40, 1991.
- WHITE, M. Commentary: the histories of the present. In: GILLIGAN, S.; PRICE, R. (Eds.) **Therapeutic Conversations**, New York: W.W. Norton, 1993, p. 121-132.
- WICKRAMA, K.A.; LORENZ, F.O.; CONGER, R.D.; ELDER, G.H. JR. Marital quality and physical illness: a latent growth curve analysis. **Journal of Marriage and Family**, Mineapolis, v. 59, p. 143-155, 1997.
- WIELING, E.; NEGRETTI, M.A.; STOKE, S.; KIMBALL, T.; BATEMAN F.; BRYAN, L., Postmodernism in marriage and family training: doctoral student's understanding and experiences. **Journal of Marital and Family Therapy**, Fort Lauderdale, v. 27, n. 4, p. 527-533, 2001.
- WILBUR, K. **Psicologia Integral: consciencia, espirito, psicologia, terapia**. São Paulo: Cultrix. 2000, 312 p.
- WILLI, J. **Couples in collusion**. Claremont CA: Hunter, House, 1982, 265 p.
- WYNNE, L. et al. Pseudo mutuality in the family relationship of schizophrenics. **Psychiatry**, New York, n.21, p.205-220, 1958.
- YOUNG, J.E. **Cognitive therapy for personality disorders: A schema-focused approach**. Sarasota FL: Professional Resource Press, 1994, 92 p.
- YOVETICH, N.A.; RUABULT, C.E. Accommodative behavior in close relationships: exploring transformation of motivation. **Journal of Experimental Social Psychology**, Orlando, v. 30, p. 138-164, 1994.